

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

O COLÉGIO JESUITA DE CORRIENTES

ALICIA JULIANA PIOLI

Orientador: Prof. Pedro Ignacio Schmitz

Dissertação apresentada como requisito parcial e último para a obtenção do grau de Mestre em História, na área de Historia da América Latina.

São Leopoldo, março de 2002.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

O COLÉGIO JESUÍTA DA “CIUDAD DE VERA” – CORRIENTES –

ALICIA JULIANA PIOLI

Orientador: Prof. Pedro Ignacio Schmitz

Dissertação apresentada como requisito parcial e último para a obtenção do grau de Mestre em História, na área de Historia da América Latina.

São Leopoldo, março de 2002.

À memória de Ernesto José Pioli
Pai, Mestre, Amigo...

É impossível não agradecer a quem tanto devo:
Ao meu orientador, Prof. Dr. Pedro Ignacio Schmitz S.J.
Ao Dr. Ernesto Maeder.
À profa. Gladis Mango.
À profa. Juliane Maria Izidro.
À profa. Dra. Beatriz Vasconcelos Franzen.
À profa. Dra. Eliane Deckman Fleck.
Às bibliotecárias Ivone Verardi, Erita Blanco Silva e Maria del Carmen Faraldo.
Às profas. Helga Schweizer e María Silvia Chichizola.
À Kony Biassini.
Ao Dr. Leopoldo Jantus.
A Alberto Layerenza, o esposo, que sendo matemático, suportou minhas consultas históricas.
Aos amigos que aconchegaram-me em minhas noites de regressos.
A todos...

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	8
ABSTRACT	9
RESUMO.....	10
INTRODUÇÃO	11
1 AS FONTES E A BIBLIOGRAFIA.....	23
1.1 As Cartas Ânuas.....	23
1.2 A Historiografia de Corrientes.....	30
1.2.1 Os Começos no Século XIX	30
1.2.2 A Historiografia de Corrientes a partir de 1920.....	37
1.2.3 As “Histórias” Mais Recentes.....	40
1.2.3.1 A “História económica de Corrientes en el período virreinal. 1776-1810” do Dr. Ernesto Maeder.	46
1.3 Centros Documentais e Bibliotecas: o Arquivo Geral da Província de Corrientes (AGPC), o Instituto de Investigações Geohistóricas, Resistencia, Argentina (IIGHI) e o Instituto Anchietano de Pesquisas (IAP), Rio Grande do Sul, Brasil.....	49
1.4 Os Trabalhos Sobre o Colégio Jesuítico de Corrientes.	53
2 A FUNDAÇÃO DA “CIDADE DE VERA”	59
2.1 A Fundação de Corrientes no Quadro da Colonização Rio-pratense.....	59
2.1.1 A Fundação da Cidade de Vera.....	61
2.1.1.1 O Lugar e Seus Primitivos Habitantes, Segundo as Crônicas da Época	66
2.2 A Especial Geografia do Atual Território da Província de Corrientes	70
2.3 Evolução da Cidade de Corrientes Até Meados do Século XVII.....	73

2.3.1 Outras Características de San Juan de Vera.....	76
2.4 As Ordens Religiosas na Atual Província de Corrientes.....	79
2.5 A Companhia de Jesus e seus Estabelecimentos	81
2.5.1 Os Jesuítas em Corrientes	83
3 O COLÉGIO DA COMPANHIA DE JESUS EM CORRIENTES.....	88
3.1 A Educação Rio-pratense	88
3.2 Os Colégios Jesuíticos: Suas Atividades e Sustento.....	91
3.3 O Colégio Jesuítico da Cidade de Vera.....	95
3.3.1 Antecedentes e Primeiros Contatos Entre Jesuítas e Povoadores de Corrientes	95
3.3.2 As Gestões para Estabelecer o Colégio	103
3.3.4 Chegada e Instalação dos Jesuítas em Corrientes	112
3.3.5 A edificação do Colégio	113
4 EVOLUÇÃO DO COLÉGIO SEGUNDO AS CARTAS ÂNUAS DO SÉCULO XVIII	120
4.1 A Espanha e a Província Jesuítica do Paraguai em fins do Século XVII e Começos do XVIII.....	120
4.1.1 Situação geral da Espanha e da América.....	120
4.1.2 A Província Jesuítica do Paraguai em Começos do Século XVIII	121
4.2 A cidade de Corrientes em fins do Século XVII e Primeira Metade do XVIII: Aspecto Geral e Sentimentos de seus Habitantes a Respeito dos Jesuítas	123
4.3 O Colégio de Corrientes no Século XVIII	127
4.3.1 Evolução da Edificação do Colégio	127
4.3.2 As Propriedades do Colégio de Corrientes	133
4.3.2.1 A Estância de “Rincón de Luna”	134
4.3.2.2 Outras Dependências nas Propriedades	140
4.3.2.3 Dependências nas Propriedades Rurais	140
4.4 O Colégio de Corrientes Segundo as Cartas Ânuas do Período 1714 – 1763.....	141
4.4.1 O Colégio Segundo a Carta Ânua de 1714 a 1720.....	141
4.4.2 O Colégio de Corrientes na Carta Ânua de 1720 a 1730	142
4.4.3 O Colégio Segundo a Carta Ânua de 1730 a 1735.....	144
4.4.4 O Colégio na Carta Ânua de 1735 a 1743.....	145
4.5 As Cartas Ânuas de 1750 a 1756 e de 1756 a 1762.....	152
4.5.1 Os Colégios na Carta Ânua de 1750 a 1756.....	153
4.5.2 Os Colégios na Carta Ânua de 1756 a 1762.....	156
5 PROBLEMAS DA COMPANHIA NO SÉCULO XVIII	160

5.1 A Revolta dos "Comuneros"	160
5.1.1 Da Revolta na Carta Ânua de 1720 - 1730	161
5.1.2 Da Mesma Revolta na Carta Ânua de 1730 a 1735	166
5.1.2.1 Da Repercussão no Colégio de Corrientes.....	167
5.1.2.2 De Outras Repercussões da Revolta dos "Comuneros" e Demais Circunstâncias sobre Corrientes, segundo a Carta Ânua de 1735 a 1743.....	169
5.1.2.3 Dos Acontecimentos de 1735 Segundo a Carta Ânua de 1735 a 1743	172
5.2 A Questão da Colônia do Sacramento	175
5.2.1 Da Questão da Colônia na Carta Ânua de 1735 a 1743	176
5.2.2 Da Mesma Questão na Carta Ânua de 1750 a 1756.....	178
5.3 A Última Ânua: 1756-1762	188
6 O TEMPO DA EXPULSÃO	190
6.1 Situação dos Jesuítas na Segunda Metade do Século XVIII	190
6.2 A Expulsão dos Jesuítas do Colégio de Corrientes.....	193
6.3 O Destino dos Bens do Colégio Depois da Expulsão	198
6.3.1 O Destino Final do Colégio	201
6.3.2 O Destino de Rincón de Luna até o fim do período colonial	203
6.3.3 O Destino dos Bens Restantes	209
6.4 A Educação em Corrientes Depois da Expulsão	209
CONCLUSÃO.....	215
BIBLIOGRAFIA	225
Fontes Inéditas	231
Fontes Editadas.....	233
APÊNDICES	235

LISTA DE FIGURAS

I.	Jurisdição da cidade de Vera. Ata de fundação. 3 de abril de 1588.....	63
II.	A cidade de Vera nos primeiros tempos	64
III.	Placas comemorativas do Milagre da Cruz	65
IV.	Igreja da Cruz do Milagre.....	66
V.	Indígenas da região	67
VI.	Vistas atuais da Ponta San Sebastián onde ergueu-se a ermida	69
VII.	Plano de Hernán Gómez onde aparece a mudança da cidade em 1688	70
VIII.	Regiões naturais da Província de Corrientes	72
IX.	Jurisdição da cidade de Vera no século XVII com as reduções franciscanas ...	80
X.	Missões jesuítas e limites entre os povoados do Paraná e Uruguay	85
XI.	Plano da cidade de Corrientes com a localização do Colégio	114
XII.	Típica casa colonial correntina	124
XIII.	Plano parcial do Colégio dos jesuitas	128
XIV.	Frente do Colégio dos jesuitas	130
XV.	O patio do Colégio	131
XVI.	A Estância de Rincón de Luna.....	135
XVII.	Plano da Estância de Rincón de Luna	138
XVIII.	Temporalidades de Corrientes	139
XIX.	Cena da expulsão dos jesuitas	192
XX.	Frente do atual Colégio San Martín - Corrientes	202
XXI.	Fachada posterior do Colégio General San Martín	202
XXII.	Atual Igreja dos jesuítas em Corrientes	213

ABSTRACT

The steps taken in order to set up a college of the Compañía de Jesús in the city of Corrientes, Argentina, began in 1595 according to the request made by “*Teniente de Gobernador Alonso de Vera*”, but it took place in 1691. The negotiations lacked continuity and were began again by the Cabildo – Town Council – on June 16, 1658, but request for its setting up was put forward on November 4, 1685. The official fundation took place on March 1, 1690. It was a hard task. The order was given, finally, by Padre Tirso González trough a Charter Act of march 13, 1690.

Towards the end of the seventeenth century, once the Jesuits had already founded missionary settlements, the College of the Compañía de Jesús, underwent the effects of opposite interests. Colonizers and Jesuits, needed cattle, land and labors; consequently, a resentful relationship between them arose.

The unedited “*Cartas Anuas*” of the eighteenth Century constitute the groundwork of this study about the development of the College. Great difficulties took place such us the Revolution of the “*Comuneros*” and those derived from the Treaty of Madrid. All this facts had a great repercussion on the normal life of College of Corrientes, trouble theirs activities.

The last “*Anua*” written between 1756 and 1762, reflects the way to the expulsion of the Jesuits. The destination of the properties of the College are also deals trough others documents and bibliography.

RESUMO

As gestões para o estabelecimento de um Colégio da Companhia de Jesús na cidade de Corrientes, Argentina, começaram em 1595, com a solicitude feita pelo Tenente de Gobernador, Alonso de Vera, porem sua efetiva instalação concretou-se recém em 1691. As tratativas não tiveram continuidade e foram reiniciadas em 16 de junho de 1658, mas a apresentação oficial do pedido para seu estabelecimento só foi feita em 4 de novembro de 1685. A fundação oficializou-se, após longos e confusos trâmites, por ordem do P. Tirso González, a 1 de março de 1690.

Inserido num contexto de fins do século XVII, quando já tinha sido consolidada outra das experiencias jesuiticas no territorio sob a jurisdição da cidade de Corrientes, como eram os povoados das missões, o Colégio da Companhia, será afetado pela presença de intereses opostos. As mutuas necesidades de gado, terras e mão de obra, haviam alterado as relações entre colonos e jesuitas.

As Cartas Ânuaas do século XVIII, inéditas, foram os documentos básicos utilizados para seguir a evolução do Colégio. Elas refletiram os efeitos das situações que dificultaram o desenvolvimento das tarefas proprias de aquele, como a revolta dos Comuneros, e as derivadas do tratado de Madrid. Concretada a expulsão, o trabalho segue com o destino dos bens dos jesuitas até o fim da época colonial.

Introdução

Provincia del Pa

O Fa

Luigi B. P. R.

INTRODUÇÃO

A possibilidade de acesso ao valioso material inédito existente no Instituto Anchietano de Pesquisas, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil, como são as “Cartas Anuais da Província Jesuítica do Paraguai”, pertencentes ao século XVIII, surgiu como definição na busca de uma temática que servisse ao nosso propósito: obter o Mestrado em História de Ibero-América na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, com sede nessa cidade brasileira; e ao mesmo tempo fosse de utilidade para trazer novos elementos à história da Província de Corrientes, Argentina. Sendo esta Província (Estado), o lugar de nossa residência, a escolha assume também as características de contribuição à construção de uma história nacional a partir da local e da regional.

A escolha recaiu assim no Colégio Jesuítico de Corrientes, sobre o qual poderiam trazer-se mais dados numa época particularmente difícil para a Companhia, diretamente afetada por sucessos como a Revolta dos "Comuneros" e as questões derivadas da longa luta pela Colônia do Sacramento. Geralmente, o estudo da ação da Companhia de Jesus pareceu centrar-se mais nas missões ou nos Colégios “grandes”, como os de Buenos Aires e Córdoba, no que diz respeito ao atual território argentino, com muito menos consideração aos “pequenos”, como o de Corrientes que, a pesar de tudo, teve de agir em épocas muito

tumultuadas. Neste sentido, o trabalho realizado por Beatriz Vasconcelos Franzen sobre o segundo Colégio de Buenos Aires, o Colégio do Alto de San Pedro, baseado nas Cartas Ânua de 1735 a 1743, foi um disparador importante para a abordagem de uma questão similar.

Em consequência o objetivo deste trabalho é reunir a informação, que referente ao Colégio da Companhia de Jesus de Corrientes, pode ser extraída das Cartas Ânua correspondentes ao século XVIII, com a finalidade de interpretar a influência que o mesmo exerceu de acordo com os objetivos a cumprir por este tipo de estabelecimentos.

A leitura prévia de obras clássicas sobre a história de Corrientes, cheias de irritação com a Companhia, acrescentou um impulso a mais na busca de motivações que explicassem tais rancores e sua transcendência nas obras do século XX.

Os problemas jurisdicionais foram fonte de ácidos comentários nas obras específicas sobre a história de Corrientes de Manuel Florencio Mantilla (1972), Hernán Félix Gómez (1996) e Manuel Figuerero (1929), autores correntinos que constituíram-se em nossa primeira aproximação ao tema.

Nos enfrentamos, assim, a dois tipos de obras e posturas, as claramente anti-jesuíticas defendidas pelos autores citados, e as jesuíticas, como as de Antonio Astrain (1925) e Pablo Hernández (1913), compreendendo também a de Cayetano Bruno (1968), religiosos que focalizam os acontecimentos desde a visão da Ordem.

Tanto a utilização das “Cartas Ânua”, como das obras dos historiadores correntinos, colocaram-nos frente à difícil tarefa de tentar um tratamento hermenêutico das primeiras, que abrisse alguma luz nova sobre a questão que despertou tantos rancores nos segundos.

As “*Historias*” de Corrientes de Manuel Florencio Mantilla (1972), Manuel Figuerero (1929), Hernán Félix Gómez (1996), já citadas, e a de Raúl de Labougle (1978), fortemente localistas as três primeiras, fervorosamente contrárias aos jesuítas, proporcionaram dados úteis e são reflexo de um pensamento liberal que continuou após a revolta “comunera” e que transcendeu o século, projetando-se na concepção de historiadores modernos. Mais objetivo, porém crítico, Labougle (1978) brindou uma visão livre de fanatismos excessivos, sem abundância de qualificativos, como encontramos nas outras.

Por sua parte, as Cartas Ânuaas do Século XVIII respondiam como todas elas, a um propósito determinado de serviço à Companhia e a seus objetivos, sendo seus autores os protagonistas de situações difíceis, como foram as revoltas “comuneras”, no caso do Padre Pedro Lozano, ou a guerra guaraníca desatada como consequência da assinatura do Tratado de Madrid em 1750, com o Padre Barreda como Provincial.

Em razão do antes exposto consideramos necessária a incorporação de um capítulo inicial de apresentação das Cartas Ânuaas do século XVIII, que estão inéditas, da bibliografia onde encontramos referências diretas ao Colégio ou às circunstancias que cercavam sua existência, como também os dados biográficos e a trajetória de autores que escreveram a história de Corrientes, suas ideologias e as obras específicas sobre o Colégio e suas propriedades. Mereceram consideração, além disso, as organizações onde podem ser achadas as fontes referidas, as bibliotecas especializadas em história da região do nordeste argentino e sobre missões jesuíticas, como o Instituto Anchietano de Pesquisas (IAP), Rio Grande do Sul, Brasil e o Instituto de Geohistória Regional (IGHI), Resistencia, Chaco, Argentina. O Archivo General de la Provincia de Corrientes (AGPC), pela sua importância, também é objeto de especial menção neste trabalho.

O trabalho vai prosseguir logo com a posição da fundação da cidade de San Juan de Vera de las Siete Corrientes, no contexto da colonização rio-platense, assim como sua situação geográfica estratégica e as características de sua jurisdição, tanto físicas como populacionais e econômicas, que darão o marco essencial para entender e dimensionar a ação dos jesuítas desde o Colégio.

Perante a dimensão que adquiriam os conflitos que envolveram o Colégio em relação com o movimento “comunero”, e as situações derivadas da política espanhola com a Colônia do Sacramento, foi necessário o tratamento em capítulos diferentes, das questões relacionadas às tarefas específicas do mesmo, acontecendo o mesmo com os referidos aos problemas que conduziriam à expulsão, embora estivessem em estreita relação com aqueles conflitos.

Embora alguns acontecimentos não se refiram diretamente ao Colégio, e sim às missões e aos serviços requeridos aos índios pelos governadores de Buenos Aires, suas conseqüências e efeitos são importantes para avaliar as conflituosas relações entre jesuítas e correntinos.

Parece-nos oportuno citar aqui, algumas pautas que levamos em conta em nosso intento de realizar um trabalho de interpretação dos documentos, que permitam uma aproximação à realidade das relações entre a Companhia de Jesus e Corrientes. Consideramos:

O “discurso subterrâneo”, empregando uma expressão de Le Goff, que subjaz em todo documento escrito e que tem estreita relação com a intencionalidade consciente ou inconsciente. “*O documento não é inocuo*” diz o autor (LE GOFF, 1990, p.547) e afirmando esta idéia, Cardoso & Vainfas (1997, p.337) expressam que: “*um documento é sempre*

portador de um discurso que, assim considerado, não pode ser visto como algo transparente". Ao tratar a falta de inocência nos documentos, Le Goff, explica que os mesmos são produto da sociedade que os fabricou, e também de épocas sucessivas em que foi interpretado ou silenciado. É preciso desmontar, demolir a montagem que fez sobre ele a sociedade que o produziu. Analisar as condições nas quais tal documento foi escrito e de que ambiente surgiu é, em consequência, fundamental para, após, reagrupar, relacionar e voltar a construir. Por sua parte, Cardoso & Vainfas (1997, p.378) opinam:

"A história é sempre texto, ou mais amplamente, discurso, seja ele escrito, iconográfico, gestual, etc., de sorte que somente através da decifração dos discursos que exprimem ou contêm a história poderá o historiador realizar o seu trabalho."

A questão da interpretação: Adam Schaff (1983) diz que o estudo das fontes é indispensável na reflexão histórica, porém isso não libera ao historiador da necessidade de compreender os motivos e os procedimentos finalizados dos homens. Referente às questões relacionadas com as características das fontes históricas, em especial das pessoais, Schaff diz que estas:

"... relatam o que os autores dessas memórias, cartas, discursos, etc. pensavam deles próprios e dos acontecimentos; no pior dos casos transmitem o que eles queriam que os outros pensassem deles e dos acontecimentos." (SCHAFF, 1983, p.258)

A objetividade do historiador: parece impossível que o historiador prescindia de sua interpretação, de seu sistema de valores filosóficos e ideológicos, de sua experiência política e social, do seu grau de formação. Porém, isto não deve conduzi-lo a um relato arbitrário e sem justificação. Henri-Irénée Marrou (1991, p.211) diz que sempre o historiador introduzirá

algum elemento pessoal em seus escritos, mas que não é um prisioneiro de sua subjetividade, pois a existência da ciência histórica está ali para testemunhar sua validade.

A menção destas questões básicas para a tarefa do historiador, deve ser acompanhada por outras considerações que tem a ver concretamente com o contexto do século e a política da Companhia. São estas:

A realidade do século dezoito. A chegada da dinastia borbônica ao trono espanhol com Felipe V em 1700, deu início a uma etapa de mudanças já que os reis desta dinastia, contaram com a colaboração de eficazes funcionários, identificados com as novas tendências políticas e econômicas da época, cujos efeitos projetaram-se à estrutura total do Estado, incluídos os vastos domínios americanos. A esta dinastia pertencerá Carlos III, que expulsou a Companhia da metrópole e de suas possessões coloniais. Portugal tinha dado o primeiro passo em 1758, sendo imitado por França onde os estatutos da ordem foram examinados e declarados contrários às regras da monarquia, proibindo-se, em 1761, que os jesuítas exercessem o ensino. Se, no século XVII, a Reforma havia dividido a Igreja, o século XVIII, marca uma nova ruptura, propondo um racionalismo que, levado às últimas conseqüências, destruiu diversas estruturas consideradas imutáveis.

O espírito da Companhia de Jesus. Instalada em 1540, provinha de uma Europa com esse catolicismo fraturado e que, através do Concílio de Trento, *“procurava um novo caminho que, na verdade, era um retorno à pureza do cristianismo inicial”* (FRANZEN, 1999, p.223). Os jesuítas dedicaram-se, então com enorme zelo, à propaganda religiosa e à docência, destacando sucessivas missões destinadas a levar a verdade evangélica a todos os cantos do mundo, em concordância com o espírito com que a Ordem havia sido criada.

Os “Exercícios Espirituais” elaborados por Santo Inácio, transformaram-se na coluna vertebral da Companhia. Seu conteúdo e práticas, são úteis para interpretar a missão salvadora que esta propunha. Havia uma verdade implícita nas crenças dos missionários que encaravam suas atividades apostólicas à luz de suas próprias convicções.

O critério de organização da Ordem, determinava a intencionalidade dos documentos oficiais emanados da Companhia, como é o caso das Cartas Ânuas. Ernesto Maeder, na *Introducción* à publicação das Cartas Ânuas da Província do Paraguai (1637-1639) (CA 1637-39, 1984, p.15), explica que respondiam a uma dupla necessidade: por uma parte, “....*el utilizar las noticias de los trabajos y dificultades de otros jesuitas como instrumento para despertar el entusiasmo de los jóvenes y atraerlos a la orden religiosa que presentaba tales ejemplos*”; por outra, a de estimular a amigos e benfeitores da Companhia em sua vida espiritual, e para confirmá-los em sua benevolência com ela. Por isto, desde a primeira legislação de 1547 e nas seguintes, insistiu-se em que fossem escritas, nas Cartas somente as coisas edificantes ou as que dessem bons exemplos. Isto também terá como propósito despertar novas vocações, tão importantes para dar seqüência à obra de evangelização em terras americanas.

Referente à utilização de fontes e bibliografia, acrescentaremos que utilizamos primordialmente as Cartas Ânuas e que, por carecer das mesmas em certos períodos, como é o correspondente à fundação do Colégio de Corrientes, apelamos ao Arquivo da Província que guarda as Atas capitulares de 1690 a 1696.

Utilizamos também os documentos que organizaram Pablo Pastells, especialmente o volume IV (1923), e Pastells & Mateos (1946, 1948, 1949), onde constam os relativos aos

trâmites para o estabelecimento do Colégio. Quanto à evolução dele, seguimos quase exclusivamente o conteúdo das Ânuas a partir de 1714, incorporando algumas referências feitas por outros jesuítas desse tempo, nas visitas que realizavam ao mesmo.

Entre as obras de utilidade para determinar as propriedades do Colégio, que não têm referência nas Ânuas, figuram os trabalhos de Ernesto Maeder sobre a Estância “Rincón de Luna” (1992 (a)) e sobre o destino das Temporalidades (1997) com o levantamento dos inventários que permitem dimensionar as propriedades e pertences urbanos e rurais. Também os trabalhos específicos como os de Vicente Fidel López (1931) sobre o Colégio nos seus primeiros tempos, e do próprio Maeder (1981) sobre a história econômica de Corrientes, que nos acercam aos documentos existentes no Arquivo Geral da Nação, em Buenos Aires, no Arquivo do estado - “*Provincia*”- de Corrientes, no Arquivo das Índias de Sevilha e no Arquivo da Companhia de Jesus, em Roma.

Apesar de termos consultado obras específicas sobre a Revolta dos “Comuneros”, como as do mesmo Padre Lozano (1905), que escreveu as Ânuas de 1720-1730, 1730-1735 e 1735-1743, fazemos referência quase exclusivamente ao conteúdo destas, já que nosso objetivo refere-se à difusão das Cartas inéditas.

Não analisamos profundamente, no capítulo correspondente, as causas da expulsão da Companhia, embora as mesmas sejam consequência dos sucessos relatados nas Cartas Ânuas, por tratar-se de fatos tão complexos que exigiriam um tratamento especial. O que sim seguimos, é o destino das propriedades rurais e urbanas do Colégio, que foi tratado por Ernesto Maeder em seu trabalho sobre a história econômica de Corrientes e o específico sobre o destino das Temporalidades publicado em 1997. Também o estudo do arquiteto Ramón

Gutierrez (1967) sobre as igrejas e conventos da cidade, que inclui a igreja e o Colégio da Companhia, relacionando a arquitetura de ambos e as mudanças que sofreram de acordo com seus destinos.

Tratamos também a evolução do ensino em Corrientes depois da expulsão dos jesuítas, até o fim do período colonial, com a Revolução de Maio de 1810 em Buenos Aires, à qual Corrientes aderiu.

Para uma melhor compreensão do tema, achamos conveniente esclarecer o que era um “Colégio” para a Companhia de Jesus. Tratava-se de casas que deviam possuir rendas próprias, que logo converteram-se em verdadeiras unidades de ensino e evangelização, cuja ação irradiava-se à cidade onde estavam inseridas e às comarcas vizinhas, manifestando-se através de múltiplas atividades complementares de suas tarefas básicas, como a organização de Congregações, a prática dos Exercícios, a assistência aos espanhóis, índios, negros e as missões campestres.

Para poder exercer as múltiplas tarefas a que estavam destinados, os Colégios deviam contar com os bens suficientes, a juízo das autoridades eclesiásticas, e civis, com lugar para a escola, ranchos para os escravos, depósitos, pátios e oficinas diversas. Para sua manutenção e normal subsistência, deviam contar com estâncias próprias com gado suficiente e propriedades para chácaras e hortas, que fizessem possível a continuidade da obra empreendida. Neste ponto, diferenciavam-se claramente das “Residências” onde moravam os Padres, e que viviam de esmola.

Feita esta aclaração básica, diremos que o trabalho foi organizado nos seguintes capítulos:

1 – As Fontes e a Bibliografia: análise das Cartas Ânuas em seu conteúdo e referências sobre os autores; as instituições e centros de documentação sobre a matéria que visitamos; principais trabalhos sobre a História de Corrientes, tendências, ideologias.

2 –A Fundação de Corrientes no Quadro da Colonização “Rio-platense”: o contexto geral do século XVI; os primitivos habitantes, referências à especial geografia da atual província, cenário onde desenvolveram-se as duas experiências jesuíticas: as missões e o Colégio.

3 – O Colégio da Companhia de Jesus em Corrientes: depois de referências as atividades próprias destas instituições em geral, trata-se a fundação do Colégio de Corrientes, iniciando-se com os primeiros contatos entre os moradores da cidade e a Companhia. As gestões para o estabelecimento do Colégio, a chegada e instalação dos Padres, as primeiras propriedades e a construção do edifício.

4 – Evolução do Colégio Segundo as Cartas Ânuas do Século XVIII: apresenta-se a problemática geral da Província jesuítica do Paraguai no fim do século XVII e as novas questões que se aproximam, a evolução edilícia do colégio e suas propriedades, a estância principal de Rincón de Luna e outras dependências nos estabelecimentos. Segue com a situação do Colégio segundo as Cartas Ânuas de: 1714-1720; 1720-1730; 1735-1743; 1750-1756 e 1756-1762.

5 – Problemas da Companhia no Século XVIII: a Revolta dos “Comuneros” é tratada a partir das Cartas Ânuas de 1720-1730, 1730-1735 e 1735-1743 com sua repercussão no Colégio de Corrientes. As circunstâncias referentes também à influencia daquela, nas missões dos rios Paraná e Uruguay, que afetaram as relações entre correntinos e jesuítas. A

questão da Colônia do Sacramento evidenciada nas Ânuas de 1735-1743 e 1750-1756 e de 1756-1762 e sua repercussão sobre o conjunto de situações que contribuíram com a próxima expulsão.

6 – O Tempo da Expulsão: trata-se da forma que adquiriu a expulsão dos Padres do Colégio, o destino de suas propriedades e o estado da educação em Corrientes logo após.

Conclusão: com a avaliação final do tema e das opiniões dos autores.

Apêndice: É incluído o texto completo da carta que o Padre Ignacio Pérez, reitor do Colégio de Corrientes, dirigiu ao Padre Provincial, Antonio Machoni, em 11 de agosto de 1739, na qual relata a missão que realizou em Corrientes o Padre Oyarzábal.

Pelo conteúdo interessante para compreender os fatos aqui relatados, inclui-se a carta de Nicolás Neêgirú, alcaide de Concepción ao governador Andonaegui, relacionada com os sucessos do Tratado de Madrid. Ambos documentos são parte das Cartas Ânuas de século XVIII.

Começaremos então com a análise das fontes e da bibliografia que utilizamos.

1 AS FONTES E A BIBLIOGRAFIA

1.1 As Cartas Ânuas

Por serem estas a principal fonte deste trabalho, fazemos primeiro as referências e comentários, o que ajudará o nosso posicionamento daqui em diante.

Guillermo Furlong define e caracteriza o sentido das Cartas Ânuas, ao manifestar que os jesuítas, homens de formação “*recia y seria, de gran cultura ya sea espontáneamente o por oficio*” (FURLONG, 1969, p.2), dedicaram-se, desde cada casa ou redução, a relatar todas as atividades da Ordem, incorporando também os fenômenos da natureza, as características geográficas das regiões, a índole dos indígenas, seus costumes, e o proceder de cada um dos atores que operaram no cenário no qual os Padres exerceram suas atividades. Um deles, escolhido pelo Provincial, reduziu todas estas Cartas locais a uma Carta Ânua Provincial e a mesma era controlada por três pessoas idôneas e posteriormente assinada pelo Provincial e enviada a Roma. De acordo com o sistema de governo que Santo Inácio estabeleceu na Companhia, este foi o instrumento que permitiu ao Padre Geral conhecer o que os membros da Ordem estavam fazendo no lugar do mundo onde se encontrassem, para poder dirigir todas as atividades de acordo ao espírito da mesma. Por isto, surgiram estas Cartas Ânuas, de

informação detalhada e extensa, de periodicidade variável, sobre o trabalho apostólico que os jesuítas realizavam. Tratava-se de escritos cuja finalidade concreta era servir à Companhia, brindando exemplos edificantes que atraíssem, tanto a novos aspirantes, como a estimular as doações que permitiriam o sustento de suas obras.¹

A Universidade de Buenos Aires, através do Instituto de Investigaciones Históricas, da Facultad de Filosofía y Letras², iniciou em 1927, a publicação das Cartas Anuas por indicação de Carlos Leonhardt, mas só apareceram dois volumes, que abarcam de 1609 a 1631. Em 1984 editaram-se as correspondentes aos anos 1637-1639³; em 1990, as dos anos 1632-1634. Em 1996, o Instituto de Investigaciones Geohistóricas de Resistencia, Chaco, Argentina, começou a publicação de outra série destas Cartas: a de 1641 a 1643, primeiro, com Introdução do Dr. Ernesto Maeder, logo, no ano 2000, as correspondentes a 1644⁴.

Um importante volume destas cartas permanece inédito e a consulta para este trabalho, está baseada em cópias digitalizadas, que, desde a tradução feita por Carlos Leonhardt, microfilmada pelo Padre Arnoldo Bruxel, transcreveram-se em 1994, no Instituto Anchietano de Pesquisas (IAP) de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil, com a direção do Padre Pedro Ignacio Schmitz, S.J. Também existem cópias das mesmas no Instituto de

¹ Referências às publicações de Cartas Anuas, conteúdo e características, encontram-se nas Introduções e notas dos diferentes volumes publicados. Também no trabalho de Beatriz Vasconcelos Franzen, “*A fundação do segundo Colégio de Buenos Aires, vista através das Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay. Año 1735-1743*”. Portugal, 1998, cuja Introdução é inédita.

² *Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay, Chile y Tucumán de la Compañía de Jesús* (vol I, 1609-1614; vol. II, 1615-1637). *Colección de documentos para la historia argentina*, tomos XIX y XX. Iglesia. Buenos Aires, Instituto de Investigaciones Históricas/Facultad de Filosofía y Letras, Jacobo Peuser, 1927-1929.

³ *Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay, 1637-1639*, com advertência de Ernesto Maeder. Buenos Aires, FECIC, 1984.

⁴ Em dois volumes, formam parte da Coleção *Documentos de Geohistória Regional*, Nº 11 y 13.

Investigaciones Geohistóricas, (IIGHI), Resistencia, Chaco, Argentina, as quais também consultamos.⁵

Estas Cartas Ânua inéditas correspondem aos anos: 1645-1646; 1647-1649; 1663-1666; 1669-1672; 1672-1675; 1714-1720; 1720-1730; 1730-1735; 1735-1743; 1750-1756 e 1756-1762.

Os informes referentes ao Colégio de Corrientes, iniciam-se neste trabalho, com as Cartas de 1714, já que não dispomos das Ânua correspondentes à época da fundação do mesmo, em 1690.⁶

As Cartas seguem o esquema geral característico das mesmas, ou seja: as condições gerais da Província, a revisão da situação dos Colégios, para logo ocupar-se das missões e dos religiosos que faleceram. O que mais chama a atenção, são os inumeráveis conflitos derivados da Revolta dos "Comuneros", suas repercussões em Corrientes e a longa guerra pela Colônia do Sacramento, sucessos que complicariam muito o delicado relacionamento entre correntinos e jesuítas.

A Carta Ânua de 1714 a 1720, foi escrita pelo Padre Manuel Querini, e dirigida ao Padre Miguel Tamburini, Prepósito Geral da Companhia de Jesus. De acordo com Furlong⁷ (1967, p.89), a compôs em latim, mas "*la letra es del Padre Luis de los Santos*". Ao redor de 1720, os superiores encomendaram a Querini que, baseando-se numa vasta documentação que

⁵ As cópias existentes no IIGHI, são fotocópias das manuscritas pelo P. Carlos Leonhardt que estão no Colegio del Salvador, Buenos Aires.

⁶ No trabalho de Vicente Fidel López, *Los jesuítas en Corrientes. El Colegio Fludentino*, Corrientes, Imprenta del Estado, 1931, há uma referência à "*Letras Anuas – Del 1689-92- Archivo del Salvador. Buenos Aires*", 31, Nota 38.

⁷ Na Coleção *Escritores Coloniales Rioplatenses*, Guillermo Furlong S.J., publica documentos emanados de jesuítas, precedidos por referências biográficas deles e uma detalhada informação sobre os demás escritos de cada um deles e sua localização. Neste caso, a citação corresponde a: *Manuel Querini y sus "Informes al Rey" (1747-1750)*. Buenos Aires, Teoría, 1967.

lhe entregaram, proveniente das casas, colégios e missões, extraísse o mais digno de ser conservado, e escrevesse estas Ânuas. A tarefa de Querini⁸ tornou-se mais difícil já que devia extrair as notícias mais importantes, ordenar o material e traduzi-lo ao latim. Furlong comenta referente a esta tarefa:

“Humanista de buena ley, como Querini, esto postrero le debió ser fácil pero tal vez encontró, novato como era aún en achaques historiográficos, alguna dificultad en lo primero y segundo, pero quien lea hoy estas Anuas, tal como él nos las dejó, no podrá sino alabar la habilidad con que supo hilvanar los hechos más variados.” (FURLONG, 1967, p. 89-90)

Estas Ânuas de 1714 a 1720, não contêm grandes referencias ao Colégio de Corrientes⁹, talvez porque, até então, não estivesse suficientemente consolidado, aos vinte e quatro anos da sua fundação.

Referente às Cartas Ânuas de 1720 a 1730 e de 1730 a 1735, Guillermo Furlong S.J. (1959, p.121-122), diz que são de autoria do Padre Pedro Lozano, e por seu estilo e particularidades técnicas, *“parecen obra exclusivamente suya. Son difusas, farragosas y de estilo difícil”*. Esclarece que, embora inicialmente refira-se a sucessos ocorridos *“a los tres años de su arribo al país cuando él era aún estudiante, [...] no cabe duda que fueron de él”*.

Furlong indica este fato como importante porque, de ser verdadeiro, demonstraria, *“por una parte, que aún estudiante, había dado muestras de su vocación por la historia y, por otra, señalaría a esas Ânuas como la obra primeriza compuesta por nuestro gran historiador.”* (FURLONG, 1959, p.122). Na de 1720 a 1730, Lozano se faz eco da

⁸ Manuel Querini, grego de origem, chegou ao Buenos Aires em 1717, foi Provincial do Paraguai entre 1747 e 1751, portanto devia atuar na época da assinatura do Tratado de Madrid. Para seus dados biográficos, ver em Furlong, *Manuel Querini S.J. y sus “Informes al Rey” (1747-1750)* Buenos Aires, Teoría, 1967, com citas de seus diversos escritos.

perseguição contra os jesuítas em Asunción, explica o motivo do ódio contra estes, referindo-se a seus antecedentes e às ações dos protagonistas em 1721, com o surgimento da figura de Antequera. Relata todas as peripécias dos Padres quando foram expulsos do Colégio de Asunción, e transcreve cartas de defensores da Companhia como a do Vice-rei do Peru, Don Diego Morcillo, datada em 26 de maio de 1723, em Lima (CA 1720-30, p.85)¹⁰; a do bispo Fajardo, e a do governador do Rio de la Plata, Bruno Mauricio de Zabala, ambas ao Rei em 1724. (CA 1720-1730, p. 91-92). Ocupa-se do Colégio de Corrientes, defendendo a tarefa dos Padres, incorporando para isto, o depoimento do tenente governador da cidade ao Padre Provincial Lorenzo Rillo, em carta de 7 de julho de 1728 (CA 1720-1730, p.127).

A Carta correspondente aos anos 1730-1735 contém, no capítulo do Colégio de Corrientes, a repercussão da Revolta dos "Comuneros" no mesmo, que manifestou-se num intento de expulsá-los também dali. São interessantes as referências que introduz sobre as atividades que desenvolvem em geral todos os Colégios (CA 1730-35, p.2-7). Em relação às Cartas Ânua de 1735 a 1743, Furlong diz o seguinte:

“... no parecen ser de él, [de Lozano] o si fueran suyas en un principio, debieron los Superiores pasarlas a algún otro sujeto, quien, además de talar lo superfluo; supo redactar las noticias consignadas por nuestro historiador, con estilo más fluído y más elegante, sin las asperezas y durezas que se advierten en Lozano.” (FURLONG, 1959, p.122)¹¹

Há nelas um extenso informe referente a *“La misión en la ciudad de Corrientes, llamada de San Juan de Vera”* (CA 1735-1743, p.151-166), onde, a maior parte é a transcrição de uma carta do reitor do Colégio dessa cidade, Padre Ignacio Pérez (CA 1735-

⁹ As referências ao Colégio de Corrientes, encontram-se nas páginas 22 e 23 na versão digitada pelo IAP

¹⁰ Este número de páginas corresponde à versão existente no IIGHI.

1743, p.152-166), com observações das características dos habitantes, seus costumes e ocupações, além do estritamente religioso. Há relatos de penúrias, fome, ataques dos charruas e índios dispersos à procura de comida, cometendo homicídios e furtos de gado, que afetaram a jurisdição de Corrientes (CA 1735-43, p.354-358). Retoma o assunto dos "comuneros" ao que acrescenta o assédio da Colônia do Sacramento, como nova fonte de penúrias para os índios missioneiros (CA 1735-43, p.358-378), e o conseqüente descontrole quando eram liberados desses serviços.

Quem escreveu estas Cartas, o Padre Pedro Lozano, é o objeto de uma breve, porém interessante biografia, na Carta Ânua, também inédita, dos anos 1750-1756¹², com motivo do seu falecimento. O autor desta última, o Padre Provincial José Barreda, introduz comentários sobre a personalidade do historiador da Companhia (CA 1750-1756, p.124-124), desde o seu nascimento em Madrid, em 16 de julho de 1697, até sua morte em Humahuaca em 8 de fevereiro de 1752.

A Carta Ânua de 1750 a 1756, destinada ao Padre Geral Luis Centurión, inicia com a menção por parte do Provincial Barreda, dos seis anos que passaram desde que seu antecessor mandou as últimas Ânuas, o que indicaria, que, entre 1744 e 50 não houve outro envio, já que também menciona que fazem mais de cinco, de que ele fora chamado desde a Província do Peru pelo Padre Francisco Retz para governar a Província do Paraguai e que, em todo esse tempo, escreveu freqüentemente a Roma referente ao que ocorria nela. Começa refletindo um

¹¹ O texto corresponde à Introdução que Furlong fez à publicação: *Pedro Lozano S.J. y sus "Observaciones a Vargas"*, 1750. Em *Escritores coloniales rioplatenses*, IX, Buenos aires, Librería del Plata, 1959.

¹² Também consultada na versão digitalizada existente no IAP, tradução do Carlos Leonhardt, S.J., São Leopoldo, 1994. Furlong refere-se a essa mesma biografía em *Pedro Lozano y sus observaciones a Vargas (1750)*, Buenos Aires, Librería del Plata, 1959.

grande pessimismo em relação ao destino dos povos das missões pelas injúrias que foram tramando-se em torno à Companhia.

Na primeira parte, dedicada ao Colégio, faz referências gerais, sem especificar a situação de cada um (CA 1750-1756, p.3-10). São muito abundantes, porém, as crônicas dos sucessos ocorridos nas missões (CA 1750-1756, p.11-169), que segundo ele diz, escreveu com lágrimas, já que trata a entrada em vigência do Tratado de Madrid. Todos os acontecimentos aparecem detalhados minuciosamente, e as tratativas, para efetivar suas cláusulas, procurando algum tipo de adiamento que lhes permitisse fundar e garantir a população indígena em outras terras; são descritos até os diálogos e argumentações por parte dos afetados. Neste sentido, cabe destacar a carta que Barreda transcreve traduzida do guarani, e que foi escrita pelo alcaide de Concepción, Nicolás Neengirú, ao governador de Buenos Aires, Don José Andonaegui, onde expressa suas dúvidas sobre a realidade das ordens de abandonar as terras e os povoados (CA 1750-56, p.59). Contém também esta Carta, um relato da guerra de 1754, causada pela assinatura do Tratado de Madrid de 1750, o movimento dos índios durante a mesma, os temores dos Padres, com um estilo ágil, transcrevendo cartas, argumentos e diálogos entre os protagonistas. Muitos destes sucessos tiveram como cenário a cidade de Corrientes e do território da Província, e os relatos contribuem para analisá-los desde a ótica da Companhia.

São extensas também, as notas biográficas referentes aos defuntos, às quais antecede uma lista dos mesmos¹³, ao estilo do “*Catálogo de los Jesuítas de la Província del Paraguay*” de Hugo Storni. (1980)

¹³ Nome. Sobrenome. Pátria. Idade. Entrada na Companhia. Grau. Lugar e data da morte.

A Carta Ânua de 1756 a 1762, foi escrita pelo Provincial, Padre Pedro José Andréa ao Padre Geral Lorenzo Ricci, e datada em Córdoba de Tucumán, em 20 de agosto de 1763.

Como seu mesmo autor manifesta, foi obrigado a escrever brevemente porque não chegaram todas as notícias sobre os frutos obtidos, “*en parte por la actuales calamidades*” (CA 1756-62, p.2). Em princípio, refere-se aos Colégios, logo aos defuntos e por último às missões. A parte inicial, contém referências gerais, sem especificar o Colégio em particular, somente esclarece certo número de pessoas nos dez Colégios existentes. As atividades citadas eram as próprias dos mesmos em ensino, práticas piedosas, exercícios e as missões apostólicas ou excursões evangélicas (CA 1756-62, p.2-10). Em seguida cita os defuntos, referindo-se a suas vidas.

A parte que trata das missões, evidencia os problemas derivados da urgência da transmigração nos primeiros anos do período que abrange a Carta. Mais adiante, o autor indicará a atuação de Pedro de Cevallos. A Carta termina com um censo dos povos do Uruguai, Paraguai, Chiquitos e Chaco, correspondentes ao ano 1762 (CA 1756-62, p.32-40).

1.2 A Historiografia de Corrientes

1.2.1 Os Começos no Século XIX

A atividade historiográfica começa em Corrientes, na segunda metade do século XIX, com a temática referida à cidade e sua jurisdição.

Nesta etapa inicia sua atividade como historiador, Manuel Florencio Mantilla (1853-1896). Pertencente a uma tradicional família da província, à qual esteve sempre muito ligado,

compartiu a idéia de que Corrientes “*liberada de sí misma, desde los primeros días*”, viveu defendendo-se da agressão indígena, “*implacable y pertinaz*”, isto, dito por Angel Acuña numa extensa nota biográfica referida ao autor, que antecede ao desenvolvimento da “*Crónica histórica de la Provincia de Corrientes*” (1972, p.VII-CXLIII) escrita por Mantilla.

Esquecida pelo poder central, continua dizendo Acuña, seus mandatários foram “*intrumentos de una Compañía religiosa que explota la Provincia en beneficio exclusivo de sus intereses.*” (MANTILLA, 1972, , p.VII).Mantilla instruiu-se no Colégio da Imaculada Conceição de Santa Fe, mantido pela mesma Companhia que, segundo as mesmas notas biográficas sobre Mantilla, dominava as autoridades correntinas, mas, neste caso, merece os elogios do autor destas ao dizer que “*por su régimen, organización y esmero, era uno de los grandes institutos de cultura, donde acudían de distintos rumbos los que debían formar después la clase dirigente del país.*” (MANTILLA, 1972, p. XIII). Continuou seus estudos no Colégio Nacional de Buenos Aires, que refletiu em suas aulas o espírito liberal da época, ingressou logo na Faculdade de Direito em tempos da presidência de Domingo Faustino Sarmiento (1868-1874).

É a época do despertar do nacionalismo e do culto da história numa Argentina que ainda não tinha conseguido consolidar-se. Em 1874, retornou a Corrientes, onde os acontecimentos nacionais haviam deixado profundas marcas, que acentuavam o localismo, já que as forças correntinas opositoras à política de Juan Manuel de Rosas¹⁴, tinham sido derrotadas definitivamente em 1847 por quem mais tarde seria contrário a Rosas, vencendo-o por sua vez, na batalha de Caseros, em 1852: Justo José de Urquiza, que em 1854 seria o primeiro presidente constitucional argentino.

Em 1855, as forças opositoras deram lugar à formação do Partido Liberal correntino, ao qual Mantilla aderiu à sua chegada, embora este carecesse de coesão para trabalhar por sua união. Sofreu perseguição e prisão, ocupou o Ministério de governo em tempos nada tranqüilos, e em 1878 um lugar no Congresso Nacional.

Emigrou ao Paraguai por questões políticas, escreveu “*Defensa de Corrientes*”, originalmente um manual para uso das escolas, que posteriormente ampliou sem conseguir completá-lo.

De acordo com Angel Acuña, o Dr. Mantilla “*tiene el mérito innegable de ser el primer investigador serio y orgánico de su Provincia*” (MANTILLA, 1972, p.LXXIV) levando ao seu estudo o “*criterio científico e positivo, en una época difícil para manejar e organizar datos*”. Sua extensa obra, “*Crónica histórica de la Provincia de Corrientes*”, editada em 1928, foi reeditada em 1972, pelo Banco da Província de Corrientes em dois tomos. O primeiro, com 365 páginas, começa em 1528; o segundo a partir de 1839, chega até 1896, com 519 páginas, contendo apêndices documentais. O primeiro deles, inclui publicações do autor no periódico “*Las Cadenas*”¹⁵ (MANTILLA, 1972, p.313-323) com a Ata de fundação da cidade e outra nota referida a “*La Cruz del Milagro*”¹⁶ e logo a “*Comprobación histórica*” (MANTILLA, 1972, p.339-365), polemizando sobre as circunstâncias da fundação da cidade e sua relação com a “Cruz do Milagre”. Mantilla nega a existência do mesmo pois diz não encontrar referências documentais da época, porque considera o fato, como “*un tejido de invenciones caprichosas*” (MANTILLA, 1972, p.330, Apêndice)

¹⁴ Juan Manuel de Rosas foi governador da província de Buenos Aires, 1829-32 e 1835-52.

A postura de Mantilla é claramente contrária à da Companhia e o demonstra, quando trata da fundação de Itaty por Luis Bolaños da ordem franciscana. Diz Mantilla que, enquanto formava-se dita redução,

“... los jesuítas se apropiaron del territorio de Vera, comprendido entre los Esteros del Iberá, el Miriñay, el Uruguay y el Paraná; fundando en él Reducciones organizadas y gobernadas al antojo de ellos, libres de todo otro poder, depresores y absorbentes del derecho ajeno.” (MANTILLA, 1972, p.50, Nota 8)

Em alguns parágrafos, refere-se à habilidade e constância a prova de martírio, apoiada na fé, a brandura e paternal cuidado dos Padres para com os índios, mas diz que são todas manobras para instalar um governo teocrático e uma disfarçada servidão.

Sua argumentação está baseada em que Corrientes não autorizou o estabelecimento das Reduções e sempre as considerou como uma usurpação, mas que a grande influência que os Padres tinham sobre o governo, tanto no âmbito local como peninsular, foi superior ao direito, porque conservaram os territórios entre o Iberá e o rio Miriñay.

Relacionado aos bens que os jesuítas chegaram a possuir para manter o Colégio de Corrientes, Mantilla opina que tudo conseguiu-se às custas dos moradores já que alcançaram uma prosperidade excessiva em meio de uma colônia pobre (MANTILLA, 1972, p.77). Também atribui à Companhia e a sua política “*absorbente y explotadora*” (MANTILLA, 1972, p.81), o fato de que obrigaram aos correntinos a continuar armados e em situação de guerras constantes. Exemplo disto foi a ordem de defesa das missões que recebera o lugartenente Gabriel de Toledo, que obrigou a lutar por uma causa alheia aos interesses de Corrientes.

¹⁵ Ano V, nº 537, do 3 de abril de 1888 com motivo do terceiro centário da fundação da cidade.

Os índios missioneiros, são considerados por Mantilla como inimigos de Corrientes, porque os jesuítas “*consentían u ordenaban, además, que sus catecúmenos se introdujesen a “vaquear” donde no tenían derecho a trabajar.*” (MANTILLA, 1972, p.83-84). Diz que estas “*entradas de los misioneros no se diferenciaban de los asaltos charrúas*” (MANTILLA, 1972, p.84) obrigando ao Cabildo a implementar medidas de segurança contra os missioneiros.

Considera que o Colégio era o centro das tramas urdidas na cidade em tempos do movimento "comunero" de Asunción, como também mantinha que os cargos públicos eram distribuídos ao gosto do reitor do mesmo.

Com este critério, Mantilla julga os fatos que tiveram lugar durante a revolta "comunera" e os sucessos relacionados com a Colônia do Sacramento. A expulsão, em consequência, “*llenó de júbilo a Corrientes*” considerando que “*al fin hubo justicia para los hijos de la Tierra*” (MANTILLA, 1972, p.128-129).

Uma outra das pessoas relevantes no trabalho histórico Provincial é Manuel Figuerero.

Ao radicar-se em Buenos Aires desde 1909, iniciou uma busca documental que serviu como nexos entre a história nacional e a Provincial. Trabalhou recopilando documentos da pré- e pós-história colonial correntina, nos arquivos de Buenos Aires. Baseado neste trabalho, corrigiu algumas afirmações de Mantilla, que, por sua vez, foram rebatidas ou justificadas, por tratar-se de trabalhos publicados após sua morte, pelo autor das notas biográficas introdutórias à edição de 1972 da “*Crónica*”: Angel Acuña. Em relação à presença jesuíta em

¹⁶ Referências a este sucesso no Capítulo 2.

Corrientes, Figuerero é igualmente crítico com a mesma; considerando-a também como “*usurpación*”, embora tenha algumas palavras elogiosas para com a atividade missional.

Defensor do Milagre da Cruz, discorda de Mantilla neste aspecto, e no lugar de desembarque da expedição do Adelantado Juan Torres de Vera y Aragón para fundar Corrientes.

Figuerero qualifica a obra missional dos jesuítas como “*admirable y gigantesca*” (FIGUERERO, 1929, p.223), mas, ao referir-se ao domínio territorial da cidade de Vera, fala do desmembramento produzido pelo avanço de Asunción e Santa Fe e pela “*usurpación de los jesuítas*” (FIGUERERO, 1929, p.121). Apoia a idéia do “*Imperio Jesuítico*” que, a partir do êxodo de 1631, ocupou o território pertencente à cidade de Vera pelo título de fundação, sendo, os jesuítas, atraídos pelas bondades do clima e dos guaranis. Há, na obra, algum reconhecimento ao trabalho daqueles quando diz que “*extendieron su obra catequística con eficacia y un éxito que hasta el día de hoy despierta admiración y respeto*” (FIGUERERO, 1929, p.222) para, logo, mais adiante, opinar que, “*como toda obra humana, la de los jesuítas tiene sus bondades y sus defectos*” (FIGUERERO, 1929, p. 226).

Ao tratar a “*merced*”¹⁷ do seu gado que fizera, em 1633, Juan Alonso de Vera y Zárate, filho do fundador da cidade, à Companhia de Jesus na jurisdição de Corrientes, diz, que isto deu lugar a incidentes e pleitos, sem tomar posição perante a evidência.

Em sua obra, Figuerero reconhece que os jesuítas possuíam um “*gran prestigio como eximios educadores*” (FIGUERERO, 1929, p.357), razão pela qual, solicitou-se à Companhia a instalação de duas escolas de primeiras letras e latim em Corrientes. Nesse ponto ressalta o

problema do oferecimento de uma “*cuantiosa retribución*” por parte do “Cabildo”, em terras e gado; mas, em troca, os jesuítas não aportavam nada de valor. Por meios que qualifica como “*tenebrosos*”, começaram eles a acumular bens que arrebataram aos ingênuos moradores.

Ao tratar o assunto do movimento "comunero", a postura de Figuerero é que havia uma direta vinculação entre Asunción e Corrientes, coincidindo ambas cidades em que os jesuítas, com suas influências no governo, foram os motivadores dos sucessos ocorridos nelas. Acrescenta também outra causa do ódio dos correntinos aos jesuítas, relacionada com as constantes viagens exploratórias ao Chaco que os primeiros deviam realizar, em proveito dos segundos, a cujos interesses serviam, já que aspiravam encontrar uma comunicação pelos rios Pilcomayo e Bermejo, com as missões de Moxos e Chiquitos. Estas explorações provocavam o abandono de suas casas e famílias e não ofereciam nenhum benefício. Tudo isto, unido à fundação das reduções em terras que os correntinos diziam que lhes pertenciam, foram, segundo o autor, causas justificadas para que os correntinos aderissem ao grito de “*¡Viva el común!*”.

Figuerero considera como novos vexames, os castigos impostos pelo governador de Buenos Aires, Pedro de Cevallos, definido por Figuerero como “*al servicio de la secta de Loyola*” (FIGUERERO, 1929, p. 351). Compartilhando e mencionando a opinião de Mantilla referente a que os serviços requeridos dos habitantes para diferentes campanhas, sejam elas, contra os índios do Chaco ou pela Colônia do Sacramento, diz que elas constituem novas opressões garantidas “*por Don Pedro de Cevallos, más jesuita que los mismos curas*” (FIGUERERO, 1929, p.350).

¹⁷ Merced: doação de terras e gado que se recebia por graça real.

Considera que foi uma vingança dos jesuítas o que evidenciou-se na sentença, depois de um processo injusto, a treze moradores "comuneros", condenados a sofrer a pena de morte e, ao desterro com confiscação de bens, a mais de cinquenta. Este juízo esteve “*inspirado en la maldad jesuítica*” (FIGUERERO, 1929, p.355). O capítulo termina com uma frase lapidar do autor para com a Companhia perante o fato da expulsão: “*Así se salvó providencialmente el vecindario comunero de Corrientes de la venganza despiadada e injusta de los jesuítas hospedados en su colegio desde el año 1690*” (FIGUERERO, 1929, p.356).

O júbilo que causou a expulsão “*rayó en delirio*” (1929, p.362) e Figuerero termina este novo capítulo com outra frase eloqüente: “*El 22 de julio de 1767 señala la fecha de la liberación de la ciudad de Corrientes del dominio ominoso de la secta de Ignacio de Loyola*” (FIGUERERO, 1929, p.363). Entretanto, Figuerero não é implacável com o Padre Roque González, como é Mantilla. Considera-o como o “*primer mártir de la región del Tapé*” e transcreve em sua obra uma nota biográfica que lhe fizera Trelles¹⁸ como “*homenaje al mártir esclarecido*” (FIGUERERO, 1929, p.214-216).

Mantilla ao contrario, relata com ironia um episódio relacionado com uma imagem da Virgem Maria, que costumava levar o Padre Roque González “*la que no impidió, sin embargo, que los indios del Alto Uruguay matasen a su devoto*” (MANTILLA, 1972, p.51).

A obra de Figuerero, “*Lecciones de historiografía de Corrientes*” (1929) está agrupada em 77 “*Lecciones*” que abrangem, desde as raças humanas e as hipóteses sobre as que povoaram América, até as invasões inglesas ao Rio da Prata em 1806 e 1807, com a participação dos “Caçadores Correntinos”. A última dessas “Lições”, é uma cronologia dos

¹⁸ Americanista, autor de “*Diccionario de Apuntamientos*”.

governadores desde a fundação da cidade até 1810. Dirigida especialmente aos professores, cada lição inclui leituras documentais ou testemunhais e uma síntese cronológica do conteúdo das mesmas.

1.2.2 A Historiografia de Corrientes a partir de 1920

Coincidente com o impulso que recebem os estudos históricos, coloca-se de manifesto a produção historiográfica de Hernán Félix Gómez (1888-1945), considerado como um dos principais historiadores do nordeste argentino e o mais importante na primeira metade do século XX. Assim o qualifica Maria Silvia Leoni num trabalho sobre este autor que foi publicado na “Folia Histórica del Nordeste” (IIGH, 1996, n.12, p.5-99) intitulado “*El aporte de Hernán Félix Gómez a la historiografía del Nordeste*”.

A obra de Gómez “*Historia de la Provincia de Corrientes*”, cuja primeira edição apareceu em 1928, foi reeditada em 1996, e consta de seis volumes, integrados por fascículos, incluindo cronologias, apêndices documentais, esquemas, quadros explicativos e mapas.

Segundo Leoni, indicaremos algumas particularidades de sua vida e idéias para entender sua posição, na que se misturam elementos conservadores, com a idéia liberal da época. Educado num lar cristão, a ideologia liberal o afasta desse sentimento tornando-o cético, ao ponto de afirmar que seu pensamento e atitudes estão guiados unicamente pela razão e a filosofia.

Aproxima-se a Mantilla e Figuerero, compartilham a idéia de que Corrientes perdeu território e protagonismo, segundo Gómez, pela renúncia do Adelantado Juan Torres de Vera y Aragón e pela mudança introduzida pela Espanha na estrutura econômico-administrativa, ao permitir o estabelecimento das missões jesuíticas.

Em relação à penetração das mesmas no território, reconhece que a Companhia obteve a autorização real e a de Hernandarias¹⁹ para estabelecer as reduções, a que os índios aderiram pelo trato “*paternal e carinhoso*” dos Padres perante o fato de serem tratados como “*escravos e animais*” pelos portugueses. Porém, diz que os habitantes de Corrientes consideravam que a Companhia de Jesus, “*a base de influencias, se injertaba en la zona ocupada, organizaba sus elementos y conseguía acallar las protestas del Cabildo de Corrientes*” (GÓMEZ, 1996, p.104). Coincide com Mantilla e Figuerero, no que diz respeito à questão da influência política dos jesuítas, atribuindo a denominação de “*República o Império*” à estrutura por eles formada, acrescentando sua opinião dizendo que, no território da província de Corrientes, deu-se o choque de dois centros civilizadores, o da Cidade de Vera, sujeita ao regime civil e dirigida pela sua gente e o dos “*pueblos*” missionários, “*con legislación de excepción, en manos exclusivas de los jesuítas*” (GÓMEZ 1996, p.112). Conclui dizendo que o resultado da luta de influências, entre “*la modesta ciudad de Corrientes y la poderosa compañía de Jesús, adueñada de la voluntad de reyes y príncipes, no puede extrañarnos*” (GÓMEZ, 1996, p.115). Qualifica a penetração na jurisdição de Corrientes, como continuada e violenta. Esclarece que não somente tratava-se da usurpação de terras, e sim que os indígenas que as povoavam, estavam encomendados aos moradores da cidade. Este historiador considera que cada redução estabelecida, foi um novo despojo para a cidade, deixando-a como dentro dum “caixão” quando os jesuítas das missões, chegaram até o rio Corrientes. Comparte a opinião dos outros dois autores já tratados, em relação à influencia dos jesuítas sobre juizes e governantes, conseguindo que os habitantes integrassem as campanhas de exploração e ataques dos indígenas, em benefício deles.

¹⁹ Hernandarias de Saavedra enviado pelo Adelantado Juan de Torres de Vera y Aragón para escolher o sítio da

O movimento "comunero" correntino é considerado por Gómez como “*el primer grito de soberanía popular en la noche de la vieja colonia que hoy forma la Patria Argentina*” (GÓMEZ, 1996, p.123). Diz que muito antes da Revolução de Maio de 1810 em Buenos Aires, com a que inicia-se o caminho até a independência argentina, já havia em Corrientes esses homens que sustentavam as idéias de soberania popular perante o poder opressor.

Também, Gómez manifesta-se totalmente crítico no que diz respeito à organização dos “*pueblos*” das missões jesuíticas. Diferenciavam-se dos fundados pelos franciscanos: Itati e Santa Lucia, porque estes permitiam o acesso dos espanhóis, obedecendo ao poder civil e preparando ao indígena para a vida livre. Em troca, os jesuítas os isolavam impedindo até “*la fusión providencialmente regeneradora de su sangre con otra*” (GÓMEZ, 1996, p.139). Gómez justifica a decadência dos povos missionários no fato de que, ao não ter o indígena noção da prosperidade, nem do comércio, nem individualidade, ao serem expulsos os padres, não puderam manter-se.

Quanto aos bens dos jesuítas, Gómez menciona a denúncia de Félix de Azara²⁰ relacionada com a forma de agir dos jesuítas, destacando que as imagens dos templos eram toscas, grosseiras e mal pintadas, enquanto a indumentária do sacerdote revelava esplendor e riqueza. A miséria do indígena contrastava com os bens que a Companhia obtinha do comércio da erva-mate, gados e couros. O índio não recebia comida suficiente, apenas o que

futura cidade de Vera

²⁰ Félix de Azara formou parte da expedição demarcadora de limites entre as possessões espanholas e portuguesas com motivo do Tratado de San Ildefonso. Aproveitou para traçar mapas e descrever os lugares que percorreu.

sobrava das “cuereadas”²¹ das estancias. O autor adere ao júbilo da expulsão: “*entre nosotros una obra popular*” (GÓMEZ, 1996, p.124).

O Dr. Hernán Gómez teve uma destacada participação na integração de Corrientes ao movimento historiográfico nacional, constituindo, com Mantilla e Figuerero, a comissão fundadora da Junta de Estudios Históricos de Corrientes, criada por decreto do governador Torrent em julho de 1937.

1.2.3 As “Histórias” Mais Recentes

Organizada em forma cronológica, de maneira que cada capítulo corresponde ao período de um governador, a “*História de San Juan de Vera de las Siete Corrientes*” (1588-1814), escrita pelo Dr. Raúl de Labougle (1978) parece-nos seguir uma linha mais moderada em suas expressões e juízos que a dos autores antes citados. Precisamente, ao ser incorporado como membro à *Academia Nacional de la Historia*, em 9 de setembro de 1969, em Buenos Aires, o professor Ricardo Piccirilli²², diz que há, em seus trabalhos de investigação documental, uma visão objetiva, séria e límpida. Na dissertação que o próprio Labougle pronunciou na oportunidade, opinou de que maneira devem encarar-se os trabalhos históricos: “*La historia debe ser escrita con objetividad, sin prejuicios, pero, como dice Alexis de Tocqueville, poniendo en su estudio pasión de Patria*” (LABOUGLE, 1969 (b), p.165), para acrescentar mais adiante: “*Hay que terminar con la Leyenda Negra que abomina de los siglos monárquicos de nuestra Argentina*”, mostrando suas simpatias pela reivindicação do regime espanhol.

21 Cuereada: ação de tirar o couro aos animais.

Dedicado à investigação de temas do período colonial, após uma pesquisa e consulta documental, publicou a “*História de los Comuneros*” referindo-se à revolta ocorrida em Corrientes em 1764, intensificando, em obras posteriores, seus estudos sobre a cidade e a província. O prólogo da sua “*História de San Juan de Vera de las Siete Corrientes*” demonstra claramente seu sentimento de admiração aos correntinos, expressando: “*¡Nacieron, lucharon y soñaron... pero no murieron, porque nunca mueren quienes alcanzan por sus hechos ejemplares, la doble recompensa de la gloria terrena y de la gloria eterna.*” (LABOUGLE, 1978, p.9).

Estabelecidos alguns lineamentos básicos de seu pensamento, que nos permitirão uma melhor compreensão dele, passaremos a considerar o tratamento da questão referente à Companhia de Jesus.

Em relação à jurisdição da cidade, diz que a mesma foi reduzindo-se a tal ponto, que antes de completar um século, a Companhia tinha-se apoderado de extensas terras, tantas quanto os portugueses, e até Santa Fe pretendia a região situada ao Sul do rio Corriente. Labougle é implacável em suas considerações em relação aos índios guaranis dizendo que:

“...notoriamente cobardes, no eran capaces de contener a los mamelucos. Eran dichos indios-y lo fueron siempre- afeminados, de notable bajeza de ánimo, traicioneros asesinos, perezosos en extremo, y sin la menor idea de lo que es honra.” (LABOUGLE, 1978, p.92).

Esta opinião, que Labougle considera geral, difere, quanto ao valor dos guaranis, de Gómez, que diz que, na luta contra os paulistas, estes atuaram com afã e que seu valor

²² Discurso de recepção do Vice-presidente Primeiro da Academia, Professor Ricardo Piccirilli. Em: Boletim da Academia Nacional da História, XLII, Buenos Aires, 1969, p.161-163. A dissertação do Dr. Raúl de Labougle trata sobre “El último conquistador del Río de la Plata”, refere-se ao acionero de gado, Manuel de Alpoín.

manifestou-se na ajuda que prestaram ao governador do Paraguai contra os guaicurus em 1641-1642 (GÓMEZ, 1996, p.106). Figuerero os descreve como valentes e orgulhosos do renome de sua poderosa raça (FIGUERERO, 1929, p.39).

Labougle caracteriza os correntinos como orgulhosos de suas origens; aparentados com os conquistadores da armada de Pedro de Mendoza consideram-se, portanto, superiores em linhagem ao resto dos habitantes. Diz que eles viviam do benefício das suas estâncias e do comércio, porém não trabalhavam com suas próprias mãos, e sim se serviam do trabalho indígena.

O três historiadores coincidem quanto à formação do caráter localista dos correntinos: Figuerero diz que, das origens mal-aventuradas da cidade, “*nació un pueblo de instintos marciales, abnegada fibra cívica, altivo, cabalheresco, de intenso apego al terruño y su amor a la libertad*” (FIGUERERO, 1929, p.144). Gómez também revela esse sentimento nas considerações que antecedem a sua “*História de la Provincia de Corrientes*” (1996, p.3-8).

Retomando nosso comentário sobre a obra de Labougle e sua visão das complexas relações entre jesuítas e correntinos, mencionaremos suas referências às gestões realizadas pelos primeiros para burlar a proibição que fez o Cabildo para que fossem concedidas licenças para “vaquear”, a quem não fosse morador de Corrientes. Esta disposição pretendia anular as autorizações concedidas pelo Capitão Cristóbal Cabral de Melo aos índios das missões, em 1683.

No capítulo correspondente ao governo do Capitão Gabriel de Toledo, em 1685, narra todas as gestões realizadas para fundar o Colégio e os trâmites para conseguir as propriedades necessárias (LABOUGLE, 1978, p.116, 124-129).

Já instalado o mesmo, diz que os reclamos dos jesuítas para conseguir as propriedades provocaram a hostilidade dos correntinos contra eles. Faz também alguns comentários favoráveis à Companhia em relação ao desempenho dos Padres na assistência dos doentes durante a epidemia de catapora, em 1719, e o melhoramento espiritual que significou o estabelecimento dos mesmos na cidade (LABOUGLE, 1978, p.171-172). Também destaca a indiferença dos moradores e o aumento da hostilidade para com a Companhia, refletindo logo sobre a influência da mesma da seguinte maneira:

“...si bien sería absurdo desconocer la influencia de la Compañía de Jesús en el gobierno de la ciudad y de las Provincias, y también en la del Paraguay, debe admitirse que la mayor parte de la culpa de su situación era de los mismos correntinos, de su orgullo, de su intemperancia, de sus prejuicios, de su desidia, del excesivo localismo...” (LABOUGLE, 1978, p.172).

Diferencia os interesses dos correntinos, que eram localistas apegados ao solar nativo, dos jesuítas, ligados ao império hispânico, mas considera que a Companhia de Jesus deixou, em definitiva, um saldo favorável, que é inegável, quanto ao ensino das crianças e jovens. A sólida cultura de seus Padres fez que estes assistissem aos povoadores *“como médicos - ya que no los había en la ciudad - a los vecinos y naturales”* (LABOUGLE, 1978, p.172). E acrescenta uma apreciação que não contemplam outros autores por suas posturas anti-jesuíticas definidas, onde expressa que não todos os correntinos estariam em total desacordo com a Companhia. Diz Labougle (1978, p.172) que dessa assistência da parte dos Padres aos habitantes *“derivó, poco a poco, que cambiase la actitud de los correntinos a su respecto, creándose en esto, muchos partidarios que comprendían y agradecían su labor”*.

Quanto à Revolta "comunera", opina que as causas estão ligadas, no Paraguai, à excepcional prosperidade das missões, diante da inoperância dos paraguaios e a enorme gravitação dos Padres no aspecto moral e intelectual. Em Corrientes esta rebelião encontrou o

lugar propício, de acordo com Labougle, por seu localismo, pela pretensão de fechar suas fronteiras perante a universalidade da “missão” que tinha Espanha.

Labougle analisa todas as intrigas e bandos formados em torno dos jesuítas, que conduziram à Revolta "comunera" de 1764 em Corrientes. Refere-se ao “*bando de los ajesuitados*”, ao qual pertenciam o Governador Nicolás Patrón y Centellas, que participou dos distúrbios de 1753, 1764 e 1768 e ao “*bando antijesuitico*” ao qual aderiu a família Casajús que possuía estâncias na zona de Saladas. Entre estes bandos, segundo o autor, havia mais interesses pessoais, rivalidades e localismos, que o ódio à Companhia, pelas virtudes demonstradas pelos Padres.

Em ocasião do assassinato de Bernardo de Casajús, "encomendero" de Itati, pelos índios missionários de Yapeyú, em 1754, Labougle mostra-se contrário à atuação do sacerdote doutrinário do povoado perante um crime que considera perverso e covarde. Também critica os historiadores da Companhia porque não se detiveram suficientemente na “*impasibilidad*” do Padre, e acusa a Companhia pelo fato de que esta tenha tomado “*la parte de los asesinos, llegando en su obcecación a pretender calumniar al Regidor Casajús*” (LABOUGLE, 1978, p.197-198).

A expulsão não despertou em Labougle os sentimentos de satisfação que refletem os autores já tratados anteriormente. Detalha os sucessos que acompanharam esse fato no Colégio de Corrientes, e ele mesmo faz as diferenças em relação aos outros historiadores. Diz Labougle:

“La expulsión y la forma en que se llevó a cabo, llenó de tristeza e indignación al vecindario. No ha faltado algún autor liberal y apasionado que inventó que el episodio ingrato y bajo, llenó de júbilo

a los correntinos. Basta para desmentirlo lo que Labarden²³ escribía a Bucarelli²⁴, el 2 de agosto de 1767, en que explicaba que procedió a la prisión de los jesuítas [...] y agrega “reflexionando estas cosas, quisiera no haber nacido.” (LABOUGLE, 1978, p.276)

Acrescenta Labougle que a consternação dos moradores foi tal que nos dias seguintes ao 21 de julho de 1767, os executores materiais do atropelo manifestaram que a notícia do sucedido fez que as pessoas se escondessem e ninguém caminhava pelas ruas. Todas estas referências estão devidamente citadas nas “Notas” que constam ao final da obra (LABOUGLE, 1978, p.308-341). Qualifica de “enorme prejuízo” causado pela expulsão da Companhia, à educação e aos índios missioneiros.

Outra obra é a “*História de Corrientes*” de Antonio Emilio Castello (1996), oriundo da cidade de Mercedes, Corrientes e residente em Buenos Aires. Sua obra, que faz muitas citações dos autores já mencionados, concorda com Labougle na assistência aos doentes dos Padres jesuítas e nas suas contribuições à educação.

1.2.3.1 A “História económica de Corrientes en el período virreinal. 1776-1810” do Dr. Ernesto Maeder.

Definido pelo Dr. Horacio Cuccorese como “um intelectual eclético muito inteligente”²⁵, com espírito crítico que “não se entusiasma, à primeira vista, pelas escolas históricas de moda”, o Dr. Ernesto Maeder é um especialista em histórias nacionais e regionais, e em geografia e, de acordo com esses mesmos conceitos, é o continuador da nova

²³ Refere-se a Juan Manuel de Labardén, sumariante, enviado por Don Pedro de Cevallos para estudar as sublevações de abril de 1763 e outubro, em Corrientes, promovidas pelos "comuneros".

²⁴ Francisco de Paula Bucarelli y Ursua: substituiu a Cevallos no governo da província, de notória antipatia à Companhia de Jesus.

²⁵ O Dr. Cuccorese, pronunciou estes conceitos, no discurso de recepção do Dr. Maeder como Acadêmico de Número à Academia Nacional de la Historia, Buenos Aires, 11/08/87. Em Boletín, 1987, p.119-129.

escola histórica argentina”, representada por Ricardo Lavene, Emilio Ravignani, Rómulo Carbia e Diego Luis Molinari (CUCCORESE, 1987, p.126).

Originário de Buenos Aires e radicado em Resistencia, Província do Chaco, o Dr. Ernesto Maeder desempenhou-se como docente, *Decano* e Reitor na Universidade Nacional do Nordeste, sendo designado em 2000 como Diretor da Carreira de Doutorado em História da Faculdade de Humanidades. No CONICET²⁶ integrou a Comissão Nacional, e mais tarde, a Comissão Assessora em História e Antropologia, ingressando como investigador em 1981. Desde essa data, até sua aposentadoria em 2000, dirigiu o Instituto de Investigaciones Geohistóricas (IIGHI), com sede naquela cidade. Como investigador superior, categoria a que teve acesso em 1996, continua em atividade no CONICET sob o regime de contrato.

Sua “*História económica de Corrientes en el período virreinal.1776-1810*”, editada pela “*Academia Nacional de la Historia*”²⁷ é, segundo indica o autor na “*Introducción*”, (1981, p.13) o resultado de uma investigação que iniciou entre 1971 e 1976.

Apesar do período indicado em seu título (1776-1810), esta obra de Maeder, fundamental na elaboração do nosso trabalho, inicia-se antes dessa etapa, com a fundação da cidade de Corrientes, em 1558, continuando com a crise de 1631, provocada pela sublevação de índios que comoveu as Províncias do Rio da Prata e do Paraguai.

Continua com o processo de ocupação do chão pelos correntinos na segunda metade do século XVIII, e as brigas ocorridas entre essa expansão e a busca de terras pelos povos guaranis das missões jesuíticas, num capítulo que Maeder (1981, p.14) define como “denso e

²⁶ Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas.

²⁷ A edição é de 1981, com 458 páginas, com advertencia de Enrique M. Barba.

atrativo”. Nele incorpora uma descrição geográfica fundamental para a compreensão deste processo, pois trata-se de um território de paisagens e regiões delimitadas por rios, caracterizadas pela presença dos estuários do Iberá e pela extensão aberta do Paiubre.

Os capítulos seguintes, estão dedicados à análise do crescimento da população, ao governo civil e eclesiástico, à formação das estâncias, à produção, comunicações, atividade comercial e organização impositiva. Encontram-se ali, os mapas da estância Rincón de Luna e um plano da mesma, localizado no Arquivo da Província de Corrientes, provavelmente de 1841²⁸.

Como trabalho monográfico, contém um capítulo especial dedicado às conclusões (MAEDER, 1981, p.363-375) que pontualisa em nove itens, correspondentes a cada um dos capítulos. Estes servem para fixar conceitos e apreciar o papel de Corrientes, no contexto do resto das cidades da área rio-platense.

Utiliza muitas fontes inéditas e matérias editadas com claras referências no pé de página que facilitam sua identificação. Contém mapas, planos, quadros estatísticos, muitos deles rastreados em suas investigações no Arquivo da Província de Corrientes e no Arquivo Geral da Nação, entre outros. As fontes e a bibliografia estão minuciosamente reunidas num espaço especial (MAEDER, 1981, p. 377-394), ao passo que o “Apêndice I” inclui uma lista cronológica de tenentes de governador, subdelegados da Fazenda e Guerra e comandantes de armas. De igual forma, figuram todos os membros do Cabildo, padres espanhóis e índios e nomes de juizes comissionados da campanha. O “Apêndice II” proporciona uma lista de nomes de fazendeiros com dados diversos sobre expedientes de compras de terras, guias de

²⁸ A Estância de Rincón de Luna pertenceu ao Colegio . Ver capítulo 4.

animais, registros (MAEDER, 1981, p. 425-449). Esclarece as siglas utilizadas e termina a obra com dois índices: de mapas, planos e gráficos e de capítulos.

Não há nesta obra, expressões adversas à Companhia, e sim, uma análise documental na qual relacionam-se circunstâncias, sem esconder os conflitos. Por exemplo, considera os problemas jurisdicionais do século XVIII, como resultado, não tanto das concessões “*dilatadas e generosas*” do fundador (MAEDER, 1981, p. 45), senão de realidades históricas e geográficas que determinaram a conformação do território. O motivo inicial dos mesmos, seria o aproveitamento do gado chimarrão e não a terra, circunstância agravada pela mudança dos guaranis do Tapé para o litoral oriental do Uruguai e a conseqüente necessidade de alimentos.

Destacamos suas considerações referidas a esta movimentação de povoados, que provocou o avanço gradual em direção aos rios Aguapey e Miriñay, dando origem a posteriores conflitos, como também as relacionadas com a interpretação deste processo por parte dos historiadores correntinos. Diz Maeder que estes consideraram “*desde un ángulo meramente institucional, juzgándolo como una intromisión o usurpación de la jurisdicción original de la ciudad por parte de jesuítas y neófitos*”. Afirma logo:

“*Esta consideración, además de constituir un anacronismo, ya que los propios contemporáneos de estos hechos jamás lo plantearon en estos términos, deja sin atender la proyección más importante de este proceso, que es, precisamente, el poblamiento inicial de la costa del Uruguay*”. (MAEDER, 1981, p.30-31)

Um estudo objetivo lhe faz afirmar que, a pesar dos enfrentamentos pelo gado, não se tratava de um conflito generalizado entre jesuítas e correntinos como ocorreu no século

XVIII, já que, naqueles momentos – 1656 -, a cidade solicitava uma “missão” e um Colégio à Companhia.

1.3 Centros Documentais e Bibliotecas: o Arquivo Geral da Província de Corrientes (AGPC), o Instituto de Investigações Geohistóricas, Resistencia, Argentina (IIGHI) e o Instituto Anchietano de Pesquisas (IAP), Rio Grande do Sul, Brasil.

Corrientes tem um importantíssimo Arquivo que guarda valiosas provas da época colonial, citadas pelos autores tratados. Maeder, que efetuou para suas investigações um minucioso levantamento das mesmas, diz que sua riqueza documental é muito superior em comparação a tudo o que exista no litoral argentino para esta época (MAEDER, 1981, p.15). Os documentos, alguns muito deteriorados, outros íntegros, são legíveis em partes importantes, conservando-se atas capitulares, planos, protocolos, causas judiciais, de maneira ordenada em uma casa antiga doada especialmente para alojá-los.

A seção jesuítas, compreende desde 1595 a 1778, em 6 volumes; a das “Temporalidades”, com outros seis, de 1639 a 1857. A seção de Atas Capitulares conta com 52 volumes, desde 1588 a 1824, sendo outras seções as correspondentes a Documentos de Governo, Judiciais, protocolos e Censos por localidades, entre outros. A preocupação pela conservação destes papéis sentiu-se cedo, já que em 1637, foi designada uma comissão, composta por membros do Cabildo, para que elaborasse um inventário detalhado. Mas não sempre os documentos continuaram guardando-se de forma ordenada, o que ocasionou subtrações. Já em etapas independentes, houve novos intentos com pouco êxito, até que o governador Pedro Ferré encomendou a tarefa a Francisco Rojas, que, com responsabilidade, a cumpre em 1836.

Sucederam-se diferentes períodos na sua organização, destacando-se a atuação de Ismael Grosso que esteve ao comando da mesma desde 1905, e iniciou a publicação de documentos e da “*Revista del Archivo*”.

Em 1914, começou a edição das Atas Capitulares do Extinto Cabildo da Cidade de Corrientes, cujo conteúdo, desde 3 de abril de 1588 até 16 de dezembro de 1648, foi editado em 1919, tornando-se a editar em 1923 com a inclusão da Ata Fundacional.

Editaram-se, por entrega, até 1937, em que, devido a problemas e atrasos na publicação, o trabalho foi encomendado, em 1941, à Academia Nacional de História. O projeto contemplava atingir o período de funcionamento dessa instituição colonial desde 1588 até sua supressão em 1824. Porém, a publicação não se completou, sendo editados somente quatro volumes:

- Volume I: 1588 a 1646, com 565 páginas, em 1941.
- Volume II: 1647 a 1658, com 593 páginas, em 1942.
- Volume III: 1659 a 1666, com 623 páginas, em 1942.
- Volume IV: 1667 a 1676, com 671 páginas, em 1946.

Esta publicação é de grande interesse, pois demonstra a mobilidade do Cabildo nos tempos iniciais de Corrientes e os inconvenientes causados pelos índios belicosos de seus arredores²⁹, situação que a define como “fronteira de guerra”³⁰; as queixas pelos roubos dos

²⁹ ANH, 1941, I, p. 61-63, 72-73, 100-101, 133-134, 140, 207-208.

³⁰ ANH, 1946: IV, p. 11, 391, 558.

³¹ ANH, 1942, II, p. 415- 421.

índios das reduções³¹; os litígios pelas licenças para "vaquear"³². Também consta nestas atas, o pedido de missão em Corrientes, e as gestões para o estabelecimento da Companhia³³.

Em 1995, o IIGHI, numa publicação conjunta com o CONICET, FUNDADOR e a UNNE, edita o Atlas Histórico do Nordeste Argentino, de Ernesto Maeder e Ramón Gutierrez, visão cartográfica desde 1500 até 1990 das Províncias do Chaco, Formosa, Corrientes e Misiones.

Como órgão de investigação, o IIGHI, criado em março de 1979 e com sede em Resistencia, Província do Chaco desde 1983, está dedicado ao estudo dos processos de conformação, organização e desenvolvimento da região Nordeste da Argentina, Paraguai e o Sul do Brasil, formando recursos humanos com a capacitação e especialização de investigadores, bolsistas e técnicos. No decorrer do tempo, ao estudo da geohistória regional, incorporou investigações relacionadas com a demografia e os temas sociais, e, atualmente, encontra-se iniciando uma nova pesquisa ligada às etnias aborígenes da região, proporcionando a incorporação de disciplinas como a Antropologia, a Arqueologia e a Lingüística. Sua biblioteca oferece amplas possibilidades de consulta de assuntos vários, com obras de caráter geral, nacional e regional. Ao mesmo tempo, suas publicações contêm monografias e trabalhos realizados no Instituto que contribuem ao ensino e à investigação. Junto ao Archivo de la Província de Corrientes, constituem dois pontos de encontro inevitáveis para o estudo da história regional desde o coração da mesma.

³² ANH, 1941, p. 399-401.

³³ ANH, 1942, II, p. 401, 495.

O Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS, localizado em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil, foi fundado em 22 de abril de 1956, está voltado às áreas de Arqueologia, Etno-história e Botânica, com uma equipe de pesquisadores permanentes, dedicados à realização de projetos nas mesmas. Tem, além de seus acervos específicos nessas áreas, uma biblioteca onde é possível aceder a obras clássicas de Pablo Hernández, Pablo Pastells, Hugo Storni, Antonio Astrain, Jaime Cortesão, entre outras; ou seja aquelas indispensáveis relacionadas com as missões jesuíticas. Este Instituto, dirigido pelo Professor Doutor Pedro Ignácio Schmitz, S.J. é depositário de versões micro-filmadas de documentação jesuítica inédita, efetuadas pelo Padre Arnaldo Bruxel, S.J. Possui as versões digitalizadas das Cartas Ânuaas que consultamos, sendo em consequência fundamental para a realização deste trabalho.

O Instituto publica regularmente a revista Pesquisas, além de documentos e séries de Arqueologia.

1.4 Os Trabalhos Sobre o Colégio Jesuítico de Corrientes.

Mencionaremos aqui, cinco trabalhos específicos básicos, utilizados como fundamentais para o estudo de tudo quanto se refere à localização do Colégio, de suas propriedades e do destino das mesmas depois da expulsão:

1. LÓPEZ, Vicente Fidel. *Los Jesuítas en Corrientes*: El Colegio Fluentino. Corrientes: Imprenta del Estado, 1931. 71p.
2. GUTIÉRREZ, Ramón. Iglesias y conventos de la ciudad de Corrientes. Em: *Nordeste*, Revista da Faculdade de Humanidades da UNNE, Resistencia, n.9, p.117-146, dez. 1967. [Com ilustrações fora do texto].

3. PALMA, Federico. Los jesuítas intentan establecerse en Corrientes en 1595. Em: Jornal “*El Litoral*”, Corrientes, 24 fev. 1968, p.4, col.6.
4. MAEDER, Ernesto J.A. História de una antigua propiedad rural correntina, la Estancia de Rincón de Luna. Primeira parte, 1696-1810. Em: “*Res Gesta*”, Faculdade de Direito e Ciencias Sociais, Instituto de História, jan.-dez. 1992 (a), p.115-136.
5. MAEDER, Ernesto J.A. Administración y destino de las Temporalidades de los Jesuítas en Corrientes. Em: “*Folia Histórica del Nordeste*”, Resistencia, IIGHI-FHUNNE, n.13, p.117-141, 1997.

Comentaremos a seguir, os principais aspectos e opiniões vertidas nos mencionados trabalhos.

1. Vicente Fidel López, Vice-reitor do Colégio Nacional General San Martín de Corrientes, construído onde antes estava o dos jesuítas, escreveu a monografia: *Los Jesuítas en Corrientes. El Colegio Fluentino*³⁴, publicada em 1931, que foi premiada pelo Congresso de História de Buenos Aires, em julho de 1929. De acordo com sua própria manifestação nas “Palavras Previas” (1931, p.2), procurou informação nos Arquivos da Nação e da Província, na Biblioteca do Colegio del Salvador de Buenos Aires e na do Colegio Nacional de Corrientes, ajudado pelo Padre Guillermo Furlong.

São muito interessantes as menções referidas à data de fundação do Colégio e seu caráter jurídico, já que teve acesso às Cartas Ânua de 1689 a 1693, inéditas, no Arquivo do

³⁴ Fluentino (Collegium Fluentinum) é a tradução latina de “correntezas” (corrientes): Colégio de Corrientes.

Salvador em Buenos Aires, que são fotografias dos originais existentes no Arquivo da Companhia de Jesus em Roma. Refere também as bases econômicas da fundação, localizando os bairros correspondentes no plano atual de Corrientes e identificando as propriedades urbanas.

Ao analisar as relações da cidade com a Companhia, López discorda de Mantilla e manifesta-se em alguns parágrafos de seu trabalho, com expressões insinuas de que este autor pretendeu sujar a honra da Companhia fazendo-se eco de infâmias, adicionando o comentário seguinte: *“a ratos vapulea con saña y destajo a los jesuitas”* (LÓPEZ, 1931, p.50).

Faz também uma defesa da Ordem, ao justificar suas propriedades fazendo a seguinte reflexão:

“Hay autores que flagelan a los Padres jesuitas atribuyéndoles una codicia desmedida y un afán de expansión territorial incontenible. Ahí se forjó la causa de su expulsión. Los hechos y la historia la han definido a tiempo, como uno de los males mayores que el sectarismo y el odio pudieron hacer la Colonia. Para quien conozca el carácter de esta orden religiosa, la inquebrantable unidad de su organización, la severa profesión de su voto, el significado fundamental de su pobreza, estas imputaciones no pueden reflejar sino sobre quienes las hacen.” (LÓPEZ, 1931, p.34-35)

O trabalho de López não se refere aos sucessos relacionados com a Revolta dos "Comuneros", somente menciona que se ocupará deles por separado e *“con mejor noticia”* (LÓPEZ, 1931, p.43). O capítulo final está dedicado aos Padres de destacada atuação que passaram pelo Colégio de Corrientes, fazendo deles um esboço.

2. Ramón Gutierrez, faz desde sua profissão de arquiteto, um estudo da evolução arquitetônica das Igrejas e Conventos de Corrientes entre 1588 e 1900. Segundo ele mesmo

indica, com a intenção de contribuir à tarefa de sintetizar os antecedentes sobre arquitetura argentina. Trata, entre todos os edifícios de caráter religioso, a ermida de San Sebastián que foi utilizada pela Companhia de Jesus até 1728, para ocupar-se logo do Colégio e do plano que figura na “*Memória descriptiva*” da pasta sobre “*Antecedentes de la Casa de Gobierno*”, de 1881 (GUTIÉRREZ, 1967, p.144).

3. Federico Palma editou no jornal “*El Litoral*” de Corrientes, em 1968, um artigo onde relata as gestões feitas para o estabelecimento do Colégio jesuítico já em 1595, com a entrega de terras, que para o autor foi impossível localizar. Federico Palma, nascido em 1912, em Bella Vista - Corrientes -, será o fundador do “*Instituto Histórico e Geográfico de Corrientes*”, possibilitando desde lá, a edição de folhetos e revistas sobre diversos temas de história local.

4. Ernesto Maeder ocupa-se neste trabalho, da Estância de Rincón de Luna, que pertenceu ao Colégio de Corrientes, iniciando o mesmo com um panorama da jurisdição de Corrientes, a adoção da estância como unidade produtiva, passando logo a tratar da origem da mesma. Ocupa-se também dos trâmites que procederam a sua adjudicação, iniciados em 1696 e que culminaram em 1722, ano em que passou a ser administrada pelos jesuítas do Colégio.

Contém importantes citas bibliográficas e de documentação localizada no Arquivo da Província de Corrientes e no Arquivo Nacional em Buenos Aires, com indicações de mapas da estância. O ponto sobre a administração desta em mãos das Temporalidades abrange até 1810, incluindo quadros com quantidades de animais e seu valor; gastos e benefícios.

5. Continuando com Maeder, esta vez com o trabalho “*Administración y destino de las Temporalidades de los Jesuítas en Corrientes*” (Em: *Folia Histórica del Nordeste*,

Resistencia, n.13, p.118-141, 1997), que contém abundante informação proveniente dos inventários existentes no *Archivo Histórico Nacional* de Madrid, no *Archivo General de la Nación*, em Buenos Aires e no *Archivo de la Provincia de Corrientes*. Inclui uma nota de pé de página com os acontecimentos relacionados com a assunção do Governo "Comunero", destacando o clima delicado existente na cidade em tempos próximos à expulsão, citando também as posições contrárias dos historiadores posteriores, Mantilla e López. Descreve os bens que possuía o Colégio, propriedades e uma avaliação total dos mesmos e seu destino posterior até 1806.

Concluídas estas referências, nos ocuparemos de localizar a fundação da cidade de Vera, nome original de Corrientes, no quadro da colonização rio-platense.



II. A fundação da cidade de Vera



2 A FUNDAÇÃO DA “CIDADE DE VERA”

2.1 A Fundação de Corrientes no Quadro da Colonização Rio-pratense

Durante a segunda metade do século XVI, evidenciou-se, no atual território argentino, uma força expansiva que tentou e conseguiu o domínio sobre diferentes regiões. Esta força teve na fundação de cidades a manifestação de uma intencionalidade de enraizamento para, posteriormente, estender-se às comarcas vizinhas circundantes. Em razão disto, os primeiros núcleos urbanos, que não passavam de pequenos povoados, localizados a enormes distâncias entre si, afirmaram-se em comarcas férteis, onde podiam contar com o serviço indígena, ou com vias fluviais que facilitaram as comunicações e o contato com os outros, para o comércio e a assistência mútua.

Com a fundação de Santiago del Estero, em 1533, iniciou-se este primeiro ciclo de povoamento, que culminou com a de San Luis, em 1594. A de Corrientes situa-se quase ao final deste período, em 1588, quando já tinham sido estabelecidas no leste e na outra margem do rio Paraná, Santa Fe, em 1573, e Buenos Aires, em 1580, ambas no segundo momento da onda colonizadora que, em sentido inverso às primeiras tentativas, descia com seu fluxo povoador desde Asunción, procurando o estuário do Rio de la Plata. O nordeste e a região de

Cuyo, tinham já seus principais núcleos urbanos firmes, que subsistiram até converter-se nas capitais das atuais províncias argentinas. Enquanto isto, na Espanha aproximavam-se momentos difíceis. O empenho de defesa da cristandade, de Felipe II, o conduziu a um choque com a Inglaterra, no qual perdeu sua famosa “*Invencible*”, fato ocorrido no mesmo ano da fundação de Corrientes. Não foi este um acontecimento menor para as colônias espanholas: sua metrópole perdeu a supremacia marítima, começando o paulatino desgaste da outrora poderosa Espanha, que não pode recuperar sua potência ofensiva e defensiva. A morte do rei, em 1598, deu início a um período crítico, já que seus sucessores não tiveram a mesma preocupação para impedir a decadência econômica, que avançava, e que geraria a catástrofe monetária coincidente com a chegada de Carlos II ao trono espanhol.

América ficará, mais uma vez, ligada aos avatares políticos e econômicos de sua “*madre patria*”, confinada a sua própria capacidade de resposta perante as novas situações, mas sempre em concordância com o que a diplomacia espanhola acordava.

O século XVII iniciava-se, num quadro de depressão econômica, de disputas pelo domínio do Atlântico, de diminuição do tráfico marítimo espanhol, desde 1615, e com reis que careciam de habilidade suficiente para enfrentar os novos competidores europeus nos negócios americanos.

Vejamos, então, quais foram as principais circunstâncias e razões que determinaram a fundação, desde Asunción, de um novo núcleo fundacional na margem esquerda do rio Paraná: a cidade de Vera, hoje Corrientes.

2.1.1 A Fundação da Cidade de Vera

A localização de uma nova cidade sobre as barrancas do Paraná, no local conhecido como “As Sete Correntes” – *Las Siete Corrientes* -, respondia a razões geopolíticas que foram observadas e compreendidas no século XVI:

- a distância entre Santa Fe e Asunción, sem ter um porto intermédio onde fazer escala, era demais para um tráfico fluvial que seria intenso;
- a refundação de Buenos Aires criava um novo núcleo urbano, na boca do estuário platino, como canalizador de povoadores e mercadorias entre as cidades, e como via para a Europa;
- a possibilidade de continuar a penetração subindo o rio Paraná, a partir de um assentamento mais seguro, já que as tentativas, desde Asunción, para chegar ao litoral atlântico, não tinham dado resultado;
- a proximidade de outras bocas fluviais como eram os rios Paraguai, Pilcomayo e Bermejo, que permitiriam o avanço para Asunción, no caso do primeiro; ao oeste, os outros, em direção aos contrafortes andinos, empreendimento que também tinha fracassado.

O Padre Lozano explica os fins desta maneira:

“El fin de esta fundación fue para que por ambas márgenes del gran Río de la Plata, tuviesen los indios enfrentado su orgullo, dándose las manos recíprocamente ambas ciudades de la Concepción e de las Corrientes e para que esta sirviese de escala en la navegación desde Buenos Aires al Paraguay.” (LOZANO, 1875, p.280)

Estas vantagens e outras já haviam sido salientadas por frei Juan de Rivadaneira, Custódio de Tucumán no Prata, cuja jurisdição tinha percorrido, e apresentou um projeto, em 1581, perante Felipe II, para estabelecer dois assentamentos, um deles “*junto a las Siete Corrientes en el río que llaman de las Palmas que tiene mucha cantidad de gente que podrá dar de comer a cien españoles...*” (Memorial de 1581. Em: MANTILLA, 1972, p.8)

Sete anos depois, a fundação de uma cidade no lugar chamado de *Las Siete Corrientes* foi o objetivo perseguido por Juan Torres de Vera e Aragón para cumprir com a capitulação do Adelantado Juan Ortiz de Zárate, cujos direitos e obrigações havia herdado por seu casamento com Dona Juana, filha deste.

Três protagonistas teve esta fundação: o Adelantado, Juan Torres de Vera e Aragón; seu sobrinho, Alonso de Vera, *el Tupi*³⁵ e Hernando Arias de Saavedra, que estiveram no comando de outros tantos contingentes, que saíram de Asunción. Os dois primeiros foram por água e o último por terra, levando 1500 vacas, bois e 1500 cavalos e éguas.

Em 3 de abril de 1588, o Adelantado “*funda e asienta la cidade de Vera en el sitio que llaman las siete Corrientes, provincia del Paraná e Tapé*”, justificando a eleição do local, em que ele tinha “*tierras de labor, pesquería, caza, águas, pastos e montes suficientes para repartirse entre los vecinos*”, segundo consta na Ata de fundação. Em seguida cumpriram-se todas as formalidades de rigor, a organização do cabildo e a cerimônia religiosa, fixando logo o local para a Igreja principal, cuja padroeira foi Nossa Senhora do Rosário, e determinado o traçado da cidade.

³⁵ “Cuero negro”, assim chamado por sua côr morena (MANTILLA, 1972, p.12).



(GÓMEZ, 1996, p.35)³⁶

A jurisdição consignada foi muito ampla, já que o Adelantado fixou como limites dela as jurisdições das cidades espanholas já fundadas: Concepción del Bermejo, Villa Rica e Ciudad Real no norte; San Francisco e Mbiaza ao leste; Santa Fe e San Salvador ao sul. Desde Santa Fe, e até o norte da confluência do rio Paraguai com o Paraná, abrangia a margem direita do último, em linha paralela a seu leito.

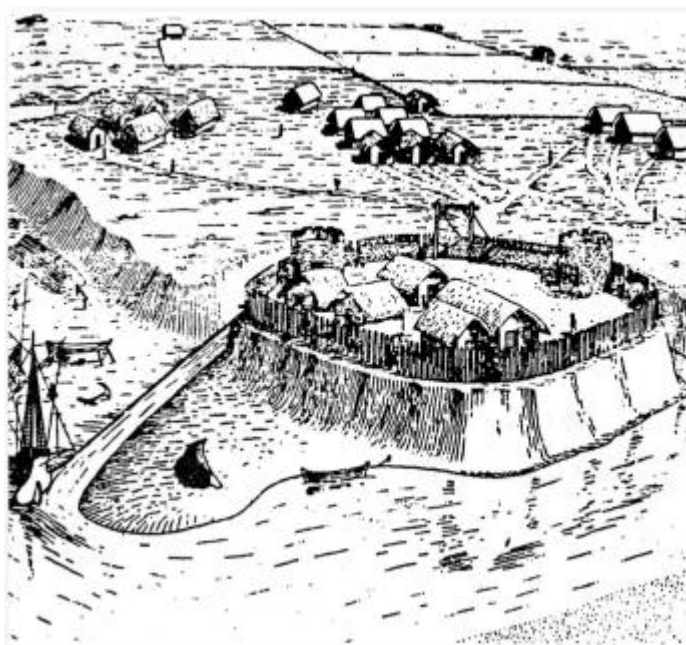
Esta demarcação territorial demonstra o desconhecimento da geografia da região por parte do Adelantado, pois não marcou como limites, os naturais, e sim as cidades espanholas

³⁶ Mapa extraído de Gómez 1996, p.35, com algumas modificações.

já fundadas, sem prever as jurisdições destas. Este fato trará conflitos com Santa Fe e Asunción, além das disputas com os jesuítas das missões.

À primitiva denominação de “*ciudad de Vera*”, o próprio Adelantado acrescentou “*San Juan de Vera*” e logo incorporou-se o nome da paragem – “*Las Siete Corrientes*” – sendo então “*San Juan de Vera de las Siete Corrientes*”.

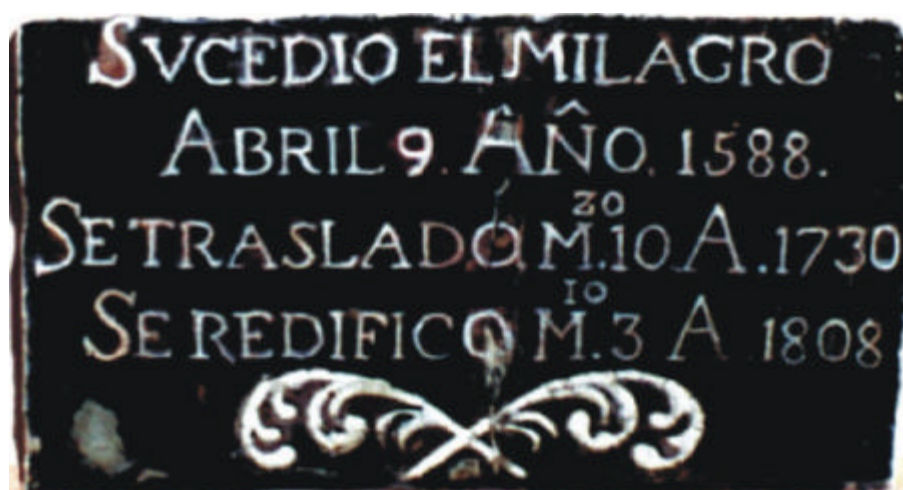
Um fato milagroso incluiu-se, desde os inícios, à história da cidade, relacionado com uma cruz, que os moradores ergueram como defesa e proteção. Os índios tentaram queimá-la, mas, embora pusessem fogo em sua base durante vinte e quatro horas, não o conseguiram. Espantados por este sucesso extraordinário conformaram-se a tratar da paz. O Padre Bartolomé Jiménez, que mais tarde será reitor do Colégio jesuítico de Corrientes, foi um dos que registrou este sucesso numa crônica, também recolhida pelos jesuítas Pedro Lozano e



II. A cidade de Vera nos primeiros tempos.

(GÓMEZ, 1996, p. 73)

José Guevara, os dois cronistas da Província do Paraguai e Tucumán (MAEDER, 1992, p.233-235). A cruz, preservada até hoje num santuário especialmente construído, gerou particular veneração, fato que foi registrado nas atas do Cabildo a partir de 1649.



III. Placas comemorativas do milagre da cruz. Igreja da Cruz do Milagre – Corrientes.



IV. Igreja da Cruz do Milagre – Corrientes.

2.1.1.1 O Lugar e Seus Primitivos Habitantes, Segundo as Crônicas da Época

Sebastián Caboto foi o primeiro europeu a ter contato com o litoral do atual estado – província - de Corrientes, passando pelo lugar onde seria fundada a cidade, mantendo encontro com a tribo do cacique Yáguarón. Diz que encontrou nestas margens, a “*generación de Empeñes*”, que significa “os que não dam passo ou caminho”, que estariam situados no território limitado pelos rios Corriente e Santa Lucía. Por sua parte, Diego García menciona aos “*Mocoretáes*”, cuja correta etimologia seria “*Mocoretá*”, segundo Mantilla (1972, p.4-5), que disse que o significado é “*tragadores*”- comilões – e numerosos, e os “*Coñamee*” ou “*índios fornidos*”- índios fortes.

Ulrich Schmidel, que integrou a expedição de Pedro de Mendoza, descreveu os “carios”, os “curendas”; mais adiante, a nação dos “quiloazas” e os “mocretaes”. Seguindo o rio Paraná mais para cima, acharam aos “*zenais salvisco*” e aos “empeñes”.

O Padre Alonso Barzana, que realizara uma primeira missão na cidade de Corrientes, refere, em sua “Carta a Juan Sebastián” (FURLONG, 1968, p.88), que eram inumeráveis as línguas e as nações e que muitos serviam aos espanhóis de La Concepción e outros à cidade de Vera. Menciona aos chiriguanos que “*acá llamamos Guaraníes que comen carne humana*”, costume que não tinham os “*frentones*” que viviam na outra banda



V. Indígenas da região

(GÓMEZ, 1996, p.41)

Continua dizendo Barzana que estas nações tinham no seu poder “*muchos e principalísimos ríos con todas sus tierras e islas, por donde los índios e españoles navegan de Buenos Aires al Guayrá e al Espíritu Santo, pasando por la ciudad de Vera y Santa Fe que está en el medio, pudiéndose así navegar por toda la provincia.*” (Em: FURLONG, 1968, p.88).

Lozano fala da semelhança entre “frentones” e “*guaraníes de las Corrientes*”; ambos eram “*finos ateístas*”, porém sua língua era tão elegante, que alguns a comparavam com a grega (LOZANO, 1754, p.109).

Na realidade, o local escolhido para a fundação é de uma beleza enorme pela visão que oferece da passagem do rio e as sete pontas que mostram outras tantas correntezas.

O Padre Lozano, descreveu o local da fundação da cidade, como realizado no lugar onde os rios Paraná e Paraguai:

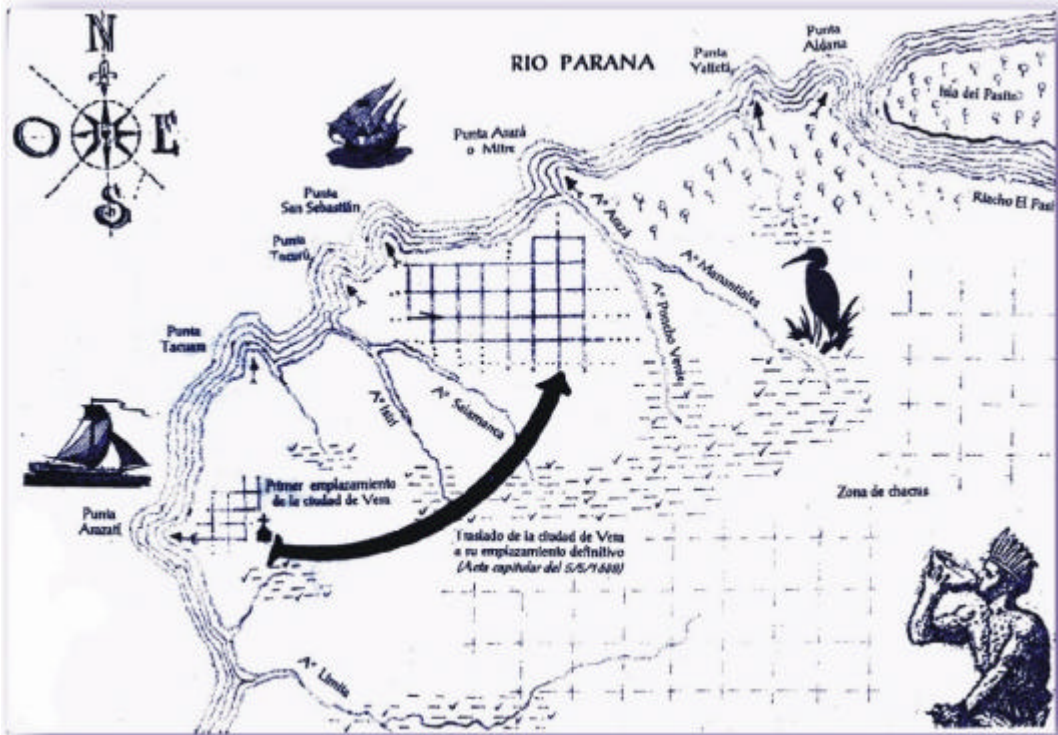
“... se juntan e confunden en una madre sus copiosos caudales, e donde por formar el río Paraná (que es el de la Plata) siete rapidísimas Corrientes, dieron ese nombre a la nueva ciudad y es el más conocido en estas provincias.” (LOZANO, 1875, p.280-281)

As pontas formadas na margem são, desde águas acima: Punta Aldana, Eatictá, Bateria, San Sebastián, onde ergue-se a ermida destinada ao culto deste Santo e que posteriormente seria utilizada como primeira igreja pelo Colégio dos jesuítas; Punta Tacurú, Punta Tacuara e Punta Arazatí, onde desembarcaram os fundadores da cidade.



VI. Duas vistas atuais da Ponta San Sebastián onde erigiu – se a ermida.





VII. Plano de Hernán Gómez (1996, p.77) onde aparece a mudança da cidade em 1688. Ramón Gutiérrez (1967, p.118) diz que, o deslocamento acontece em 1588 em direção à Punta San Sebastián ficando, em Arazatí, um forte.

2.2 A Especial Geografia do Atual Território da Província de Corrientes

Corrientes é parte da mesopotâmia argentina junto às províncias – estados - de Entre Rios e Misiones, delimitada pelos rios Paraná, ao oeste, e Uruguai ao leste. Seu próprio território possui grandes extensões cobertas por águas distribuídas em rios, riachos, arroios, lagoas, pântanos e banhados. Alguns destes cursos de água correm por extensas planícies e outros, em meio de profundas depressões que circunscrevem variadas regiões: o triângulo fluvial do Paraná-Santa Lucía (I); a bacia do Iberá (II); as capoeiras do Miriñay – Águapey (III); a planície do Paiubre (IV); os baixos do rio Corrientes e o rio Guayquiraró ao sul (VI); e a plataforma sub-missioneira (VI) (MAEDER, 1981, p.62).

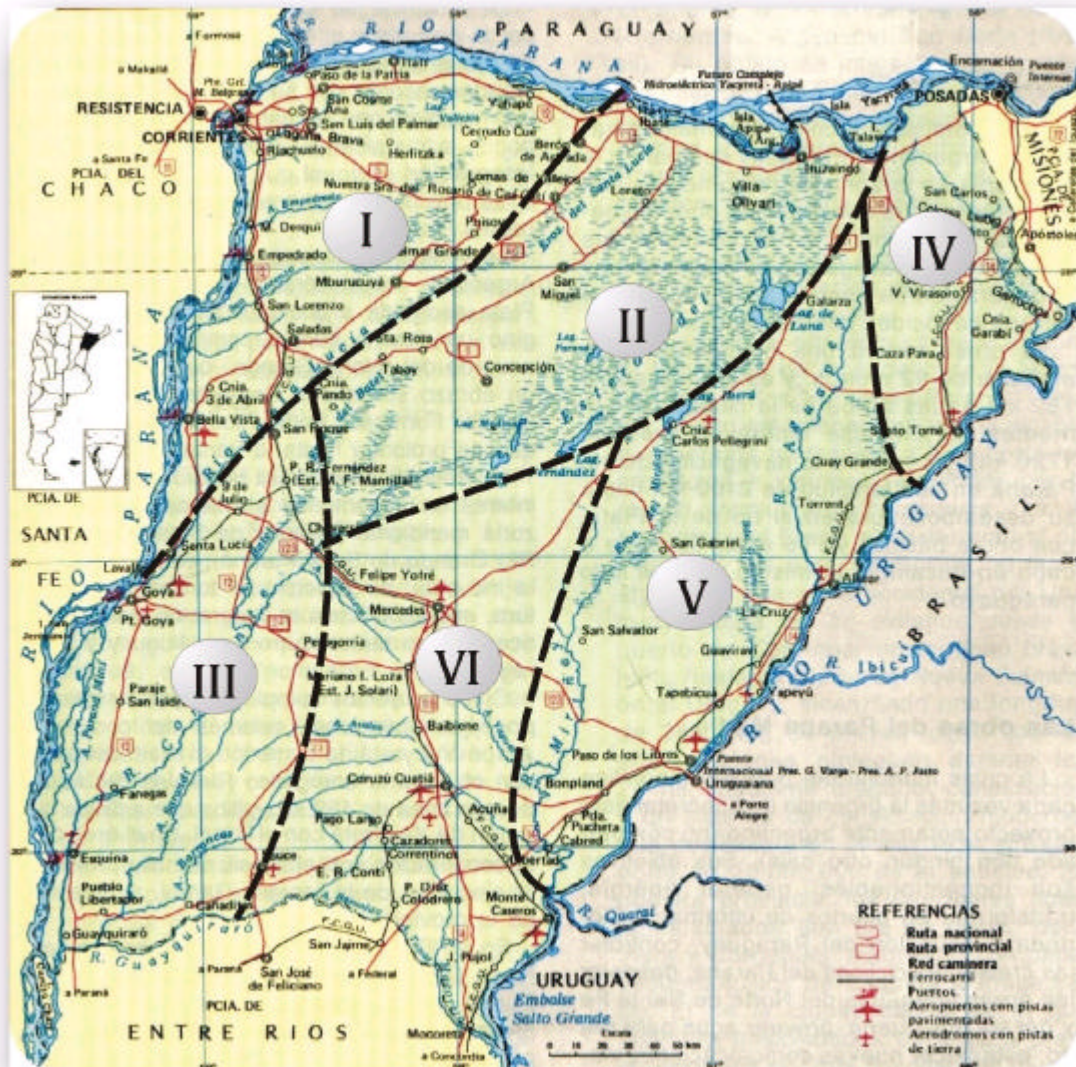
A primeira destas áreas constituiu a jurisdição da expansão inicial de Corrientes até o século XVIII e caracteriza-se por uma vegetação de pradaria, com ilhas arborizadas e terrenos baixos com juncais e palha brava.

A bacia do Iberá, característica da paisagem correntina por suas terras alagadas³⁷ - *esteros* -, lagoas e pântanos, tem um leve declive que faz com que a superfície afogada aumente. De leito argiloso, e cobertos de uma sólida vegetação aquática, os primeiros alternam-se com as lagoas, dando o nome à região: a dos “*esteros del Iberá*”. Estas características constituem também um impedimento para as comunicações internas e originaram disputas entre correntinos e jesuítas porque foram ocupadas no século XVII pelas estâncias dos povoados missioneiros.

A região do Miriñay-Águapey é de formas quase planas, somente alterada pela presença dos “*Tres Cerros*”, elevações situadas nas proximidades de La Cruz, antigo assentamento do povoado missionário, e que caracteriza-se, também, por uma vegetação de savana. Ali, e sobre a costa do Uruguai, instalaram-se, além do citado, os povoados de Yapeyú e Santo Tomé, pertencentes também às missões de guaranis.

As regiões do sul, em especial o Paiubre, eram extensões despovoadas nas quais convergiram, também, os interesses de correntinos e índios missioneiros, desde 1750, devido ao deslocamento obrigado de estâncias e povoados, como consequência do tratado de Madrid.

³⁷ Em espanhol, denominam-se “*esteros*”, ou seja terras sempre alagadas.



VIII. Regiões naturais da província de Corrientes

Esta planície desce suavemente para leste, encontrando-se com o rio Miriñay. Há vegetação de mato, bosques pequenos e pradarias com palmares, ao mesmo tempo em que pântanos – *esteros* - e banhados cortam a paisagem e as comunicações.

Os baixos dos rios Corrientes e Guayquiraró têm semelhanças com o triângulo do norte, porém suas encostas são diferentes.

As terras limítrofes entre Corrientes e Misiones, no leste, foram motivo de disputas porque os povoados missioneiros de Santa Ana, San Ignacio Miní, Corpus e Trinidad, ocuparam a região situada ao leste dos “esteros” do Iberá.

Esta diversidade de paisagens constituiu um desafio à capacidade dos colonos assentados na cidade de Vera e para os povoados missioneiros.

A ocupação deste particular território esteve determinada pelas condições ambientais e pela atividade econômica fundamental que foi a pecuária. A procura de terras aptas pelos dois núcleos povoados, Corrientes e as missões, determinaram o choque de interesses entre correntinos e jesuítas e, por sua vez, os rios e “esteros” determinaram fronteiras naturais que lenta e perigosamente aproximavam-se.

2.3 Evolução da Cidade de Corrientes Até Meados do Século XVII

Cumpridas as formalidades da fundação, impunha-se empreender a tarefa de defesa, construção de moradias e procura de sustento. Praticou-se uma agricultura de subsistência com produtos como o milho, trigo e mandioca, acompanhada de uma incipiente pecuária. Por sua vez, a busca de índios para o serviço e estabelecimento de alianças, eram igualmente necessárias para assentar definitivamente os povoadores.

Foram reiterados os ataques indígenas, assim como as campanhas empreendidas para dominá-los e reparti-los em “*encomiendas*”, contituíndo-se a primeira delas em novembro de 1590, sem que isto significasse um real domínio, já que as ações militares foram contínuas,

tornando difícil a vida da cidade e provocando a diminuição do número de povoadores. Corrientes será por longo tempo uma terra de guerra nas fronteiras, seja em seu interior como com os portugueses. Campanhas, como as de Hernandarias no Paraná superior, e a política das reduções ordenada por Alfaro, trouxeram um pouco de tranqüilidade, nos começos do século XVII. A fundação dos povoados de Itati e Santa Lucía, e os trabalhos dos franciscanos neles, contribuiu para estabilizar a situação (MAEDER, 1988, p.239-240).

Na primeira metade do século XVII, a cidade de Corrientes apresentava um aspecto de pobreza extrema, segundo indicam as seguintes testemunhas da época:

- Informe a Sua Majestade da visita de inspeção que realizou, em 1621, o Governador do Rio da Prata, don Diego de Góngora: nele reflete a má impressão que lhe causou a cidade de Vera, a que considerou pobre demais; de uma pobreza maior que a de Concepción del Bermejo, de onde vinha. Apesar disto, diz que suas terras são boas e com muito gado chimarrão, porém achou-a *“falta de trigo, de maíz e de legunbres”* (FIGUERERO, 1929, p.198), fato que atribuiu ao excesso de água. Além desses poucos produtos, que mal alcançavam para sua alimentação, consumiam *“un poco de carne asada e cozida e muchas beces sin sal porque no la ay en esta tierra e de ordinario beben água porque no se cose vino en ella e para poder celebrarse trae de Buenos Aires Tucumán o Chile a precio excesivo...”* (LABOUGLE, 1978, p.26) o vinho, era a tal ponto insuficiente que os religiosos do convento de San Francisco celebravam missa só nos dias de festa.

Não havia jovens brancos que pudessem aprender ofícios porque não havia professores que os ensinassem; porém, ajudavam seus pais nas tarefas agrícolas.

Pretendeu-se estabelecer uma casa de recolhimento para donzelas mas fracassou, porque muitas eram arrancadas com violência da casa dos pais e parentes para fazê-las fiar e tecer.

Era maior o número de mulheres que de homens, desconhecendo-se casos de amancebamento.

- *Carta sobre Buenos Aires*, escrita por Justo Van Suerck, em 1629, diz que a oitenta léguas de Santa Fe, encontraram o “*municipio o colonia española, llamada Las Corrientes, donde encontramos a los habitantes todos tan desnudos como los índios*”. Acrescenta que os jovens, apenas tinham para cobrir-se “*una pieza de algodón*” e nada para a cabeça e os pés; acrescentando outros detalhes:

“*Cuando llegamos allí, hacía tres días que, por falta de vino, ni el cura, ni los dos o tres padres franciscanos que vivían en la ciudad, han podido decir misa. Por esto pueden juzgar cuál sea el lujo y la opulencia de toda nuestra provincia.*” (FURLONG, 1963, p.84)

- “*Memoria de las Poblaciones e Provincias de esta gobernación del Paraguay y del Río de la Plata...*” que enviou ao rei, em 1635, o governador Pedro Dávila: nela diz que, embora “*los demás pueblos son pobres, éste lo es mucho más*” e que os 40 ou 50 espanhóis “*no pueden sustentar cura*”. Só há dois frades franciscanos cujo trabalho é muito, por não ter suficientes índios para o serviço. Além disso, e a pesar da grande abundância de gado, “*es muy grande la falta de todo género de ropa, no porque la tierra no de lino e cáñamo, ni haya falta de ganado ovejuno e carnero, porque la gente no es muy amiga de trabajar, ni las mujeres de hilar.*” (FIGUERERO, 1929, p.201)

Apesar da pobreza inicial, ao redor de 1640, produziu-se algum avanço industrial, já que aumentaram os plantios de tabaco, cana de açúcar, videira e algodão, sendo um exemplo o de Cabral de Alpoín, que tinha seu estabelecimento rural no “Rincón de Santa Catalina”. Havia movimento comercial, os couros eram enviados a Buenos Aires, onde eram trocados por tecidos europeus, armas e utensílios para trabalho agrícola; bois e gado manso eram permutados por erva mate no Paraguai (MANTILLA, 1972, p.62-63).

2.3.1 Outras Características de San Juan de Vera

a. Arquitetura da cidade

A aparência da cidade tinha mudado um tanto: as casas de taquara, barro e palha, foram substituídas pelas de taipa e palha, porém a cidade não era uniforme, muitas tinham galerias na frente, junto à rua, formando um corredor coberto, sobressaindo as moradias das pessoas importantes. Alguns grupos de casas estavam separadas de outras, por mata brava.

Quanto aos edifícios religiosos, ao redor de 1590, tinha-se construído a ermida de San Sebastián, e um ano depois, a Igreja Maior. A primeira, já em 1649, estava bastante destruída, em razão do que, foram trazidos índios da redução de Candelaria de Ohoma para sua restauração. Em 1664, voltou a deteriorar-se, recomeçando as tarefas de recuperação em 1675. Esta ermida será utilizada pelos jesuítas ao fundar-se o Colégio.

Referente à Igreja Maior, tardará anos em construir-se, sendo a primeira, de 1598, mas não se manteve muito tempo, razão pela qual lhe foi adjudicada uma nova quadra, nas atuais ruas 25 de maio e Salta. Em 1633 fizeram-se as portas e, em 1647, restaurou-se o teto, que foi reparado em várias outras oportunidades.

Nos começos do século XVII, construíram-se as ermidas de San Juan Bautista e da Cruz. A primeira esteve localizada na Praça Maior, muito precária nos seus inícios, desabou e não pode ser reconstruída pelos gastos que demandaria. Adjacente a ela, funcionou o primeiro cemitério de espanhóis.

A ermida da Cruz, comemorava o milagre que vivenciaram os primeiros povoadores, dentro do primitivo forte, situado na punta Arazaty, porém esteve fechada por longo tempo, devido aos ataques indígenas, até que, em 1681, mandou-se limpar e reacondicionar. Tornou-se a deteriorar, e sofreu novos ataques e roubos, motivando sua mudança em 1720. A nova igreja foi habilitada em março de 1730, mais também não foi definitiva; até que em 1887 ergueu-se outra que hoje está ainda incompleta, já que, perante o risco de queda, demoliram-se a cúpula e as duas torres.

Por volta de 1635, os franciscanos tinham seu convento e Igreja, que foram refeitos em 1656 e 1675. Também tinham seu convento os mercedários que, em fins do século XVIII, converteu-se no maior da cidade.

Os edifícios públicos eram modestos e escassos, reduzindo-se ao “Cabildo” e às oficinas da “Real Hacienda”.

b. Calamidades

O grave peso das contribuições impostas pela Espanha, sentia-se mais quando produziavam-se as invasões dos caracarás que, apoiados pelos mepemes, atravessaram o rio Corriente, e atacaram os vaqueiros e incendiaram a redução de Santa Lucía.

As atas do Cabildo, em 13 de setembro de 1660, recolhem outros castigos que, há

muitos anos, vinha suportando a cidade: as pragas de vermes, as secas, a invasão de gafanhotos, que fizeram aos moradores invocar a proteção da Virgem das Mercês.

c. Composição da população

Em 1622, o governador Diego de Góngora, censou os habitantes, registrando 91 “vecinos” espanhóis, cabeças de família, o que daria um total de 546 habitantes para a cidade e 1.927 em toda sua jurisdição. Entre 1673 e 1676, a população de Corrientes e sua jurisdição, seria de 2.100 hispano-crioulos e 1.752 índios encomendados e reduzidos, dando um total de 3.850 habitantes, segundo os dados recolhidos por Maeder (1981, p.105-107).

Em relação à mistura de raças, o espanhól cuidou de conservar a pureza de seu sangue, formando uma espécie de patriciado, sem fortuna, porém zeloso de seu nome, de seu lar e de seu modo de vida.

Homens e mulheres, que tinham ascendência índia, eram qualificados de “*caáyarú*” que significava “*de antepassados silvestres*” (MANTILLA, 1972, p.64, Nota 35).

Quando o intercâmbio comercial aumentou, igual que a prática do contrabando, em fins do século XVII, surgiu uma classe burguesa, cujo número adquiriu certa importância, mas o grupo estava constituído por pessoas alheias à cidade: portugueses, “*asunceños*”, “*santafesinos*” e “*bonaerenses*”³⁸, os quais adquiriam um lugar na sociedade através do casamento, além de propriedades e cargos públicos. Mais tarde, serão os que atingiram o poder e o prestígio social.

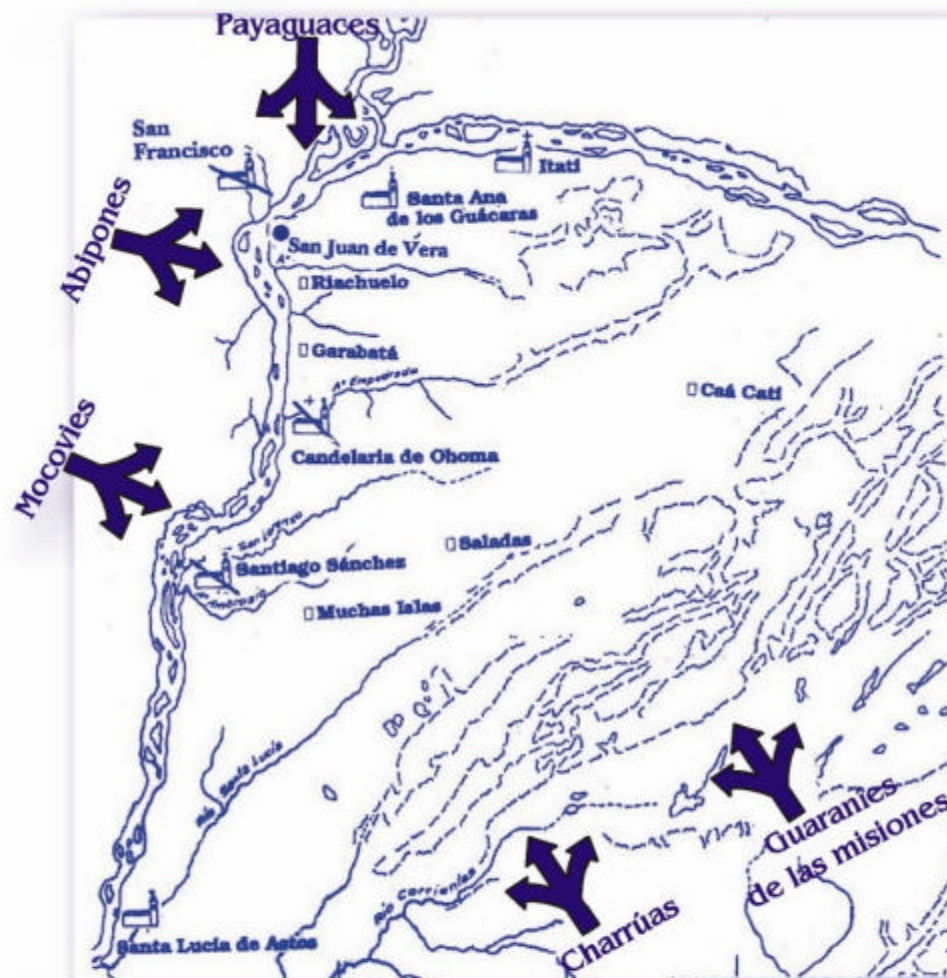
³⁸ Pessoas que vinham de Asunción, Santa Fe e Buenos Aires.

2.4 As Ordens Religiosas na Atual Província de Corrientes

As ordens religiosas de franciscanos e mercedários tinham recebido do Adelantado, locais para o estabelecimento de seus conventos na cidade. Posteriormente, Alonso de Vera lhes adjudicou “suertes”³⁹ de terras para chácaras e estâncias. A radicação dos franciscanos efetuiu-se em 1608 e, por volta de 1628, o Padre Gómez, da ordem dos mercedários, solicitou ao Cabildo um terreno para fundar uma casa e, em 1635, instalaram-se vários sacerdotes dominicanos. Nesse mesmo ano, há constância da existência de dois franciscanos em Corrientes. As duas ordens mencionadas tinham progredido em suas igrejas, celas e ranchos para escravos, enquanto os dominicanos se estabeleciam de fato, conseguindo mais tarde o apoio de Cabral de Alpoín, criador de gado. Construíram uma hospedaria, e em 1660, já tinham uma igreja média.

Outros núcleos populacionais, a cargo de religiosos, foram incorporados, logo, dentro da primitiva jurisdição da cidade, com o objetivo de servir de freio aos ataques indígenas, mediante o assentamento dos naturais, ao tempo que afirmava-se o domínio efetivo sobre o território. Surgiram, assim, povoados e reduções, sendo a primeira destas, a de San Francisco, que realizou o governador Hernandarias, grande propulsor deste tipo de agrupamentos para a evangelização dos índios e para segurança das populações espanholas. Segundo a “*Relación*” do governador Diego de Góngora, em 1822 (BRUNO, 1968, p.242), dita redução, instalou-se “*a la vista de la ciudad de San Juan de Vera, el río del Paraná en medio, sobre él [y] como una legua della*”. Mais adiante será deslocada para o sul de Corrientes com o nome de Santiago Sánchez.

³⁹ “Suertes de estancias”: terreno de meia légua de frente e légua e meia de comprimento



Referencias:

- Ciudad
- Paraje
-  Reducciones desaparecidas
-  Reducciones existentes

IX. Jurisdição da cidade de Vera no século XVII com as reduções franciscanas

(GÓMEZ, 1996, p. 53)

Doze léguas a nordeste de Corrientes, os índios distribuídos em “encomiendas” foram agrupados na doutrina e redução de Nuestra Señora de la Pura e Limpia Concepción de Ytaty, fundada em 1615, sendo seu primeiro apóstolo Frei Luis Gómez, passando logo ao cargo de Frei Luis Bolaños e Juan de Gamarra, da ordem franciscana.

Aos 29º da costa, encontrava-se a redução de Santa Lucía de Astor ou de los Astos, também a cargo dos franciscanos, que tinha-se fundado em 1618. Mais acima, na zona costeira, a curta distância de Santiago Sánchez, estava Candelaria de Ohoma, que antes havia estado às margens do rio Bermejo e que teve que fugir pela pressão dos guaicurus.

Entre Ytaty e Corrientes, encontrava-se o povoado dos Guácaras, índios amigos, sedentários, que teria sido fundado por Alonso de Vera e onde era venerada a imagem de Santa Ana (GÓMEZ, 1996, p.59).

2.5 A Companhia de Jesus e seus Estabelecimentos

A obra missionária da Companhia foi exercida mediante diferentes tipos de estabelecimentos, com funções e características diferenciadas de acordo com seus fins, recursos e administração. Foram estes:

a. Reduções ou “pueblos de índios”:

“que viviendo a su antigua usanza en montes, sierras e valles, en escondidos arroyos, en tres, cuatro o seis casas solas, separados a legua, dos, tres e más unos de otros, los redujo la diligencia de los Padres a poblaciones grandes y a la vida política e humana...”
(MONTTOYA, 1892, p.29)

b. Residências: eram casas nas que habitualmente, morava um pequeno número de

jesuítas “na qual era oferecido ensino de primeiras letras (ler, escrever, contar e cantar). A Residência vivia de esmolas” (FRANZEN, 1998, p.31).

c. Asilos ou hospedarias: refúgios temporários nos povoados ou cidades, onde os Padres podiam deter-se em suas freqüentes saídas missionais.

d. Colégios, Universidades e noviciados: os primeiros eram centros de inúmeras atividades de evangelização, de ensino e assistência às necessidades das cidades e da campanha, tendo que possuir bens suficientes para sua manutenção. Mais modestos alguns, segundo as necessidades da população onde se estabeleciam ou com maiores expectativas como o de Córdoba, exerciam um papel ativo em múltiplas questões, não só de ordem moral, religiosa ou educativa; e sim, como partes integrantes da totalidade da ordem urbana, exercendo influência nas autoridades. O Colégio de Córdoba iniciou-se quando, em 1607, estabeleceu-se nele um noviciado, onde começou o ensino das primeiras letras e abriu-se uma cátedra de gramática. Em 1610, o noviciado foi declarado *Colegio Máximo* e abriram-se cursos de latim, teologia, artes e seminário, mas, por questões econômicas, mudou-se para o Chile, continuando as aulas só para noviços até 1614, ano em que foi reinstalado. Foi a base para o surgimento da Universidade, que abrangeu as faculdades de Arte e Teologia, que concediam graus, porém, nesta última, reservava o grau de doutor somente para os ordenados na ordem sacra. Também dos inícios do século XVII é a residência fundada em Buenos Aires “a qual daria origem ao Colégio de Buenos Aires (Colégio de Santo Inácio), em 1617 (FRANZEN, 1999, p.136).

No momento da expulsão, os jesuítas administravam onze Colégios e duas residências: Córdoba, com o “*Colegio Máximo*”, a Universidade, o noviciado, a terceira provação e o

“*Convictorio*” para externos; em Buenos Aires, duas Casas de Exercícios, dois Colégios: os “grandes” de Buenos Aires e Asunción, onde ensinavam a ler, escrever, gramática, filosofia e teologia, e os Colégios “menores”, como os de Salta, Santiago del Estero, San Miguel de Tucunán, La Rioja, Santa Fe, Corrientes e Tarija e as residências de Montevideu e Catamarca, onde ensinava-se a ler, escrever e gramática.

2.5.1 Os Jesuítas em Corrientes

A Companhia de Jesus instalará no atual território da “*provincia*” de Corrientes, dois tipos de seus estabelecimentos permanentes: as Reduções ou “*pueblos*” de índios, nas margens do rio Uruguai, e o Colégio, na cidade de Vera - Corrientes -.

Os Padres Roque González e Pedro Romero deram começo ao assentamento da primeira experiência, quando fundaram, em 1627, a redução de Nuestra Señora de los Reyes de Yapeyú como local estratégico, na rede de comunicações que começavam a gestar. Esta região, respondia aos propósitos da Companhia por ser:

“... toda esta de muy benigno e apacible clima, de terreno fértil e abundante, de campo vistoso partido a trechos con muchas isletas que forman espesos montes e de cada uno de ellos brota un hermoso manantial de agua que le fertilizan e refrescan. Había mucha fama de grandeza de esta provincia, de la mucha gente que encerraba, de sus naturales apacibles e dispuestos para la doctrina evangélica...” (CA 1626–1627, 1929, p.355, XX)

Desta maneira, davam-se nesta região as duas condições básicas para o estabelecimento duma população: possibilidades de evangelizar, e de contar com recursos suficientes que garantissem a manutenção.

O Padre Pedro Romero, considerou que os começos seriam prósperos para esta redução, já que na Anua dela, em 20 de setembro de 1627, fala da abundância de comida, de seus campos muito férteis e que é *“puerto e llave de estos dos ríos (Uruguai e Ibicuytí) donde vienen todos los índios a sus rescates”* (MCDA, 1-29-7-16)⁴⁰.

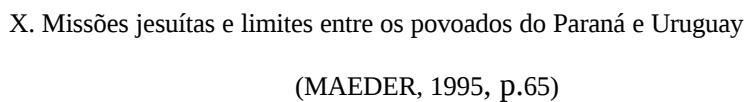
Os espanhóis também tinham seus planos sobre esta região, já que o governador Francisco de Céspedes pretendia:

“...ir entablado el comercio desde luego con estos indios, y encaminando sus pretensiones, porque supo que en este río Uruguay desagua el Ivicuytí y en él entra el Mbiazá que trae sus aguas del mar de Brasil, y aquí se imaginaba el fundar una ciudad, y entablar un puerto de mucho trato...” (CA 1626-27, 1929, p.357, XX).

Para cobrir as necessidades alimentares de uma população em aumento, a meados do século XVII, foi concedida extraordinária importância ao desenvolvimento da pecuária. Os Padres, com a autorização de "vaquear", melhoravam a dieta da população e serviam ao progresso da cria. Entre 1641 e 1644, as reduções tinham uma estância em comum, mas isto acarretava problemas no momento de repartir o gado; motivo pelo qual, o Padre Provincial exigiu que cada redução tivesse a sua. Assim, a partir de 1657, tiveram sua primeira estância os povos de San Javier, na banda oriental do rio Uruguai, e Yapeyú, que, entre 1690 e 1696, aumentou de três a seis o número de suas estâncias que estavam situadas em ambas margens do rio Uruguai. Esta redução se tornará o ponto chave para a defesa dos recursos pecuários das missões, que travarão conflitos com Santa Fe e Corrientes.

Outros três povoados missionários, hão de instalar-se à margem ocidental do rio Uruguai, porém terão uma origem diferente, ao serem originados pela transmigração obrigada

⁴⁰ Versão mecanografiada pelo P. Bruxel no Instituto Anchietano de Pesquisas, São Leopoldo.



Esta nova força expansiva que partia desde a costa ocidental do Uruguai, deu origem a conflitos entre Corrientes e os povoados missionários, que evoluíram desde os ocasionados pela proteção exercida pelos Padres para resgatar aos índios das “encomiendas”, ou pela mútua necessidade de gado, e logo, pelo domínio territorial. Os conflitos passaram por épocas de certa calma, de assistência militar por parte dos guaranis a Corrientes ao longo do século XVII, porém tornaram-se críticos a partir de 1750.

A fundação do Colégio jesuítico na cidade de Vera – Corrientes -, sua evolução e problemas, são os temas específicos deste trabalho e serão tratados a seguir.

III. O Colégio da Companhia de Jesus em Corrientes



3 O COLÉGIO DA COMPANHIA DE JESUS EM CORRIENTES

3.1 A Educação Rio-pratense

Apesar de que os primeiros tempos da conquista, não foram propícios para o desenvolvimento de uma política educativa, já que se vivia em permanente sobressalto pela contínua ameaça de possíveis ataques indígenas, houve uma prematura preocupação por parte dos membros do clero que integravam as expedições. Guillermo Furlong⁴¹ (1969, p.228–229) menciona o comentário que fizera um dos soldados de Pedro de Mendoza, referente aos frutos que o Padre Nuño Gabriel, havia obtido na recém fundada Buenos Aires, quanto à doutrinação de caciques e seus filhos, aos quais também lhes ensinava a ler e escrever. Despovoada a cidade, outro nome aparece ligado a essa preocupação em Asunción, sendo o do presbítero Juan Gabriel Lezcano.

A primeira pessoa autorizada para o exercício do ensino elementar, seria Francisco de Vitoria, em 1605, porém não existem evidências de que realmente exerceu o cargo.

As escolas iam surgindo na medida em que os povoados conseguiram firmar-se, embora de maneira muito precária, existindo uma grande preocupação por causa do

isolamento e as dificuldades para a comunicação. Ainda sendo Santa Fe um conjunto de quinze ou vinte ranchos, em 1577, já contava com o primeiro professor secular, Dom Pedro de Vega. Em relação a Corrientes, Furlong (1969, p.233) e Figuerero (1929, p.164–175) concordam que a iniciativa partiu do cabildo da cidade para abrir uma escola e colocá-la sob a direção do crioulo Ambrosio de Acosta, em 1603. Ensinaria às crianças a ler e escrever, e lhe pagariam um peso de prata ou seu valor em moeda corrente, por cada aluno. O Cabildo habilitou os corredores da Igreja Matriz para que servissem como sala de aula, as que iniciaram-se com a assistência de Frei Baltasar Godines, Comendador da Ordem dos Mercedários, pároco e vigário da cidade.

Anos mais tarde, a este primeiro professor sucedeu outro crioulo, mas de ascendência inglesa, Rafael Farel. A escola perdurou porque, segundo Figuerero (1929, p.170), em 1640, foi nomeado Pedro Medina e, no ano seguinte, Tomás de Zárate. Provavelmente esta escola não teve a continuidade desejada, ao mesmo tempo realizam-se gestões para o estabelecimento de um Colégio que cumpriria com a missão de evangelizar e do ensino elementar.

O caso de Córdoba também é exemplificador dessa primeira preocupação pela educação, já que, desde 1602, quando a cidade era ainda um conjunto de modestas moradias, que tinha não mais de duzentos habitantes, estes solicitavam ter um Colégio de “*Gramática e otras ciencias*” (FURLONG, 1969: 233).

Os religiosos franciscanos, que acompanharam aos fundadores de quase todas as cidades capitais de províncias do atual território argentino, foram os iniciadores das escolas de primeiras letras, pouco depois de instalar seus conventos. Começaram sua ação educativa em

⁴¹ As páginas que daqui em diante se mencionam correspondem ao volume “*El trasplante social*”

Tucumán, em 1565, continuando-a em Santiago del Estero, Salta, Jujuy, La Rioja e Buenos Aires. Em alguns lugares, suas escolas foram as únicas durante algum tempo; em outros, desde o início compartilharam sua atividade com outras ordens religiosas como domínicos e mercedários, embora estes, não fossem muito ligados a este tipo de instituição. Os jesuítas, por sua parte, fundaram treze Colégios no atual território argentino.

Uma característica importante destas primeiras escolas a cargo de religiosos era a obrigatoriedade e a gratuidade. Em algumas escolas, como na de Santiago del Estero, até se doavam os livros de texto. Mediante esmolas, como no caso dos franciscanos, ou graças às rendas que lhes produziam suas estâncias, no caso dos jesuítas, eles davam o ensino gratuito em suas escolas, Colégios e universidades.

No que diz respeito à obrigatoriedade, há provas evidentes dessa exigência nas atas dos cabildos, como, no caso de Corrientes, se pode apreciar, segundo veremos mais adiante.

Furlong (1969, p.237), diferencia “escolas” de “Colégios”, com referências que indicariam que nas primeiras, o ensino era elementar, e nos outros, tratava-se de um segundo grau que capacitava aos alunos para o acesso à universidade. Diz o autor mencionado, que todos os povoados, embora pequenos, possuíam escolas, mas Colégios só estavam situados nas cidades mais populosas, como Buenos Aires, Santa Fe, Córdoba, Tucumán, Salta, Jujui, Santiago del Estero, la Rioja, Catamarca, San Juan, Corrientes, Mendoza e San Luis.

No atual território argentino e dentro da antiga *Provincia Jesuítica del Paraguay*, ocupou um lugar destacado o Colégio Máximo de Córdoba, que mais tarde virá a ser a Universidade de Córdoba, ao obter, em 1621, por um breve do Papa Gregório XV, a

autorização para conceder graus acadêmicos, convalidando o que, em 1613, já tinham resolvido Felipe III e o Conselho das Índias.

Inúmeros testemunhos aludem ao prematuro prestígio da Universidade de Córdoba, que atingiu na América um reconhecimento semelhante ao de Salamanca e La Sorbona. Foi uma das primeiras no mundo em adotar, mediante a aplicação do “*Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesu*”, um programa uniforme para toda sua atividade docente.

Toda esta estrutura foi mantida com desenvolvimento de estabelecimentos pecuários, muitos deles produtos de doações de latifundiários, cujos filhos eram educados na Universidade e, através das mesmas, mostravam sua gratidão à Companhia.

3.2 Os Colégios Jesuíticos: Suas Atividades e Sustento

Se bem em seus começos, a organização da Companhia de Jesus não incluía instituições educativas, aos poucos fizeram-se evidentes os resultados que se podiam obter destas para a concretização da tarefa evangelizadora. Francisco Xavier⁴² já tinha manifestado, em 1542, numa carta escrita desde Goa - possessão portuguesa na Índia - a Inácio de Loiola, os efeitos que conseguiam os jesuítas que ensinavam no Colégio de São Paulo. Inácio respondeu incentivando seu esforço. Em 1545, Francisco de Borja fundou, em Gandía, um Colégio para a formação dos escolásticos jesuítas. O reitor organizou, nessa oportunidade, uma série de debates filosóficos que impressionaram as famílias da cidade que pediram permissão para que seus filhos pudessem freqüentar as aulas. Em 1546, conseguiu a

⁴² São Francisco Xavier (1506-1552): amigo e discípulo de Santo Inácio de Loiola, célebre por suas missões na Ásia Oriental, em especial, no Japão.

autorização para admitir a outros jovens, mas o primeiro Colégio como instituição voltada a leigos, foi aquele fundado em 1548, em Messina, Sicília. Comprovou-se assim que a educação, não somente era útil ao desenvolvimento humano, também constituía um eficaz instrumento de defesa da fé em épocas dos “reformadores” protestantes. O número de Colégios cresceu e, em 1556, quando Inácio de Loiola morreu, já tinha aprovado a fundação de quarenta.

O próprio fundador da Ordem, escreveu as Constituições, que constituem uma fonte para conhecer o pensamento sobre a educação. Mas embora tivesse disposições uniformes, cada instituição aplicava os métodos que lhe pareciam de maior eficácia dentro das realidades que viviam.

Na América, os Colégios foram instalados com a chegada dos jesuítas ao Brasil, em 1549, quando foi criado, pelo Padre Manuel da Nóbrega, o Colégio dos Meninos de Jesus na Bahía (FRANZEN, 1998, p.76).

Como centros de inúmeras atividades, relacionadas com a evangelização e a instrução de crianças e jovens, os Colégios jesuítas deviam possuir rendas que garantissem o sustento e a continuidade da obra empreendida e, ao mesmo tempo, dispor de funcionários suficientes para cumprir com as funções religiosas e de ensino, os serviços domésticos, a lavoura e as tarefas próprias da atividade pecuária das estâncias.

Importantes doações eram concedidas por particulares à Ordem, como reconhecimento por suas atividades. Neste sentido, existiam duas categorias entre os que apoiavam

materialmente a Ordem: os “fundadores” e os “benfeitores”. As contribuições dos primeiros serviam para manter o Colégio por toda a vida, e as dos segundos eram temporárias. Quanto ao pessoal regular nos Colégios, cada um tinha um Padre destinado ao serviço dos índios, e outro para os negros. Uma pessoa estava especialmente dedicada ao ensino das primeiras letras aos moços, *“cosa importante en todo el mundo, pero más nestas tierras por la universal corrupción de costumbres”* (CA 1645-1646, p.2).

Dentro ou fora dos Colégios, exerciam os Padres seus ministérios próprios, consistentes em: *“enseñar, predicar e confesar, [...] asistir a enfermos y moribundos en las particulares y en los hospitales”*. Também faziam *“limosnas secretas: a los encarcelados, yendo cada día dos sujetos cargados, como jumentos, con la olla o con una gran caldera e un saco de pan para su mantenimiento.”* (MIRANDA. Em: FURLONG, 1963, p.58 e 72).

Era muito comum recorrer ao Colégio e pedir um Padre para que assistisse a algum doente, pois os jesuítas eram os preferidos em lugar dos Párocos, portanto deviam estar sempre dispostos a acudir. Para isto tinham nos Colégios *“siempre dispuestos dos caballos (que llamaba el vulgo LOS CABALLOS DE LAS CONFESIONES) para volar los jesuitas a donde eran llamados fuese de día o de noche, lloviese o se hundiese el cielo a truenos”* (MIRANDA. Em: FURLONG, 1963, p.58). Nestes misteres piedosos eram de suma habilidade e de uma igual disposição para com espanhóis ou para com *“el esclavo más despreciado y el indio más pobre”* (CA 1730-1735, p.6).

Além disso exerciam sua ação benéfica os Colégios, através de Congregações *“nada gravosas, desinteresadas y mantenidas a expensas voluntarias de los Bienhechores”* que

também tinham como destinatários a espanhóis, índios e negros. Os índios recebiam a evangelização “*en varias lenguas índicas, según la diversidad de las naciones*”, de acordo com o informe do Padre Provincial Aguilar, de 1738 (Em: BRUNO, 1968, p.33, 6º).

Nas casas anexas aos Colégios, realizavam-se os Exercícios de Santo Inácio por pessoas de ambos sexos incluídos escravos e criados. Todos eram alojados e alimentados durante o tempo que estes duravam. Também às custas do Colégio se faziam periodicamente missões rurais ou campestres, para o que tinham disponíveis duas pessoas, chamadas “*Misioneros de partido*” que eram requeridos pelos mesmos Párocos ou pelos Bispos, que delegavam a eles todas suas atribuições. Acabada uma estação, iam a outra, em toda a jurisdição das cidades ou Dioceses.

Além disso tratavam de fornecer às pessoas da campanha, todos os bens temporais que lhes fosse possível, dando-lhes esmolas em dinheiro que lhes era subministrado pelos benfeitores que confiavam no bom uso que dele faziam os Padres. Com estes recursos, também tratavam de abastecer as Igrejas de ornamentos que os Párocos necessitavam e pedissem.

Os produtores das Doutrinas partilhavam com os dos Colégios os roteiros e os serviços, dando-se uma complementação nas compras e vendas comuns de erva, cera, mel, gado, tornando mais forte a economia de ambas instituições (CARBONELL, 1992, p.129).

Como centros de ensino, os Colégios possuíam escolas nas quais os jovens saíam, não só instruídos em:

“...*leer, escribir y contar, no sólo imbuidos en las buenas costumbres, que es lo que más importa, y lo principal que procurábamos, sino también doctrinados en la buena crianza, y adornados de modales dulces, graciosos y obligantes, para tratar con todo género de gente y bien vistos en la sociedad.*” (MIRANDA. Em: FURLONG, 1963, p.68)

Os jesuítas fundaram treze Colégios desde princípios do século XVII até 1767, e Buenos Aires contava com dois: o Colégio Grande, que mais tarde chamou-se San Carlos, e o que ficava nos Altos de San Pedro, hoje San Telmo.

O ensino regia-se pelo *Ratio Studiorum*, o programa de estudos que, desde 1596, tinha-se implantado em todos os Colégios, e que estabelecia três níveis de gramática, com diferentes graus de aprofundamento nos estudos de idioma latino e grego. Também estava incluído o estudo de idioma nacional e aulas avançadas de retórica, sendo aplicado, além da expulsão da Companhia.

Por tanto, a Ordem tinha diretrizes claras em matéria de educação, com planos orgânicos de estudos. Tudo isto fazia com que estas instituições fossem as mais capacitadas para proporcionar o ensino.

3.3 O Colégio Jesuítico da Cidade de Vera

3.3.1 Antecedentes e Primeiros Contatos Entre Jesuítas e Povoadores de Corrientes

O estabelecimento da Companhia de Jesus na cidade de Corrientes originou longas gestões que abrangeram um período que vai desde os pedidos feitos pelo Tenente de Governador, Alonso de Vera, em 1595, até a instalação do Colégio, em 1691. As primeiras, que indicam uma prematura preocupação pela educação e o estado espiritual da população,

partiram do Padre Juan Romero⁴³, que solicitou, perante dito governador, a fundação de um Colégio.

Estas ações, de 1595, foram publicadas por Federico Palma, num artigo para o jornal “*El Litoral*” de Corrientes⁴⁴, no que transcreve um auto de Alonso de Vera, que dispôs a pronta entrega de terras para levantar o estabelecimento. Diz no escrito que o fez pela devoção que sente pela Companhia, para que funde um Colégio para o “*aumento del servicio de Dios Nuestro Señor*”. Doa à Ordem, os terrenos pertencentes a “*Don Antonio e Don Carlos de Vera nesta ciudad*”, aos quais darão outros.

También, Alonso de Vera:

“...señaló a la dicha Companhia otra media cuadra que alinda con estos dichos terrenos que tiene el Capitán Diego de Palma Carrillo que así mismo pagará su justo valor atento a que es la parte mas cómoda para la dicha fundación y por estar los susodichos ausentes...” (PALMA, 1968, p.4)

Estes terrenos limitavam com os quarteirões do Adelantado, Juan Torres de Vera y Aragón e com os de Pedro de Vera e Lucía Torres, e, ruas reais no meio, com os terrenos de Rodrigo Ximénez de Castillo e Juan Torres Pineda.

Federico Palma diz, em relação à localização das terras, que, em sua maior parte, foram entregues aos descendentes do Adelantado Juan Torres de Vera e Aragón, mas que “*son inubicables en el terreno da ciudad de Corrientes dado la vaguedad con que se expresan sus linderos.*” Não são as mesmas que lhes foram concedidas posteriormente, em

⁴³ Superior das missões em 1593.

⁴⁴ PALMA, Federico. *Los jesuitas intentaron establecerse en Corrientes en 1595*. El Litoral, Corrientes, 25 de fevereiro de 1968. Transcreve o auto de outorgamento de terras para a fundação do Colégio, porém não faz referência onde se encontra dito documento

1690 e 1691, quando conseguiram estabelecer-se, pois, segundo o autor citado, não figurava como limite o rio Paraná, que deveria ser uma referência iniludível.

A efetiva posse destas terras aconteceu no dia 15 de dezembro de 1595, diante do Capitão Juan de Cumarraga y Varguren, alcaide do cabildo e, cumprindo o trâmite, o Padre Juan Romero fez retirar aos que estavam e “*paseando dentro*” (PALMA, 1968, p.6, col. 3).

Não obstante, a tentativa não foi bem sucedida, de acordo com o mesmo artigo, porque a Ordem não tinha o número suficiente de sacerdotes. Passaria um século antes que se tornasse a negociar a instalação de um Colégio em Corrientes.

Porém, durante todo esse tempo, Corrientes não esteve afastada das tarefas apostólicas da Companhia. Enquanto isso faziam os trâmites para o estabelecimento permanente na cidade. O Padre Pedro Lozano (1754, p.109-116), refere-se à passagem evangelizadora dos Padres Alonso Barzana e Pedro de Añasco na cidade das Corrientes, em 1592, provenientes de uma missão no rio Bermejo. Até ali acudiu o Tenente General da cidade para pedir a eles que atendessem a cidade, e assim foi feito, para o que percorreram uma distancia de trinta e três léguas:

“...por tierra de grandes pantanos e infectada de innumerables sabandijas: unas ponzoñosas, otras, aunque no de peligro; pero que son la pensión más penosa de la paciencia, entre quienes tienen en primer lugar enjambres de mosquitos de varios géneros, y crueles todos: siendo plaga, que hierve en todas partes; por la inundación de los continuos bañados.” (LOZANO, 1754, p.111)

Mas tudo isto não diminuía o entusiasmo dos Padres que acudiam à missão cheios de gozo. O mesmo Barzana em sua “*Carta a Juan Sebastián*”, escrita em Asunción, em 8 de setembro de 1594, relatava a assistência missional para com toda a Província do Paraguai e

suas cidades, dizendo que em toda ela tanto espanhóis como índios, foram assistidos pelos Padres da Companhia que, residentes em Asunción, concorreram aos sermões e confissões daquela cidade e à de Vera, onde “*vinieron dos de nuestra Compañía, e tres meses que allí estuvieron parecía una Semana Santa nas confissões, devociones e sermones e mudanzas de vida*” (Em: FURLONG, 1968, p.88).

Estes Padres chegaram a Corrientes em 24 de outubro de 1592 “*en la ribera, opuesta del Río da Plata, cuyo cauce ocupa allí más de media legua.*” (LOZANO, 1754, p.111).

A recepção e os resultados foram notáveis, de acordo com o relato de Lozano porque, quando souberam em Corrientes da chegada, mandaram embarcações esperá-los e deram mostras de muita alegria. Nas pessoas mais simples notava-se mais, e se ajoelhavam na rua ao passo dos Padres. Todos acudiam aos ofícios religiosos de tal maneira que lotavam a igreja. Porém o Padre Barzana não esquecia os índios e “*les predicaba en su idioma nativo*”. Nas festas reuniam os Padres aos que moravam na cidade ou em sua comarca e os levavam em procissão, cantando em sua língua, até chegar à Praça. Eles percorriam “*registrando cada rincón y hallaron viejos de más de cien años*” (LOZANO, 1754, p.112-113).

Após três meses e meio, tiveram que voltar a Matará, para cumprir uma promessa que tinham feito ao povo e para obedecer ao desejo do Padre Superior, Juan Fonte. Quando iam embora, todas as pessoas os acompanharam até a praia.

Porém, não todos os contatos foram bem sucedidos: as Cartas Ânuas de 1635 a 1637, referem que: “*... vino de la ciudad de las Corrientes muy triste el P. Juan Porras dando cuenta por su parte del fracaso de sus diligencias de alcanzar socorro militar dessa ciudad*” perante o ataque dos luso-brasileiros (CA 1635-37, p.628).

Em troca, os frutos espirituais continuavam sendo positivos, mesmo que com problemas. Nas Cartas Ânua de 1637-1639 (1984, p.162), há menção a “*una breve excursión de dos Padres de Itapua al pueblo español de Corrientes, bajando el Paraná, donde por Semana Santa hicieron una misión popular*” e, para dar idéia do fruto espiritual, relata dois exemplos de conversão ocorridos. Diz também, que na Páscoa houve explicação do catecismo a adultos e crianças porque era muito necessário. Os Padres foram a estâncias dos arredores, dedicando-se especialmente a instruir, batizar e confessar aos índios, voltando após terminada a tarefa.

Nas Cartas Ânua de 1641-1643, há referências a outra missão que fez um Padre desde o Colégio de Santa Fe a Corrientes para, dali, freiar os rebeldes calchaquis, mas encontraram-se com campos inundados que, durante muitos meses, impediram o comércio e comunicação com eles.

Enquanto isso, o tempo foi aproveitado “*en el cultivo y reformation de aquel pueblo, confesándoles cuasi a todos*” (CA 1641- 43, p.71-72).

Pregar deu frutos que ficaram evidenciados na freqüência dos sacramentos e num claro agradecimento à Companhia por ter enviado esta missão.

Também desde as reduções, saíram missões a Corrientes, com resultados igualmente positivos, de acordo as citadas cartas, sendo responsáveis por elas os Padres Miguel Gómez e Andrés Gallego. De manhã, pregavam e “*decían sus ejemplos por la tarde*”, dando às crianças a doutrina cristã, confessando e dando a comunhão, com sucesso manifesto e a reforma dos costumes “*y piden con insistencia vayan todos los años los nuestros a partirles el pan del cielo como se procurará por la gracia del Señor*” (CA 1641-43, p.131).

A Carta Ânua de 1647 a 1649, faz referência a outro contato, que teria estreita relação com os pedidos para o estabelecimento dos jesuítas em Corrientes e que encaixa com o conflito que desatou contra estes o Bispo Cárdenas⁴⁵, desde Asunción. Quando assumiu ilegalmente o governo, em fevereiro de 1649, aproveitou a ocasião para vingar-se deles, pois os jesuítas tinham denunciado a irregularidade de sua designação como bispo e os expulsou, embarcando-os em canoas para Corrientes, “*aldea española, a unas 60 leguas de la Asunción*” (CA 1647-49, p.93).

Charlevoix (1913, p.178) incorpora outros detalhes sobre a violência a que foram submetidos os Padres, dizendo que a tropa lançou-se com fúria sobre eles, os injuriaram, os arrastaram pelo chão e os calcaram com os pés. Alguns estavam doentes e foram arrancados com violência dos seus leitos. Os amarraram, os jogaram numa barca sem remos, sem marinheiro, nem mantimentos. Sem rumo, ficaram encalhados em uma ilha próxima a Corrientes, cidade a que chegaram após muito esforço.

Uma vez ali, foram convidados a hospedar-se em “una casa de campo distante unas seis millas de la villa, perteneciente al distinguido caballero Don Manuel Cabral de Alpoin⁴⁶, el cual les arregló allí una capilla” (CA 1647-49, p.93). Esta casa servia de alojamento a todas as pessoas importantes que passavam pela cidade, por ser espaçosa e de melhor fatura.

Os Padres expulsos, viveram na casa oito meses sem que nada lhes faltasse, nem

⁴⁵ O relato do conflito com o Bispo Cárdenas é detalhado na CA de 1644, Em: *Documentos de Geohistoria Regional*, Resistencia, IIGHI. CONICET, n.13, 2000, p.42-62.

⁴⁶ Manuel Cabral de Alpoin, de origem portuguesa, tinha chegado à cidade quatro anos antes e ocupado o cargo de lugartenente de Governador em 1629, empreendendo uma campanha de castigo aos assassinos do Padre Roque González e seus companheiros.

sustento, nem remédios, porém, o importante dessa temporada passada no lugar foi, segundo a Carta Ânua mencionada:

“... acudió mucha gente a nuestra capilla de toda la vecindad campestre y además iban cada semana dos padres a la cercana villa de Corrientes para ayudar a confesar y desempeñar los demás ministerios de la Compañía.” (CA 1647-49, p.137)

O comportamento exemplar dos Padres, aplacou o ressentimento devido aos conflitos jurisdicionais entre a cidade e as missões, que vinham acontecendo como consequência das licenças para “vaquear”, e que motivaram queixas em 1639 e 1640. Estas autorizações, que originavam disputas entre os correntinos e as missões, emanavam de uma concessão que, em 1633, o neto do fundador da cidade, Don Juan Alonso de Vera e Zárate, fez *“por vía de limosna y donación gratuita a los religiosos misioneros y a los indios tapes”* (BNRJ, I-29-3-61) para poder “vaquear” e recolher o gado entre *“las Corrientes y el río Uruguay”*. Uma ação similar lhes foi concedida também, em 1637, pelo “maestre de campo” Don Gabriel Insaurrealde e os Governadores de Buenos Aires, Don Francisco de Céspedes, Don Esteban de Aguilar e Don Méndez da Cueva.

Também tinha repercutido na cidade a prédica contrária de Cárdenas que, vindo de Asunción, *“se propagó a toda la región circunvecina. Algunos religiosos ponían desde el púlpito, en ridículo a la Compañía”* (CA 1647-49, p.4).

O resultado da ação dos Padres, foi o requerimento de uma missão à Companhia que foi tratado no Cabildo, em 6 de março de 1650 (AC 1942, p.401, II), e que se baseava em que *“la gente española y de indios de servicio es mucho número y para ayuda y alivio.”* Em consequência, pediu-se ao Padre Superior das Missões do Paraná e Uruguai, envie a elas dois Padres Religiosos.

Porém, o mesmo Cabildo, em 16 de junho de 1658, já tratou a questão de um estabelecimento permanente, segundo o registro feito nas Atas Capitulares de 1647 a 1658 (1942, p.495). Baseados no crescimento da cidade, os capitulares acharam justo que os filhos dela, tivessem a doutrina cristã “*y en particular el estudio gramático que es la puerta por donde se viene a alcanzar mayores ciencias*”. Resolvem, então, escrever ao Padre Geral da Companhia para que ordene “*se pueble en esta ciudad un Colegio de padres.*”

Este tipo de requerimentos era comum, porquanto diz a Carta Ânua de 1730-35, a estima que tinham nas cidades pelas tarefas da Companhia na instrução em primeiras letras e gramática.

A missão concretizou-se, pois a Carta Ânua de 1661, informa sobre os resultados que foram mais frutíferos nesta ocasião porque se estendeu durante toda a Quaresma e “*no solo ocho ni quince días como otras veces*” (MCA, 1970, p.196, IV). Grande foi o esforço realizado, porque não havia Padres suficientes, muitos deles já estavam muito velhos e doentes. Nesta oportunidade, foram os Padres Andrés Gallego, que cuidava da Reducción de Candelaria, com um grupo de índios que se ofereceram a acompanhá-lo, e o Padre Pedro Clavería, da Reducción de San Ignacio do Paraguai.

A recepção foi notável, igual que os frutos, já que a chegada tinha sido desejada. Imediatamente, os Padres começaram a dar doutrina aos meninos e meninas que acudiam gostosos “*sin quedar Teniente, Alcaldes, ni vicarios, chicos e grandes que aunque lloviese no les era de impedimento*” (MCA, 1970, p.196, IV). Assim foi a afluência durante toda a Quaresma, aos sermões e palestras que eram recebidas com ânsia, provocando confissões gerais. Exemplo disto são os casos de uma mulher que tinha cometido leviandades e agora

fugia delas, e de um jovem que confessou-se reiteradamente por efeito das práticas e exemplos que diariamente lhe davam os Padres.

Os frutos manifestaram-se nas autoridades civis e eclesiásticas como o Cabildo, o Tenente de Governador e o Vigário, que manifestaram suas opiniões por meio de cartas. A modo de exemplo, a Carta de 1661, transcreve um capítulo da carta do Vigário, na que manifesta sua satisfação pelo cuidado dos Padres na educação e ensino da doutrina cristã às crianças. Também guarda sua esperança e dos moradores, de voltar a ver aos Padres em *“otra ocasión que se ofrezca de misiones”* além da súplica que *“nos asistan para el total consuelo de esta república...”* (MCA, 1970, p.197, IV).

3. 3.2 As Gestões para Estabelecer o Colégio

A apresentação oficial do pedido para o estabelecimento permanente da Companhia de Jesus, demorou, e recém se fez no dia 4 de novembro de 1685. Os termos da mesma revelam um desejo de longa data e os impedimentos que surgiram para sua execução:

“Muchos años ha que esta ciudad ha deseado se fundara en ella un Colegio de la Compañía de Jesus y en varias ocasiones lo ha propuesto. Pero parece que a peso de ser tan conveniente, se han presentado dificultades que han desvanecido aquel intento tan útil e necesario a esta República. No sé si lo atribuyamos a la cortedad da tierra que por ser tan pobre no dio lugar a ejecutar su deseo o a que Dios nuestro Señor en sus incomprensibles secretos permitió que hayamos carecido de este bien hasta el día de hoy que compadecido de nosotros ha suscitado aquel primer deseo y reprimiendo en nuestros corazones una eficacísima ansia de tener en nuestra patria tan linda Compañía..” (BNRJ 1-29-3-19)

Como podemos ver, há uma referência concreta à questão de que os recursos, talvez, foram insuficientes para começar uma obra dessa envergadura, problema que, nesta oportunidade, parecia estar solucionado pelas condições em que foi estabelecida, como

veremos mais adiante. Por enquanto há, neste documento, promessas do Cabildo, que invoca o nome do “común”, para fazer esta petição, apresentada pelo procurador da cidade, a fim de que lhes concedam os religiosos necessários para fundar nela um Colégio e que, em consequência, lhes ajude “*con todo lo que nuestras fuerzas alcanzaran, dándoles sitios convenientes para todo...*” (BNRJ 1-29-3-19).

As promessas são reiteradas no mesmo documento, quanto a fornecer recursos que façam possível a fundação, dar-lhes ajuda e locais acomodados, além de assistência pessoal. Considera que é “*una misión tan necesaria*” não só como remédio das almas, e sim como “*norte de la dirección de nuestros hijos, ni a que padezca mais ignorancia aquesta pobre ciudad*”, fazendo então alusão à função educativa que, também, cumpriria o Colégio.

Esta petição de 1685 está assinada por Gabriel de Toledo e Pedro Gómez de Aguiar⁴⁷. O primeiro era um crioulo que tinha assumido o cargo de Tenente de Governador, a 8 de janeiro de 1685, homem que teve uma destacada atuação como alcaide de primeiro voto e alferes real da cidade, e também muito vinculado à Companhia de Jesus. Tornava-se imprescindível o ensino sistemático, já que, até então, o mesmo era exercido de maneira descontínua e, além disso se encontravam com a recusa das pessoas a receber instrução e a enviar seus filhos à escola, mesmo que fossem multados.

Os trâmites continuaram, e as promessas formalizaram-se quanto à provisão de bens necessários para a fundação do Colégio por um acordo entre o Cabildo e o Regimento que contou com a presença do Padre Provincial Tomás de Donvidas, a 25 de janeiro de 1686.

⁴⁷ As gestões para estabelecer o Colégio, em APC, Actas Capitulares, 1690-1696, t. 12, p.17-20.

Foram entregues as propriedades que serviriam como sede do Colégio e outras que garantiam os recursos para sua subsistência e manutenção, sendo as seguintes:

Lugar para o estabelecimento do Colégio, à escolha da Companhia;

Uma chácara na paragem “Santa Catalina”, águas abaixo do Paraná;

Uma “chacarilla” sobre o Paraná, águas abaixo a uma légua da cidade;

Uma estância de seis léguas em “San Juan”, rio acima;

7.000 cabeças de gado colocadas na Redução de San Ignacio do Paraguai ou 12.000 vacas no território correntino;

500 vacas anuais, durante três anos, para gastos de fábrica (MANTILLA, 1928, p.769).

Em continuação, cumpriram-se os trâmites correspondentes, pela parte do Provincial, para deixar constância que obrigasse ao Cabildo a executar os acordos para obter a autorização real e eclesiástica.

Por sua parte, a 10 de março de 1688, o procurador, P. Diego Altamirano enviou um memorial ao rei Carlos II onde, com os devidos fundamentos, solicitou:

“... se conceda haya misión de la Compañía en la ciudad de Corrientes de la Gobernación y diócesis de Buenos Aires, con casa donde puedan vivir con decencia dos o tres misioneros y hospedar a los que pasen, y capilla o iglesia pequeña para instruir a los índios, sin congrua alguna de la Real Hacienda ni de la ciudad.”
(PASTELLS, 1923, p.171, IV).

Apresentam-se aqui as características dessa nova fundação: sua intenção missional; prestar hospedagem aos missionários que passavam; instruir os índios; capacidade de sobrevivência sem depender das verbas públicas, nem da cidade.

No dorso deste memorial consta já o despacho fiscal favorável, feito em Madrid, em 22 de fevereiro de 1688, mas “... *con calidad de que no tengan campana ni puerta a la calle el oratorio*” (PASTELLS, 1923, p.171, IV).

Em 30 de março de 1688 desde San Lorenzo, expediu-se a Real Cédula ao Governador de Buenos Aires onde consta a conformidade do Bispo para “... *dar licencia a los Jesuitas en la ciudad de las Corrientes para hacer misión a los indios, se la concedan con la calidad que se expresa*” (PASTELLS, 1923, p.172, IV).

Este documento, enumera as razões que narrara o P. Altamirano em seu memorial, e que serviriam também como argumentação nesta oportunidade para o estabelecimento de uma “*misión permanente en la ciudad de las Corrientes*”. São estas:

“... *porque dicha ciudad tiene cerca de ella muchos infieles y por no haber misioneros Jesuitas allí no se han sujetado ni convertido a la fe, aunque algunos de ellos no son belicosos contra españoles, sino de natural dócil y fácil de convertir, a cuyo ejemplo se podrían ganar otros más bárbaros, y no se podría conseguir con misión que hiciesen alguna vez al año;*

porque los Colegios más cercanos distan de dicha ciudad más de 100 leguas y de caminos difíciles, y aunque en alguna correría se ganasen algunos, no querrían luego salir lejos de sus tierras hasta que, domesticados, perdiesen el miedo e concibiera conveniencia de agregarse a otros pueblos;

que es puerto forzoso para las canoas y balsas desde el Paraguay y reducciones hasta Buenos Aires y Santa Fe, a cuyas ciudades llevan los indios ya cristianos sus frutos con que pagan el tributo e compran lo necesario para sus iglesias y conservación de sus pueblos..

... por ser paso necesario de los religiosos que van de los Colegios a las reducciones y por no hallar hospedaje decente ni casa de posada para pasajero, con suma incomodidad van expuestos a los temporales que dice son muy ásperos;

... que se ocurría con que los Jesuitas tuviesen allí misión con casa donde vivir con decencia religiosa dos o tres misioneros y hospedar a los que pasan, y capilla o iglesia pequeña, al modo que usan en las

otras misiones, para instruir a los indios siquiera hasta que cerca de aquella ciudad se reduzcan bastante infieles;

para hacer nueva reducción en que vivan más de asiento y sirva de escala para convertir a los demás...” (PASTELLS, 1923, p.172, IV)

Reitera-se a questão dos recursos próprios: “... *porque los Colegios de donde se enviaren religiosos para dicha misión, los sustentarán con todo lo necesario como a súbditos suyos.*” (PASTELLS, 1923, p.172, IV).

Os argumentos apresentados eram de peso, já que as populações do Paraná eram objeto de freqüentes ataques indígenas. Um deles foi o que motivou a negativa do Tenente de Governador de Corrientes, Nicolás de Villanueva, de aceitar o pedido do Padre Porras, que já citamos, sobre o envio de reforços às missões, pois os índios guaicurús do Chaco tinham-se rebelado. Também ao redor de 1638, os charruas e caracarás haviam destruído Santa Lucia de los Astos e cortado as comunicações com Santa Fe e Buenos Aires.

Toda a atividade da cidade estava centrada na defesa contra os ataques indígenas, embora contassem com a ajuda de índios aliados, seu número era insuficiente.

Quanto ao argumento das grandes distâncias dos demais Colégios, eram reais as avaliações do Padre Altamirano, porque estes encontravam-se em Córdoba, Asunción, Santiago del Estero, Buenos Aires, Santa Fe, San Miguel de Tucumán, Salta e La Rioja.

Embora pudessem utilizar as vias fluviais, estas eram cansativas e lentas pela precariedade dos barcos. Os caminhos terrestres eram simples picadas abertas somente pelos animais ou pelo passo das carretas. Ainda em 1784, quando Azara fez o caminho da

“Bajada”⁴⁸ de Entre Ríos até Corrientes, demorou 16 dias, no meio de “*la soledad, el peligro das fieras, la molestia de insectos y otras peripecias*” (PASTELLS, 1923, p.302, IV).

Corrientes era um porto obrigatório de parada para os índios das reduções que iam buscar erva-mate, navegando em canoas pelos rios, demorando nestas travessias ao redor de três meses. Os guaranis das populações reassentadas no Paraná, por exemplo, “... *hacen yerba para adquirir caballos y yeguas, indispensables cuando necesitan vaquear, algodón para vestirse y semillas. Buena parte de la yerba va destinada al Colegio de Asunción que les ayudaba en las adquisiciones requeridas.*” (CARBONELL, 1992, p.125).

O memorial do P. Altamirano acrescenta detalhes que justificam sua petição, tais como o trânsito contínuo entre as 25 reduções que era feito em “... *embarcaciones tan débiles como un madero calado [...] y todas tocan en las Corrientes, donde son visitadas de las Justicias y compran bastimentos los índios para proseguir su viaje...*”

Fala também, das humilhações que suportavam os indígenas neste passo “*por no haber quién los defienda como los Jesuitas, que los han convertido*”, fato que é aproveitado pelos espanhóis que os convencem de diversas maneiras “*para que se queden a servirles en sus casas, heredades y trajines*”. Isto levava a que um grande número de índios não voltasse a suas reduções, deixando desamparadas suas mulheres e famílias, enquanto os que ficavam não recebiam retribuição pelos seus trabalhos, causando a fuga e os roubos “*y aunque los misioneros procuran recogerlos, no pueden evitar el que se pierdan muchos por estar sus doctrinas tan distantes de la ciudad de las Corrientes...*” (PASTELLS, 1923, p.172 – 173, IV).

⁴⁸ Na costa do Rio Paraná, na frente da cidade desse nome

As tratativas continuavam, tentando conseguir as propriedades necessárias para fundar uma estância, com a qual pudessem sustentar os Padres do Colégio. Em maio de 1690 o Padre José Mazo, procurador da Companhia e, “*en nombre del Colegio que se está fundando en la ciudad de San Juan de Vera de las Siete Corrientes*”, solicitou ao Governador Herrera y Sotomayor, concedesse ao mesmo mercê de “*unas tierras realengas que llaman el Rincón de Luna*”.⁴⁹ Porém, os trâmites recém foram resolvidos em 3 de outubro de 1696, quando o governador de Buenos Aires, Agustín de Robles, outorgou dita mercê ao Colégio de Corrientes. Mas os frutos não foram os esperados de forma imediata e, em 1711, o procurador do Colégio, pediu sua permuta por outro lugar mais próximo da cidade, refletindo a necessidade de ter terras para o gado, capazes de sustentar os religiosos, o ensino dos meninos que freqüentariam as escolas e as demais tarefas próprias dessas instituições.

Enquanto estas gestões continuavam, já em setembro de 1690, o Bispo Azcona deu a licença correspondente “*para levantar misión, casa e Iglesia*” (Em: MANTILLA, 1972, p.76).

Em consequência, haveria uma primeira fundação em caráter de “... *misión en forma de hospicio en la cidade de Vera de las Siete Corrientes, según lo pidió a SM el P. Diego Altamirano...*”, que é o que consta no informe que fez em uma carta ao Rei, o Governador de Buenos Aires, Don José de Herrera, em 20 de agosto de 1692 (PASTELLS, 1923, p.282, IV). Nele refere-se à conveniência da fundação de um Colégio, pelo qual, pareceria que a fundação deste foi gestionada posteriormente.

No conteúdo desta carta refere o Governador que:

⁴⁹ Expediente AGPC, em Maeder, 1992, p.118.

“... ha conferenciado con el Obispo, y ambos han juzgado ser conveniente se funde un Colegio e Iglesia en forma en dicha ciudad de San Juan de Vera de las Siete Corrientes, por el mucho fruto que ha reportado la presencia de los Padres de la Compañía durante cerca de tres años que han entrado en ella, viviendo en el sitio que se les señaló, donde tienen su casa pegada a una ermita antigua del Señor San Sebastián, que les sirve de oratorio, sin exceder en nada de lo que se les ha permitido.” (PASTELLS, 1923, p.282, IV)

De acordo com esta carta de 1692, os Padres já tinham-se estabelecido desde 1689 e o Colégio e Igreja recém se gestionavam em 1692, porém em 1686 o Provincial Donvidas havia realizado negociações em Corrientes para que *“se señalara sitio para la iglesia y residencia, tierras para chacras y estancias para el sostenimiento de la casa y alguna ayuda para construir el edificio”* (MAEDER, 1981, p.169, Nota 83).

Há outras cartas relacionadas à mesma questão: a do Bispo de Buenos Aires ao Rei, de 3 de outubro de 1692, que trata sobre *“que el Hospicio de los religiosos de la Compañía de Jesus de la ciudad de Corrientes sea Colegio”* (PASTELLS, 1923, p.285, IV), já que *“todavía no queda esta obra perfecta”* (BRUNO, 1968, p.65) se não concretizam a fundação, e a de D. Agustín de Robles, Governador de Buenos Aires, dirigida também ao Rei no dia 1 de dezembro de 1692. Esta última informa que:

“...el cumplimiento por parte de los religiosos de la Compañía de Jesús de la Real Cédula del 30 de marzo de 1678 (por 1688) en que, a petición del P. Diego Altamirano, se les concede casa y hospicio en la ciudad de las Corrientes, del distrito de aquel gobierno. Informa sobre la conveniencia de que dicha licencia se extienda a que sea Colegio y tengan iglesia capaz para el cumplido desempeño de sus sagrados ministerios. Dice que los niños que acuden a sus escuelas, sin los que aprenden gramática, son mas de 200.” (PASTELLS, 1923, p.289-290)

De igual teor é o Memorial de D. Gabriel de Aldunate y Rada, Procurador geral da cidade a SM, onde refere:

“...el fruto grande que dan los religiosos da Compañía de Jesus e cuan conveniente sería se les concediese licencia para que pudiesen tener Colegio en la ciudad de las Corrientes en lugar del Hospicio que allí tienen, como lo habrán informado el Obispo e el Gobernador de Buenos Aires.” (PASTELLS, 1923, p.289–290, IV)

Porém o despacho fiscal feito em Madrid, em 25 de junho de 1696, não foi favorável, já que diz:

“...que la fábrica del Colegio e iglesia y demás necesario para su manutención se ejecutara de los Padres jesuitas y sin gasto alguno de la Real Hacienda y en su virtud [...] parece concurren los requisitos necesarios para que se difiera esta pretensión.” (PASTELLS, 1923, p.289–290, IV)

E acrescenta: *“Justifíquese de las rentas que hay para mantenerse este Colegio sin gravamen para los vecinos”* (PASTELLS, 1923, p.346-347, IV), mas, em 23 de outubro de 1697, o Real Conselho declarava: *“Por ahora no ha lugar”* (BRUNO, 1968, p.66).

Portanto funcionavam a casa, a hospedaria e as escolas para índios e para os que aprendiam gramática, já em 1692, quando se solicitava a licença para que seja Colégio. Em carta do Cabildo secular, de 24 de dezembro de 1692, este organismo agradece ao Rei por:

“...haber accedido a la súplica que le dirigió en 1687 de que se dignase conceder la fundación de un Colegio de Padres de la Compañía de Jesus en dicha ciudad, como en efecto lo ejecutó el año de 1689, viniendo a residir en ella, en virtud de la Real Cédula de concesión...” (PASTELLS, 1923, p.290, IV)

Nesta oportunidade, o Cabildo solicitava a construção de *“una Iglesia capaz y espaciosa para facilitar el pasto espiritual de su doctrina a las muchas almas que se necesitan de ella, por ser incapaz la capilla que ahora tienen.”* (PASTELLS, 1923, p.290, IV).

Cayetano Bruno (1968, p.66) diz a respeito que, apesar da decisão desfavorável de outubro de 1697, o hospício de Corrientes “*funcionó como Colegio o casa formalmente erigida; y aún en la nomenclatura de la época, ya desde 1689 llevaba este nombre*”. Vicente Fidel López (1929, p.15-17), utilizando como fonte as Cartas Anuais de 1689 a 1693, diz que deu-se começo à fundação do Colégio por ordem do P. Tirso González, em 1º de março de 1690. Este mesmo ano consta, segundo o mencionado autor, na ata capitular de 13 de março de 1690, encontrada no Arquivo de Corrientes.

3.3.4 *Chegada e Instalação dos Jesuítas em Corrientes*

No dia 13 de março de 1690, chegaram os primeiros Padres, adjudicando-se-lhes “*la cuadra que quedaba en la calle que bajaba de la Ermita de San Sebastián e iba derecha hacia el Riachuelo*” (LABOUGLE, 1978, p.124) que, segundo o estudo realizado por Vicente Fidel López (1931, p.18), o lugar corresponde ao quarteirão que ocupa, na atualidade, o Colégio Nacional e onde, efetivamente, encontrava-se o edifício do Colégio dos jesuítas até sua demolição. Contornam seu perímetro: “*hacia el Este, la calle Tucumán; al Sud, la calle Fray José de la Quintana; al Oeste, la calle San Luis y al Norte, el río Paraná*”. Para que tivessem um lugar onde morar e cumprir com seus ofícios religiosos, o Cabildo lhes cedeu a Ermida de San Sebastián, porém deviam partilhá-la quando se celebravam as festas da cidade, enquanto fosse construída sua própria igreja. Atualmente este terreno ficou debaixo das águas do rio Paraná, segundo diz Mantilla (1972, p.77).

O P. Sebastián Toledo, irmão do Tenente de Governador, recebeu a escritura que documentava a doação dos terrenos e chácaras em Santa Catalina e estância no povoado de San Juan, Paraná acima, como lhe fora assinado ao P. Donvidas em sua oportunidade. Este ato

teve lugar em 5 de junho de 1690, e no mesmo “*se incluyeron las reses necesarias para costear la edificación*” (MAEDER: 1981, p.169, Nota 83).

Nas Atas Capitulares de 1690, especificam-se as propriedades que nesse momento eram as seguintes:

“La cuadra de sitio para la iglesia e el Colegio que de a la parte del poniente sobre la calle que baja a la ermita del Señor San Sebastián da otra parte de dicha calle e a la calle que atraviesa por la plaza que corre al poniente...”

“...con más otra cuadra que se sigue inmediatamente a la dicha cuadra para rancherías de su servicio de dicho Colegio que corre sobre el mismo río e calle de por medio entre las dos cuadras que es la que viene del campo entre las casas dos Capitanes Don Fernando Báez e Antonio Frutos...”

“ la chacra situada en el Pago de Santa Catalina perteneciente a Manuel Cabral de Alpoin.” (LABOUGLE, 1978, p.125)

No mesmo documento consta que, uma vez medidas as terras, “*se halló la dicha suerte ser corta y no bastante para las labores y demás ministerios del dicho Colegio*”, em razão do que foi necessário assinalar terras mais amplas, contando-se “*... desde el arroyo que sale del anegadizo al pie de una isla de donde corre el cerco de las labranzas y suertes de tierras del teniente Gaspar Fernández*” (AC 1681-1690, p.11, fs 212-214).

Também entrega-se “*la estancia del Paraje del río de San Juan que llaman, río arriba del Paraná...*”

3.3.5 A edificação do Colégio

Quando foram cumpridas as diligências referidas às propriedades, o P. Toledo pode continuar com a construção do Colégio com muitas dificuldades.



XI. Plano da cidade de Corrientes (ESTRADA, 1992, p.47) com a localização do quarteirão do Colégio e a Ponta San Sebastián: “hacia el Este, la calle Tucumán; al Sud, la calle Fray José da Quintana; al Oeste, la calle San Luis e al Norte, el río Paraná”. (LÓPEZ, 1931, p. 18)

A cidade de Corrientes atravessava uma situação angustiosa já que em 6 de abril de 1689, havia sofrido um ataque gravíssimo dos abipon, o que motivou gastos de defesa como foi a conclusão da construção do forte da cidade.

Além disso, o Teniente de Governador Toledo organizou uma entrada ao Chaco que foi rejeitada pelo Cabildo em virtude da má situação existente, não só em munições escassas, como também na falta de milho, trigo, tabaco, erva mate, a que se unia a falta de braços para realizar as colheitas por estarem ocupados na campanha. As dificuldades foram atenuadas, em parte, pela assistência dos índios da redução de Itati, mas não havia condições de cumprir com o acordo com os jesuítas.

A entrega das cabeças de gado estava demorada até que, com a intervenção do Cabildo e do Capitão González Recio, reuniram-se 5.300 cabeças.

Em 1691, e durante a administração do Capitão Don Nicolás de Pessoa y Figueroa, continuaram com a construção das instalações para os Padres jesuítas. Labougle, refere como foi concluída a mesma, desde o transporte dos materiais que se realizou quando o Cabildo, em agosto de 1691, mandou aos moradores que reunissem uma carreta com quatro bois na chacara do Alférez Miguel Rodríguez de Luján para transportar as palmas cortadas para a construção do Colégio (LABOUGLE, 1978, p.131).

Quanto à utilização de mão de obra indígena para a construção do Colégio, foi proibida especialmente, devido a que haviam sido observados abusos por parte de alguns Padres, o que motivou a intervenção do Padre Geral Carlos de Noelle, que, a 26 de agosto de 1684, ordenava com severidade:

“que ninguno de los nuestros se valga del trabajo de los indios, ni se sirva de ellos, si no vienen voluntariamente en trabajar o servir, y pagándoles lo que merezca su trabajo, dejándoles enteramente satisfechos.” (ASTRAIN, 1920, p.671, VI)

Por isto, o Padre Geral Tirso González, sucessor de Noelle, elaborou uma serie de preceitos que enviou ao Provincial do Paraguai, Lauro Núñez, em 31 de janeiro de 1696, destinados aos missionários das reduções. Neles faz referência ao Colégio que nos ocupa, ordenando, como primeiro mandato: *“que ni para el Colegio de Corrientes, ni para otro alguno de la provincia se saquen indios algunos, para trabajar ni en fábrica ni en hacienda, ni en otra suerte de servicios, ni pagando sus jornales ni sin pagar”* (ASTRAIN, 1920, p.669). Em segundo lugar, proíbe também, que sejam entregues índios das reduções a particulares, para qualquer trabalho, privado ou público, sem paga de salário. No terceiro mandato estabelece:

“que ninguna alhaja, sea doméstica o sea de uso das iglesias ni haciendas de los indios, se pueda traer al Colegio de Corrientes ni a otro alguno de la provincia, sin que se pague por su justo valor y precio...” (ASTRAIN, 1920, p.671)

Porém as dificuldades continuaram com os atrasos para cumprir os compromissos por parte da cidade quanto à entrega das cabeças de gado, o que motivou as contínuas queixas do Reitor do Colégio e a apresentação por parte do Procurador da Companhia, P. Sebastián Pimentel, de um Memorial no dia 22 de setembro de 1695. O Colégio estava atrasado em sua construção e padecia muitas necessidades por isto, *“no viviendo los jesuitas con la decencia que correspondía ni poseyendo iglesia acorde con la importancia de su ministerio”* (LABOUGLE, 1978, p.136-137). Também solicitava autorização para fazer uma “vaquería”

com sete índios e alguns espanhóis aos quais o Colégio pagaria pelo serviço, o que lhes foi concedido.

O P. Pimentel não exagerava no que respeitava às necessidades que sofriam os jesuítas, já que nas Atas Capitulares, onde constam as sucessivas apresentações para adquirir terras contíguas à ermida de San Sebastián, solicitava *“se les permita demoler un rancho poco decoroso y poner una plazuela frente a la Iglesia a fin de que no desdiga de los demás templos”*⁵⁰

A necessidade de contar com instalações adequadas devia-se também, ao número de alunos que atendiam. Nas Cartas Ânua de 1689 a 1693, citadas por López (1931, p.16), e que escrevera o Padre Provincial Gregorio Orozco ao Padre Geral Tirso González, diz:

“Abrióse luego que se entabló la fundación la escola de niños que llegaron a casi 300 y se van adelantando así en letras como en virtud, policía de la que están ajenos, que ni aún hablar sabían castellano: entablóse también una clase de gramática con diez e seis de los que mejor escribían y conforme fueran aprendiendo, váse acrecentando el número...” (LÓPEZ, 1931, p.16)

Este texto é muito interessante em vários aspectos:

- quantidade de alunos;
- situação dos mesmos quanto à necessidade de instrução;
- muito poucos sabiam escrever;
- número de alunos aumentava.

⁵⁰ Estas referências extraídas das Atas Capitulares figuram no trabalho citado de Vicente Fidel López, *Los jesuitas en Corrientes. El Colégio Fluentino* (1931, p.26-27, Notas do pé da página)

Para poder apreciar a dimensão da assistência, precisaríamos dados ligados à população de Corrientes em torno de 1690, o que se faz difícil porque não há documentos detalhados, aparecem alguns, mas desiguais, segundo manifesta Maeder (1981, p.106) que fez um levantamento dos mesmos. Para 1684, registra o Informe del Padre Diego Altamirano, que dá uma população de 400 “vecinos”⁵¹; em 1760, já com dados mais exatos, a população da cidade e da campanha, somava 8.128 habitantes, porém carecemos de dados quanto ao número de alunos na época. A frequência não era constante e havia épocas em que muito poucos alunos assistiam, assunto que veremos mais adiante.

Tinham começado a desmatar o lugar para a igreja e as moradias, mas, como a superfície era escassa, foi solicitado o terreno da casa de doña Ana Acosta, que lhes foi outorgado, em troca a senhora recebeu outro de semelhantes características onde a Companhia lhe construiria nova casa, atitude tomada cada vez que adquiriam um terreno que não fosse doado. Igual procedimento tiveram com os terrenos de Diego López del Prado e suas irmãs, e o de Juana Delgado de Espinoza. À diferença destes, os pertencentes a Pascual Núñez, María Cabrera, Bartolomé Vargas Machucas, Bartolomé Aranda, Lorenzo Almirón e Juan Sosa, foram doados (LÓPEZ, 1931, p.29–30).

No entanto, o edifício do Colégio, na visita do Provincial Querini, de 1749, apresentava-se com as paredes e teto ameaçando desabar-se, como veremos no próximo capítulo. Também apreciaremos sua consolidação edilícia como em propriedades e atividades específicas.

⁵¹ Considerando que este número de moradores equivale a proprietários, haveria 1,33 alunos por propriedade.

IV. Evolução de Colégio
segundo as cartas ânuas do século XVIII



4 EVOLUÇÃO DO COLÉGIO SEGUNDO AS CARTAS ÂNUAS DO SÉCULO XVIII

4.1 A Espanha e a Província Jesuítica do Paraguai em fins do Século XVII e Começos do XVIII

4.1.1 Situação geral da Espanha e da América

O século XVII se apresentou para a Espanha como uma época de crise. Fechada em sua crença mercantilista, a enorme afluência de ouro e prata americana foi, na realidade, o fator que produziu sua ruína econômica. Os interesses ultramarinos foram sacrificados ao monopólio sevilhano e vastas regiões americanas marginalizadas por causa da preferência por zonas ricas em metais preciosos. O comércio ilícito tinha se convertido, portanto, em uma atividade rentável para as colônias hispano-americanas, isoladas e limitadas em suas atividades econômicas. Ao centro de contrabando caribenho incorporar-se-á outro, na região rio-pratense, a partir de 1680: a colônia portuguesa de Sacramento. Abria-se outro foco de conflitos que perturbará enormemente a vida dos povoados missioneiros, chamados freqüentemente a intervir nos pleitos entre a Espanha e Portugal, pelo domínio da Colônia.

Mas o século XVIII foi inaugurado com o carimbo da monarquia borbônica, ao instalar-se na Espanha, na pessoa de Felipe V, no ano exato do começo da centúria. Produziu-se, então, a abertura espanhola às correntes européias e o início de um processo de renovação das estruturas do estado. Tendeu-se à centralização administrativa e à abolição dos regimes regionais, que tinham caracterizado o reinado de Carlos II.

Essa tendência à centralização se fez extensiva aos territórios americanos, com a finalidade de obter um aproveitamento completo de seus recursos. Mas esta tentativa, por combinar o tradicional com o inovador, produziu rupturas que atingiram o tecido social americano e que se manifestaram no incremento de um sentido de autodeterminação entre os “*criollos*”. Dentro deste contexto se encontram as alterações dos “comuneros” do Paraguai de 1721 a 1735, onde se baralharam argumentos da superioridade do “común” sobre a autoridade do rei.

Por parte da Coroa, esta dupla atitude, entre inovadora e tradicional, atingiu sua máxima expressão no despotismo ilustrado de Carlos III, revolucionário quanto ao livre-cambismo e conservador no absolutismo político. A força das correntes reformistas tem sua representação espanhola em políticos como os condes de Aranda, de Floridablanca y de Capomanes, e em escritores como Jovellanos, Ustáriz, Bernardo de Ulloa, cujas idéias tiveram enorme difusão.

4.1.2 A Província Jesuítica do Paraguai em Começos do Século XVIII

Os começos do século XVIII pareceram trazer alguma tranqüilidade para a Província jesuítica do Paraguai pelo que Astrain define a situação como “*bastante feliz*” (ASTRAIN, 1920, p.477, IV). Os fatos, que assim o indicavam, eram os seguintes:

- A tomada da Colonia do Sacramento, em 1705, com o poderoso concurso dos guaranis, tinha afastado o perigo dos portugueses.
- Em todo o território da província havia tranqüilidade e, se bem que o Bispo de Córdoba tinha perturbado os jesuítas, já tinha morrido em 1710.
- As autoridades religiosas e também as civis, desde então, tinham deixado à Companhia exercer sua benéfica ação espiritual sobre os espanhóis e sobre os índios convertidos, que aumentaram até 1721.
- Funcionavam dez colégios: os de Asunción, Buenos Aires, Córdoba, Corrientes, Santiago del Estero, La Rioja, Salta, Santa Fe, Tarija e Tucumán e, em 1710, se abriu a residência de Salta. As reduções eram as de Chiquitos, do Paraná, do Paraguai e do Uruguai.

De fato, durante o século XVII, a Companhia tinha conseguido uma importante consolidação em suas atividades básicas: a evangelização nas zonas fronteiriças e o ensino nos centros urbanos. Com um exemplar espírito de empresa e uma administração controlada e racional, foi transformando as propriedades, que obtinha por via de doações de favorecedores e simpatizantes, em unidades de produção, que sustentavam e aumentavam o primordial objetivo espiritual.

Não obstante, com o tempo, a situação se complicará notavelmente na região rio-pratense pela variedade e quantidade de aspetos diferentes, complexos e enredados, que foram surgindo ao longo do século XVIII. De acordo com o mesmo Astrain, eles foram:

Infinidade de empresas apostólicas;

Tribulações dos jesuítas pelas revoltas civis;

“revolución sin ejemplo en nuestras antiguas colonias”;

“dudas domésticas que se suscitaron acerca de algunas operaciones económicas”;

“el conato de ciertos funcionarios españoles en poner la mano sobre los indios convertidos...”;

“el tratado desastroso de límites que sacudió desde sus cimientos” a província.
(ASTRAIN, 1920, p.479, IV)

Em consequência, se bem que alguns acontecimentos deram certa tranqüilidade, suceder-se-ão novos problemas com a Colonia do Sacramento, a revolta dos “comuneros”, a assinatura do Tratado de Madrid, aos quais se incorporará uma série interminável de acontecimentos encadeados, que não voltarão a dar felicidade à Companhia e tranqüilidade aos índios missioneiros e ao Colégio.

Em nosso trabalho, primeiro nos dedicaremos à realidade do Colégio no meio direto onde atuava: a cidade de Corrientes; logo, a suas propriedades na jurisdição e à análise de suas tarefas próprias, segundo as Cartas Ânua, para tratar no próximo capítulo o desenvolvimento dos problemas assinalados.

4.2 A cidade de Corrientes em fins do Século XVII e Primeira Metade do XVIII: Aspecto Geral e Sentimentos de seus Habitantes a Respeito dos Jesuítas

A cidade de Corrientes apresentava, em fins do século XVII, um aspeto muito modesto, com ruas que o reitor do Colégio, Padre Pérez descrevia em uma carta de 1739, como cheias de charcos e de lama (CA 1735-1743, p.155).

As moradias particulares eram de paredes de terra batida, sem adornos notáveis mas com portas de madeira bem trabalhadas, tendo como característica uma varanda para a rua, que servia de proteção, tanto nos dias de chuva como nos de intenso calor, próprios da zona.

Não obstante, a cidade tinha progredido sensivelmente, algumas famílias conseguiram certo grau de bem-estar, a vida não era cara demais e o comércio com Buenos Aires, Santa Fe e Asunción, tinha crescido.

A população rural se encontrava muito dispersa, disseminada nas estâncias, dedicada ao rodeio de gado e ao comércio, atividades que adquiriram grande importância.

Subsistiam antigos problemas, como as rivalidades por questões políticas e os dos indígenas, que, em fevereiro de 1707, fizeram um novo ataque que repetiram em 1710, obrigando a realizar expedições e entradas ao Chaco.



XII. Típica casa colonial correntina, com varanda para a rua, que existiu até começos do ano 2000, quando foi demolida

Quanto ao sentimento religioso, estavam se perdendo muitas práticas piedosas e havia um sentimento de indiferença geral. Segundo Labougle (1978, p.152), ninguém tomava conta das festas religiosas, nem da conservação das igrejas, estando a da Merced ameaçando ruína. Este sentimento de indiferença para com o religioso também aparece em uma carta do reitor do Colégio, Padre Ignacio Pérez ao provincial Antonio Machoni, em 1739, na qual lamenta:

“la falta de asistencia a la iglesia, hasta en las solemnidades mayores y funciones sagradas del año, concurriendo nadie para oír la Palabra de Dios, sino unas pocas personas devotas, casi las únicas asistentes a todas las fiestas solemnes.” (CA 1735-1743, p.153)

Aos olhos deste mesmo religioso, as virtudes também eram poucas, concordando com a perda da piedade e devoção por parte dos habitantes da cidade.

Os jesuítas eram objeto de um sentimento duplo. Por um lado, a antipatia que estava se gestando desde tempos atrás, mas, paralelamente, havia também um reconhecimento explícito às tarefas dos Padres como o feito pelo Cabildo, em 1716, tanto em relação ao trabalho da Companhia em favor da educação das crianças, como ao da assistência aos doentes.

A hostilidade por parte dos habitantes de Corrientes para com os jesuítas também se deveu em grande parte, ao empenho destes em conseguir o que tinham pactuado com a cidade em relação à entrega de cabeças de gado para a manutenção do Colégio. A isto se somava, de 1704 e 1706, entre correntinos e as missões do Uruguai, um novo conflito pelas "vaquerias" o que motivou as reclamações do Tenente de Governador Gabriel de Toledo perante o governo de Buenos Aires.

Dali derivou a ordem que o Superior Lauro Núñez enviou, em 16 de março de 1706, ao superior dos religiosos missionários, Padre Bartomé Ximenes, para que pusesse remédio à situação, impedindo que os índios entrassem a "vaquejar" desde o rio Corriente até o rio Santa Lucía.

O Padre Gabriel Patiño foi enviado a percorrer as missões de uma e outra margem do Uruguai, a fim de examinar a todos os padres dos povoados e comprovar se autorizavam "vaquerias". O resultado enviado ao Governador de Buenos Aires, concluía que não houve "vaquerias" ilegais entre 1705 e 1706. (BNRJ, I-29-3-60; I-29-3-61)⁵²

Os problemas dos correntinos com a Companhia, trouxeram como consequência que, na cidade, muitos dos moradores comessem a retirar as crianças da escola dos jesuítas, o que determinou a intervenção do Tenente de Governador Pessoa e Figueroa que fez público um "Bando", ordenando que os devolvessem às mesmas. O Cabildo, em 1708, tomou conta também desse problema e resolveu obrigar a todos aqueles que tivessem crianças de nove a dez anos, que os enviassem à escola.

Além disso, causavam especial antipatia, as mercês, doações e legados de terras que ia reunindo a Companhia, às que se somaram, em 1711, em nova mercê, as terras do Rincón de Ambrosio, a 16 léguas da cidade.

A existência do Colégio também se viu perturbada em 1707, segundo a carta do Padre Salvador Rojas desde São Borja, em 20 de dezembro de 1708, dirigida ao Provincial. Nela

fala das necessidades e epidemias que sofreram os povoados das doutrinas, com a perda das colheitas de trigo, de maneira que mal se podia sobreviver com as sobras que tiveram as missões do Uruguai, que mal se sustentaram a si mesmas, mas que também socorreram a alguns outros povoados, e também “*acudieron con mucha caridad a muchos del Paraná donde fue mucho mayor la carestía; y también al Colegio de las Corrientes, que no tuvo otro refugio estrechándose a sí propios, por caritativa compasión de sus hermanos.*” (MCA, 1970, p.236, IV).

4.3 O Colégio de Corrientes no Século XVIII

4.3.1 Evolução da Edificação do Colégio

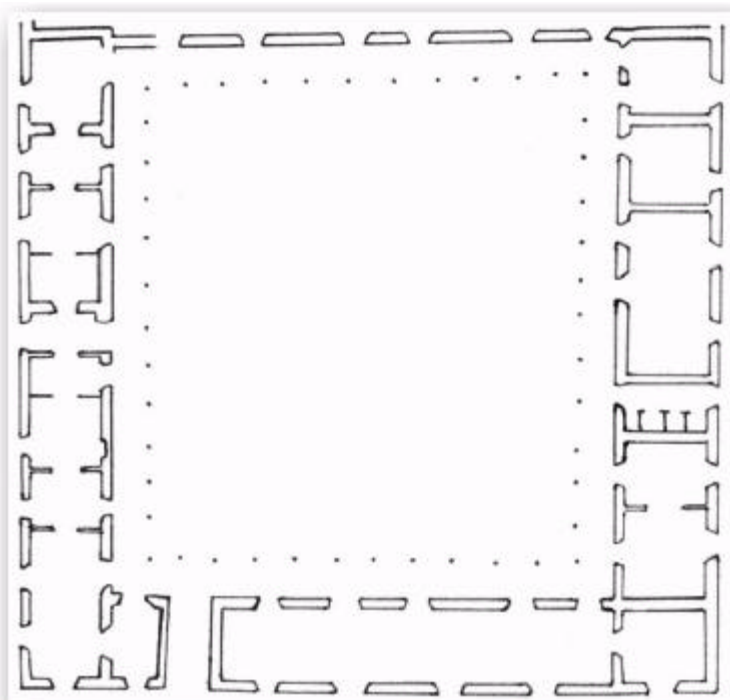
Em 1739 o Colégio ainda não podia prestar a totalidade dos serviços, que eram comuns a este tipo de instituições, como o demonstra o reitor, Padre Ignacio Pérez, em carta ao Provincial Antonio Machoni, em 14 de julho desse ano (CA 1735-1743, p.152). Nela diz não contar com uma casa de Exercícios onde se pudesse reunir um grupo de senhoras que queriam fazê-los, com motivo de acompanhar uma missão pregada pelo Padre Oyarzábal, devendo desocupar, para isso, as habitações dos escravos. Não obstante, segundo os inventários dos bens, realizados no momento da expulsão, assinalam-se a “*Iglesia del Colegio, una Capilla y una Casa de Ejercicios*”, que não produziam ganhos (GUTIÉRREZ, 1967, p.141).

⁵² Manuscritos da Coleção De Angelis, Rio de Janeiro, mecanografados pelo Padre Bruxel, S.J., existentes no IAP.

Em 1742, o Padre Cardiel o visitou e o descreveu, em sua *Carta Relación* de 1747 (Em: FURLONG, 1953, p.190), no capítulo intitulado “*Viaje a los colegios pequeños y a las Misiones de Mocovíes*”, dizendo:

“*Después de 12 años que estuve en estas Misiones de Guaranís, fui al Colegio de las Corrientes, en donde estuve como huésped algunos meses. Estos Colegios, fuera del de Córdoba y Buenos Aires, son de fábrica muy humilde, comúnmente de tapia o de adobes, y de un suelo, a modo de una pobre granja o cortijo de allá; y los Conventos de los otros Religiosos aun son peores. Hay en cada Colegio de éstos 7 ó 8 sujetos.*” (Em: FURLONG 1953, p.190)

Em 1749, o Colégio continuava sendo precário porque, segundo o Memorial que apresentava ao Reitor o Padre Provincial Manuel Querini, observava que “...*las paredes y el techo de la Escuela de niños amenaza ruina, la cual se compondrá cuanto antes, para que algún día no haya alguna desgracia...*” (Em: FURLONG, 1967, p.102)



XIII. Plano parcial do Colégio dos jesuítas. Corresponde ao primeiro pátio situado no quarteirão em que se encontram as ruas Tucumán e Placido Martínez. (GUTIÉRREZ, 1979)

Mas este edifício, com o tempo, transformou-se em “*la construcción más vasta y sólida de Corrientes, con dos patios rodeados de corredores y techados con tejas cocidas*” (MAEDER, 1981, p.121), tendo pedido um terreno para instalar um forno de telhas. Segundo o inventário de 1767⁵³, o conjunto constava de vários quartos, alguns com janela dupla para os dois pátios, cinco deles com vista para a horta, uma sacristia nova e duas igrejas no primeiro pátio.

No segundo pátio havia, além disso, cinco quartos que serviam de contra-sacristia, armazém e ferraria; na frente havia mais três aposentos, o refeitório e o ante-refeitório e, para o norte, quatro escritórios. Os pátios estavam rodeados de corredores com pilares, os quartos tinham janelas envidraçadas e as paredes eram de barro e tijolos. Vicente Fidel López diz que entre os entulhos do antigo Colégio Nacional de Corrientes, construído onde ficava o Colégio jesuítico, tem sido encontradas madeiras que, por suas proporções indicam que deviam suportar um peso considerável, o que falaria de uma construção sólida.

No Arquivo da Província de Corrientes encontra-se uma pasta com os planos que foram encomendados ao Departamento Topográfico em 1881⁵⁴, com um relatório adjunto do

⁵³ Ver MAEDER, 1997, p.118-120 ou GUTIÉRREZ, 1967, p.142-143.

⁵⁴ Arquivo “Antecedentes de la casa de Gobierno”, Expedientes de Administração, 1881. Os planos foram feitos em 1884. O Cabildo e a Casa de Governo tiveram sua sede no edifício do Colégio em 1772 e 1814, respectivamente.

engenheiro encarregado do mesmo, Narciso Chiapa, intitulado “*Memoria descriptiva de la Casa de Gobierno*” que permite uma aproximação mais real ao que fosse o edifício do Colégio no momento da expulsão da Companhia, que, em 1824, tinha sido destinado a ser residência das autoridades provinciais:

“...con frente de cincuenta y tres con veintisiete metros sobre la calle Sud América a los doce metros de la Barranca del Río y a los veinte metros del puerto de descarga llamado de la “Casilla” o “Punta de San Sebastián”. Fondo de cincuenta con cuarenta y tres metros sobre la calle Tucumán” (AGPC, Archivos de Administración, 1881)



XIV. Frente do Colégio dos jesuítas, ocupado pela casa do Governo, o Cabildo, a Aduana, armazens e correio, até a demolição definitiva para construção do Colegio Nacional.



XV. O patio do Colégio dos jesuítas que conservou a arquitetura colonial até o começo do século XX.

(GUTIÉRREZ, 1979)

Continua falando que os alicerces eram de pedra e cal para logo descrever a feitura de paredes e tetos:

“...las paredes al descubierto tienen ochenta y noventa centímetros de espesor, tanto interiores como exteriores, de la misma fábrica.

Los techos de azotea de dos hiladas de ladrillos y una de tejuela, con maderamen de urunday y quebracho de corazón de seis pulgadas por ocho y en algunas partes con correas de dos por tres; las puertas y ventanas con rejas de hierro; las últimas son de algarrobo con marcos de urunday y quebracho.

La altura general del edificio hasta la cornisa es de cuatro metros y setenta centímetros y el parapeto, inclusive cornisa, de un metro y seis centímetros.

La vereda de piedra amburguesa con cordón de hierro.” (AGPC, Arquivos de Administração, 1881)

Os assoalhos dos quartos, segundo esta mesma *“Memoria descriptiva”*, são de ladrilhos franceses *“sobre contra piso de ladrillo del Rosario”* mas, no resto do edifício, são de tijolo. Os rebocos são de argamassa, *“todo blanqueado, con excepción de las piezas, que son empapeladas, con cielorraso de madera y hierro”*. Os corredores estavam sustentados com *“horcones de urunday e quebracho”*, com assoalhos de tijolo. Descreve o edifício como em perfeito estado, sólido, sendo sua situação, importante, porquanto, o engenheiro Narciso Chiapa, o avalia em cinquenta mil pesos fortes. Acompanha o relatório, um plano do que foi nessa oportunidade a Casa de Governo, junto a mais dois planos, da fachada sobre a rua Sud-América e da outra, sobre a rua Tucumán.

Depois de utilizar a ermida de San Sebastián, os Padres construíram uma capela provisória no mesmo terreno em que estava o Colégio, sobre a rua San Luis, e em 1730, colocaram a pedra fundamental para uma Igreja que, segundo o estudo do arquiteto Ramón Gutiérrez (1967, p.140) *“tuvo el mérito de ser la primera obra de piedra que se realizó en Corrientes”*. Na construção de ambos os edifícios, Igreja e Colégio, devem ter participado, segundo apreciação do autor mencionado, os coadjutores jesuítas, Irmão Antonio Forcada e o catalão José Grimau, que esteve na cidade em 1774. Portanto havia começado a ser solucionado o problema que o Padre Querini tinha mencionado, em sua visita de 1749, em relação a seu estado de ruína.

Em 1763 começou a construção da Igreja, na qual teria colaborado também, segundo o mencionado estudo de Gutiérrez, o jesuíta arquiteto Herman Dionisio de Fuentes, que se encontrava em Corrientes desde 1755. Embora não chegasse a ser terminada, por completo, antes da expulsão, pouco lhe faltava, já que tinha as armações do telhado e a madeira do teto, além de uma torre incorporada à mesma Igreja e não separada dela, como era comum na zona.

Não obstante as dificuldades na construção, as Igrejas, velha e nova, estavam, segundo Maeder (1997, p.120), bem providas de mobília, imagens, ornamentos sagrados, quadros, podendo se dizer o mesmo do Colégio quanto a móveis, livros, roupa e utensílios diversos.

4.3.2 As Propriedades do Colégio de Corrientes

Vicente Fidel López diz que, ao terminar a primeira década de vida do Colégio, em fins do século XVII, *“los Padres Jesuitas lograban consolidar las bases económicas de su fundación”* (LÓPEZ, 1931, p.29).

As propriedades que, em 1698 eram suficientes para sustentar o funcionamento do colégio, foram crescendo por doações ou mercês. No dia 4 de março de 1759 se registra a doação feita por Pascual Núñez de um terreno na cidade, em favor do Colégio e, em 13 de outubro de 1766, o cabildo concordou com fazer mercê da ilha Cabral à Companhia *“atendiendo a los notorios méritos y servicios a S. M. y a esta República con que siempre se distinguieron los RR.PP”*, segundo uma citação de Labougle (1978, p.260).

O relatório de 1767, recuperado por Maeder (1997, p.121), indica as seguintes propriedades localizadas nos arredores da cidade:

- Pequena Estância do *“Riachuelo”*, comprada a Juana Cabral, Nicolás González e outros, a duas léguas da cidade, na outra margem do Riachuelo.
- A *“chacarita vieja”*, ou do Rei, comprada ao Dr. Ignacio Pessoa e Figueroa, a meia légua da cidade, na outra margem do Pântano.
- A Estância do *“Sombrero”*: *“compra de media legua de frente a Roque Verón y a Clara de Almirón respectivamente, más una donación que hizo el maestro*

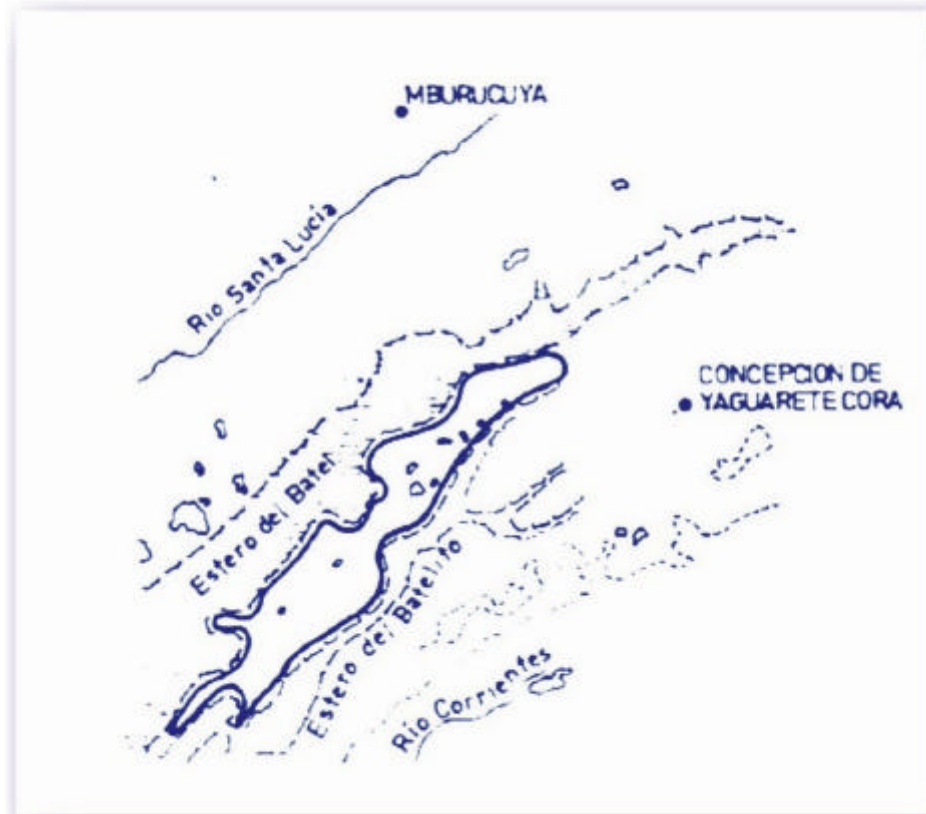
Narciso Núñez de otra legua” (MAEDER, 1997, p.122), a cinco léguas da cidade, desde a boca do rio Sombrero Grande até o arroio Pehuajó.

- Duas quadras na desembocadura do Riachuelito
- Quatro quadras no mesmo Riachuelito, que não foram utilizadas.
- Um lugar de estância chamado “*Rincón del Portillo*”, em litígio.
- Vários terrenos: um sobre o caminho a Itati, de 500 varas na Enseada, e um terceiro, de 350 por 500 varas e cinco ou seis léguas, sobre a costa do Paraná.
- A Estância de “*Rincón de Luna*”: teve sua origem em uma mercê concedida em 6 de junho de 1690 pelo Governador José Herrera e Sotomayor.

4.3.2.1 A Estância de “*Rincón de Luna*”

Em meados do século XVII começaram a se formar, como unidades produtivas, as estâncias, onde se cuidava e marcava o gado, cuja dispersão era evitada pela existência de “rincões” naturais, formados por riachos e terras alagadas. Estes locais especiais eram solicitados em mercê à medida que iam sendo descobertas suas características e conveniências para a criação do gado. Um deles foi precisamente o “*Rincón de Luna*”, localizado entre as terras alagadas chamadas do Batel e do Batelito.

Era esta estância, um terreno de 50 km de comprimento e uma largura entre 2 e 11 km, resultando numa superfície de 40.000 a 45.000 hectares, com palmeiras e isolamento suficiente para manter protegida a fazenda. Tinha três postos: Chico (Pequeno), Grande e do Ombú, com seus cercados, ferramentas e choças (MAEDER, 1981, p.205-206).



XVI. A estância de “Rincón de Luna”.

(MAEDER, 1981, p. 201)

Em seu Memorial, depois da visita de 27 de outubro de 1749, o Padre Provincial Manuel Querini a mencionou como se fosse a única, com recomendações de cuidado:

“...siendo el “Rincón de Luna” la única finca del Colegio, se cuidará con empeño, como también el cañaveral en Santa Catalina y se tengan los trapiches en la chacra en buen estado.” (Em: FURLONG, 1967, p.102).

Esta propriedade sofreu avanços e retrocessos quanto a sua consolidação como domínio da Companhia, porque tinham sido superpostas mercês, postergando sua efetiva apropriação até 1722 e sua utilização para perto de 1740, quando atingiu plena produção⁵⁵.

A questão se iniciou quando o cabildo de Corrientes e o governador começaram a outorgar mercês de terras sobre a margem esquerda do rio Santa Lucía. Por então apareceu o pedido de Baltasar Maciel, que por primeira vez chama o local com o nome de “*Rincón de Luna*”, se lhe concedesse o mesmo. Mas essas terras também foram requeridas pelo Padre José Mazo, procurador da Companhia de Jesus, em nome do Colégio que estava sendo fundado em Corrientes, como necessárias para o sustento do mesmo. O governador de Buenos Aires, Agustín Robles, outorgou a mercê ao Colégio em 3 de abril de 1696, cumprindo com as formalidades de sua pose em 2 de novembro de 1697. Em seu estudo sobre esta propriedade, já citado, Maeder assinala esta dupla outorga de mercês sobre o mesmo lugar, indicando que talvez Maciel tivesse desistido de exercer seus direitos, porque, em 1722 seu filho e herdeiro, subscreveu uma escritura de doação em favor do Colégio de Corrientes dessas terras, em reconhecimento pela assistência que os Padres lhe tinham dado, mas aludindo a que o Colégio já as possuía por mercê (MAEDER, 1992 (a), p.120-121). Não obstante, na primeira época, os jesuítas não puderam usufruir da estância por causa da ameaça dos charruas, a longa distância até Corrientes, as difíceis comunicações por estar entre terras alagadas e rios, a falta de pessoal para sua administração e algum conflito com as autoridades, razão pela qual, a Companhia solicitou sua permuta por outro lugar mais acessível na zona do rio Ambrosio, que lhes foi concedido em 1711.

⁵⁵ Um estudo completo das propriedades e bens dos jesuítas em Corrientes, em MAEDER, 1997, p.118-123 e para a Estância de “*Rincón de Luna*”, MAEDER, 1992, p.115-136.

Pela ação de Maciel, o “*Rincón de Luna*” foi mantido e os jesuítas se dedicaram à sua exploração, conseguindo benefícios para a manutenção do Colégio somente a partir de 1740, quando já se tinham propagado as estâncias na região.

Para dimensionar o rendimento da estância, mencionaremos as conclusões às que chega Maeder (1981, p.207), baseando-se nos relatórios apresentados por seu administrador entre 1768 e 1783. Havia no primeiro ano, 7.869 bovinos; 3626 eqüinos; 856 mulos e 292 ovinos e, ao considerar as quantidades dos anos seguintes, faz as seguintes apreciações:

“Como de las existencias del “Rincón de Luna” se han hecho apreciaciones excesivas respecto a su opulencia, vale la pena reparar en estas cifras, que sólo demuestran un aprovechamiento mediocre de una estancia excepcionalmente grande y bien ubicada. Para un promedio anual de 10.000 cabezas durante 15 años, resulta una utilización de 4 hectáreas para cada cabeza.” (MAEDER, 1981, p.208)

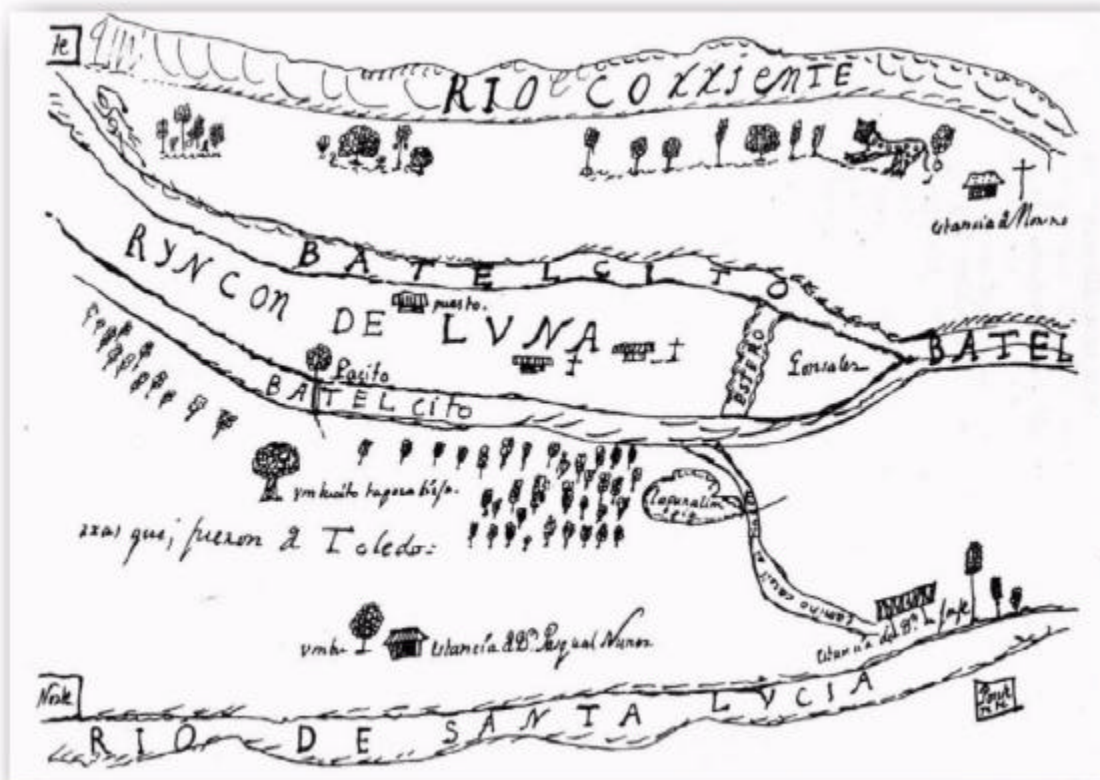
A avaliação que menciona Maeder da estância de “*Rincón de Luna*”, feita em 1768, outorga-lhe um valor de 14.660 pesos (MAEDER, 1997, p.124).

Labougle, em seu estudo sobre o destino que lhe foi dado depois da expulsão, faz outras considerações em relação a seu rendimento e ao número de cabeças de gado existentes, considerando-a como opulenta e “*la mejor de cuantas había en toda la gobernación del Río de la Plata*” (LABOUGLE, 1969 (a), p.109)⁵⁶. Este autor refere também que, em 1769, quando o depositário de “*Rincón de Luna*”, deveu prestar contas de sua gestão, fez uma detalhada estimativa dos bens “*cuyo conjunto, incluido el terreno, ascendía a 16.524 pesos y 3 cuartillos de real*” (LABOUGLE, 1969 (a), p.119), acrescentando:

⁵⁶ Voltaremos sobre o tema no capítulo 6 quando tratarmos do destino dos bens dos jesuítas.

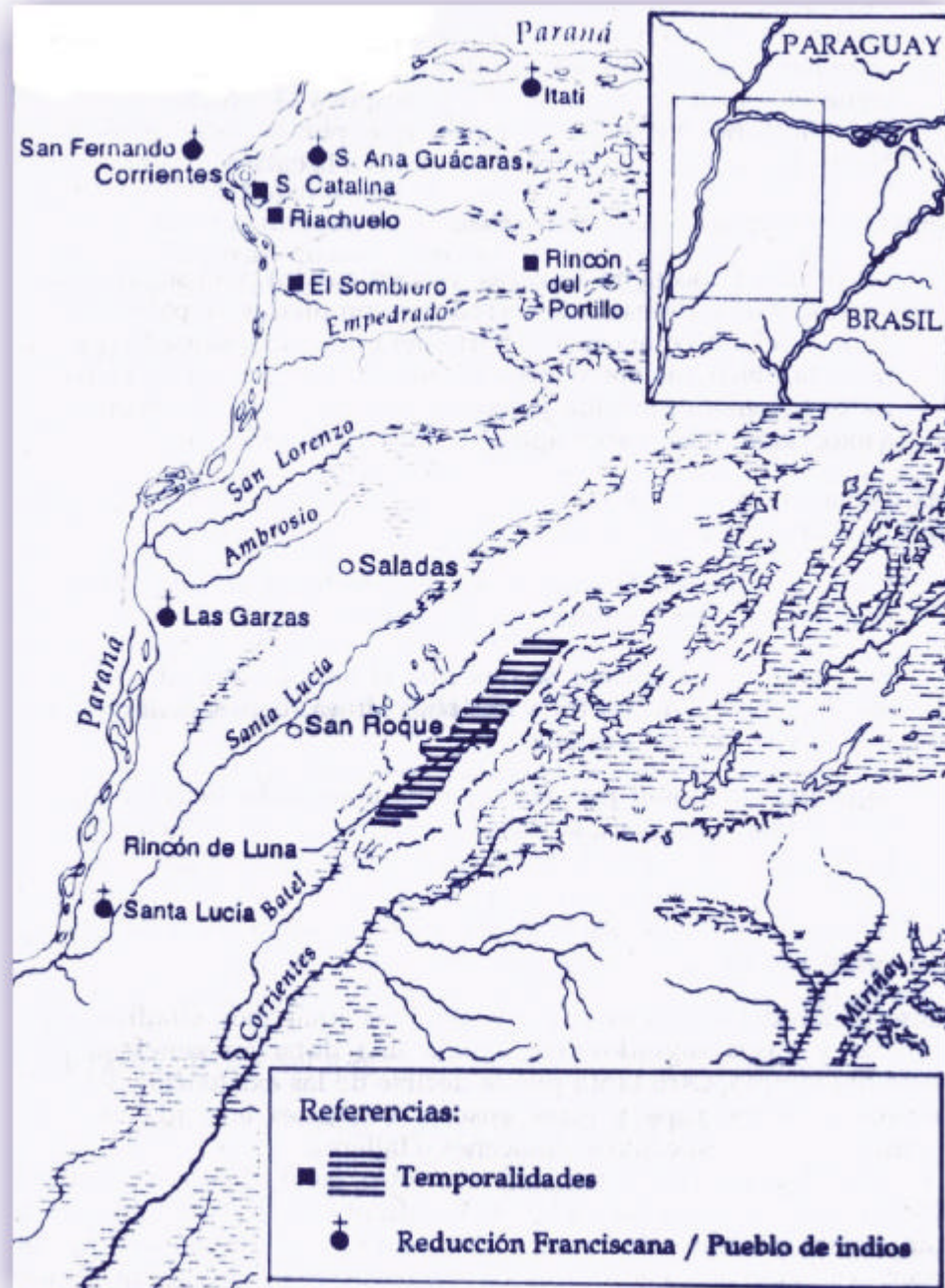
“Tenía atahona, trapiche, herramientas en gran cantidad, viña, siembra de trigo, maíz y maní; 30.000 cabezas de ganado recogido y 2.000 cabezas de ganado alzado, cuyo precio era de 4 reales cada una.” (LABOUGLE, 1969 (a), p.119)

Era uma grande estância em extensão que contava com todo o necessário para conseguir talvez maiores rendimentos, que poderiam ser utilizados em um Colégio que estava planejado para perdurar.



XVII.
Plano da Estância
de “Rincón de
Luna”. Em AGPC
Temporalidades
de Corrientes

(MAEDER, 1997,
p.119)



XVIII. Temporalidades de Corrientes

(MAEDER, 1997, p. 119)

4.3.2.2 Outras Dependências nas Propriedades

Segundo as necessidades e o crescimento das atividades desenvolvidas para manter em funcionamento o Colégio, os jesuítas compravam escravos para o cultivo de posses e hortos, pastoreio de gado, fábrica e distribuição das Igrejas, Colégios e Casas de aluguel, oficinas de carpintaria e ferraria, além de tarefas domésticas como “*hacernos la barba, sangrarnos, hacernos de vestir y de calzar y generalmente para el servicio de nuestros Colegios*” (FURLONG, 1963, p.86).

Por conseguinte, havia dependências para estes escravos nas diferentes propriedades. O Colégio de Corrientes, segundo as referências de Maeder (1997, p.121), tinha um solar destinado à “*rancheria*” dos escravos com 29 quartos; na pequena estância do Riachuelo havia um rancho onde morava uma negra escrava, com seus três filhos, para seu controle. O vinhedo de Santa Catalina, também teria instalações para os escravos, já que era atendida pelo irmão Antonio Lugas e o negro escravo Cipriano, capataz da chácara e 4 escravos de trabalho, somando 23 pessoas as famílias dos escravos. Outro tanto aconteceria na estância de “*Rincón de Luna*”, onde havia 13 escravos.

4.3.2.3 Dependências nas Propriedades Rurais

Além do já mencionado forno de tijolos e telhas que, no momento do inventário, consultado e referido por Maeder (1997, p.121-123), tinha depositados 9.000 tijolos, 3.000 de reserva e muito material cru, existiam na pequena estância do Riachuelo, uma casa velha com teto de folhas de palmeiras e quatro quartos; na vinha de Santa Catalina, uma casa de barro e telha para capela e despensa e duas coberturas; na chacinha velha – “*chacarita vieja*” - uma casa velha com teto de telha, com quatro quartos e capela, além de outros três quartos com

teto de palha; a estância do Sombrero era similar em dependências à do Riachuelo. A estância do “*Rincón de Luna*”, tinha uma capela com teto de folhas de palmeiras, seguida de dois aposentos e uma despensa, conjunto dotado de todo o necessário para o culto, além de ferramentas de carpintaria e instrumentos de lavradio. Nas adjacências se encontravam onze ranchos e três currais (MAEDER, 1981, p.205-206), com todo o necessário para as tarefas próprias de uma estância.

4.4 O Colégio de Corrientes Segundo as Cartas Ânua do Período 1714 – 1763

As Cartas a que tivemos acesso, ainda inéditas, abrangem etapas de duração variável e correspondem aos seguintes anos: 1714 - 1720; 1720 – 1730; 1735 – 1743; 1750 – 1756 e 1756 – 1763, e através delas, seguiremos o vida do Colégio. Como já dissemos no capítulo correspondente à análise das fontes, as Cartas Ânua de 1689 a 1693 não foram consultadas neste trabalho, só as conhecemos pelas referências de Vicente Fidel López (1931, p.8). Segundo ele, encontram-se fotografias delas no Colegio del Salvador em Buenos Aires. As que parecem não ter sido encontradas foram as de 1743 a 1750, sendo as de 1763 as mais próximas à expulsão.

4.4.1 O Colégio Segundo a Carta Ânua de 1714 a 1720

A primeira Carta Ânua do século XVIII com que contamos, é a correspondente aos anos de 1714 a 1720, ainda inédita e escrita pelo Padre Manuel Querini. Nela aparece uma notícia muito breve em relação às atividades desenvolvidas pelo Colégio de Corrientes, onde o autor esclarece que não há nada de especial no que diz respeito às tarefas apostólicas. Não faz referências a outras situações estranhas aos ministérios próprios, limitando-se a fazer

menção dos trabalhos para a salvação das almas “*convirtiendo pecadores ya endurecidos en los vicios, cultivando las congregaciones y catequizando a los niños*” (CA 1714-20, p.22-23).

Também aparece algum caso exemplar, como é comum neste tipo de escritos. A uma mulher que tinha feito confissões muito ruins, não podia o Padre lhe dar a absolvição em nenhum dos quatro idiomas que falava, além do latim. Ao adverti-la de que certamente tinha calado alguma coisa, a mulher, impressionada, fez uma correta confissão.

Em relação a este período, existem alguns fatos que se relacionam com a vida do Colégio que aparecem em trabalhos atuais, como os que refere Labougle (1978, p.168-169) em relação à intervenção do Padre Sebastián Pimentel, Reitor do Colégio de Corrientes, para acalmar os soldados que se recusavam a fazer uma entrada contra os índios, em 1716. O fato demonstraria a participação e influência dos jesuítas do Colégio sobre o ânimo daqueles, como assim também a participação do reitor como árbitro nos conflitos da cidade. O mesmo autor refere que, em 1719, uma epidemia de varíola causou estragos, apesar do cuidado que tomaram os Padres jesuítas para assistir os doentes.

4.4.2 O Colégio de Corrientes na Carta Ânua de 1720 a 1730

Escrita pelo Padre Pedro Lozano, esta Carta reflete duas realidades: por um lado, a situação própria do Colégio, com suas atividades pastorais, a repercussão das mesmas e referências biográficas dos Padres ou Irmãos que morreram nele. Pelo outro, a nova situação problemática que se incorpora às já existentes e que, tendo origem em Asunción, repercutiu diretamente em Corrientes, já perturbada por sentimentos contraditórios sobre o agir da Companhia. Trata-se da Revolta dos “Comuneros”, que começou em 1721 e se estendeu até

1735, repercutindo notavelmente em Corrientes. Estas questões por sua transcendência serão consideradas em capítulo a parte.

Em relação à primeira das realidades mencionadas, encontramos que, em 1728, ano em que o Padre Lozano começa suas referências, o Colégio de “*Las Corrientes*” contava com seis sacerdotes e dois irmãos coadjutores. O número de religiosos, conforme às Cartas Ânua deste período demonstra que tinha a mesma quantidade que os Colégios de Santa Fe, onde os sacerdotes eram seis, com um irmão coadjutor e um irmão escolar, e de La Rioja com seis sacerdotes e irmãos. Os que tinham mais religiosos eram: Salta com oito sacerdotes e três irmãos e Buenos Aires que dobrava o número de sacerdotes, sendo doze, e sete irmãos.

À referência do cumprimento satisfatório dos ministérios sagrados por parte dos Padres, Lozano incorpora uma carta do Tenente Governador da cidade que, por própria iniciativa, escreveu ao Padre Provincial Lorenzo Riglos, a 7 de julho de 1728. Nela reconhece que os Padres da Companhia “*son aquí los únicos que se dedican a la salvación de las almas y a la instrucción de la juventud*” e que realizam múltiplas atividades apostólicas sendo caritativos com os pobres “*e incansables en la asistencia a los enfermos y moribundos a los cuales acuden a toda hora aún en la noche intempestiva*” (CA 1720-1730, p.127). Esta atitude de serviço ganhou lhes a confiança dos moradores, segundo diz a mesma fonte.

A Carta Ânua refere também, como é costume, os falecidos e suas atuações. Neste Colégio, foram: o Padre Bartolomé Navarro e o irmão coadjutor Francisco de Ortega. O primeiro era natural de San Fernando del Valle de Catamarca e foi professor de filosofia por três anos na Companhia e, por seis de direito canônico na Universidade de Córdoba. Lozano o

carateriza como um homem “*muy apreciado por su erudición e incansable en los estudios*”. Distinguido por sua oratória, doutrinou por cinco anos os índios, nas missões do Paraguai. Sua saúde era débil e a asma não lhe permitia deitar-se, passando dez anos dormindo muito pouco, até que morreu em 23 de junho de 1728, aos 58 anos de idade e 41 de Companhia.

O irmão Ortega morreu em 18 de agosto de 1724, aos 64 anos e 37 de Companhia. Natural de Burgos, foi professor de primeiras letras e de catecismo.

Mais para a frente na Carta, quando faz referência ao Colégio de Salta, menciona que em 1º de julho de 1728, morreu ali o Padre Juan de Casas, de 60 anos, natural da região de Toledo, que tinha sido Reitor do Colégio de Corrientes (CA 1720-1730, p.221).

4.4.3 O Colégio Segundo a Carta Ânua de 1730 a 1735

A Carta destes anos, escrita também pelo Padre Lozano, reflete os problemas derivados da revolta dos "Comuneros", de tal maneira que as referências ao Colégio refletem o ânimo do autor perante a dimensão que tinham tomado os acontecimentos.

A única menção que faz neste capítulo, fora do referido conflito, é que o Colégio albergava onze pessoas, oito das quais eram sacerdotes. O Colégio tinha crescido em relação ao período anterior das Ânua, porque o número de religiosos era bem maior. Os outros Colégios na mesma época contavam com as seguintes quantidades:

- Colégio de Córdoba: 86 pessoas, 20 sacerdotes, 20 irmãos coadjutores. O resto, escolares dos estudos menores e maiores. Na Academia e Colégio: o mesmo reitor e um chanceler especial, que é jesuíta e oito professores. Anexa ao Colégio Máximo está a casa do noviciado com 48 noviços e 4 sacerdotes.

- Colégio Internato de Córdoba: 6 pessoas para dirigir os estudos e administrar as coisas temporais.
- Colégio de Buenos Aires: 12 sacerdotes, por ser mais populosa que outras cidades.
- Colégio de La Rioja: 6 sacerdotes, 3 irmãos coadjutores.
- Colégio de Santiago del Estero: 9 sacerdotes.
- Colégio de Tucumán: 7 Padres, 2 irmãos e 2 Padres da missão de Lules.
- Colégio de Salta: 6 sacerdotes.
- Colégio de Tarija: 7 sacerdotes.

Não consta o número de religiosos do Colégio de Santa Fe.

Salvo o Colégio de Córdoba que tinha, em suas diversas casas, um número maior de sacerdotes e o de Buenos Aires, o Colégio de Corrientes tinha mais sacerdotes que o de La Rioja, Tucumán, Salta e Tarija (CA 1730-1735, p.8, 38-48, 84-106). Portanto tinha crescido também sua importância e aumentado as atividades por ele exercidas.

Imediatamente depois destes dados, o tema se desvia para a Revolta dos "Comuneros".

4.4.4 O Colégio na Carta Ânua de 1735 a 1743

Esta Carta continua tratando da Revolta dos "Comuneros" e sua repercussão sobre as fundações da Companhia de Jesus, com a mobilização de índios por ordem do Governador Bruno Mauricio de Zabala para o Tebicuary, ao que se somou o assédio da Colônia do Sacramento, de 1735 a 1736, também com tropa dos índios missioneiros.

Entre tantas perturbações, esta Carta Ânua, dedica um capítulo especial a “*La misión en la ciudad de Corrientes, llamada de San Juan de Vera*” que adquiriu especial transcendência nos momentos que se viviam.

Anualmente, e respondendo às necessidades das diferentes regiões da Província, organizavam-se estas missões nas que participavam ativamente os Colégios, seja em sua organização, seja na recepção dos missionários e na implementação das atividades próprias.

A origem desta missão está explicada por Lozano nesta Ânua através da carta que o Padre Ignacio Pérez, reitor do Colégio de Corrientes, dirigiu ao Padre Provincial, Antonio Machoni, em 11 de agosto de 1739, depois de finalizada a mesma. Nela caprichou em demonstrar o enorme bem que fez às pessoas a visita do Padre Oyarzábal. Lozano diz, ao começar sua Ânua, que o Padre deveu dirigir-se em missão à cidade de San Juan de Vera, apesar de os habitantes de Villarrica também pretenderem missão para o povoado de Espírito Santo, distante quarenta léguas de Asunción, justamente pelos efeitos dos sucessos ocorridos ali em relação aos "Comuneros".

O autor, apesar das tribulações na elaboração de sua Carta, chama atenção sobre a situação geográfica da cidade de San Juan de Vera, situada na confluência de “*los dos inmensos y famosos ríos Paraná y Paraguay. Porque el primero de los mencionados ríos pasa por delante de la ciudad en siete brazos correntosos...*” (CA 1735-43, p.152)

O Padre Oyarzábal chegou à cidade em 14 de julho de 1739 e o que aconteceu aparece relatado pelo Padre Pérez que manifesta suas intenções ao escrever, que coincidem com os propósitos gerais das Ânuas:

- “*edificación de todos a los que llegue esta noticia*”
- “*estímulo a los sujetos de esta nuestra Provincia, a emprender benéficas misiones*” (CA 1735- 43, p.152).

Antecipa ao Padre Provincial Machoni, o grande consolo que sentiu perante os excelentes resultados da missão a tal ponto que lhe pareceu impossível poder descrevê-los; para fazê-lo “*precisaría la lengua de un ángel del cielo*” (CA 1735- 43, p.152).

Ambos Padres, o reitor do Colégio e o missionário, tinham tido um contato epistolar prévio já que, segundo conta o primeiro, o Padre Oyarzábal lhe tinha escrito desde Candelária para consultá-lo sobre a data mais conveniente para realizar a viagem e encontrar as pessoas suficientes. Considerando as dificuldades que apresentava a navegação pelo Paraná, devido à instabilidade do tempo e o vento, o Padre Pérez lhe aconselhou a data de 14 de julho, produzindo-se a chegada do missionário “*exactamente en la fecha determinada, no retardándose ni una hora*” (CA 1735- 43, p.155).

Já mencionamos as apreciações do Padre Pérez em relação à perda de devoção na população, a tal ponto que muitos ignoravam a existência de Deus. Mas suas reflexões são maiores. Diz que os vícios eram abundantes com evidente perda da noção de pecado, que se manifestava “*en una gran desfachatez en robar, en perseguir y calumniarse mutuamente, siendo el vicio principal la lujuria*” (CA 1735-43, p.153).

A respeito disso, o Padre Pérez registra o testemunho de certa senhora, que lhes manifestou que eles conheciam somente a superfície exterior dos imensos males que manifestavam os povoadores, especialmente em relação ao conceito de que as mulheres existiam para que os homens se servissem delas.

Estas características auguravam tão escasso êxito à missão, que vários se mostraram céticos, como o religioso que manifestara que “*aunque viniese un ángel del cielo, para predicarles, no se convertirían tampoco*” (CA 1735- 43, p.154), ao que outro acrescentou que eram inúteis os artifícios do Padre Oyarzábal, que pronunciava graves sentenças. Este empenho não daria certo, e lhe prognosticava: “*Ya verá el fracaso de sus trabajos*”.

A carta, extensa e detalhada, registra diferentes aspetos da missão empreendida que analisaremos por partes:

Chegada e recepção do Padre

O reitor do Colégio enviou uma canoa ao encontro do Padre para levá-lo a terra, chegando este descalço com a cruz na mão para fazer sua entrada na cidade. Grande quantidade de gente se reuniu para ouvir as sentenças que, a viva voz, ia pronunciando o Padre. Transladou-se até a igreja matriz onde, em cima duma mesa, explicou as razões de sua missão. Os povoadores realizavam um ato de contrição enquanto choravam com tal intensidade que os lamentos se ouviam desde o Colégio.

Assistência aos ofícios da missão

Entre oito e doze mil eram os assistentes aos ofícios religiosos, de maneira tal que a capacidade das igrejas resultou insuficiente para albergá-los, pelo que se deveu improvisar ao lado da matriz, na praça maior, uma tribuna para a prédica. Também assistiram os religiosos de San Francisco, os mercedários e demais clérigos e a gente do campo que deixou as estâncias para assistir à missão.

Reações dos assistentes

A prédica era escutada com grande devoção, e todas elas terminavam com um ato de contrição e propósito de emenda. As pessoas eram dóceis para com o Padre e, a seu pedido, retiravam-se a suas moradias, rezando o rosário pelo caminho. Já não tomavam conta dos negócios temporais, procuravam, pelo contrário, chorar por seus pecados. O Padre ganhou a admiração de todos, beijavam-lhe os pés e o chamavam “*el Santo Padre*”, aproximavam-se dele arrastando-se sobre seus joelhos nus. Os desejos de penitências atingiam a todos, muitos maltrataram suas costas e se açoitaram sem que nada pudesse fazer o Padre para detê-los e marchavam em procissão com os braços estendidos em forma de cruz ou, então, levando a cruz nas costas, ou arrastavam pedras pesadas com seus pés. Os Padres jesuítas acompanhavam também os penitentes com coroas de espinhos e cordas no pescoço, e o missionário, além da coroa, “*andaba ceñido con pesadas cadenas de fierro, los pies descalzos, azotándose, por toda la duración de la procesión, con una disciplina de fierro.*” (CA 1735-1743, p.159). As mulheres distinguidas da cidade também faziam penitência, levando cilício e caminhando descalças.

Cerimônias religiosas

Uma noite foi feito o chamado “*asalto de almas*” (CA 1735-1743, p.156), cerimônia destinada às mulheres que, diante da estátua da Virgem das Dores, deviam rezar o rosário e realizar a procissão com ela.

Os sermões eram especialmente impressionantes e provocavam abundantes lágrimas, a tal ponto que pessoas que tinham assistido na Europa “*a misiones muy conmovedoras, afirmaban, que ni allí habían visto semejante conmoción de ánimos y fuerza de lágrimas*”

(CA 1735-43, p.158). Vários religiosos cantavam as estrofes da Paixão do Senhor, ajudando a criar um clima penitencial.

Homens e mulheres assistiam, por separado, à reza do salmo “Miserere”, os primeiros, faziam-no na igreja matriz, as segundas nas demais igrejas. Ao cair da tarde se reintroduziu o antigo costume de rezar o rosário, que aos domingos, era cantado com procissão, pelas ruas da cidade.

Evidência de pecados

Ao dar exemplos de conversão, o Padre Pérez manifesta as faltas dos povoadores. Tratava-se de muitas uniões ilegítimas, matrimônios aparentes, desfeitos pelas discórdias, roubos e ofensas mútuas.

Efeitos da missão

O Padre Pérez diz que até os religiosos e clérigos se confessaram, assim como os leigos que, não podendo assistir por causa das distâncias, sentiram não poder ouvir as palavras do missionário. Várias mulheres, “*determinaron encaminarse a la ciudad de Santa Fe, distante a más de cien leguas*” (CA 1735-43, p.161) para assistir ali a uma missão. Os costumes da cidade se reformaram completamente e voltaram a florescer as virtudes entre seus habitantes. Desde o momento mesmo do desembarque do Padre já se produziram milagres como o de uma senhora que, prostrada na cama desde bastante tempo, levantou-se e seguiu ao missionário pelas ruas cheias de lama.

Outro exemplo demonstra que o Santuário da Virgem de Itati, tão venerada na atualidade em Corrientes, já era objeto de peregrinações. O Padre Pérez relata que, durante a

missão, chegaram a Corrientes algumas carretas com camponeses que regressavam de dito Santuário. Convidados a participar da missão, manifestaram-se remissos, pois já se tinham confessado por ocasião da peregrinação, pelo que decidiram continuar sua viagem. Tiveram um destino muito diferente de outro grupo que ia em sentido contrário, para a missão, pois: “*a la distancia de unas diez leguas de la ciudad les alcanzó el castigo de Dios; pues fueron asaltados por los indios mocobíes, en un lugar, adonde jamás habían llegado antes, y todos fueron asesinados.*” (CA 1735-1743, p.164). Os outros, que passaram muito perto deles, “*no cayeron en manos de los bárbaros*”.

Exercícios no Colégio

Como o Padre reitor do Colégio sabia que as senhoras desejavam fazer os Exercícios de San Ignacio, pediu ao missionário que ficasse ali por mais um tempo para dá-los. Como não havia casa apropriada para fazê-los, desocuparam as acomodações dos escravos para o albergue de oitenta e nove senhoras:

“*...las cuales hicieron los Ejercicios de nuestro santo Padre muy edificadamente, guardando exactamente las distribuciones del día, no hablando ellas, ni una sola palabra, invirtiendo diez horas diarias en las prácticas espirituales.*” (CA 1735-1743, p.165)

Os efeitos destes Exercícios parecem ter surpreendido o reitor do Colégio pelo grande fervor, que excedeu a intenção dos mesmos, já que muitas mulheres não queriam voltar a suas casas e sim, “*pasar en la soledad de las selvas el resto de su vida, sirviendo solo a Dios, otras querían marcharse perpetuamente detrás del misionero*”, ou então se esconder em suas casas para não verem nem serem vistas por homem algum. Em suas casas quiseram destruir todas

as suas vaidades, quebrando os espelhos e adornos, fazendo penitências secretas com cilícios, que não tiravam nem durante a noite.

Influência da missão sobre o Colégio e a cidade

O reitor, no final de sua carta, expressa seu desejo de que esta missão “*infiltre a los Padres de este colegio un ferviente celo apostólico*”, para que perseverem nos bens conseguidos (CA 1735-43, p.166). Para isso ordenou funções públicas eucarísticas, as quais serviam também como ação de graças.

As pessoas, depois da missão, continuaram falando mais com lágrimas que com palavras, reanimando-se às práticas religiosas que se tinham perdido, produzindo-se uma notável mudança nos costumes da cidade.

O Padre Cardiel, que visitou o Colégio em 1742, comprovou os frutos desta missão, pois diz que no mesmo “*...hay gran concurso de confesiones; y universalmente, en todos estos colejos, si hay celo, se puede hacer muy considerable fruto, porque la gente es humilde y dócil...*” (Em FURLONG, 1953, p.190).

4.5 As Cartas Ânua de 1750 a 1756 e de 1756 a 1762

A Ânua de 1750 a 1756, dirigida ao Padre Geral Luís Centurião pelo Provincial do Paraguai, Padre José Barreda, mostra, desde o começo, um profundo dissabor perante a ruína paulatina e evidente das missões. A Província estava agitada “*por extrañas y horrendas clases de injurias*”, derivadas da execução do Tratado de Madrid (CA 1750-1756, p.3). Esta preocupação ocupa grande parte da mesma, de maneira que não se refere de forma particular a cada Colégio, só o faz de forma geral.

Por sua vez, as Ânuas de 1756 a 1762, enviadas pelo Padre Pedro José Andréa ao Geral Lorenzo Ricci, são ainda mais breves, como o próprio autor o diz, por causa de demoras nas informações e “*por las actuales calamidades*”. Não tinha recebido todas as notícias sobre os resultados atingidos nos diversos estabelecimentos, pelo que as referências aos Colégios são feitas também de forma muito geral (CA 1756-1762, p.2).

4.5.1 Os Colégios na Carta Ânua de 1750 a 1756

Nestas Cartas, o Padre Barreda diz que as quatrocentas pessoas da Província cumpriam com eficácia suas tarefas ao toque do sino, tanto seja nos Colégios como nas casas de campo. Nestas, moravam geralmente, um sacerdote e um irmão, que tomavam conta dos serviços religiosos e da administração das estâncias, respectivamente.

Todos os Colégios estavam comprometidos com dívidas ao começo do seu provincialato, mas depois, com uma melhor administração, adquiriram algo de tranqüilidade, contribuindo a salvar a residência de Montevideu que não conseguia sair de sua prostração.

Os Padres continuaram com seus ministérios apesar das calúnias que pesavam sobre eles. As aulas do ensino do primeiro e segundo graus continuaram, elevando-se o número de alunos na Universidade de Córdoba e de “convictores” no seminário de Monserrat. Os Colégios não pouparam gastos para cumprir com a realização dos Exercícios e há casas para isso: duas em Buenos Aires, uma em Asunción e outra em Tarija, esperando que também outras cidades proporcionem abrigos semelhantes.

A Carta também menciona a continuidade das missões campestres, coincidindo com as anteriores quanto à idéia do êxito das mesmas. Os camponeses, se reúnem em uma aldeia determinada ou comparecem às capelas que se encontram espalhadas a grandes intervalos, ao

correr a notícia da chegada dos Padres aos quais chamam “*Padres santos*”, nome herdado dos antigos missionários.

Quanto ao vício mais comum que o Padre Barreda assinala na parte destinada aos Colégios, é o do jogo, pois “*tienen ocio que sobra, se retiran ellos a lugares apartados y a la espesa selva, como si fuesen fieras, y pierden allí por el juego semanas y meses enteros*” (CA 1750-1756, p.8).

O Padre Oyarzábal, que tinha estado em missão em Corrientes, aparece nesta Ânuia, enviado a pregar no Peru, perante as súplicas do Bispo de La Paz. A sua prédica e a do Padre Manuel Vergara, que tinha ido com ele, foi muito útil, já desde as primeiras cidades onde a exerceram.

Sem fazer referência a cidades concretas, a Carta diz que têm se conservado, aumentado e fundado Congregações como a Cofradía de la Buena Muerte e a do Sagrado Corazón. Talvez, estas não existissem no Colégio de Corrientes porque não são nomeadas nas Ânuas desta etapa por causa das circunstâncias especiais que se viviam na cidade em relação à Companhia. A ela se referia o Padre Barreda quando dizia que “*apenas hay una ciudad en la Provincia, que no hubiera pedido esta clase de sodalidades, y lo haya conseguido.*” (CA 1750-1756, p.10).

Especial efeito trouxe a introdução, para a Sexta Feira Santa, dos sermões piedosos e exercícios da agonia do Senhor, que atraíam muita gente às igrejas.

Pela sua atuação no âmbito da Província do Paraguai, merece nosso destaque, um fato que registra esta Carta e que é a referência especial ao falecimento do Padre Pedro Lozano (CA 1750-1756, p.124-126), que escreveu as Cartas Ânuas entre 1720 y 1743. Depois de

marcar a data e lugar de nascimento ocorrido em Madrid, em 16 de junho de 1697, diz que ingressou na Companhia aos 14 anos, caracterizando-o como *“de muy tierna edad, pero de muy buen talento, se formó bien, durante el noviciado, en la virtud religiosa, la cual, en adelante, nunca se le borró”* (CA 1750-56, p.124). Logo o Padre Barreda se refere a seu destino nas missões do Paraguai e ao fato de que fosse encarregado da redação da *“Historia del Paraguay”*, na que trabalhou *“26 años, alcanzando a escribir cinco volúmenes grandes sobre nuestra historia, sin contar varios opúsculos sobre otras materias.”*⁵⁷ Mas, depois de tanto tempo neste retiro, foi enviado à Real Audiência de La Plata⁵⁸, quando sua saúde já estava ressentida e resultava prejudicial uma longa viagem de 340 léguas. Diz o Padre Barreda:

“A un genio tan pacífico, como lo tenía él, nada más ajeno que los tribunales de la justicia; y, para su salud, ya gastada por sus pesados estudios, nada más perjudicial, que este largo viaje de 300 leguas. Sabiendo muy bien que este acto de obediencia le costaría la vida, sin embargo la sacrificó gustosa por el bien de la Provincia.” (CA 1750-1756, p.125)

Não obstante, cumpriu com a ordem e começou seu caminho, chegando a completar uma boa parte do mesmo, porque quando estava em Humaguaca, em 8 de fevereiro de 1752, faleceu aos 55 anos. Os Padres da Companhia que estavam em Salta, a 50 léguas, acudiram ante a notícia de sua doença, mas ao chegar, já o encontraram morto. O pároco do povoado que tinha lhe dado hospedagem e o tinha assistido, destacou logo as virtudes de Lozano na sua doença e todos *“se edificaron mucho de la paciencia y demás virtudes que ejercía Lozano*

⁵⁷ *Historia de la Conquista del Paraguay, Río de la Plata y Tucumán escrita por el P. Pedro Lozano de la Compañía de Jesús*, que com notícias do autor e notas de Andrés Lamas, foi editada em Buenos Aires, Casa editora Imprenta Popular, 1875.

⁵⁸ Charcas o Chuquisaca o Sucre. Enviado para informar sobre os inconvenientes derivados do Tratado de Madrid.

en su última enfermedad y más todavía de las señales de su austeridad en el cuerpo del difunto, llamándole Santo” (CA 1750–1756, p.126).

4.5.2 Os Colégios na Carta Ânua de 1756 a 1762

Nesta Carta há também referências ao número total de indivíduos com que contou a Província do Paraguai, na parte designada para os Colégios, mas ainda de forma mais geral. O total era de trezentos e cinqüenta, duzentos eram sacerdotes, cinqüenta irmãos e o restante coadjutores, repartidos nos dez Colégios que a Carta menciona: Córdoba, Asunción, Buenos Aires, Belén, Santiago del Estero, Salta, San Miguel, Corrientes, La Rioja e Tarija, além das três residências: Jujuy, Catamarca e San Felipe de Montevideu, missões de guaranis, Chiquitos e Chaco.

O Padre Andréa refere as atividades que se realizavam em todos, sem destinar capítulos a cada um deles (CA 1756-62, p.3). Diz que em todos se ensinam as primeiras letras e gramática para os alunos externos, indicando os estudos nos colégios maiores, Asunción e Buenos Aires e na Universidade de Córdoba, que era muito famosa nessa época. O ensino dos alunos baseava-se numa sólida piedade, bons costumes e tratamento familiar, por meio de conversas públicas. Também nos Colégios, quando o número de pessoas o permitia, ensinava-se catecismo na praça pública e na cadeia. Continuava o costume, indicado na Ânua anterior, dos sermões de Semana Santa, mantendo-se as congregações marianas e as confrarias do Sagrado Coração e da Boa Morte, fundadas em todo lugar.

Destaca o Padre que o trabalho da Companhia não se limitava somente a estas tarefas de ensino, senão que *“se dedica también a la santa predicación, tanto en la ciudad como en sus alrededores, hasta en lugares apartado”* (CA 1756-1762, p.4). Além disso, continuaram

com os Exercícios e missões campestres. Os Exercícios foram dados para externos cada ano em toda parte, também para o clero secular e alguns regulares e freiras. As missões campestres, *“laudable costumbre, introducida ya por los antiguos Padres, y continuada hasta hoy, con no menos loor”* (CA 1756-62, p.5).

Em relação a estas últimas, voltam a ser refletidas nesta Ânuia as condições das pessoas do campo com relação a suas necessidades espirituais, as distâncias que os separavam, seu escasso comparecimento à missa e aos sacramentos. *“Toda su religión consiste en ser cristianos bautizados, pero no viven como tales; pues son inclinados a toda clase de vicios, a robos, perjurios, deshonestidades, adulterios, al juego y a la holgazanería.”* (CA 1756-62, p.5). Descrição similar à feita pelo Padre Barreda em sua Ânuia, é feita pelo Padre Andréa na sua, em relação à recepção que tinham estas missões por parte da gente que, tão logo corre a voz da chegada dos Padres, *“se encaminan todos a ellos, hombres y mujeres, viejos y jóvenes, dejando sus casas y ganados, que les suministran su sustento cada día; los escuchan muy atentos, y dóciles, se confiesan de sus pecados, y vuelven a casa contentísimos.”* (CA 1756-62, p.6).

Os resultados destas missões se fizeram tão evidentes aos olhos das autoridades eclesiásticas, que o bispo do Rio da Prata, Don Cayetano Agremon, fez, em 1761, uma doação de seis mil pesos, para com as rendas, pagar os gastos da Companhia nas mesmas. Segundo o já manifestado em Cartas anteriores, reitera-se nesta o fato de que os Colégios não poupam gastos para empreendê-las, pelo contrário, fizeram-se permanentes. Também não os detinham os perigos que os ameaçavam *“parte por las incesantes invasiones de infieles, parte, y más que nada, por un clima malsano, la inclemencia de la temporada, y por los malos caminos, y las pesadas vueltas y revueltas”* (CA 1756-62, p.9).

Também menciona o Padre Andréa a questão das dívidas dos Colégios e residências que foram saldadas, com exceção das de Montevideu e Jujuy, mas já se tinham tomado as providências para o caso. Diz que têm sido restaurados os edifícios dos Colégios e das igrejas, sem fazer menção a nenhum em particular.

V. Problemas da Companhia no século XVIII

*Historia
Revolucione*

5 PROBLEMAS DA COMPANHIA NO SÉCULO XVIII

5.1 A Revolta dos "Comuneros"

Durante o século XVIII puseram-se em andamento, na Hispano-américa, uma série de movimentos, cujas características foram interpretadas de diversas maneiras. Tratava-se de rebeliões, motins, movimentos de massas que foram produto de uma época de crise ou de transformações que provocam descontinuidades, mudanças de estruturas econômico-sociais e desequilíbrios. Estes desequilíbrios tinham suas origens no choque entre os sistemas administrativos imperantes desde o século XVI e as aberturas liberais do XVIII.

Neste sentido interpreta Sánchez Barba (1963, p.206–207, II) o movimento “comunero” do Paraguai que, embora sustentasse os argumentos de “*autoridad de común como superior a la del rey*”, as causas do levantamento “*son esencialmente económicas en cuanto protesta contra la progresiva expansión hegemónica que ejercían los jesuitas de las reducciones*”. Desta maneira o autor descarta a idéia de que movimentos como o dos “Comuneros”, possam ser considerados como “precursores” da independência, já que os de tendência emancipadora tiveram uma identidade e uma heterogeneidade bem marcadas, muito superior a estas “*muestras del cantonalismo regionalista hispanoamericano*” (SÁNCHEZ-BARBA, 1963, p.206, II).

Vicente Sierra (1967, p.97, 1700-1800), ao analisar as causas dos movimentos "comuneros" de 1721 e 1735, diz que o isolamento do Paraguai o fez permanecer em um estado medieval em relação a suas considerações sobre o direito do "común", próprio da época do auge das cidades. Além disso havia um fator muito importante dado pela necessidade de mão-de-obra, que se encontrou reduzida pela exploração a que eram submetidos os índios encomendados. Tanto em Asunción como em Corrientes, a miséria dos "encomenderos" ia contrastando com a prosperidade dos povoados das missões, à medida que diminuía a população indígena dedicada ao trabalho da erva. A proximidade de tantos indígenas livres das "encomiendas", sob a administração jesuítica, era motivo de especial irritação. Também, perturbava os correntinos, o fato de ter que marchar contra os "comuneros" paraguaios com os quais compartilhavam o ódio pela Companhia que lhes subtraía mão-de-obra.

Estes sucessos relativos à revolta dos "Comuneros" que, originados em Asunción, repercutiram em Corrientes, serão analisados a seguir desde a ótica das Cartas Ânua já que, sendo estas inéditas, incorporam outra versão à já conhecida dos historiadores liberais.

5.1.1 Da Revolta na Carta Ânua de 1720 - 1730

As notícias referentes aos sucessos acontecidos na Província começam a partir de 1728, como já dissemos e não desde o início do período que abrange esta Carta. A explicação se relaciona com o acontecimento que atingiu a vida da Companhia como o foi a Revolta dos "Comuneros".

Por isso, o Padre Lozano assinalou as dificuldades que teve para redigi-las com o capricho que elas mereciam: *“han sobrevenido tantos estorbos, de epidemias, de guerras, de*

cruelles persecuciones contra toda esta Provincia, que apenas nos dejaron vivir...” (CA 1720-1730, p.2-3) Tudo isto e a necessidade de defender a honra da Companhia, ocuparam tanto aos Padres que *“no nos sobró tiempo para escribir cartas más prolijas”*.

Se a prédica do Bispo Cárdenas tinha se espalhado nas regiões vizinhas, atingindo Corrientes, mais ainda o fez este movimento que teve como protagonista a José de Antequera e Castro, Cavaleiro da Ordem de Alcántara, natural de Chuquisaca. Tinha sido enviado ao Paraguai como juiz de investigação do Governador do Paraguai, Reyes Balmaceda. Num ato que não correspondia a suas funções, atribuiu-se o governo, deixando no Paraguai *“tan detestable semilla que no cesaron los alborotos, tropelías y desórdenes extraordinarios hasta 1735”*, como diz Hernández (1913, p.27), coincidindo com Lozano, que acrescenta que no Paraguai *“hubo por diez años una cruel persecución contra los jesuitas y todavía no se había calmado totalmente”* (CA 1720-1730, p.79).

Ele pessoalmente esteve envolvido nestes sucessos já, desde Santa Fe, onde se encontrava em 1724, passou a Corrientes, onde se reuniu com os Padres que tinham sido desterrados de Asunción e, depois, seria um dos oito que entraram em meio da agitação popular, quando os Padres foram restituídos ao Colégio. Ali trabalhou durante a quaresma de 1728, intercalando suas tarefas apostólicas com as de ser historiador da Companhia. Como ele mesmo o disse, não foi tão explícito e pródigo no relato dos acontecimentos nesta Carta Ânua, inclusive, da qual Furlong (1959, p.123), acha que o relato aparece como que truncado.

Distinguimos na Carta, diferentes questões:

a. Razões do ódio à Companhia em Asunción

Lozano, ao refletir sobre o motivo da “*cruel persecución*” contra os jesuítas considera como “*razón más plausible*” a “*protección de nuestros nuevos cristianos, ejercitada ya por más de un siglo por nosotros*” Explica, então, em que consistia essa “*protección*” dos Padres aos índios: a defesa contra a “*injusta servidumbre que se llama servicio personal*” (CA 1720-30, p.80). Sufocados por estes “*servicios serviles y laboriosos*” que os índios detestavam, preferiam fugir pelas selvas antes que ser submetidos a “*tan intolerable yugo*”. Assim também ficavam fora do alcance do trabalho missional, razão pela qual a Companhia gestionou e obteve da Espanha a ordem de proibição de os índios dos 30 povoados prestarem serviço pessoal. Como consequência disto, originou-se o ódio e as calúnias que voltaram a se intensificar quando, em 1721, Antequera tira Reyes Balmaceda do governo do Paraguai, que também era objeto da inveja de “*una considerable parte de los vecinos*”.

b. Antequera contra os jesuítas

Continuando com o relato de Lozano nas Cartas Ânua de 1720 a 1730, assistimos à nomeação de Antequera como juiz de investigação, a prisão de Reyes e sua posterior fuga para as missões, onde buscou refúgio. O Vice-rei do Peru reconduziu Reyes que, por sua vez notificou a Antequera desta medida, a que o juiz não obedeceu. Pelo contrário, começou a suspeitar que os jesuítas estavam contra ele e daí em diante “*se mostró ofendido con la Compañía cuyo hijo se llamaba antes*” (CA 1720-30, p.83-84). Muitos se aproveitaram e, “*con un odio casi hereditario*”, começaram a predispor Antequera contra os Padres. O efeito foi imediato, já que o juiz-governador, levou à Audiência suas acusações e sua propaganda contrária.

c. Reações a favor dos Padres

Lozano registra, nas Cartas Ânuaas, quatro testemunhos a favor dos jesuítas por parte das autoridades eclesiásticas e civis.

Um deles é a carta do Arcebispo-Vice-rei do Peru, Don Diego Morcillo, da ordem da Santíssima Trindade, ao chanceler da Audiência de La Plata, datada em Lima em 26 de maio de 1723. Nela destaca o trabalho dos Padres, não só no Paraguai, mas também no mundo todo, onde se distinguem *“por la santidad de su vida”*, sendo a Companhia *“la columna más firme tanto en la propagación de la fe entre innumerables infieles del Paraguay, como para conservar en ella a los recién convertidos”* (CA 17 20 - 30, p.84-85).

O Bispo de Buenos Aires, Don Pedro Fajardo, a quem Antequera tinha escrito, indignou-se, segundo Lozano e enviou um escrito laudatório para a Companhia, dirigido ao Rei, nos seguintes termos: *“¡Pobres Padres por cuántas pruebas tienen que pasar! Y su crimen consiste únicamente en la defensa de la causa de Dios y en la conservación y aumento de las misiones del Paraguay”*. Diz que eles são os que *“saben consolar a los afligidos, aconsejar a los perplejos, instruir a la juventud, dirigir los adultos en el camino de la santidad”*. Além disso, *“prestan sus servicios a los sanos, auxilian a los enfermos”* (CA 1720 – 30, p.91-91).

Coincide o bispo com a opinião de Lozano de que estes méritos foram precisamente os que provocaram o ódio dos paraguaios.

Também escreveu ao Rei em defesa dos jesuítas, o governador do Rio da Prata, Bruno Mauricio de Zavala, no 28 de maio de 1724.

d. Expulsão dos jesuítas do Colégio de Asunción

Continuando com o relato do Padre Lozano, vemos que Antequera, apesar de tudo, continuou sua perseguição contra os jesuítas, utilizando a força como único recurso. Continuou com sua campanha de desprestígio e os qualificou de “*perturbadores del orden público, traidores de la patria y de Dios mismo*”, fazendo-os odiosos aos olhos dos paraguaios de mil maneiras. A única razão é que “*no los pudo atraer a su partido y hacerlos cómplices de su propia traición, quedando ellos siempre fieles al Rey y a sus ministros*” (CA 1720-1730, p.92-93).

Como é costume, segundo o disse Lozano, empregar para as guerras os índios guaranis convertidos pelos jesuítas, o Vice-rei pediu também, nesta ocasião, que se levassem 4.000 índios das reduções para acabar com a sublevação. Ao conhecer Antequera estes preparativos, mandou expulsar os Padres do Colégio de Asunción no termo de duas ou três horas. Se houvesse resistência, faria bombardear o templo e o Colégio para “*sepultarlos bajo las ruinas*” (CA 1720-1730, p.95). Este ataque seria novamente tratado por Lozano na Ânuia seguinte.

Quando os Padres estavam celebrando a nona preparatória para a festa de Santo Inácio, de 1724, foram notificados do decreto do Cabildo. O Reitor do Colégio respondeu que os Padres não eram intrusos ali, senão que tinham chegado por Cédula Real “*y son dueños legítimos del Colegio*” (CA 1720–30, p.95), de maneira que só sairiam dali por outra Real Cédula. Perante a presença da força, viram que nada ganhariam com resistir, então trasladaram à Catedral:

“el copón con las Sagradas especies, entregaron las llaves al Vicario y se marcharon a pie, ala caída de la tarde, por la ardiente arena del camino fuera de la ciudad sin llevar nada del colegio, sino sus breviarios aunque el largo viaje hubiera precisado no pocos preparativos.” (CA 1720 - 30, p.95)

Nesta forçosa retirada foram seguidos por pessoas que choravam, *“en especial los alumnos del colegio, los cuales vinieron en tropel para despedirse entre llantos de desterrados no menos como que asistiesen a la muerte de sus padres.”* (CA 1720–1730, p.95)

Passaram essa noite no rancho de uma índia, comendo só um pouco de milho e, ao clarear do dia seguiram, recebendo abastecimentos do cônego do Paraguai, Alonso Delgadillo, que os protegeu contra os soldados que os insultavam. Assim seguiram avançando por matas espessas, pântanos lodosos suportando as inclemências do tempo.

Não há, na Carta de 1720 a 1730, outras referências aos sucessos, mas as encontramos na Carta seguinte, correspondente aos anos de 1730 a 1735.

5.1.2 Da Mesma Revolta na Carta Ânua de 1730 a 1735

Nesta carta, assinada pelo Provincial, Padre Jaime de Aguilar, mas escrita por Lozano, segundo Furlong e Leonhardt, que dizem também que parece ter sido retocada por outro Padre para fazê-la mais fluente e menos densa, o autor retoma o tema que parecia estar truncado na Ânua anterior. Novamente se desatou a Revolta "Comunera" em Asunción, repercutindo mais marcadamente no Colégio de Corrientes.

Partindo da expulsão dos jesuítas, em 1724, do Colégio de Asunción e do regresso dos mesmos por mandato do Rei, em 1728, relata que, em 1732, uma nova expulsão teve lugar e o

autor destas Ânuas reconhece nela motivos semelhantes aos da oportunidade anterior: “*la antigua malevolencia y el odio de algunos habitantes de la ciudad por la fidelidad de los jesuitas al Rey*” (CA 1730-1735, p.41). Renovaram-se as calúnias, as vexações e os Padres foram acusados até de cometer crimes. Lozano descreveu como “*caótico*” o estado que reinava em Asunción, enquanto que, em sua *Historia de las Revoluciones de la Provincia del Paraguay* (1721-1735) (1905, p.155, II), utilizou uma imagem mais eloqüente: mais que uma “*república de cristianos*” parece “*una confusa Babilonia*.” A situação tinha piorado com a aparição de um panfleto cheio de injúrias aos jesuítas.

Como já dissemos, Lozano retoma o relato desde o momento da primeira expulsão dos Padres do Colégio de Asunción, dizendo que estavam todos na igreja rezando, quando escutaram uma gritaria, destroçaram a porta e entraram em tropel, ameaçando matá-los. Foram tirados pela força e jogados para além do rio Tebicuarí (CA 1730-35, p.42).

5.1.2.1 Da Repercussão no Colégio de Corrientes

Naquela época, o Colégio de Corrientes “*casi se vio envuelto por la misma tempestad que arruinó al Colegio del Paraguay. Pues fueron provocados por la misma prevaricación los habitantes de Corrientes por los del Paraguay*” (CA 1730-1735, p.41) e, em continuação, Lozano fez uma aclaração muito semelhante à que também se encontra na *Historia de las Revoluciones*, em relação às caraterísticas de ambas as cidades. Diz, na Carta Ânua, que os habitantes de Corrientes “*no son muy desemejantes en vida y costumbres*” dos “*asunceños*” (CA 1730-35, p.42) enquanto que, na outra obra mencionada, assinala que “*los naturales de ambas ciudades frisan mucho en genios, costumbres y afectos*” (LOZANO, 1905, p.168).

Os correntinos foram propensos a aceitar as insinuações dos paraguaios e se revoltaram contra o Governador, nomeado pelo Vice-rei, assim como os "Comuneros". Portanto, diz a Ânua:

“...también aquí se turbó la relación con los nuestros y se concentró también contra ellos el odio y la envidia de un modo muy natural y lógico, ya que la Compañía pareció a los traidores como la muralla más firme para conservar la fidelidad de las masas para con el rey y sus representantes.” (CA 1730-1735, p.46)

Atiçados pelos paraguaios, os correntinos também pretenderam dissolver o Colégio, expulsando os Padres da cidade. Lozano diz que o teriam executado sem dúvida, se não contassem com o apoio de José Aranda, comendador dos mercedários. Diz a Carta que por *“su gran afecto a la Compañía se resolvió defendernos arengando a los tumultuosos y afeándoles su sacrílego intento”* (CA 1730-1735, p.46). Aranda ameaçou com abandonar a cidade junto com seus colegas se os jesuítas fossem desterrados. Estas palavras causaram efeito porque os de Corrientes *“volvieron a su juicio”*, mas, não obstante não retornou de todo a confiança deles nos Padres e o manifestaram perturbando-os, *“interceptando las cartas pero, no hallando nada de comprometedor en ellas, dejaron también de esto”* (CA 1730–35, p.46).

Não obstante, não todos os mercedários adotaram a mesma atitude de Aranda, já que outro membro da ordem escreveu um livro contrário aos jesuítas e começou a divulgá-lo entre a gente.

Notificado o Vice-rei do Peru, indignou-se e o obrigou a comparecer a Lima para impor-lhe castigo. *“Pero la justicia divina se anticipó y le mandó una enfermedad y que causa horror en quienes lo ven”* (CA 1730-35, p.46).

5.1.2.2 *De Outras Repercussões da Revolta dos "Comuneros" e Demais Circunstâncias sobre Corrientes, segundo a Carta Ânua de 1735 a 1743*

Também escrita pelo Padre Pedro Lozano, esta Carta contém referências diretas em relação à repercussão da mencionada Revolta nas missões dos rios Paraná e Uruguai que, indiretamente, afetaram as frágeis relações entre os correntinos e os jesuítas. Trata-se das conseqüências das ações empreendidas por ordem do Governador de Buenos Aires para evitar que os "Comuneros" continuassem seus planos contra os povoados das missões.

Lozano, ao enumerar os prejuízos que afligiram as reduções nos últimos nove anos, assinalava como primeira fonte deles, a guerra do Paraguai, na qual

“...los Comuneros querían ocupar 7 reducciones, o todas si podían y sujetar a los indios a la esclavitud y atrincherarse para que no pudieran entrar allí con fuerzas armadas los que quedaban fieles al rey.” (CA 1735-1743, p.343)

Para evitar isto, o Governador de Buenos Aires, Don Bruno Mauricio de Zavala, do qual dependiam os trinta povoados, *“mandó poner en pie un ejército de indios de 30.000 de éstos por tres años”* (CA 1735-43, p.343). Os efeitos foram desastrosos, já que não havia quem cultivasse a terra para sustentá-los. As famílias começaram a sofrer fome e os Padres tiveram que obrigar os poucos que ficavam a fazer todos os trabalhos pelos ausentes, sabendo que *“suelen ellos siempre ser remisos en lo que cede en provecho ajeno, y no para su propia comodidad”* (CA 1735-43, p.344).

A esta situação se incorporaram as fomes produzidas pelas secas e a falta de gado que o Padre Lozano descreve muito bem, destacando seus efeitos, que foram para além das

possibilidades de controle por parte dos jesuítas. Diz que o ano 1733 foi extremamente estéril, durando a seca desde dezembro até março de 1734, destruindo as colheitas.

“Ya que muchos pueblos carecen de ganado vacuno (...) se desparramaron los indios por todas partes, vagando por los montes como frenéticos, para que juntamente con sus mujeres y niños, buscasen algo que comer.” (CA 1735-1743, p.345)

Outros fugiram aos povoados vizinhos, outros foram embora em balsas rio abaixo até os povoados de espanhóis, outros às estâncias onde estavam as vacas dos povoados das missões, atropelaram os vaqueiros que tomavam conta dos gados de cada uma das reduções, originando brigas e mortes.

“Subió el hambre a tal grado, que estos pobres miserables caían muertos a lo largo de los caminos; quedando otros tan debilitados que ya no podían sostenerse bajo sus pies, abandonando sus casas para que no oyesen más el llanto de sus hijos hambrientos.” (CA 1735-1743, p.345)

As missões florescentes de outrora, tinham se transformado em uma espécie de povoados fantasmas a julgar pelas expressões de Lozano, não restavam hortas nem cultivos e os animais de qualquer tipo eram devorados pelos sobreviventes. As cenas descritas têm aspectos aterrorizadores e, no meio delas, os Padres tentando tudo para mitigar o sofrimento.

A fome se transformou em uma *“enfermedad incurable”*, que os fez se tornarem insaciáveis e pouco mais podiam fazer os Padres que procurar eles mesmos comida e reparti-la aos meninos e meninas duas vezes por dia. Isto lhes causava consternação e aflição ao ver que os povoados se arruinavam.

A fome que Lozano descreve, *“les atacaba los sesos y los indujo a devorar el cuero crudo de los animales y, en algunos pueblos, hasta la carne de gatos y perros”* (CA 1735-

1743, p.346). Um dos missionários teve que arrancar da boca das crianças, pedaços de couro já que, impossível de digerir, havia provocado a morte de muitas delas.

As sementes escasseavam já que as reservas tinham se esgotado, mas os Padres se esforçaram em buscá-las e as distribuíram entre os índios. Mas eles as comeram, fazendo fracassar a tentativa de contar com uma próxima colheita. Outra imagem, que surge do relato de Lozano, é a dos índios colhendo de noite nos campos, aquilo que outros tinham semeado durante o dia.

E o relato continua com detalhes que, a nosso critério, explicam muitas das críticas, ataques e acusações que, no seu momento e posteriormente, fizeram-se contra a Companhia e os índios missioneiros, até considerá-los como outro “enemigo” que impediu aos correntinos descansar (MANTILLA, 1972, p.83).

Continuando o relato, outro problema se incorporou aos já maltratados campos de cultivo dos jesuítas: as sementes que salvaram e chegaram a brotar, gelaram-se nas noites de 20, 21 e 22 de agosto de 1733, levando os índios à desesperação *“tanto que ya no le hacían caso de los misioneros que los animaron y obligaron a sembrar de nuevo”* (CA 1735-1743, p.347).

A colheita era indispensável como recurso alimentício pois o criatório de gado de outrora, tinha se esgotado *“ya que la codicia de los españoles y de los lusitanos había despoblado aquellas inmensas y fertilísimas praderas donde pastaban antes millones de vacas cimarronas”* (CA 1735-43, p.348). Lozano explica que tudo isto deveu-se ao incremento do tráfego mercantil, já que os bovinos eram vendidos ao Peru e ao Chile, enquanto que os couros eram exportados à Europa, via Brasil ou Buenos Aires.

Ainda os Padres contavam com algumas reservas nos campos de Yapeyú e San Miguel, antes cheios de gados, mas também quase esgotados em 1735. Acostumados já ao consumo de carne, os índios deviam voltar a sua antiga forma de alimentação, o que já não os satisfazia. O resultado foi que muitos voltaram às selvas na procura de alimento, abandonando novamente os campos nos quais a chuva que chegou finalmente, nos meses mais secos de novembro e dezembro, tinha feito crescer ervas daninhas, afogando a boa semente. De tal maneira que quando os índios *“volvieron de los escondrijos de las selvas, se echaron en bandadas sobre los campos ajenos, para saciar su hambre con lo que habían sembrado”* (CA 1735-43, p.348).

Foi difícil de calcular o número de mortos por fome, pois muitos morriam vagando pelos campos, podendo se constatar, de acordo ao censo realizado, a morte de 10.130 índios, entre eles 6.094 párvulos.

5.1.2.3 *Dos Acontecimientos de 1735 Segundo a Carta Ânua de 1735 a 1743*

Dividiremos estes acontecimentos em dois aspetos para continuar com a análise daqueles que, atingindo os povoados das missões, repercutiram na cidade de Corrientes e em suas relações com a Companhia. Por um lado, as constantes da fome e da escassez, com as conseqüentes invasões à jurisdição de Corrientes na procura de alimento. Por outro, a reorganização de um novo movimento "Comunero" que, em 1732, tinha assaltado o Colégio de Asunción e expulsado novamente os jesuítas. Logo se incorporará um problema de velha data: o da Colônia do Sacramento e o tratado de Madrid.

a. A fome, a escassez e seus efeitos

Em 1735 não se acabaram nem a fome nem as mágoas, pelo contrário, acrescentaram-se produzindo novas fugas de índios e abandono dos campos e povoados. Tudo aproveitado pelos charruas, aos quais se aproximavam os guaranis em busca de comida, encontrando a morte por seqüestrar suas mulheres.

Outros “*se retiraron a la célebre laguna de Yberá, donde levantaron una especie de sinagoga de Satanás*” (CA 1735-1743, p.356-357). Ao prejuízo espiritual que significavam as imitações de cerimônias sagradas nas que os supostos párocos celebravam matrimônios, unia-se o que infringiam com suas “*invasiones hostiles a la vecindad de la ciudad de las Siete Corrientes y a las estancias de ganados españoles, cometiendo homicidios cuando lo precisaban para cometer sus hurtos impunemente*” (CA 1735-43, p.357).

O atrevimento destes chegou a tal ponto que os espanhóis lhes declaravam a guerra para reprimi-los. Mas Lozano resgata também a atitude de outros “*que no eran tan malos*” e transmigraram a terras circunvizinhas à cidade de Corrientes, pelo que eram mais fáceis de controlar e reencaminhar para seus povoados. Nesta tarefa esteve comprometido o Padre Ignacio Pérez, reitor do Colégio de Corrientes, que tinha especial carinho por estes índios, já que tinha sido missionário entre eles, conseguindo enviá-los de regresso às reduções.

A magnitude destas tragédias que sofreram os índios missioneiros está nas cifras que proporciona a Ânua: havia, em 1735, 8.022 pessoas desaparecidas, as quais formavam 1.354 famílias. Os defuntos foram 2.637 adultos e 3.407 párvulos (CA 1735-43, p.358).

Os índios fugitivos esqueceram seus costumes cristãos assolados pela fome, o que os levou a cometer imprudências ao espalhar-se sem controle por campos, matas e banhados, morrendo devorados por tigres ou dando-se morte entre eles mesmos.

Também sofreram seca os povoados mais próximos ao Paraguai, faltava gado até nas estâncias ao longo do Uruguai, outrora tão fartas, porque a seca as havia dizimado. Uma invasão de gafanhotos tinha sobrevindo, destruindo os pastos, com a conseqüente morte de bovinos.

b. Efeitos do movimento "Comunero" nos indígenas

Desde janeiro de 1735 a maio de 1736, por ordem do governador Bruno Mauricio de Zabala, 1.200 soldados índios foram tirados das missões para acampar nas margens do Tebicuari para atuar contra os “comuneros”. Este fato repercutiu também na grande diminuição de gado que foi necessária para sua manutenção. Ytati foi o centro donde empreenderam a travessia do Paraná, custando-lhes muito trabalho chegar desde os povoados até o acampamento. Muitos tinham percorrido até 100 léguas por “*caminos intransitables por las extraordinariamente copiosas lluvias de los pasados meses de noviembre y diciembre*” de 1734 (CA 1735-1743, p.367). Passaram a nado riachos que tinham virado rios pelas chuvas, além de “*pasar con el agua hasta el pecho por los pantanos, sin contar con el paso por los grandes ríos Paraná y Uruguay*” (CA 1735-1743, p.367). A Ânua registra também a atitude de alegria com que os índios fizeram esse serviço ao Rei, encorajados pelos missionários.

A falta de cavalos fez o governador Zabala solicitar ao Superior das missões, Padre Bernardo Nussdorffer, que fizesse recolher cavalos ali e vacas, posto que as que traziam tinham ficado muito magras pela distância percorrida. Estes fatos fizeram que, tanto

missionários como índios se tornassem odiosos aos olhos dos habitantes, por sua lealdade “*ya en el tiempo de Antequera y ahora en el de los llamados Comuneros rebeldes del Paraguay*” (CA 1735-1743, p.372). O governador se comoveu ao comprovar esta lealdade perante o ódio e perseguições dos paraguaios, demonstrando agradecimento também pela colaboração dos Padres, escrevendo ao Superior. Também redigiu um relatório ao Rei onde defendeu os índios das calúnias de que eram objeto. Todas estas ações foram cumpridas pelos índios sem receber salário algum, adquirindo a suas próprias expensas, as armas necessárias, como o salientou o Governador.

5.2 A Questão da Colônia do Sacramento

Desde sua fundação, em 1680, a presença da Colônia do Sacramento por parte dos portugueses, no estuário rio-pratense, será motivo de longas idas e voltas com a Espanha ou Portugal, de acordo com as conveniências políticas e habilidades diplomáticas de ambos os reinos.

Os índios missioneiros que sempre eram requisitados para prestar serviços nas guerras, foram chamados a sitiar e tomar a Colônia, ações que lhes demandavam duros trabalhos como transportar armas, abrir trincheiras, levantar baterias. Estes índios acudiam para prestar serviços de guerra perante o menor requerimento, deixando em suas terras todos os seus pertences e famílias, avançando a pé, com recursos insuficientes e sujeitos às decisões dos chefes, que os dispensavam, deixando-os totalmente desprovidos do necessário para empreender a volta a seus povoados. À deriva e famintos, provocavam desmandos, prejudicando as estâncias correntinas, com roubos e assaltos, como se verá nas Ânuas.

5.2.1 Da Questão da Colônia na Carta Ânua de 1735 a 1743

Estando as reduções arruinadas por tantos prejuízos, os índios tiveram novamente que marchar a cumprir com outro serviço à coroa, como foi o assédio da Colônia do Sacramento, para tirar dali os lusitanos. Três mil índios marcharam por um caminho de 150 a 200 léguas andando a pé por falta de cavalos, para iniciar o sítio no qual permaneceram até março de 1736.

Alguns índios sitiadores entraram em negociações com os lusitanos, sendo objeto de açoites e fuzilamento, mas muitos espanhóis que tinham interesses com os portugueses de Colônia, e não desejavam que estes fossem privados dela, *“exageraron maliciosamente los excesos de estos pocos indios, intrigando para que los separasen del cuerpo de ejército”* (CA 1735-1743, p.399), sabendo que desta maneira fracassaria o assalto.

As calúnias contra os índios se tornaram gerais até que o governador Don Miguel de Salcedo, que deu crédito às fofocas, mandou que se retirassem os índios do exército sitiador. O oficial encarregado de cumprir as ordens, executou-as com pouca consideração, mandando de regresso os índios sem tropa de gado para seu sustento. Só lhes restaram 300 vacas, com as que empreenderam o caminho de regresso, a passo lento, quase mortos de fome, com os campos secos e o gado extenuado.

Esta situação deve ter afetado novamente as estâncias de Corrientes já que:

“...como en el campamento se habían acostumbrado a comer carne, que había en abundancia, no aguantaron la escasez de alimento, y se tomaron la libertad de irse armados a las estancias de ganado, y de proveerse por fuerza y a gusto de su sustento. De allí se originaron muchos atropellos y excesos de lo cual no hay que admirarse entre bárbaros, cuando muchas veces hasta en Europa, suele suceder esto,

recién acabadas las guerras, inundando las regiones bandadas de pillos y ladrones.” (CA 1735-1743, p.401)

A Carta Ânua continua descrevendo o crítico estado das reduções em 1736 em consequência das campanhas e das forças da natureza que também colaboraram para fazer mais patética a situação. Os índios que não foram à guerra, logo em seguida se uniram aos que sim o tinham feito, causando novos prejuízos, *“abandonando el trabajo honrado, con el cual tenían que sostener a sus mujeres e hijos, alistándose en aquella tropa de holgazanes”* (CA 1735-43, p.401).

A geada destruiu todos os cultivos, como também uma nova seca não permitiu outra semeadura. A imagem seguinte é também muito eloqüente na descrição de situações que pudessem ter afetado as estâncias correntinas, aumentando o desgosto dos habitantes:

“Podían verse tropas de 80, hasta 100 indios (no contándose las malas mujeres ni a los párvulos, a los cuales desparramó el hambre por todas partes), los cuales vagaban por las estancias, asaltando y matando cruelmente a los pastores, que cuidaban el ganado; e inundaban los caminos públicos, atropellando tropas enteras de ladrones a los viajeros, despojándolos de todo lo que tenían, y, en caso de resistencia, acabando con ellos. [...] Otros que se habían retirado a los montes, perecieron por viruela, como otros tantos, que se habían refugiado a las ciudades de Santa Fe, la Asunción y Corrientes.” (CA 1735-43, p.402)

A situação aos poucos tinha se tornado incontrollável para os jesuítas das reduções a quem já lhes resultava impossível reter os índios em meio de tantas calamidades.

Não obstante, foi importante nesse período, embora não se mencione na Carta Ânua, a chamada *Cédula Grande* de Felipe V, expedida em 28 de dezembro de 1743, que foi uma reafirmação do sistema e organização das missões do Paraguai, resolvendo em favor dos jesuítas e dos índios todos os pontos e matérias das que tinham sido acusados.

5.2.2 Da Mesma Questão na Carta Ânua de 1750 a 1756

A *Cédula Grande*, foi uma conquista efêmera já que, como diz Pastells (1943, p.XXIII) “*los enemigos de la Compañía, consiguieron pocos años después contra ella el tratado de Límites con Portugal, preámbulo de la expulsión de Carlos III y de la ruina de la orden, gestionada por las cortes borbónicas*”.

Os sucessos acontecidos nessa oportunidade aparecem na Carta Ânua escrita pelo Padre José Barreda, que abrange o ano em que se celebrou o tratado e suas conseqüências. Embora não haja referências concretas ao colégio de Corrientes, os acontecimentos serviram como alimento aos que conspiravam contra a Companhia nessa época. A influência destes sucessos aparece evidente na historiografia correntina atual.

No capítulo destinado às missões, o Padre Barreda, augurava tempos piores:

“Cultivaban [hasta ahora] esta tan floreciente provincia de neófitos cerca de 80 sacerdotes [...]Dije: cultivaban; pues en adelante (si Dios no dispone otra cosa), no habrá nada que puedan cultivar.” (CA 1750-1756, p.22)

O estado de ânimo do Padre reflete o patético da situação: “*¡Con cuanto dolor mío tengo que declarar tal triste estado de cosas; y con cuantas lágrimas estoy escribiéndolo!*” (CA 1750-56, p.22).

As causas desta dor que fez escrever ao Padre que “*jamás estaba la Provincia tan profundamente acongojada*”, também aparecem registradas:

“Y no consiste nuestro dolor en que esté resonando Europa de las absurdas fábulas sobre nosotros, que han propalado los holandeses, imputándonos la aspiración de nuevos imperios y reinos; teniéndonos los unos por traidores, y los otros por impíos;

denunciando algunos también que acuñamos monedas, y que manejamos armas. No hacemos caso de todo eso [...] Sino, lo que sentimos, y debemos sentir, es que tantos neófitos y tan religiosos son arruinados por completo.” (CA 1750-1756, p.22)

Deveu-se toda esta angústia e abatimento à assinatura do Tratado de Madrid, pelo qual se pretendia que a Companhia renunciasse ao “*gobierno de todos los pueblos de los guaraníes*” (CA 1750-56, p.22). O tema foi tratado numa Congregação Provincial, reunida em Córdoba, onde os Padres opinaram que se abandonassem os povoados em mãos dos oficiais reais, “*se arruinarían más prontamente*”, mas perante a gravidade das circunstâncias, decidiu-se deixar tudo em mãos do Padre Geral.

A notícia sobre o tratado de Madrid, chegou primeiro por via da fofoca, pelo que não foi considerada real por parte das mesmas missões afetadas, acreditando-se que eram artimanhas dos lusitanos. O Superior delas, Padre Bernardo Nussdorffer, ordenou imediatamente que não se dissesse nada aos índios, pois “*como ninguna cosa es más odiosa a los indios, que abandonar los sepulcros de sus mayores, era de prever un gran alboroto*” (CA 1750-56, p.24).

Em 1751 chegaram as cartas reais confirmando a notícia da entrega dos sete povoados orientais do Uruguai - San Nicolás, San Luis, San Lorenzo, San Juan, Santo Angel San Francisco de Borja e San Miguel – aos lusitanos em troca da Colônia do Sacramento. O Padre Francisco Retz ordenava por carta, o imediato acatamento do estipulado, a transmigração dos índios, recomendando “*que no dejase piedra por mover*”, para poder entregar os povoados já desertos aos Comissários Reais.

Mas os Padres, vendo que nada se indicava sobre que campos se entregariam, decidiram que o correto seria esperar a chegada dos Comissários para saber que terras

poderiam ocupar. Simultaneamente pediram ao Vice-rei do Peru, à Audiência de La Plata e ao Padre Geral, que solicitassem a revogação de tal medida, enviando a Madrid o Padre Logu para tratar destas questões. Ao passar pelo Rio de Janeiro, o governador Gómez Freyre o deteve impedindo-lhe continuar a viagem.

As ordens de evacuação dos povoados continuaram sendo recebidas em diferentes oportunidades, segundo o especifica o Padre Barreda, para o que ele mesmo devia dirigir-se às missões para fazer cumprir as mesmas. Os missionários, por sua parte, responderam que fariam todo o possível para executar esta tarefa, que consideravam difícil, mas que o fariam por gratidão ao Rei Fernando VI⁵⁹.

Os caciques e cabildos consultados sobre se queriam permanecer nos povoados e acatar a nova dominação lusitana, responderam que iriam embora, seguindo aos espanhóis. Para isso, os de San Luis solicitaram ao Padre Superior que se lhes outorgue “*aquel terreno que tiene por términos el lago Iberá, y los ríos de Santa Lucía y de Miriñay*” (CA 1750-1756, p.28). Nos outros povoados, as respostas foram de acatamento, mas o Superior sentia algum temor porque os índios eram inconstantes. Mas continuou com as providencias, enviando a missionários e índios a diferentes lugares para ver locais apropriados para a instalação dos novos povoados.

Enquanto isso, produzia-se a chegada dos comissários que foram esperados pelo mesmo Padre Barreda e seu secretário, o Padre Juan Escandón. O chefe dos enviados reais,

⁵⁹ A Carta de 1750-56 dá elementos para a análise da atuação dos Padres perante o Tratado de 1750. Para o mesmo assunto ver a *Relación* do P. Nudorffer sobre o plano de mudança dos sete povoados, em Cortesão, 1970, p.139-300, VII. También Mörner, 1968, p.135-136, sobre Barreda, os demarcadores e Escandón.

era Don Gaspar de Mundive, marquês de Valdelirios, senador do Conselho de Índias. Como comissário, encarregado das missões, tinha chegado o Padre Luis Lope Altamirano

Apesar de as dificuldades serem muitas, *“los párrocos se dedicaron a esta tarea con toda su alma”* (CA 1750-56, p.31), mas aparece descrita na Ânua uma circunstância que provocou a ira dos índios. Tratou-se duma solicitude que teria feito o Padre Nussdorffer perante o Provincial Barreda, autor, como já sabemos, da Carta 1750-1756, de que se desse possibilidade aos índios de arar e semear nas novas terras para que tivessem o que comer quando se instalassem nelas. O provincial fez gestões perante o comissário e este as fez perante Valdelirios que compreendeu e lhes concedeu fazer suas sementeiras e um prazo de três anos para poder realizar a transmigração sem problemas. Barreda dispôs que, enquanto uns transmigravam, os outros cultivariam a terra, trasladando de imediato *“los arados y las herramientas; otros a sacar las cargas de propiedad común y privada”* (CA 1750-56, p.32). se construíram carroças, enquanto os índios de Jesus, Trinidad e Santo Tomé, levantaram ranchos para os novos povoadores. Calculava-se que em seis meses estaria concretizado o traslado, mas inesperadamente, chegou uma carta do Padre comissário ao Padre superior onde lhe solicitava urgisse a transmigração para que não ficasse impaciente o comissário lusitano. Diz Barreda: *“Después de habersele leído esta carta a los indios, es increíble describir la mala impresión que produjo entre ellos, tanto que [pareció que] les había entrado el demonio”* (CA 1750-56, p.34). E mais adiante acrescenta: *“cuando el superior y los curas estaban avisando a los indios y promoviendo la empresa, primero empezaron a refunfuñar, después a contestar abiertamente, y al fin a alborotarse”* (CA 1750-56, p.36). Os primeiros em se manifestar foram os índios de San Nicolás que negaram obediência ao Pároco *“gritando desaforadamente que de ninguna manera se debían abandonar sus sitios antiguos”*

(CA 1750-56, p.38). Os de San Miguel seguiram o exemplo, começando a se enfurecer quando viram que o Padre Diego Palacios retirava os ornamentos e quadros do templo, acusando-o de querer entregar tudo o que tinha lhes custado tanto, aos lusitanos. Compreendendo que não se retardava o traslado, em lugar de lhes dar tempo para fazê-lo,

“...echándose ya de su casa a los ancianos, niños y mujeres, teniéndose ellos que marchar cincuenta y hasta cien leguas lejos, despojándose sus templos, que les eran más caros que su misma vida, entregándose sus casas y pueblos a los lusitanos, sus enemigos encarnizados; considerando ellos que tenían que marcharse a lugares, donde no había nada, ni templo, ni casas [...]lo tenían, naturalmente por una inmensa desgracia, subiéndoles las lágrimas a los ojos y quedando su corazón como paralizado de sentimiento.” (CA 1750-1756, p.40)

O Padre Barreda justifica logo, que todas estas *“tristes consecuencias no se deben a las artimañas de los jesuitas, sino al justo dolor de los indios”* (CA 1750-56, p.40).

A partir dali todas foram urgências e tentativas dos comissários por apressar e dos Padres por cumprir com mais energia as ordens, encaminhando-se à frente de seus povoados para que os índios os seguissem, acontecendo tudo isto em 1752.

Em janeiro de 1753 devia realizar-se a total transmigração, mas a rebelião foi fazendo-se geral em San Nicolás, San Miguel e San Juan enquanto os de Santo Angel se deslocavam de muito má vontade e lentamente, enquanto os caciques se reuniam secretamente. Os de San Luis se negaram duas vezes a avançar, também por temor aos charruas apesar da escolta que lhes emprestaram os dos povoados de Yapeyú y de La Cruz.

Em continuação, a Carta é pródiga em detalhes sobre as reações que provocou a presença dos demarcadores, ocupando os de San Miguel o caminho de acesso obrigando-os a

voltar a Buenos Aires. Em consequência destes acontecimentos “*se hablaba mucho contra los guaraníes, y algo también contra los jesuitas*” (CA 1750-1756, p.53).

O Padre Barreda esmerou-se em se opor às maledicências tentando convencer a todos que “*la rebeldía de los indios no provenía de la codicia de los jesuitas*”, renunciando ele mesmo publicamente perante o bispo e o governador, aos sete povoados.

Os comissários, ao ver as demoras e que os Padres não conseguiam nada com os índios, apresentaram ao governador Andonaegui a “Real Cédula”, que ordenava desalojar os índios pela força. O governador dirigiu uma carta aos sediciosos para que deixassem a resistência armada e se não o fizessem “*los tendría por enemigos declarados, y los perseguiría a sangre y fuego*” (CA 1750-56, p.56). A alegação dos índios é comovente quanto a seus argumentos de fidelidade ao Rei, a sua fé cristã e reiteradas ocasiões em que a Espanha os tinha defendido dos lusitanos.

O governador decidiu que não podia esperar mais e declarou a guerra contra os índios, mandando levantar tropas nas cidades de Corrientes, Santa Fe e Buenos Aires, decidindo o começo da marcha para agosto de 1753.

Os Cabildos dos povoados enviaram ao governador cartas, inclusive aqueles que não tinham que se mudar como os de Concepción, mas que tinham suas estâncias e ervais na zona e que seriam condenados à ruína pois não tinham encontrado ainda outros terrenos para estabelecê-los, para pedir proteção. As cartas, cheias de simplicidade e sinceridade, que demonstravam um grande apego aos povoados estabelecidos, não causaram nenhuma impressão e continuaram os preparativos bélicos, também por parte dos índios que viram a inutilidade de suas súplicas.

O Padre Barreda fez uma última tentativa escrevendo ao marquês de Valderirios com novas argumentações e alegações contra a guerra que se aproximava, levantando a voz “*para que el marqués no movilice el ejército; para que suspenda la guerra; para que espere hasta nuevas órdenes de parte del Rey*” (CA 1750-56, p.69-70). Os trâmites que seguiram foram infrutíferos e Andonaegui ameaçava com devastar tudo a sangue e fogo, enviando o comissário estritos preceitos aos párocos do Paraná e do Uruguai e especiais para os dos povoados a entregar. Ao conhecê-los, os índios se enfureceram ainda mais e os de San Nicolás arrancaram ao Padre a chave do arsenal, levando-se as armas. Correram rumores de que o Padre tinha vendido índios e povoados por quatro mil pesos que na realidade, era a cifra que o Rei da Espanha tinha ordenado distribuir entre os índios de cada povoado para contribuir aos gastos da transmigração.

Dai em diante, tudo seriam inconvenientes, artimanhas dos índios, artifícios para demorar as comunicações, acrescentando-se a isso, uma série de calúnias como as que enumera a Ânua:

- Os jesuítas tinham posto no Paraná baterias de canhões, trincheiras e fortificações;
- Mobilização de um exército de quarenta mil homens nos acessos às missões com a intenção de “*impedir el descubrimiento de minas de oro*” (CA 1750-56, p.85) exploradas pelos jesuítas em prejuízo do erário real.
- Fundação de um império nas missões, cujo imperador era Nicolás I, segundo versões que tinham chegado à Europa, levadas pelos portugueses. O jesuíta

imperador, seria o superior das missões, Padre Matías Strobel⁶⁰, a quem tinham trocado o nome por Nicolás e o sobrenome por Stromp, “*el cual significa en holandés: trueno*” (CA 1750-56, p.85-86) convertendo-o num tirano sanguinário que “*con su rayo postró a los jesuitas en América, y con su trueno se hizo oír en Europa*”

Esta última calúnia causou mais riso do que raiva e, quando o governador de Buenos Aires e os chefes militares, passaram pelo território das missões, não encontraram nenhuma evidência do famoso Nicolás I.

Circulou a versão de que na cidade de Corrientes, “*es decir casi a la entrada de las Misiones, afirmaron algunos bajo juramento, que había dos columnas de ejército de guaraníes, que forman un cordón para custodiar sus estancias y fronteras.*” (CA 1750-56, p.87). Estes já estavam em oposição aos demarcadores reais, lusitanos e espanhóis, tendo sido mortos pelos índios quatro indivíduos que navegavam no rio Paraguai, sendo estas declarações enviadas a Madrid. Mas a verdade é, segundo o Padre Barreda, que todos os demarcadores “*han vuelto, sanos y salvos a la misma ciudad de Corrientes y después a Buenos Aires...*” (CA 1750-56, p.87).

Frustradas todas as tentativas de pacificação, ambos os campos se prepararam para a guerra, que se estenderá entre 1753 e 1756. Segue, em continuação nesta Ânua, o relato dos sucessos que têm relação com esta guerra, dos quais tomaremos somente aqueles que tiveram maior repercussão na cidade de Corrientes e em suas deterioradas relações com a Companhia.

⁶⁰ Uma versão diferente é a que refere Aurelio Porto (1954, p.218-223, IV), que diz que Nicolás I seria Nicolau Nenguirú, Corregedor do povoado de Concepción, conhecido e mencionado pelo P. Cardiel.

Um episódio ligado a esta guerra tem relação estreita com os fatos que atingiram Corrientes e está relacionado com a morte em mãos dos índios de Yapeyú, de Don Bernardo Casajus, cabildante daquela cidade, que não teve a condenação suficiente por parte dos jesuítas e despertou novos ressentimentos na cidade. Casajus foi enviado pelo general Andonaegui ao Padre Antonio Estellez, pároco de Yapeyú, com várias cartas, uma delas na qual lhe anunciava que tinha chegado com dois mil soldados ao Itú e lhe solicitava reses e cavalos “*y le mandó alistar en el paso del río Ibicuy canoas y bogadores, para trasladar al ejército*” (CA 1750-56, p.93). Perguntava-lhe, além disso, sobre se os índios tinham decidido obedecer ou resistir. Ao chegar Casajus à paragem Don Pedro do rio Miriñay, foi interceptado pelos guerreiros de Yapeyú diante dos que insistiu em que tinha cartas para entregar pessoalmente ao pároco, tentando abrir caminho pela força. Diz o Padre Barreda:

“Pero, esa gente, ya airados por si mismos, se exacerbaron más todavía por las amenazas, asaltaron al senador, y derribaron a él y a uno de su comitiva, y se apoderaron de las cartas. Andonaegui sintió mucho la muerte del senador, tanto más, cuando se vio en aprieto cada vez mayor, no sabiendo ya, como y por quién se podía comunicar con el párroco de Yapeyú.” (CA 170-56, p.94)

O historiador Mantilla (1972, p.107, I) diz que, tanto a tropa correntina⁶¹, como na cidade de Corrientes, houve sublevação e indignação e considera que este assassinato era uma “*venganza política de los jesuitas*”.

Enquanto Andonaegui tentava solucionar este problema de comunicação com Yapeyú, “*le ofreció espontáneamente sus servicios Don Nicolás Antonio, tesorero de la misma ciudad de Corrientes*” (CA 1750-56, p.94). Não quis este aceitar a custódia importante que aquele lhe ofereceu, dizendo que lhe bastavam vinte homens, mas quando iam para Yapeyú, estando

adormecido uma noite, os índios lhe roubaram os cavalos, pelo que o tesoureiro teve que desistir e regressar.

Não há outra menção a Corrientes no resto da Carta que continua com uma descrição pormenorizada da guerra, incluindo diálogos e reproduzindo cartas.

Outros detalhes sobre a repercussão da guerra guaraníca sobre Corrientes estão em Mantilla (1972, p.106-109), que indicam a intensidade alcançada pelos mesmos no ânimo dos habitantes. Considera que o Tratado de Madrid foi uma tolice porque atingiu as sete prósperas reduções da Companhia que “*trabajó desesperadamente por anular el compromiso internacional, y ante la inutilidad de sus esfuerzos, autorizó la resistencia armada de los pueblos permutados*” (MANTILLA, 1972, p.106, I). Esta última afirmação não se infere das Cartas Ânuas, pelo contrário, parece ser que os Padres utilizaram todos os recursos a seu alcance para evitar o cumprimento do tratado, é verdade, mas não incitaram aos índios a uma guerra de resistência.

Segundo o mesmo autor, o Colégio foi o local utilizado para a troca de tecidos por dinheiro que Andonaegui, quando resolveu abrir a campanha em 1755, tinha remetido para preparar outro contingente de 200 homens. Eram 1500 pesos dos que deviam se entregar trinta pesos a cada soldado e sessenta aos oficiais. Um cunhado do governador “*y los jesuitas aprovecharon esos fondos*”, e negociaram no Colégio (MANTILLA, 1972, p.108) porque o governador Patrón, encarregado de distribuir os fundos, obrigou os soldados a ressarcir em alimentos de seu cunhado, da importância adjudicada, mas a uns preços tão altos que não

⁶¹ Andonaegui tinha mandado que se recrutassem 200 homens em Corrientes para a campanha contra os índios.

serviu para nada. Uma posterior remessa de dinheiro, já em tempos do general Pedro de Cevallos, também se evaporou, dando lugar a protestos violentos.

5.3 A Última Ânua: 1756-1762

A Carta Ânua de 1756 até 1762 é a última com que contamos antes da expulsão da Companhia, é breve⁶² e reflete o estado de calamidade que o Padre provincial Pedro Juan Andréa assinala desde o começo dela. Dedicar a última das três partes, em que divide sua Carta, às missões (CA 1756-62, p.29-31) na que continua as referências sobre os problemas derivados ainda da transmigração, com o traslado dos neófitos aos povoados vizinhos e a busca dos fugitivos por parte dos missionários.

Mas, pouco tempo depois, foi anulado o Tratado de Madrid, com o reinício da guerra, em 1762, desta vez sob as ordens do governador de Buenos Aires, don Pedro de Cevallos que realizou o assédio e a tomada da Colônia do Sacramento com índios paraguaios.

Logo depois começará o tempo da expulsão.

⁶² "Carta Anua de la Provincia del Paraguay desde el año el año de 1762, enviada del padre Pedro Juan Andréa, provincial de la misma Provincia a nuestro reverendo Padre general Lorenzo Ricci", inédita, transcrição 1994, IAP/UNISINOS, 40 p., inclui censo 1762 das missões.

II. O tempo da expulsão



6 O TEMPO DA EXPULSÃO

6.1 Situação dos Jesuítas na Segunda Metade do Século XVIII

A Espanha começou o século XVIII com uma nova dinastia, a borbônica, que não será alheia ao fenômeno “ilustrado” e que se evidenciará numa nova atitude oficial nos diversos aspectos que compreendem o governo e a administração da metrópole e de suas colônias. O controle da Fazenda, a agricultura, a pecuária, o comércio, a organização territorial, a investigação científica colocada ao serviço do desenvolvimento das atividades relacionadas com a exploração da terra, foram alguns dos aspectos que sofrerão modificações.

Às novas circunstâncias políticas, derivadas do advento da flamante dinastia emergente da guerra pela sucessão espanhola, se agregaram um conjunto de idéias, como as jansenistas⁶³ que, em unidade com as enciclopedistas, produzirão choques e diferenças entre reis, os defensores das regalias e a Cúria romana. A idéia dos monarcas Borbônicos, foi a de exercer na Espanha o absoluto patronato que os reis espanhóis tinham sobre a América, impedindo que a Cúria romana interviesse nos assuntos da Igreja local. Pedro Aguado Bleye (1969, p.309–313, III) diz que na Espanha, não abundaram os jansenistas, os que sim

abundaram foram “*canonistas adversos a Roma*”, que se pareciam àqueles, no ódio à soberania pontifícia, à idéia das igrejas nacionais e no aborrecimento a Companhia de Jesus.

O regalismo triunfou na Espanha da mão de Carlos III e de seus ministros que, como o fizera o ministro português em 1759, decretou a expulsão dos jesuítas.

Como já o esclarecemos na Introdução, não é nosso objetivo a análise específica das circunstâncias que determinaram a expulsão da Companhia de Jesus, já que excede os limites de nosso trabalho, portanto só mencionaremos algumas das circunstâncias básicas que podem tê-la determinado, sem pretender para nada esgotá-las.

Sem dúvida, há uma relação direta entre os sucessos acontecidos no Rio da Prata durante a década de 1750, e a supressão da Companhia dos domínios de Portugal, em 1759 e logo da Espanha, em 1767.

Em Portugal ia surgir como homem forte do reino, com a morte de Alejandro de Gusmão em 1753, José Carvalho, que seria logo marquês de Pombal. Este nunca tinha aprovado a cessão da Colônia à Espanha, mas fazia um jogo duplo com os efeitos do Tratado de Madrid. Por um lado, sentia ódio pela posição assumida pelos jesuítas para evitar a aplicação de dito tratado, mas por outro, este fato servia a seus fins de expulsá-los, respondendo à política de cortar relações com Roma, inspirada em seu canonista áulico, Padre Antonio Pereira de Figueiredo.

Outros acontecimentos, como a aparição na França de publicações adversas aos jesuítas, em 1656 principalmente, vinham tornando geral o panorama de hostilidade e

⁶³ Doutrina de Jansênio, do século XVII, que exagerou as idéias de Santo Agostinho relativas à influência da graça divina para agir bem, com diminuição da liberdade humana.

provocaram os ataques contra estes, que se exacerbaram no século XVIII. Às antigas acusações de probabilismo, regicídio, ritos malabares e outras, foram incorporadas as de contrabandistas, comerciantes, agitadores, incitadores da guerra guaranítica. Tudo isso conduziu ao edito do cardeal Saldanha, patriarca de Lisboa, de 5 de outubro de 1759, pelo qual anunciava que, desde esse dia, ficavam “*exterminados, desnaturalizados proscritos u expelidos los padres de la Compañía, como rebeldes públicos, traidores y regicidas*” (AGUADO BLEYE, 1969, p.314, III).

O acontecido em Portugal se repetiu na França, em 1762, e não ia demorar em chegar à Espanha, onde a campanha anti-jesuítica tinha começado em Madrid, na época de Fernando VI, na oportunidade da Revolta dos "Comuneros". Seguiram-se intrigas alentadas por Pombal e o embaixador inglês Keene, que culminaram com o afastamento do confessor do rei, Padre Rábago. A isso se somou o predomínio dos conselheiros anti-jesuítas na época de Carlos III, que era já pouco inclinado à Companhia, a partir do motim do domingo de Ramos de 1766 contra o marquês de Esquilache titular da secretaria da Fazenda, do qual foram acusados os jesuítas.

Em consequência, um conjunto de circunstâncias determinou que Carlos III assinasse a pragmática de expulsão, em 27 de fevereiro de 1767, encarregando a execução da mesma ao presidente do Conselho de Castilla, conde de Aranda.

O Papa Clemente XIV, pressionado pelos reis que tinham expulsado a Ordem, decretou, em 21 de julho de 1773, a supressão dela em todo o mundo cristão.

6.2 A Expulsão dos Jesuítas do Colégio de Corrientes

Em 22 de julho de 1767, produziu-se a detenção dos jesuítas em Corrientes e a retenção de seus bens.

A situação estava se complicando mais e o ambiente de Corrientes estava agitado, dividido e disposto a revolta. Em outubro de 1764, uma sedição popular tinha deposto o tenente de governador, Manuel de Rivera y Miranda, enviado por Cevallos para restabelecer a ordem alterada pelo grupo "comunero" que tinha invadido o governo. Segundo informa em seu *"Parecer"*, o Auditor de guerra de Buenos Aires, Juan Manuel de Lavarden (PASTELLS & MATEOS, 1949, p.1036, V), enviado para fazer o sumário, o tenente de governador tinha sido tirado nu de sua cama, arrastado, esbofeteado, ferido, algemado e colocado no cepo. Um fato chama a atenção do Auditor: serviu de cárcere para o funcionário deposto, a casa do Doutor Antonio Martínez, cura e vigário de Saladas, *"quien el carácter de pastor del pueblo parece haberlo trocado por el de carcelero"* (PASTELLS & MATEOS, 1949, p.1040, V). Isto e outras circunstâncias, fizeram suspeitar da conivência do cura com os sublevados. Também resultou suspeito outro eclesiástico, José de Casajus, vigário de Corrientes, pelo que ambos foram enviados a Buenos Aires para seu processamento. Mas também se seguiram graves acusações contra o bispo de Buenos Aires, Manuel Antonio de la Torre, por sua frouxidão em reprimir os curas revoltosos, já que tinha estado em Corrientes quando se produziram os tumultos.

Mas, em 15 de agosto de 1766, Cevallos foi substituído por Francisco de Paula Bucarelli como governador da província, e a causa tomou outro rumo, resultando todos os

clérigos absolvidos. Finalmente, seriam, o novo governador de Buenos Aires e o Auditor Lavardén, os encarregados do ato de expulsão.

Barbara Ganson, em seu trabalho “*Our warehouses are empty: guarani responses to the expulsion of the Jesuits from the Rio de la Plata, 1767-1800*”⁶⁴, diz que Bucarelli, previamente, tinha ordenado ao superior das missões enviar a Buenos Aires, um chefe guarani e um corregedor de cada um dos povoados, para tornar a obediência segura. Logo mandou prender os Padres: “*first those in the colegios (colleges) in the urban centers of Buenos Aires, Córdoba, Santa Fe, Corrientes and Asunción, and then the ones of the missions*” (GANSO, 1999, p.48). Descreve logo o procedimento utilizado pelas autoridades espanholas para executar a expulsão, para que fosse realizada de maneira ordenada:

“*Usually at night, a single soldier knocked on the doors of the priest’s quarters requesting to say his confession. When the missionaries opened the door, armed troops entered their living quarters along with Spanish authorities, either the colonial governor, military officers, or a judge. The soldiers then gathered the Jesuits into a large room where the judge read them Charles III’s decree of expulsion. The soldiers took away their keys to their living quarters, the storerooms and the church.*” (GANSO, 1999, p.48)

As autoridades espanholas se encarregaram de impedir que os jesuítas empacotassem seus instrumentos de penitências para evitar que destruíssem evidências que os incriminassem, mas só acharam catecismos, Bíblias e objetos pessoais.

Lavardén, personagem de atuação equívoca, enviou a Bucarelli uma “*Memoria del extrañamiento*” (BRUNO, 1968, p.81, VI), onde relata a forma adotada em Corrientes, coincidindo com a mencionada no parágrafo precedente. Relata que, em 21 de julho de

⁶⁴ O trabalho foi apresentado no Simpósio realizado durante o 49º Congresso Internacional de Americanistas, Quito, Equador, julho de 1997 e publicado no volume *Missões guarani: impacto na sociedade contemporânea*, Regina A.F. Gardelha (Ed.). São Paulo: EDUC/FAPESP, 1999, p.41-54. Sua visão é de interesse.

manhã, abriu o memorial e sem comunicar a ninguém seu conteúdo, esperou a noite para chamar don León Martínez, irmão do Vigário e o capitão de milícias don Luis Poysón, “*hombres ágiles, advertidos y prudentes*” para que reunissem gente armada sem descobrir o motivo. Conseguiram convocar 80 homens com os que Lavardén esperou “*la hora competente; y exhortándolos a que hiciesen lo que les mandasen con juicio, con obediencia y moderación*”, tomou a rua do Colégio (BRUNO, 1968, p.81–82, VI). O que seguiu foi coisa de poucos minutos e, segundo a mencionada *Memoria*, aconteceu desta maneira:

“*Antes de llegar a la puerta distribuí las órdenes; y, caminando con prontitud, tuve la felicidad de que un negro abrió y salió. Lo hice detener con la primera partida; entramos sin ser sentidos; se ocuparon las avenidas; y yo, con el Cabildo y escribano me encaminé a lo del Padre rector [Roque Ballester] a quién hallamos en cama y, diciéndole que iba a hacerle una orden superior, se vistió; y, puesto en pie, le hice el requerimiento.*” (Em: BRUNO, 1968, p.82, VI)

A ocupação dos arquivos não teve impedimento, e Lavardén informava sobre os papéis: “*Lo que puedo decir, es que no se me ha podido ocultar ninguno, si el Rector al vestirse o ponerse la sobrerropa en el cancel no se llevó ninguno...*” (Em: BRUNO, 1968, p.82, VI)⁶⁵.

A expulsão, que causou “*consternación*” na cidade e fez que a gente se escondesse, segundo opinião do Cayetano Bruno, provocou gozo e satisfação popular, para Gómez e Mantilla.⁶⁶ O primeiro, refere que Lavardén comunicou ao governador de Buenos Aires, uma vez acabada a comissão: “*Reflexionando estas cosas, quisiera no haber nacido*” (BRUNO,

⁶⁵ BRUNO cita este documento: *D Juan Manuel de Lavardén al gobernador Bucarelli, Corrientes, 25-VII-1767. AGN Buenos Aires, IX-3, 3, 7.* (BRUNO, 1968, p.82, VI).

⁶⁶ Já fizemos referências a estes autores e suas posições perante os jesuítas. Hernán Gómez cita uma carta de Francisco de Paula a Manuel Basavilbaso na qual fala sobre o gozo de indígenas e crioulos. Cayetano BRUNO menciona o que diziam Martínez e Poysón em relação à gente escondida citando a *Acta de ocupación* em AGN IX-22, 6, 5.

1968, p.81, VI). Segundo ele mesmo o manifestou, atuou com nobreza e benignidade para com os proscritos:

“Se les ha dado toda su ropa de uso, breviarios y utensilios, y tal cual imagen. Clamaron el día del embarco por la desnudez en que algunos estaban, y mandé darles una docena de camisas de lino. Al embarcarse me dieron las gracias de no haber recibido ni una señal de desprecio de nadie.” (BRUNO, 1968, p.82, VI)

A expulsão tinha se concretizado.

No momento da expulsão, residiam no Colégio de Corrientes as seguintes pessoas (STORNI, 1980):

Sacerdotes:

Ballester, Roque
García, Juan Antonio

Sánchez, Cecilio

Valdés, Francisco

Zaragoza, Vicente Ángel

Coadjutores

Bada, Antonio
Colon, Salvador

Ferrer, Marcelo

Lugas, Antonio María

Martinez, Marcos

Numa lista mencionada em PASTELLS & MATEOS (1949, p.1301, VIII), datada em Puntales, em 26 de agosto de 1768, entre os regulares da Companhia que foram conduzidos na fragata de guerra “Esmeralda”, aparecem outros três nomes, dois sacerdotes: Francisco Valdés e Juan Antonio García e um leigo: Salvador Colombo.

Vários eram os Padres que tinham nascido, professado ou falecido neste Colégio (STORNI, 1980).

Nasceram em Corrientes:

Alarcón Antonio, em 1681. Ingressaria à Companhia em 1699 no Paraguai.

Basualdo Antonio, em 1738. Foi um dos expulsos desde Mártires.

Cabral José Ignacio, em 1736. Expulso do Colégio de San Ignacio, Buenos Aires.

Soto José de, em 1694. Faleceu em Santiago del Estero em 1761.

Professaram últimos votos em Corrientes:

Araeta Gabriel de, coadjutor

García Tomás, sacerdote.

Patiño Gabriel, sacerdote.

Pimentel Sebastián, sacerdote.

Salinas Bartolomé de, sacerdote.

Torres Tomás de, coadjutor.

Valdés Francisco, sacerdote.

Faleceram em Corrientes:

Núñez de Avalos Juan, em 1724.

Navarro Bartolomé, em 1767.

Torre Joaquín, em 1785.

Sánchez Isidro, em 1753.

Fernández Juan Patricio, em 1733.

Córdoba Fernando de, em 1744.

6.3 O Destino dos Bens do Colégio Depois da Expulsão

Depois de serem ocupadas as propriedades, foi feito o relatório e se avaliaram os bens, operação que sofreu imperfeições e que deu como resultado 87.158 \$ (MAEDER, 1997, p.1249). Mais tarde, Lavardén nomeou Juan García de Cossio depositário dos bens do Colégio; dando, com a mesma qualidade, a pequena estância do Riachuelo, a chácara de Santa Catalina e a estância do Sombrero, a Juan Almirón. A estância de Rincón de Luna foi encomendada a Baltasar de Aguirre.

No Relatório de julho de 1768 (AGPC, p.185-187) com a assinatura de Luciano Rolón, aparecem os seguintes bens nas propriedades rurais:

“ **Chacarilla** ”⁶⁷:

Una casa cubierta de tejas con 4 cuartos

Una capilla con sus puertas y ventanas

3 cuartos de paja

2 trapiches con aperos

1 cercado que incluye la chacra, con 2 troncos de algodón y 3 de caña

1 sagrario con la imagen de Nuestra Señora con corona de plata

1 San Antonio de bulto pequeño

Ornamentos, campanilla, cáliz, lienzos para cubrir el altar, alfombras

1 confesionario

4 libros escritos en latín

palas, cuchara de albañil, picos

⁶⁷ Indicamos os Relatórios legíveis do AGPC.

4 tachos de coger miel

4 carretas, una vieja y tres sin problemas

4 arrobas de algodón

1 negro esclavo llamado Ciprián que sirve de capataz

10 peones conchabados

48 caballos mansos viejos y flacos

22 yeguas

156 carneros

356 ganado vacuno y chico

[¿] caballos y mulas

“Paraje de la estanzuela como a 2 leguas de la ciudad”:

1 casa vieja cubierta de palmas con 4 cuartos con puertas, todo viejo y maltratado

1 silla vieja y 1 tablón que sirve de mesa

3 azadas

16 hoces

2 palas

1 azuela

2 hachas

4 cuñas 2 escoplos

3 carretas, una nueva, dos viejas

1 corral grande, 2 chicos

1400 cabezas de ganado vacuno entre chico y grande

749 ovejas

82 bueyes

“En este paraje del Sombrero”:

1600 ganado chico y grande

750 ovejas

177 caballos

3 yeguas

3 burras y 1 burro

4 esclavos

4 peones conchabados

“Los peones que sirven en la Estanzuela son los siguientes

Melchor Sena que es el capataz

En la chacra 3 peones con su capataz más un boiero”

Estas três propriedades foram vendidas e depois arrendadas.

Já fizemos referências aos relatórios das outras propriedades, que foram levantados por Maeder e se encontram no Arquivo Histórico Nacional de Madrid e no Arquivo Geral da Nação, em Buenos Aires (MAEDER, 1997, p.118–123).

No dia 27 de agosto de 1771 puseram-se à venda todos os bens que tinham sido dos jesuítas, exceto a estância de Rincón de Luna.

6.3.1 *O Destino Final do Colégio*

Mercedários e dominicanos solicitaram as edificações do Colégio para melhorar suas obras, já que aquela era uma edificação sólida, por isso também, foi requerido para instalar diversas instituições. Foi, em 1772, sede do cabildo, cujo edifício estava deteriorado, e em 1773, se instalou uma escola de primeiras letras e de latinidade que ocupou o segundo pátio até sua desaparecimento, antes do fim do século.

Como havia lugar suficiente, foi instalada também ali a Renda de Fumos e Baralhos, a partir de 1779, com depósitos de algodão, pavios e tecidos de algodão.⁶⁸ Seguiram-se trâmites procurando um destino definitivo para um edifício que resultava difícil de manter e, enquanto a Igreja velha era destinada a ser uma paróquia de naturais, a nova, foi demolida para construir com seus materiais, o edifício do Cabildo, mas também não está muito claro o uso final das mesmas. O Colégio seria destinado para hospital sendo alguns quartos concedidos à escola, mas os trâmites não se concretizaram e, em 1799, pôs-se à venda por 3.000\$, devido à deterioração em que se encontrava o edifício.

Em 1824, o imóvel foi ocupado pela Casa de Governo, com escritórios para os Ministérios, o Escritório do Governador e diferentes salas para dependências da Alfândega e depósitos, segundo o Plano da Casa de Governo, realizado em 1884.⁶⁹

⁶⁸ Para uma análise completa dos trâmites e destino dos bens do Colégio, ver MAEDER, 1997 e GUTIÉRREZ, 1967.

⁶⁹ AGPC, Expedientes de Administração, 1881.

A partir de 1869, se instalou ali o Colégio Nacional, mantendo-se o edifício até 1922, em que começou sua demolição e a construção do que é atualmente o Colégio General San Martín.

Com relação à rancheria do Colégio, o Conselho Municipal informou, em 1771, que restavam alguns escravos por vender, não achando-se comprador pelo estado de saúde dos mesmos (MAEDER, 1997, p.138).



XX. Frente do atual Colégio General San Martín – Corrientes



XXI. Fachada posterior do Colégio General San Martín, frente à Ponta San Sebastián.

6.3.2 *O Destino de Rincón de Luna até o fim do período colonial*

A mais significativa das propriedades em termos de produção e extensão como o foi a Estância de Rincón de Luna, sofrerá sucessivas mudanças em sua administração que acabarão em sua ruína, sem que voltasse a atingir, exceto sob a administração dos Aguirre, o rendimento obtido em épocas da administração jesuítica.

Colocada primeiramente sob a tutela de Baltasar Aguirre passou, depois de sua morte, às mãos de seu filho, José Aguirre, cobrindo este período desde 1767 até 1783 em que, segundo o estudo feito por Maeder (1997, p.128–130), o estabelecimento produziu benefícios constantes. Ao prestar contas de sua gestão, em dezembro de 1769, Baltasar Aguirre fez uma detalhada e ordenada estimativa do valor dos bens que ela continha. Tudo aquilo, com o valor do terreno, ascendeu a 16.524 \$ e 3 quartilhos de real, segundo menção que faz Labougle em seu trabalho sobre as missões no Chaco, à que foi destinada, em 1782, a estância.

“Las casas, que estaban en perfecto estado, se apreciaron en 5000 pesos, y la capilla en 250 pesos. Tenía atahona, trapiche, herramientas en gran cantidad, viña, siembra de trigo, maíz y maní; 30.000 cabezas de ganado recogido y 2.000 cabezas de ganado alzado, cuyo precio era de 4 reales cada uno. Usaba como puerto, para las operaciones de embarque y desembarque, de sus productos y mercaderías, el de Santa Lucía de los Astos.” (LABOUGLE, 1969 (a), p.119)⁷⁰

Tomou depois conta da mesma, por decisão do Conselho Superior de Temporalidades, o Conselho Municipal de Corrientes, que dispôs colocá-la sob o controle de quatro cidadãos respeitáveis, que deviam cumprir com a entrega de um relatório e informar sobre gastos e benefícios. Esta proposta não encontrou eco nos moradores selecionados, dois não aceitaram e os dois restantes pretenderam impor outras condições que não foram aprovadas. O Conselho procedeu então a seu leilão, em 1º de maio de 1773. Por problemas relacionados com a avaliação básica da mesma, foi feita uma nova arrematação, em 24 de outubro de 1774, mas a questão não finalizou ali. Seguiram-se acusações entre os moradores, a Administração das Missões e o Conselho de Temporalidades, pelo que a estância continuou sem se vender, ficando sob a administração desta última e de Baltasar e José Aguirre. Não obstante, sua atividade não se deteve e, da análise de sua produção, Maeder deduz que sua administração foi eficaz, não se registrando perdas e aumentando o benefício, como já temos mencionado.

Mas esta época de bonança acabou quando, em 1782, passou ao fomento das novas reduções de tobas e mocovis, fundadas no Chaco, sobre o rio Bermejo. Por esta relação, analisaremos o desenvolvimento da expedição fundadora daquelas, em tudo o que tenha a ver com o destino das Temporalidades dos jesuítas em Corrientes. O Chaco tinha ficado fora da

⁷⁰ Labougle faz também uma citação curiosa quanto ao número de cabeças de gado existentes na estância, ao transcrever os dados que constam no *“Diario del Capitán de Fragata don Juan Francisco Aguirre”* (LABOUGLE, 1969 (a), p.120, nota 1) correspondente aos anos 1794-1799 *“La estancia de Luna en Corrientes, celebrísima en tiempo de los jesuitas, de 80.000 cabezas la han apurado dos Reducciones tierra adentro.”*

ação regular da igreja e era a preocupação da Governação de Tucumán, desde que tinham sido feitas algumas tentativas por meio de expedições, além das que fizera a Companhia.

Criado, em 1777 por Real Cédula, um Conselho Reducional com sede em San Miguel de Tucumán, resolveu organizar uma expedição que tinha o propósito de fundar dois povoados. Em 2 de junho de 1780, a expedição começou sua viagem, durante a qual o franciscano Frei Antonio Lapa ia catequizando os índios que encontrava. Ia sob o comando do coronel de milícias, don Francisco Gabino Arias, com a colaboração do arcediano de Córdoba de Tucumán, doutor Lorenzo Suárez de Cantillana.

Nas margens do rio Bermejo, nas cabanas dos índios mocovis de Lacangayé, o padre Lapa construiu uma capela dando origem à redução de Nuestra Señora de Dolores y Santiago de Lacangayé, passando a fundar depois outra, a quatorze léguas desta, que se chamaria San Bernardo el Vértiz. Estas fundações receberam de Corrientes, 400 reses que lhes subministrou o Conselho de Temporalidades, mas as reduções não conseguiram progredir pelo inóspito dos terrenos escolhidos, a grande distância dos centros povoados e a hostilidade dos naturais. Em busca de apoio, Arias decidiu ir a Corrientes, onde sua chegada produziu os seguintes efeitos, segundo Labougle:

“La simpatía con que fueron recibidos en Corrientes Arias y sus compañeros, no tardó en trocarse en desazón y antipatía, porque aquellos pretendieron se les ayudase gratuitamente en su empresa chaqueña. El teniente de gobernador, don Juan García de Cossio, negóse rotundamente a ello, comenzando entonces entre correntinos y expedicionarios, una larga disputa, de resultados funestos para Corrientes...” (LABOUGLE, 1969 (a), p.114)

Na realidade desde que chegou, Arias e sua comitiva pretenderam a estância de Rincón de Luna, obtendo que o Vice-rei Vértiz, perante o qual gestionaram a entrega, ditasse desde Montevideo, um decreto dispondo que se procedesse aplicar a mesma às reduções que subsistissem, devolvendo todo o inventariado no caso de fracasso (MAEDER, 1997, p.130–131). Dispunha além disso, que do produzido, deviam ser retirados anualmente \$ 800 “*que se reducen a \$ 200 en dinero para salario de los maestros, el uno de primeras letras y el otro de latinidad, que se empleen en la educación de la juventud de la ciudad de Corrientes...*” (Em: MAEDER, 1997, p.131).

A aplicação de Rincón de Luna às Reduções do Chaco, provocou indignação em Corrientes, que protestou energicamente perante o Vice-rei, “*invocando los servicios prestados por la ciudad a la Monarquía y los antecedentes del establecimiento de los jesuitas en ella, a fines del siglo XVIII*” (LABOUGLE, 1969 (a), p.117). O protesto seguiu por parte de diferentes autoridades e representantes da cidade. O Conselho de Temporalidades se opôs, por ofício de 10 de junho de 1782. Também o procurador Antonio de Hidalgo, em sua alegação de 17 de setembro do mesmo ano, argumentou com os direitos de Corrientes, e o destino da renda da estância para a educação pública, como tinha sido feito em época dos jesuítas, e como estava sendo feito desde 1772, antes que Vértiz adjudicasse parte dos recursos para isso. Diz, aliás, que, enquanto se esperava a venda da estância “*se ha estado pagando a sus preceptores, [da escola de primeiras letras] sus estipendios con los toros de la misma estancia, sin perjuicio del principal. Y así han corrido dichas escuelas hasta aquí con notorio provechamiento*” (Em: MAEDER, 1997, p.132). Também reclamou o vigário doutor Martínez de Ibarra, que tinha enorme prestígio na cidade e era Diretor das escolas, e o oficial

de justiça maior, don Juan Esteban Martínez, que acaudilhava o agora chamado Partido "criollo", dos antigos "comuneros".

Outro elemento de discordância se juntou às já mencionadas reclamações, e foi a oposição de Arias e Suárez de Cantillana, ao aumento de salários para os professores correntinos, que apoiava o Conselho de Temporalidades. Mas também aumentou o mal-estar que *“los indios de las naciones Chunupés, Malvalaes y Signipes, se habían acercado a la ciudad, pidiendo ser reducidos, siendo el verdadero motivo de esta gestión, según el P. Morillo, que sabían serían mantenidos por el Rincón de Luna”* (LABOUGLE, 1969 (a), p.118).

Toda esta situação, levou à declaração do Cabildo, em 26 de setembro de 1782, de que o novo destino de Rincón de Luna, fazia impossível a manutenção das escolas, que aliás salientava, que tampouco seu produto era útil para as reduções que tinham fracassado desde o início. Também, o governador García de Cossio escreveu ao Vice-rei dando desculpas por não ter cumprido com a entrega da estância, já que a fazenda se refugiava nos matos até o verão.

Não obstante, nada fez que Arias desistisse em sua tentativa de obter a estância, exigindo sua entrega ao Conselho Municipal de Temporalidades, que concordou finalmente, em 16 de janeiro de 1783, sendo recebida pelo sargento maior José Ponciano Rolón.

Labougle, em seu trabalho sobre as reduções do Chaco, que estamos mencionando, descreve Rincón de Luna desta forma:

“Esta estancia del Rincón de Luna era “la más opulenta de la zona”, y la mejor de cuantas había en toda la gobernación del Río de la Plata. Tenía una extensión superficial de catorce leguas, con toda clase de ganados, muebles y semovientes.” (LABOUGLE, 1969 (a), p.119)

Depois que Rolón recebeu a estância, Arias e Cantillana, se queixaram de que se encontrava em mau estado e de que só havia 8.000 cabeças em lugar de 30.000, então pediram a Vértiz que se lhes outorgasse também aquela outra propriedade conhecida como “La Estanzuela”, que tinha pertencido aos jesuítas. Argumentavam que ela tinha porto próprio, seguro e próximo a Corrientes. Sugeriam ao Vice-rei que podia vendê-la, entregando a eles o produto dessa venda, sempre para as reduções do Chaco; no caso de não ser viável nenhuma destas duas propostas, se substituiria o equivalente ao valor de “La Estanzuela”, com uma mercê de terra no Curupaytí, região situada na costa do Paraguai. Diz Labougle em relação a isso:

“En realidad, según el inventario judicial practicado en forma, Rolón recibió 10.233 cabezas de ganado vacuno y toda una numerosa cría de caballos y mulas. No tenían en cuenta, el coronel Arias y el Arcediano, que para la fundación de esa estancia del rincón de Luna, que obtenían ahora arteramente, la ciudad dio 5.000 cabezas de ganado vacuno y que, en su retribución, la Compañía de Jesús se obligó a instruir a la juventud correntina, manteniendo dos escuelas: una de primeras letras y otra de latinidad.” (LABOUGLE, 1969 (a), p.120)

O Conselho Municipal de Temporalidades, para impedir que La Estanzuela corresse a mesma sorte que Rincón de Luna, vendeu-a em leilão público, sendo adquirida pelo Familiar do Santo Ofício, don Ziprián de Lagraña. Suárez de Cantillana denunciou perante o Vice-rei que este processo tinha sido fraudulento, por uma carta de 26 de dezembro de 1783. Não obstante, Arias e o Arcediano perderiam seu protetor nessa época, já que o Vice-rei Vértiz, tendo concluído seu período de governo, estava pronto para deixar Buenos Aires. Enquanto isso as reduções fundadas estavam próximas a seu total fracasso, porque já nenhuma das ordens queria se complicar na tarefa de missionar ali. A isto, juntou-se a exigência de Arias, em 22 de julho de 1784, de que se redimisse ao Rincón de Luna da pensão anual de 200 \$

para a manutenção do ensino em Corrientes e se lhe entregasse de uma vez por todas, La Estanzuela, provocando novas iras dos correntinos.

A estância de Rincón de Luna, sob a péssima administração de Rolón “*estaba en 1790, en estado deplorable*” (LABOUGLE, 1969 (a), p.123), ao tempo que o próprio Rolón se encontrava em falência, e a ponto de ser preso por administração fraudulenta. Por sua parte, o Arcediano estava envolvido em contrabando de fumo.

Quanto às reduções, San Bernardo de Vértiz foi abandonada em 1793 e, em 1796, aconteceu o mesmo com Santiago de Lacangayé.

Tão ineficaz como a anterior, foi a administração de Manuel de Basabe que, em 1794, substituiu Rolón, sendo ambos suspeitos de ter utilizado o produto da estância para benefício próprio.

Rincón de Luna voltou a entrar em cena novamente só por volta de 1802, em que foi solicitada mais uma vez para cobrir os gastos de um regimento de milícias provincial (MAEDER, 1997, p.134), por parte do comandante de armas. O Cabildo voltou a lembrar seus direitos sobre a propriedade, fez-se um novo relatório e Basabe foi acusado de má administração, pelo que deveu prestar contas.

A estância chegaria ao final do período de vice-reinado com um destino incerto, e a Administração das Temporalidades procurou, entre 1810 e 1812, já produzida a Revolução de Maio, dispor da estância, mas sem êxito, até que o estado provincial, surgido em 1814, tomou conta do destino da mesma.

6.3.3 O Destino dos Bens Restantes

No final do século XVIII, a Estanzuela, o vinhedo de Santa Catalina e a estância do Sombrero, não tinham sido vendidas e foram arrendadas mais tarde. Em 23 de julho de 1771, quando se arrematou a Estanzuela do Riachuelo, não se encontrou arrematante, pelo estado de deterioração em que se encontrava (MAEDER, 1997, p.136), mas, depois, foi vendida a Ciprián Lagraña por 400 \$; o vinhedo foi vendido a Pedro Molina, e parte do Sombrero, a Antonio Suárez. O Rincón do Portillo não tinha os papéis em dia em relação a sua posse, até que foi vendida, em 1797. As terras ao norte da cidade, foram reclamadas pelos índios de Santa Ana dos Guácaras, pelos serviços prestados à cidade, e lhes foram concedidas porque não eram terras que pudessem provocar conflitos, já que eram alagadiças.

Em 1800, se liquidou o que restava dos bens, os livros ocuparam 20 gavetas que se remeteram a Buenos Aires, os objetos do culto foram também arrematados, enquanto que os cálices sagrados, se enviaram ao Padre vigário da igreja matriz.

6.4 A Educação em Corrientes Depois da Expulsão

Como em todos os outros aspetos, o estado da educação em Corrientes, depois da expulsão dos Padres, sofreu as interpretações que os autores fizeram de acordo a suas ideologias. Mantilla (1972, p.129) reconhece que o estado da educação pública era “*un ramo poco menos que despreciado por los gobernantes*” e, que os principais inconvenientes, estavam dados pela falta de recursos, aos que somava o fracasso dos jesuítas em cumprir com a condição principal do Colégio, que era o ensino do primeiro grau. As razões de dito fracasso, estariam em que os Padres “*no le consagraron celo, inspiraban mala voluntad y excluían de ella a los más*” (MANTILLA, 1972, p.129).

Figuerero diz que, ao ir embora os jesuítas, que tinham explorado Corrientes, “*la dejaron sin escuela de primeras letras y la numerosa juventud de esa época abandonada a su tristísima suerte*” (FIGUERERO, 1929, p.400). Esta apreciação afirmaria o valor da ação jesuítica na cidade.

Labougle, por sua parte, diz que o estabelecimento dos jesuítas “*significó un mejoramiento espiritual porque éstos se esmeraron en inculcar a los niños y jóvenes las excelencias de la Religión Católica*” (LABOUGLE, 1978, p.171), preocupando-se com a indiferença dos moradores perante as cerimônias e as festas religiosas. Avaliando a ação, acrescenta que, apesar das antipatias dos correntinos para com os jesuítas, a presença da companhia “*dejó un saldo favorable que no se puede negar*” e acrescenta:

“*No solo impartieron enseñanza con provecho de los niños y jóvenes, sino que la vasta y sólida cultura de sus sacerdotes hizo que éstos asistieran como médicos, que no los había, a los vecinos y naturales. De ahí que cambiase la actitud de los correntinos. Muchos comprendían y agradecían su labor. Dieron ejemplo de sus virtudes y de lo elevado y profundo de sus enseñanzas.*” (LABOUGLE; 1978, p.187)

Cita também que Lavardén, depois de ter escrito a Bucarelli com amostras de arrependimento depois de concretizado o ato da expulsão, concordava em que ao irem embora os Padres, “*se quedaron los niños sin tener quién les enseñase*”.

Depois da expulsão, Bucarelli considerou que era suficiente para as crianças de Corrientes, o ensino que podia lhe ser dado nos demais conventos, mas, em 27 de setembro de 1771, o Conselho Provincial de Temporalidades de Buenos Aires, resolveu que, em forma urgente, se fundassem escolas em Corrientes, assinalando a necessidade de que se criasse uma cátedra de guarani, “*por ser idioma general en la región del Paraguay*” (LABOUGLE, 1978,

p.291). Como era de esperar, não havia suficientes pessoas capacitadas para ensinar de maneira sistemática e continuada, já que, nem entre os clérigos, havia pessoas capazes de ensinar Gramática e Latim, pelo que estas disciplinas, começaram a ensinar-se só no final de 1772, e estiveram a cargo do Presbítero Pedro de Solís e Sánchez Negrete.

Mantilla (1972, p.130) diz que Lavardén, de acordo com o Cabildo, decidiu fundar escolas de primeiras letras na cidade, incluindo para elas parte dos bens dos jesuítas, instalando uma delas no Colégio. O ensino esteve a cargo de Gregorio de Araujo, com um salário de 100 \$, mas por ser este muito pouco, demitiu-se, sendo sucedido por José Ignacio Galván, em 1782, que pediu demissão pela mesma causa. O próximo, que assumiu o ensino, foi Agustín de La Hoz, em 1794.

A Estância de Rincón de Luna que tinha sido reservada à manutenção da escola, destinou-se, em 1783, à manutenção das Reduções do Chaco, como já foi dito, com o conseqüente prejuízo para o ensino, já que se baixaram os salários dos professores, provocando estes pedidos de demissão.

Os franciscanos inauguraram num salão amplo de seu convento, uma escola pública e gratuita, mas não parece ter dado os frutos esperados e, por volta de 1796, o “*antiguo rancho que le servía de aula estaba ruinoso y abandonado; las clases poco concurridas no tenían el atractivo necesario para insinuarse en el respeto social*” (FIGUERERO, 1929, p.401). Só em 1797 se reabilitou, com a presença de Frei José de la Quintana como diretor da escola de primeiras letras, sendo suas aulas acompanhadas “*por lo más granado y representativo de la sociedad colonial*” (FIGUERERO, 1929, p.402) e onde o religioso exerceu a profissão por cinquenta e sete anos.

Quando Carlos IV tomou posse do trono espanhol, foi criado, no antigo Colégio Máximo dos jesuítas de Córdoba, a Real Universidade de San Carlos e de Nuestra Señora de Monserrat, sob a administração do clero secular, finalizando o período franciscano. Então, entre 1800 e 1810, as famílias abastadas de Corrientes, puderam enviar seus filhos a estudar ali.

Produzida a Revolução de Maio de 1810, seguem-se anos de incerteza, e a educação pública foi escassamente difundida como preocupação do estado. As ordens religiosas continuavam tentando sustentar escolas de primeiras letras nas cidades, ficando os povoados dos campos sem este serviço. Na província de Corrientes, a preocupação por solucionar o problema do analfabetismo que, ainda em 1869, era de 88% (BAZÁN, 1992, p.313), evidenciou-se, durante os governos de Pedro Ferré que, desde 1824, se preocupou em organizar escolas de primeiras letras em todos os povoados.

Para concluir este capítulo e passar depois às conclusões, incluiremos a reflexão de Guillermo Furlong, que resume o significado da obra educativa da Companhia de Jesus:

“Buena o deficiente, satisfactoria o no satisfactoria, fue la educación jesuítica la única que hubo en el Río de la Plata, Tucumán y Paraguay desde los primeros tiempos de la Conquista hasta fines del siglo XVIII. Se podrán tal vez criticar los métodos, condenar los procedimientos, hallar fallas en los programas, en los textos o en las enseñanzas, pero la historia imparcial tendrá siempre que reconocer que cabe a la Compañía de Jesús y solamente a ella, haber abierto escuelas en todos los centros de población, haber fundado colegios en todas las ciudades del antiguo virreinato y haber erigido en el corazón geográfico del mismo una Universidad que desde principios del siglo XVII hasta fines del siglo XVIII pudo competir con los grandes centros culturales del viejo mundo.” (FURLONG, 1933, p.119)

Conclusões

ade con la ocasion de la e

ciudades. Puro el Puro Chaco. Suolamba. el
Pasion. Matilde en Pictus. el

Alto. el
Puro. el

CONCLUSÃO

Inserido num contexto de finais de século XVII, quando já tinham se assentado os principais núcleos urbanos no noroeste, oeste, centro e litoral argentino, o Colégio da Companhia de Jesus em Corrientes, sofreu as contingências inerentes à sua situação geográfica, às características estruturais da economia colonial, e às circunstâncias históricas próprias da nova estrutura do século dezoito.

A situação geográfica da cidade de Corrientes, fundada às portas de grandes vias fluviais, como o são o rio Paraná que, nesse ponto e proveniente do Guayrá dos jesuítas, desvia-se para o sul buscando o Rio da Prata; o Paraguai que, descendo do Itatín, leva suas águas ao Paraná. Não longe, os rios Pilcomayo e Bermejo, unem seus caudais ao Paraguai, vindo desde o oeste, abrindo a possibilidade de novas comunicações ao Perú. Rodeada por vias navegáveis, e com cidades espanholas em pontos equidistantes, como Asunción ao norte, e Santa Fe ao sul, Corrientes se tornou um lugar de passagem, de intercâmbio de movimentos comerciais da região, com seus conseqüentes interesses. Na primeira metade do século XVII, também será um ponto intermediário para o movimento dos povoados missionários instalados dentro da jurisdição imensa que o Adelantado fundador, tinha outorgado à cidade. A autorização para "vaquejar" dada à Companhia de Jesus, também nesses tempos fundacionais,

fez que ambas as forças se enfrentassem em suas pretensões: as originadas nos interesses da cidade e as dos jesuítas e seus índios missioneiros.

Em meio destas, a instalação do Colégio em 1690, com pretensão de terras e gado, somou um novo elemento para os discordantes e ambiciosos. Não constituíam estes últimos uma maioria, pois o Colégio não foi estabelecido por pretensão da Companhia, senão pela solicitação das autoridades civis, que começaram pouco tempo depois da fundação da cidade, mas que não puderam se concretizar por falta de sacerdotes. Muito mais tarde, seria o Cabildo que empreenderia as execuções, justo em momentos em que havia problemas com alguns dos habitantes pelas autorizações de "vaquejar", o que demonstra que o estabelecimento da Companhia para que se ocupasse da educação de crianças e jovens, era o desejo de muitos mais.

Como as fundações da Companhia estavam destinadas a perdurar, apresentava-se a questão dos recursos como fundamental para fazer crescer a obra empreendida, tanto seja no caso das reduções como no dos Colégios. Por conseguinte, as pretensões de terras e gados respondiam a essa planificação e, da mesma maneira que as missões, não deviam ser deixadas sem previsão. Ao serem os Colégios centros de diversas atividades, as posses dentro do tecido urbano também deviam ser suficientes para poder desenvolvê-las, pelo que se gestionavam mercês e se tentava conseguir benfeitores. Mas por outra parte, esta insistência em posses terrenais, era lógico que provocasse a sensação de uma ambição que cobria os louváveis objetivos de serviço de evangelização, educação das crianças e demais tarefas, próprias destes estabelecimentos.

A primeira época do Colégio de Corrientes, de 1690 a 1714, seria de assentamento, construção de dependências, afirmação dos trabalhos apostólicos e começo do ensino sistemático das primeiras letras. O número de alunos assistentes à escola, que, segundo aparece na Carta do Padre Orozco, era de trezentos já em fins do século XVII, indica um serviço importante para os povoadores e justificava as pretensões de instalações capazes de hospedá-los. Não obstante, esse número era inconstante e houve momentos de assistência escassa. Mas também, e como vimos, durante a missão do Padre Oyarzábal, as atividades empreendidas pelo Colégio eram muitas, como hospedar os assistentes aos ofícios, que deixavam seus campos para assistir à missão; organizar, por separado, os ofícios de homens e mulheres; manter os grupos de mulheres que realizavam os Exercícios; preparar as cerimônias, procissões e “*asaltos de almas*”, além de trabalhos cotidianos como cuidar da horta, conservar os edifícios, atender confissões, assistir doentes e moribundos.

Durante a primeira metade do século XVIII, o Colégio ainda não podia prestar a totalidade de seus serviços, como também havia problemas para consolidar a atividade nas estâncias e chácaras, especialmente a de Rincón de Luna, que tinha uma extensão considerável, cuja posse definitiva levou tempo em trâmites, chegando a produzir benefícios somente em 1740. A situação geográfica desta estância era pouco favorável, já que, embora estivesse limitada pelas terras alagadas pelos arroios Batel e Batelito que faziam propícia a concentração do gado, as comunicações não eram fáceis numa terra de rios, lagos e banhados. Mas, com o tempo, com o empenho dos Padres, transformou-se num estabelecimento rentável, que estava abastecido de todo o necessário para sua época. Porém, as opiniões sobre seu rendimento, são opostas: Maeder e Labougle, discordam em suas considerações a respeito de sua opulência, segundo o analisamos neste trabalho.

Embora os correntinos fossem zelosos da jurisdição que lhes adjudicou Juan Torres de Vera y Aragón, os jesuítas do Colégio não se mostraram menos pretensiosos em relação a suas exigências de gado. Ambos, finalmente, tinham outorgada uma mesma jurisdição: uns, territorial; os outros como proprietários do gado que lhes tinha outorgado Juan Alonso de Vera y Zárate. E terras e gados estavam fatalmente ligados. Talvez faltasse certo grau de prudência aos jesuítas e sobrou localismo aos correntinos, muito pronunciado nestes, acostumados a se valer por seus próprios meios, sem esperar ajuda imediata das autoridades das que dependiam no governo civil.

Os Padres do Colégio não se mantiveram alheios aos problemas e conflitos próprios da cidade, embora seja difícil determinar a dimensão destas influências. Mas, por sua preparação e condições pessoais, deveram intervir e exercer pressões, reclamando o que se lhes tinha prometido, dirimindo conflitos, atuando de mediadores, pelo que puderam desgostar aos olhos de alguns moradores. Não obstante, para 1728, os Padres gozavam de um explícito reconhecimento por parte das autoridades como os únicos que tomavam conta da salvação e da educação.

A vida do Colégio se viu profundamente alterada pela Revolta dos "Comuneros", a tal ponto que abrangeu quase exclusivamente a temática das Ânuas, tirando tempo e vontade para escrever sobre os pormenores das atividades do Colégio. O Padre Lozano, o grande historiador da Companhia, ao escrevê-las, evidenciou seus sentimentos de pesar pelos problemas que as mesmas causaram no Paraguai, nas missões e no Colégio de Corrientes.

As causas se relacionaram com a prosperidade atingida pelo Colégio de Asunción do Paraguai e dos estabelecimentos de gado e dos povoados missionários, frente à pobreza geral

da cidade, fato que causou frustração entre os habitantes incapazes de desenvolver atividades econômicas que se assemelhassem ao progresso atingido por aqueles. O trabalho nas estâncias era de exploração de gado, e variedade de outras tarefas como criação de ovelhas, comércio de erva mate, que eram comuns a jesuítas e espanhóis. Mas estes se enfrentavam com um problema grave: a diminuição da mão-de-obra indígena pelos abusos cometidos especialmente no transporte da erva. A presença dos povoados missionários, com tanta mão de obra disponível, incitava a cobiça e a resistência dos "encomenderos". Algo muito similar acontecia em Corrientes, em situação semelhante à de seus vizinhos assuncenhos, quanto à presença do Colégio e dos povoados missionários dentro de sua jurisdição.

Aqueles "*Comuneros*" reuniram em seu entorno variados interesses, alguns deles muito ligados aos dos proprietários e "encomenderos", e não atuavam em defesa dos direitos do "*común*", entendido como estratos baixos da sociedade, senão que aquele "*común*" eram os que tinham propriedades ou fazendas que defender. Em Corrientes, o movimento não conseguiu expulsar aos jesuítas do Colégio, mas o ambiente tornou-se muito denso e o rancor ficou latente.

Os serviços requeridos pelas autoridades civis aos índios missioneiros para intervirem nas ações contra os "*Comuneros*", tiveram uma influência fundamental e funesta nas relações entre jesuítas e correntinos. A fome, o desarraigo, a alteração do modo de vida adquirido com a redução, a debandada, as retiradas, precipitaram as ações que terminariam viradas também contra o Colégio. O relato do Padre Lozano mostra índios famintos se jogando sobre o gado que achavam, fazendo incontrolável a situação por parte dos Padres e criando, nos correntinos, um sentimento de ódio contra esses índios soltos, causando desmando em suas terras.

Não obstante, chama a atenção o fato que exatamente quando já tinham se produzido as alterações dos "comuneros", tenha conseguido tanto êxito, em 1739, a missão do Padre Oyarzábal, da que se dão tantos detalhes sobre as reações favoráveis dos habitantes. Embora as Ânuas, respondessem a propósitos de caráter exemplificador e, bem vinham bons exemplos em épocas de tumultos, a população deve ter respondido de maneira evidente perante a presença de um Padre hábil na fala religiosa.

As Ânuas de 1750 a 1756 e de 1756 a 1762, são muito sintéticas no que dizem sobre os colégios, não aparecendo relatórios por separado sobre eles, devido a que a Companhia enfrentava problemas mais urgentes como o eram os relacionados com o Tratado de Madrid.

Era a ante-sala da expulsão.

As marchas e contra-marchas da Espanha para com a Colônia do Sacramento, não podiam causar outro sentimento que a incerteza e a divisão entre os mesmos jesuítas atingidos que se encontraram divididos entre duas fidelidades: ao rei e aos índios. Sendo a obediência um dos preceitos fundamentais da Ordem, como também o provado respeito e fidelidade ao Rei, deve ter resultado numa situação de grande prova esta obrigação de acatar e entregar o que antes tinham tido que defender.

Não há evidências nas Cartas de que os Padres incitaram os índios à rebelião, antes buscavam a segurança destes, gestionando a entrega de terras aptas e de um tempo razoável para realizar a transmigração. Pelo contrário, as testemunhas retiradas da Carta de 1750 a 1756, demonstram que os índios atuaram com independência dos Padres, mostrando um alto grau de compreensão da situação e de argumentos na defesa de seus direitos, que não deixam lugar a dúvidas sobre a capacidade por eles desenvolvida, contrariando a idéia de alguns

autores de que foram mantidos isolados e sem contatos, fato que dificultou a integração depois da expulsão. Porém, o desconcerto devia-se manifestar nos Padres que estavam em contato com as regiões afetadas pelo tratado, sendo provável que essa argumentação recebesse influência de alguns deles. É bom lembrarmos aqui do que dissemos no começo deste trabalho, sobre as características das Cartas Ânuas e dos objetivos que, por elas, procurava a Companhia de Jesus.

Eram tempos muito conflitivos pelo que se torna difícil apreciar e medir a influência do Colégio em matéria de educação, práticas e exercícios piedosos. Parece indubitável que tudo isto não se esqueceu nem se descuidou e se bem os acontecimentos desviaram a atenção dos Padres provinciais encarregados de escrever as Ânuas, a sólida construção do Colégio, os pertences nas propriedades rurais, o pessoal com que contavam, demonstram que a ação do mesmo continuava apesar dos conflitos.

Com o tempo e especialmente depois do Tratado de Madrid, tudo pareceu se encaminhar para uma deterioração cada vez maior. Intrigas, suspeitas, o assassinato de Casajús, foram, entre outros, fatores que tornaram estranho o ambiente ao redor da Companhia.

A dinastia burbônica com o “ilustrado” Carlos III, seus interesses reformistas, seus ministros e a soma de idéias e posturas sobre o poder real e o eclesiástico, conformaram uma Espanha aberta a diversas correntes e conectada à política européia.

Enquanto isso, o Rio da Prata, incorporar-se-á ao novo sistema da metrópole com o acréscimo de uma situação particular: a mobilidade de suas fronteiras. Esta circunstância tinha se transformado em motivo de dissabor e não de afirmação, já que o que outrora se defendia,

depois de 1750, entregava-se. Tudo isto ocorria num âmbito territorial próximo a Corrientes, que não esquecia a jurisdição marcada pelo Adelantado fundador.

A conclusão deste processo no qual se misturaram intrigas, realidades e suspeitas, foi a expulsão, depois da qual parece que não foi fácil encontrar quem assumisse não só a tarefa de continuar o trabalho empreendido com os índios nas missões, mas também quanto a encontrar educadores eficazes para Corrientes. Mas tampouco houve reação dos moradores ou dos índios missioneiros em defesa dos Padres, antes, pareceu haver alívio nos primeiros que se encontraram livres de uma presença que era fonte de conflitos. Entre os segundos, a Companhia também tinha perdido credibilidade em consequência do cumprimento do Tratado de Madrid.

Contudo, resulta difícil julgar o desempenho dos jesuítas no Colégio de Corrientes, especialmente pela existência de obras tão pouco objetivas que abundam por demais em seus epítetos contra a Companhia. As fontes jesuíticas por sua parte, têm uma clara intenção edificante como nelas mesmas se encontra explícito. A paixão dos autores Mantilla, Gómez e Figuerero, mais notável no caso do primeiro, mas igualmente clara nos outros dois, afasta-nos demais da objetividade que se reclama para a tarefa do historiador, o que diminui a credibilidade, não obstante mereçam respeito suas investigações. A serena objetividade de Maeder, pelo contrário, aparece como referência inevitável na hora de tirar conclusões e fazer comparações. Mas, tanto no caso das fontes jesuíticas como no dos três historiadores mencionados, é evidente o que afirma Marrou (1991), cuja referência fizemos no começo, sobre a impossibilidade do historiador de prescindir de valores, experiências e formação, mas também, se impõe a necessidade de compreender as motivações, tanto dos protagonistas de

um momento histórico como dos que, através do tempo, interpretaram e transmitiram esses fatos.

No caso particular de Corrientes, seus historiadores liberais não puderam evitar a consideração de que os jesuítas impunham domínio e controle sobre corpos e almas, terras e gados. No tocante aos colonizadores, demais tinha lhes custado se afirmar na cidade de Vera desde sua fundação para não se sentirem perturbados pela presença dos povoados missionários, que surgiam como uma grande força expansiva desde o leste de um território que lhes tinha sido outorgado pelo fundador.

Impõe-se voltar às reflexões que também fizemos no começo quando anotávamos as referências que, sobre o trabalho do historiador, fez Le Goff ao tratar a falta de inocência nos documentos. Mas ali deve estar o historiador comprometendo-se eticamente numa tarefa que excede seu tempo e suas circunstâncias.

HISTORIA
DE LA COMPAÑIA
DE JESUS
DE LA PROVINCIA
DEL PARAGUAY.
ESCRITA

Bibliografía

BIBLIOGRAFIA

AGUADO BLEYE, Pedro. *Manual de Historia de España*. Tomo II [1474–1700]. Madrid: Espasa Calpe, 1969. 1200p.

AGUADO BLEYE, Pedro & ALCÁZAR MOLINA, Cayetano. *Manual de Historia de España*. Tomo III [Casa de Borbón (1700–1808): España Contemporánea (1808–1955)]. Madrid: Espasa Calpe, 1969. 1057p.

ASTRAIN, Antonio. *Historia de la Compañía de Jesús en la asistencia de España*. Tomo VI [1652 –1705]. Madrid: Administración de Razón y Fe, 1920. 890p.

----- *Historia de la Compañía de Jesús en la asistencia de España*. Tomo VII [1705–1758]. Madrid: Administración de Razón y Fe, 1925. 863p.

----- *Jesuitas, guaraníes y encomenderos: Historia de la Compañía de Jesús en el Paraguay*. Asunción: Centro de estudios Paraguayos “Antonio Guasch”, 1995. 412p.

ATLAS Histórico Universal. Barcelona: Editorial Marín, 1976. 231p.

BAZÁN, Armando Raúl. Pedro Ferré, protagonista del federalismo argentino. Em: *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*, Buenos Aires, v.LXI (1988), p.309-329, 1992.

BLUMERS, Teresa. *La contabilidad en las Reducciones Guaraníes*. Asunción: Biblioteca Paraguaya de Antropología, v.15, 1991. 345p. [Centro de Estudios Antropológicos da Universidad Católica de Asunción].

BRUNO, Cayetano, S.D.B. *Historia de la Iglesia en la Argentina*. v.4 [1686–1740]. Buenos Aires: Don Bosco, 1968. 549p.

----- La obra reduccional en la provincia de Corrientes. Em: *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*, Buenos Aires, v.LXI (1988), p.241-256, 1992.

- BUARQUE DE HOLANDA, Sergio. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olimpo, 1976. 154p.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sergio & CAMPOS, Pedro Moacyr (Dirs.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I [A época colonial], v.I [Do Descobrimento a Expansão Territorial]. Rio de Janeiro: Bertrana, 1981. 385p.
- CARBONELL DE MASY, Rafael *Estrategias de desarrollo rural en los pueblos guaraníes (1609-1767)*. Barcelona: Antoni Bosch, 1992. 512p.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana & VAINFAS, Ronaldo (Org). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 508p.
- CARDOZO, Efraim. Asunción del Paraguay. Em: LEVENE, Ricardo (Dir.). *Academia Nacional de Historia*. v.3 [Historia de la Nación Argentina]. Buenos Aires: El Ateneo, 1961. [p.120–155].
- CASTELLO, Antonio Emilio. *Historia de Corrientes*. Buenos Aires: Plus Ultra, 1996. 623p. [Colección: Historia de Nuestras Provincias, 12].
- CHARLEVOIX, Francisco javier de, S.J. *Historia del Paraguay*. Traducida al castellano por el Padre Pablo Hernández S.J. Madrid: Librería General de Victoriano Suárez, 1913. Tomo XII. 377p.
- COLEÇÃO DOCUMENTA JESUÍTICA. *Pedagogia inaciana: uma proposta prática*. n.12. São Paulo: Loyola, 1996. 119p.
- CUCCORESE, Horacio. Discurso de recepción del Académico de Número: Dr. Ernesto Maeder. Em: *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*. Buenos Aires, n.LX, p.119-129, 1978.
- DESTEFANI, Lauro H. Corrientes, los ríos y el mar. Em: *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*, Buenos Aires, v.LXI (1988), p.279-293, 1992.
- FIGUERERO, Manuel. *Lecciones de historiografía de Corrientes*. Buenos Aires: Krass, 1929. 492p.
- FLECK, Eliane Cristina Deckmann. *Sentir, Adoecer e Morrer: Sensibilidade e Devoção no Discurso Missionário Jesuítico do Século XVII*. Porto Alegre, 1998. Tese [Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, 1998. 352p.
- FRANCA, Leonel. *Ratio Studiorum: O método pedagógico dos jesuitas*. Rio de Janeiro: Agir, 1952. 236p.

- FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. *A fundação do segundo Colégio de Buenos Aires, vista a través das “Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay., Año 1735-1743”*. (Carta inéditas). Lisboa, 1998. [Segunda Tese de Doutorado]. Curso de Pós-Graduação em História da Universidade de Lisboa, 1998. 229p.
- Colégios da Província Jesuítica do Paraguai (1607–1767): o Colégio do Alto de San Pedro em Buenos Aires (1735–1767). Em: *História Unisinos*, Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale de Rio dos Sinos, n.2, v.4, p.133–148, jul. / dez.1999.
- FURLONG, Guillermo S.J. *Los Jesuitas y la Cultura Rioplatense*. Montevideo: Urta y Curbelo, 1933. 161p.
- *José Cardiel, S.J. y su Carta-Relación (1747)*. Buenos Aires: Librería del Plata, 1953, 217 p. [Colección Escritores coloniales rioplatenses].
- *Pedro Lozano y sus Observaciones a Vargas (1750)*. Buenos Aires: Librería del Plata, 1959. 163 p. [Colección Escritores coloniales rioplatenses].
- *Justo Van Suerck y su Carta sobre Buenos Aires (1929)*. Buenos Aires: Teoría, 1963. 115p. [Colección Escritores coloniales rioplatenses].
- *Juan Escandón S.J. y Carta a Buriel (1760)*. Buenos Aires: Teoría, 1965. 125p. [Colección Escritores coloniales rioplatenses].
- *Manuel Querini S.J. y sus “Informes al Rey” (1747 – 1750)*. Buenos Aires: Teoría, 1967. 143p. [Colección Escritores coloniales rioplatenses].
- *Alonso Barzana S. J. Y su Carta a Juan Sebastián (1594)* Buenos Aires: Teoría, 1968. 109p. [Colección Escritores coloniales rioplatenses].
- *Historia Social y Cultural del Río de la Plata (1536-1810)*: El trasplante Social. Buenos Aires: Tea, 1969. 576p.
- *Francisco Miranda y su Sinopsis (1772)*. Buenos Aires: Teoría, 1963. 96p. [Colección Escritores coloniales rioplatenses].
- GANDÍA, Enrique de. Descubrimiento del Río de la Plata, del Paraguay y del Estrecho de Magallanes. Em: *Academia Nacional de la Historia*. v.II [Historia de la Nación Argentina]. Buenos Aires: El Ateneo, 1961 (a). [p.363-398].
- Primera Fundación de Buenos Aires. Em: *Academia Nacional de la Historia*. v.III [Historia de la Nación Argentina]. Buenos Aires: El Ateneo, 1961 (b). [p.119-153].

- GANSON, Barbara. Our warehouses are empty: guarani responses to the expulsion of the jesuits from the Río de la Plata, 1767-1800. Em: GADELHA, Regina (ed) *Missões guarani: impacto na sociedade contemporânea*. São Paulo: Educ- Fapesp, 1999, p. 41-54.
- GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Mercado interno y economía colonial*. México: Grijalbo, 1983. 507p.
- GÓMEZ, Hernán Félix. Historia de la Provincia de Corrientes: Desde la fundación de la ciudad de Corrientes a la Revolución de Mayo. *Amerindia*, Corrientes, v.III, t.I. 1996. 194 p.
- GUTIÉRREZ, Ramón. Iglesias y conventos de la ciudad de Corrientes. 1588-1900. Em: *Nordeste*, Revista de la Facultad de Humanidades de la UNNE, Resistencia, n.9, p.110-146, 1967.
- HERNÁNDEZ, Pablo. *Organización social de las Doctrinas de Guaraníes de la Compañía de Jesús*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1913. 740p. [Libro Segundo].
- KOROL, Juan Carlos & TANDETER, Enrique. *Historia económica de América Latina: problemas y procesos*. Buenos Aires: FCE, 1998. 117p.
- LABOUGLE, Raúl de. Las reducciones del Chaco. Em: CALLET BOIS, Ricardo (Dir.) *Boletín del Instituto de Historia Argentina*: "Dr. Emilio Ravignani". Buenos Aires, añoXI, t.XI, 1969 (a), p.101-126. [segunda serie].
- El último conquistador del Río de la Plata. Em: *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*, Buenos Aires, v.XLII, p. 164-185, 1969 (b).
- *Historia de San Juan de Vera de las Siete Corrientes (1588-1814)*. Buenos Aires: S/E, 1978. 341p.
- LEONI, María Silvia. Hernán Félix Gómez y el caudillismo en Corrientes. *Anais do XIV Encontro de Geohistoria Regional*, Resistencia, p.209-220, 1994.
- El aporte de Hernán Félix Gómez a la Historia y la Historiografía de Corrientes y a la Historiografía del Nordeste. Em: *Folia Histórica del Nordeste*, Resistencia, n.12, p.5-99, 1996.
- LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. São Paulo: Universidade de Campinas, 1990. 553p.
- LÓPEZ, Vicente Fidel. *Los jesuitas en Corrientes: El Colegio fluentino*. Corrientes: Imprenta del Estado, 1931. 70p.

- LOZANO, Pedro S.J. *Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay escrita por el Padre Pedro Lozano de la misma Compañía*. Imprenta de la viuda de Manuel Fernández y del Supremo Consejo de la Inquisición. Madrid, 1754. [Tomo I, 760p. e Tomo II, 832 p.].
- *Historia de la Conquista del Paraguay, Río de la Plata y Tucumán escrita por el P. Pedro Lozano de la Compañía de Jesús*. Ilustrada con noticias del autor y con notas y suplementos por Andrés Lamas. v. III. Buenos Aires: Casa Editora Imprenta Popular, 1875. [Colección de obras, documentos y noticias inéditas o poco conocidas]. 570 p.
- *Historia de las Revoluciones de la provincia del Paraguay (1721–1735)*. v. II [Los Comuneros]. Buenos Aires: Cabaut y Cia, 1905. 546p.
- MAEDER, Ernesto. *Historia económica de Corrientes en el período virreinal. 1776–1810*. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1981. 458p.
- Historia de una antigua propiedad correntina; la estancia de Rincón de Luna. Em: *Res Gesta*, Facultad de Derecho y Ciencias Sociales do Instituto de Historia, n.31, p.115-136, jan.-dez. 1992 (a).
- La fundación de Corrientes: los hombres y las circunstancias (1588-1618) Em: *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*, Buenos Aires, v.LXI (1988), p.225–240, 1992 (b).
- Administración y destino de las Temporalidades de los jesuitas en Corrientes. Em: *Folia Histórica del Nordeste*, Resistencia, IIGHI-FHUNNE, n.13, p.117–141, 1997.
- MAEDER, Ernesto, GUTIERREZ, Ramón. *Atlas Histórico del Nordeste Argentino*. Resistencia: Instituto de Investigaciones Geohistóricas (Conicet- Fundanord) – Universidad Nacional del Nordeste, 1995, 199 p.
- MALERBA, Jurandir (org.). *A velha história, método e historiografia*. Campinas: Papirus, 1996. 208 p.
- MANTILLA, Manuel Florencio. *Crónica histórica de la Provincia de Corrientes*. Tomo I. Buenos Aires: Banco de la Provincia, 1972. 339 p.
- MANUAL Estrada. *Geografía de Corrientes*. Buenos Aires: Editorial Estrada, 1992. 132 p.
- MANUSCRITOS DA COLEÇÃO DE Angelis. *Jesuitas e Bandeirantes no Uruguai (1611–1758)*. Uruguai: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações e Divulgação, 1970, 543 p. [Introdução, notas e sumário de Helio Vianna].

- MARROU, Henry-Irénée. *Do Conhecimento Histórico*. Lisboa: Rei dos Livros, 1991, 305 p.
- MELIÀ, Bartomeu, ALMEIDA SAUL, Marcos Vinicios de, MURARO, Valmir. *O guarani. Uma bibliografia etnológica*. Santo Ângelo: FUNDAMES, 1987. 447 p.
- MONTOYA, Antonio Ruiz de. *Conquista Espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesús en las provincias del paraguay, Paraná, Uruguay y Tape, escrita por el P. Antonio Ruiz de Montoya, de la misma Compañía*. Bilbao: Imprenta del Corazón de Jesús, 1892. 312 p.
- MEICHTRY, Norma. Desequilibrio espacial y crecimiento de la población de Corrientes. Em: *Folia Histórica del Nordeste*, Resistencia, n.4, p. 91–107, 1980.
- MÖRNER, Magnus. *Actividades políticas y económicas de los jesuitas en el Río de la Plata*. Buenos Aires: Hyspamérica, 1986. 261p.
- OSOWSKI, Cecilia Irene (Org.) *Visão inaciana da Educação*. São Leopoldo: UNISINOS, 1997. 170p.
- PALMA, Federico. Los jesuitas intentaron establecerse en Corrientes en 1595. Em: *El Litoral*, Corrientes, 24 feb.1968, c.4, 5 [p.4] e c.6 [p.6].
- PASTELLS, Pablo S.J. *Historia de la Compañía de Jesús en la provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil) según los documentos originales del Archivo General de Indias*. V. IV. Madrid: Librería Victoriano Suárez, 1923. 567p.
- PASTELLS, Pablo, S.J & MATEOS, F., S.J. *Historia de la Compañía de Jesús en la provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil) según los documentos originales del Archivo General de Indias, 1715 – 173*. v.VI. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas do Instituto Santo Domingo de Mogrovejo, 1946. 686p.
- *Historia de la Compañía de Jesús en la provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil) según los documentos originales del Archivo General de Indias, 1731 – 1751*. v.VII. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas do Instituto Santo Domingo de Mogrovejo, 1948. 868p.
- *Historia de la Compañía de Jesús en la provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil) según los documentos originales del Archivo General de Indias, 1760 – 1768*. v.VIII. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas do Instituto Santo Domingo de Mogrovejo, 1949. 1345p.

- PEDAGOGIA inaciana: uma proposta prática*. São Paulo: Loyola, 1996, 119p. [Coleção Documenta Jesuítica, 12].
- PORTO, Aurelio. *História das Missões Orientais do Uruguay*. v.IV [Jesuitas no Sul do Brasil]. Porto Alegre: Selbach, 1954. 459p.
- REY BALMACEDA, Raúl C. La ciudad de Corrientes en la geopolítica rioplatense. Em: *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*, Buenos Aires, v.LXI (1988), p.295-308. 1992.
- RIVERA, Alberto A Contribución para una bibliografía del Dr. Federico Palma. Em: *Folia Histórica del Nordeste*. Resistencia, IIGHI /Conicet-Fundanord, n.9, p.173-189, 1991.
- SALAS, Andrés. La arquitectura en Corrientes. Em: *Corrientes en la cultura nacional*. Buenos Aires, Emilio Perina, editor, 1986. 34p. [Colección: Todo es Historia].
- SANCHEZ- BARBA, Mario Hernandez. *Historia Universal de América*. v.I. Madrid: Guadarrama, 1963. 1593p.
- SALVADORES, Antonio. La Universidad de Córdoba. Em: LEVENE, Ricardo. *Academia Nacional de la Historia*. v.IV [Historia de la Nación Argentina], s.2. Buenos Aires: El Ateneo, 1961. [127-133].
- SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1983, 317 p.
- SIERRA, Vicente. *Historia de la Argentina*. T. 1492-1600, 1600-1700. Buenos Aires: Unión de Editores Latinos, 1957. 653p.
- Historia de la Argentina (1700 – 1800)*. Buenos Aires: Científica Argentina, 1967. 673p.
- STORNI, Hugo. *Catálogo de los Jesuitas de la Provincia del Paraguay (Cuenca del Plata) 1585-1768*. Roma: Institutum Historicum San Ignacio, 1980, 350 p.
- ZORROAQUÍN BECÚ, Ricardo. Corrientes en al Historia Nacional. Em: *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*, Buenos Aires, v.LXI (1988), p.221–223, 1992.

FONTES INÉDITAS

- Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay. Años 1645 – 1646*. Traducción de Carlos Leonhardt, S.J. Buenos Aires, 1928. Transcrição digitada, São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas/Unisinos, 1994. 52 p.

- Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay. Años 1647 – 1649.* Traducción de Carlos Leonhardt, S.J. Buenos Aires, 1928. Trscrição digitada, São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas/Unisinos, 1994. 169 p.
- Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay. Años 1663 – 1666.* Traducción de Carlos Leonhardt, S.J. Buenos Aires, 1928. Trscrição digitada, São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas/Unisinos, 1994. 124 p.
- Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay. Años 1669 – 1672.* Traducción de Carlos Leonhardt, S.J. Buenos Aires, 1928. Trscrição digitada, São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas/Unisinos, 1994. 33 p.
- Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay. Años 1672 – 1675.* Traducción de Carlos Leonhardt, S.J. Buenos Aires, 1928. Trscrição digitada, São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas/Unisinos, 1994. 80 p.
- Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay. Años 1714 – 1720.* Traducción de Carlos Leonhardt, S.J. Buenos Aires, 1928. Trscrição digitada, São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas/Unisinos, 1994. 46 p.
- Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay 1720 – 1730. Carta Anuas compuestas por el P. Pedro Lozano, S.J.* Traducción de Carlos Leonhardt, S.J. Buenos Aires, 1928. Trscrição digitada, São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas/Unisinos, 1994. 162 p.
- Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay. Años 1730 – 1735.* Traducción de Carlos Leonhardt, S.J. Buenos Aires, 1928. Trscrição digitada, São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas/Unisinos, 1994. 201 p.
- Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay. Años 1735 – 1743.* Traducción de Carlos Leonhardt, S.J. Buenos Aires, 1928. Trscrição digitada, São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas/Unisinos, 1994. 603 p.
- Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay. Años 1750 – 1756.* Traducción de Carlos Leonhardt, S.J. Buenos Aires, 1928. Trscrição digitada, São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas/Unisinos, 1994. 170 p.
- Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay. Años 1756 – 1762.* Traducción de Carlos Leonhardt, S.J. Buenos Aires, 1928. Trscrição digitada, São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas/Unisinos, 1994. 41 p.

FONTES EDITADAS

Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay, Chile y Tucumán de la Compañía de Jesús. V. I, 1609-1614, v. II, 1615-1637. Com Advertencia de Emilio Ravignani e Introducción del Pe. Carlos Leonhardt. Buenos Aires: Jacobo Peuser, 1927-1929. Tomo I, 588 p., Tomo II, 817 p. [Colección: *Documentos para la Historia Argentina*, Instituto de Investigaciones Históricas/Facultad de Filosofía y Letras, Tomos XIX, y XX, Iglesia.]

Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay: 1637-1639. Com Advertencia de Ernesto Maeder e Introducción e Notas de Hugo Storni S.J. Buenos Aires: FECIC, 1984. 192 p.

Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay: 1632-1634. Com Introducción e Notas de Ernesto J. A Maeder. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1990. 192 p.

Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay: 1641 a 1643. Introducción de Ernesto J. A Maeder. Documentos de Geohistoria Regional N° 11. Resistencia: Instituto de Investigaciones Geohistóricas - Conicet, 1996. 170 p.

Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay: 1644. Com Introducción de Ernesto J. A Maeder. Documentos de Geohistoria Regional N°13. Resistencia: Instituto de Investigaciones Geohistóricas - Conicet, 2000. 120 p.

Apéndices.

Una de 6. de Junio del año
tan pequeña en sus cerros, y faldas, como
nuestraciones, la una de Paraguarí
nes. La otra de Tucumán, donde ay
es el Reyno de Chile, que tiene un
sus naciones, como más de quinientas leguas,
y fieles, y de los que son diez mil
gente como en esta Provincia de Chiriquí, y en
Serrano y Chiriquí diez y seis semanas
de los que son muchas en sus minas

APÊNDICES

APÊNDICE 1

Carta do Padre Ignacio Pérez, reitor do Colégio de Corrientes ao Padre Provincial Antonio Machoni em 11 de agosto de 1739. Em: *Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay. Años 1735 – 1743*. Tradução de Carlos Leonhardt, S.J. Buenos Aires, 1928. Transcrição digitada, São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas/Unisinós, 1994, pág. 151-166.

“Jamás podía yo escribir con mayor consuelo en el Señor, que ahora, refiriendo a Vuestra reverencia el excelente resultado de la misión, predicada en esta ciudad por el Padre Oyarzábal. Y, en verdad, si yo quisiera contar todo debidamente, precisaría la lengua de un ángel del cielo. Por tanto, declaro que, aunque quisiera exagerar, quedaría yo muy corto para explicar el inmenso bien de las almas, que hemos experimentado en esta ciudad. Haré, pues, lo posible para referir todo, a consuelo de Vuestra reverencia, edificación de todos a los que llegue esta noticia, y estímulo de los sujetos de esta nuestra Provincia, a emprender semejantes benéficas misiones.

Antes de entrar en la materia, hay que anticipar las circunstancias del lugar y las conocidas costumbres de sus habitantes, su genio y sus inclinaciones.

En primer lugar, no sólo es muy difícil, sino imposible juntar los habitantes de esta región, para infiltrarles la sana doctrina, porque la mayor parte de ellos está ocupada desparramada en sus estancias, así que, por falta de instrucción, no pocos de ellos apenas saben que hay un Dios. Así dijo en público uno de ellos francamente, que los que hasta este momento no poseían la débita noción de Dios, la alcanzaron sólo en tiempo de esta misión. La piedad y devoción, por falta de práctica, se había apagado en la mayor parte de ellos. Claro indicio de este estado de cosas era la falta de asistencia a la iglesia, hasta en las solemnidades mayores y funciones sagradas del año; concurriendo nadie para oír la Palabra de Dios, sino unas pocas personas devotas, casi las únicas asistentes a todas las fiestas solemnes.

[Tocante a los vicios] dominaba ante todo, gran desfachatez en robar, en perseguir y calumniarse mutuamente, siendo el vicio principal la lujuria, pareciendo haber perdido no

pocos toda vergüenza natural, degenerando hasta la brutalidad. Por lo cual, se oía decir de parte de algunos, que el trato deshonesto no era pecado, porque por eso había mujeres, para que se sirviesen de ellas los hombres. Sobre este asunto, aseguró muy bien a uno de los nuestros cierta señora, diciendo que nuestros Padres se daban cuenta sólo de una insignificante parte del fruto de la misión, predicada en aquella ciudad, así como sólo conocían la superficie exterior de los inmensos males, que brotaban allí, a todo lo cual, al fin, habían traído el remedio por la penitencia y el horror al pecado.

Este era el aspecto de las cosas, esta la condición y el estado, en que se hallaba esta tierra y sus habitantes. Por lo tanto, al preguntar cierto seglar a un religioso de otra orden, amigo suyo, si tenía esperanza en el éxito de la misión en semejante ciudad y población, oyó la contestación: ¡Amigo! Conozco demasiado el genio de esta gente, y así le digo: Aunque viniese un ángel del cielo, par predicarles, no se convertirían tampoco. Era una contestación algo más audaz; pero humanamente hablando, y después que hemos considerado los fundamentos de tal aserción, no se puede decir que carecía de excusa. Felizmente, la experiencia desautorizó tal contestación, al contemplar, como el efecto de la divina gracia había excedido mucho, la poca esperanza de aquel, superando toda expectación humana. Comprendió muy bien aquel mismo religioso poco tiempo después de la misión, revocando su dicho, y reclamando sin cesar: “*Digitus Dei est hic*”.

Otro religioso de la misma orden, al oír al padre misionero, en su entrada a la ciudad pronunciar por las calles las graves sentencias de la divina Palabra, dijo en son de burla: “¡Pobre caso! Espera con estos artificios sacar algo de bueno. Ya verá el fracaso de sus trabajos!” Este mismo, poco tiempo después tuvo que convencerse de su error, como el primero, quedando el mismo tan impresionado por los sermones de la misión, que, como los demás, hizo una confesión general, con señales de sumo dolor y arrepentimiento.

Pues el Padre Oyarzábal escribió desde Candelaria, pueblo de nuestros indios, preguntándome de la fecha más oportuna para su viaje, río Paraná abajo, hasta la ciudad, y su entrada en ella, para encontrar gente suficiente para poder comenzar la misión. Ya que la navegación por este río está sujeta a muchas peripecias, por la inestabilidad del tiempo y viento, avísele por carta que le esperábamos el catorce de julio. Vino el Padre misionero exactamente en la fecha determinada, no retardándose ni una hora.

Llegado al puerto, se trasbordó a la canoa, enviada por mí a su encuentro, y atracando a la tierra salió descalzo, con la cruz en la mano, para hacer su entrada a la ciudad, pregonando con alta voz por las calles las acostumbradas sentencias misionales; por lo cual se juntó en derredor de él tanta multitud de gente que, no obstante de que las calles estaban llenas de charcos de agua pluvial y de lodo, le seguían en masa apretada. De este modo llegó hasta la iglesia matriz, donde subió a un mesa, que le sirvió de púlpito, y explicó primero el objeto de esta misión, concluyendo la plática con un acto de contrición, con tanta conmoción del pueblo, que el llanto y lamento de la gente, se oyó hasta nuestro colegio. Semejante buen principio era un presagio del buen éxito de la misión. Duró ella desde el 14 de julio, hasta las vísperas de la fiesta de nuestro santo Padre Ignacio, y no se puede calcular exactamente el número de los asistentes, elevándolo algunos a ocho mil, otros a doce mil. Ya que aquí no había ninguna iglesia en la ciudad capaz de contener tanta gente, se había levantado al lado de la iglesia matriz

una tribuna en la plaza mayor, desde donde predicó el Padre misionero. Asistieron mezclados con la demás gente, los religiosos de San Francisco, y los de la Merced, y todos los demás clérigos, a los cuales dio hermoso ejemplo de penitencia el señor cura párroco y vicario Maestro Ruyloba. La gente del campo en parte abandonó por completo sus estancias sin dejar siquiera quien las cuidase, para poder asistir a la misión, en parte las dejaron en manos de muy pocos, insuficientes para custodiarlas.

Esta tan numerosa asistencia de parte de la población, tan buena disposición de ánimo, tan ardiente deseo de oír la predicación de la misión, comunicado a ellos por la divina gracia, el buen orden que se guardaba y la armoniosa variación de las funciones sagradas, las cuales todas acababan con un fervoroso acto de contrición y propósito de enmienda, era lo mejor de los buenos efectos que presenciábamos, tan eficaz, que arrastró, por el mutuo ejemplo, a la más ardiente devoción. Por lo cual parecía que por todo el tiempo de la misión, y todavía después de ella, la gente hablaba en sus mutuas conversaciones más por lágrimas que por palabras. Ya no trataban entre sí de sus negocios temporales, ni siquiera de comer y beber, sino cada uno procuraba llorar sobre sus pecados, sujetar su carne con penitencias corporales, como son cilicios y disciplinas, ayunos y vigiliass, y a purificar sus conciencias con la confesión sacramental, la cual hicieron casi todos desde su adolescencia de dieciséis años hasta a su avanzada edad, es decir: de toda su vida. Eran de singular docilidad para con el Padre misionero, ya que muchas veces tuvo que cohibir sus llantos y lamentos, y con una leve indicación de su parte, hiciéronse fuerza para reprimir las lágrimas, para poder entender sus palabras. Cuando, al acabar el sermón, les indicaba que cada uno, con orden y tranquilidad, se retirase a su domicilio, rezando el rosario en el camino, le obedecieron a la palabra. No de otra manera lo hicieron, aquella noche, en la cual se hizo el llamado asalto de las almas, ordenando [el Padre misionero] a las mujeres, que, para evitar cualquier confusión, no se moviesen del lugar a ellas determinado, sino que delante de la estatua de la Virgen de los Dolores, allí colocada, se ocupasen con rezar el rosario; y todas cumplieron exactamente lo ordenado. Sacóse la solemne procesión de penitencia con singular edificación, pues, apenas había alguien, quien no practicaba en ella de las lágrimas de consuelo por la excelente disposición de los penitentes. ya que casi todas las confesiones eran generales, y muchísimas de ellas por necesidad, resultó fuera de toda duda, que la cosecha espiritual era abundantísima, arrancándose muchas almas de las garras del demonio, para comunicarles otra vez la gracia de Dios.

Con oír las confesiones generales de tanta gente, estaban ocupados nuestros confesores todo el día, desde la mañana, hasta la tarde, sin levantarse, sino para decir misa, rezar el breviario, y tomar algo de alimento, en lo cual los imitaron, con el mismo celo y consuelo, los confesores de las otras órdenes religiosas.

Por lo demás, se conquistó el Padre misionero una extraordinaria veneración de parte de todos, así que le llamaban el santo Padre, recibiendo sus palabras como una especie de oráculos. Si le podían sorprender, le besaban los pies, sin que le valían todos los artificios para impedírselo; y los que alcanzaron la dicha de poder confesar con él, se le acercaban en su aposento arrastrándose con las rodillas desnudas, sin que fuese suficiente, para impedir semejantes demostraciones, la constante humildad del misionero, en vivas lágrimas; y las que asistieron a la procesión, ya que tuvieron que guardar profundo silencio, se contentaron con gemir de lo más profundo de su alma, y con

levantar los ojos al cielo, como para indicar que hacia allá se dirigían todas sus aspiraciones.

No poca impresión causaron en esta ocasión las devotas estrofas de la Pasión del Señor, las cuales cantaban, en ciertos intervalos, varios religiosos. Todo este conjunto resultó un espectáculo agradable a Dios y a los ángeles. Y, en verdad, causaron los sermones tal impresión en los ánimos, y tal abundancia de lágrimas, que personas, las cuales habían asistido en Europa a misiones muy conmovedoras, afirmaban, que ni allí habían visto semejante conmoción de ánimos y fuerza de lágrimas. Estas lágrimas no terminaron al terminarse el sermón, sino se continuaron día y noche en sus respectivas casas. Así se comprende que, al acercarse ellos al tribunal de la penitencia, se confesaban de sus pecados entre abundantísimas lágrimas, y entre señales inequívocas de la más grande compunción de corazón, y del más eficaz propósito de enmienda para el porvenir, tanto, que los mismos confesores no se podían contener su determinado género de penitencia. Muchos maltrataron sus espaldas con sangrientas disciplinas, otros se azotaron también, aunque no llegaron hasta derramar sangre. Otros marcharon con los brazos extendidos en forma de cruz; y llevaron arrastrando con los pies piedras pesadas; otros llevaron cruces auestas, de considerable tamaño. Los de nuestra Compañía caminaban a ciertos intervalos, mezclados con los demás penitentes, con coronas de espinas en la cabeza, y una soga al cuello, como también el Padre misionero llevaba su corona de espinas, y andaba ceñido con pesadas cadenas de fierro, los pies descalzos, azotándose, por toda la duración de la procesión, con una disciplina de fierro.

Las mujeres, también las más distinguidas de la ciudad, hacían aunque ocultamente, cada una su penitencia especial, llevando ásperos cilicios, y caminado casi todas descalzas.

De una de ellas, que no andaba descalza, se supo después, que llevaba en los zapatos granos de maíz, lo cual le causó tanto dolor, que estaba para desmayarse. Pero también las demás mujeres, que tuvieron que quedarse en casa por cierto inconveniente, al contemplar la procesión, prorrumpieron [ilegible]... el cual les reprendió suavemente por eso. Jamás buscaron los hombres y las mujeres, subterfugios y tergiversaciones, para declinar la ejecución de lo ordenado por los confesores, en lo tocante a quitar la ocasión al pecado, o a los medios preventivos contra el pecado. Con la más exquisita diligencia se examinaron la conciencia, y aún después de su confesión general, se reconciliaron repetidas veces, hasta de hechos que eran ajenos de culpa. De este modo se quitaron de cuajo las relaciones ilícitas. En un caso se trataba de una unión ilegítima, que duraba ya cuarenta y dos años, con hijos y nietos que llevaban la nota infame de ser ilegítimos, lo cual se subsanó por el matrimonio por la Iglesia, con lo cual se legitimó también la descendencia. Un buen número de solteros se casó, y todavía se están casando otros, para vivir en gracia de Dios, después de haber vivido sin casarse, para vivir más libremente de una manera disoluta. Una buena porción de matrimonios aparentes hubo que revalidar. Otros matrimonios, deshechos por la discordia, se volvieron a la paz y concordia. Tocante a estos últimos casos, merece mención una señora, separada de su marido ya 24 años. Fueron a ella algunos a comenzar la misión, para suplicarle, perdonase a su marido, y volviese a unirse con él. A lo cual contestó ella, que preferiría juntarse con los diablos del infierno, que con su marido, y añadió que con buena gana le perdonaría; pero que jamás volvería a unirse con él. Pero, asistiendo en los días siguientes a la misión, se

le ablandó el corazón, así que espontáneamente volvió a unirse con su marido y siguen, hasta la fecha viviendo juntos con paz y concordia, así que parece que jamás había discordia entre ellos.

Había muchas restituciones de cosas ajenas, y todos se pusieron muy escrupulosos hasta en las cosas más insignificantes, así que hubo durante la misión el caso que cierto individuo, después de haberse confesado, devolvió públicamente un alfiler, único objeto que había robado. Otros, por lo contrario, hubo, que por amor de Cristo, perdonaron todos los daños sufridos por otros, queriendo por esta limosna redimir su alma.

En lo tocante al perdón de las ofensas, parecía aquella noche, en que se trataba de este asunto, una anticipación del día del juicio, buscándose mutuamente por las calles y casas, para pedirse perdón, así que toda la noche resonaba de las voces de aquellos; y al amanecer el día siguiente continuaban echándose a los pies de otros, para reconciliarse mutuamente entre lágrimas, sin el menor respeto humano. En esta práctica piadosa se mostraron tan fervorosos, que con buena gana ejecutaban, a lo cual, no estaban obligados en conciencia.

Todos los religiosos y clérigos que habían asistido a la misión, también hicieron confesión general.

No pocos seglares de ambos sexos, que no pudieron asistir a la misión o por un inconveniente, o por la distancia, al notar la admirable transformación de toda la ciudad, y las lágrimas, con las cuales fueron recibidos por sus parientes, siguen hasta hoy día ser conmovidos... a hacer confesión general con gran compunción, sintiendo en su alma que no tenían ocasión de oír las palabras del misionero. Ni faltan hombres y mujeres, que en su deseo de asistir a una misión, determinaron encaminarse a la ciudad de Santa Fe, distante de esta más de cien leguas. Tan grande fervor se prendió también en los corazones de personas que no han asistido a la misión.

Es casi indecible, cuántas obras de penitencia practicaban cada noche, al terminarse el sermón, entrando en secciones a la iglesia, para disciplinarse duramente por espacio del rezo del salmo "Miserere", llenando cada sección de hombres por completo la iglesia matriz, mientras en las otras iglesias se disciplinaban las mujeres, siendo admirable el fervor con que hacían su penitencia.

De nuevo fue introducida la antigua costumbres, ya olvidada, de rezar el rosario de la Virgen en la iglesia matriz a la caída de la tarde, llamándose con el toque de campana, y la de cantar el rosario los domingos en procesión por las calles de la ciudad, habiendo cada vez tanta concurrencia de gente, que se forma una procesión muy larga de gente devotísima a la Santísima Virgen. No se paró en esto la general devoción a la Virgen, sino se extendió a las mismas casas, donde se reza de noche el rosario. Con esta misma ocasión se suele leer también un ejemplo sacado del Año de la Virgen.

Al fin, al referir más largamente a todos los frutos de la santa misión, no permite la brevedad del tiempo y la fragilidad de la memoria, porque son demasiados numerosos. Confieso que con especial reflexión, inspirada tal vez por Dios, he dejado pasar algunas hazañas del Padre misionero durante la misión, aunque yo sentía dificultad en permitírsele, temiendo por su salud. Pero Dios es el que mortifica y vivifica, y seanle dadas infinitas gracias, por haberle comunicado fuerzas extraordinarias, para inmenso bien de esta pobre gente. Pues, es indecible la reforma completa de esta ciudad. Se reanimó la frecuentación de los sacramentos; se han desterrado las ignorancias; se han

quitado los pecados por el dolor y el arrepentimiento; se han removido las piedras del escándalo, y han refulgido el fervor religioso, la penitencia, la caridad. Yo no quiero profetizar sobre el porvenir en lo tocante a los pecados y malas ocasiones, por ser grande la fragilidad humana, sin embargo, no temo afirmar, que, por medio de esta misión, muchos millones de pecados se han evitado y se evitarán.

De seguro, Dios quiso testificar a todos, cuánto le agrada el fervor de aquellos que se dan a recoger los frutos de la misión; y al contrario, cuánto le desagradan aquellos que no se quieren aprovechar de ella, mostrándolo por los dos siguientes acontecimientos, acaecidos en este saludable tiempo; y los refiero, como los oí contar por el señor cura-párroco, y vicario de esta iglesia. El primero de los casos es como sigue: Vivía aquí una señora muy anciana, ya por muchos años gravemente enferma de una hinchazón de todos sus miembros por lo cual no podía salir de casa, ni asistir a misa. ¡Cosa maravillosa! Aquella tarde, en que el Padre misionero había desembarcado, y había entrado a la ciudad, proclamando aquellas sentencias de la Divina palabra por las calles, las percibió también aquella venerable anciana, postrada como estaba en su lecho de dolor, y se le llenó el corazón de santo entusiasmo, y sin demora comenzó a vestirse, y a seguir al misionero juntamente con la demás gente, por todos los charcos de agua de lluvia y lodazales, a pasos ligeros, hasta entrar a la iglesia matriz. Desde aquel momento, no faltó en ninguna función de la misión. Sucedió que durante uno de los sermones la descubrió de repente el señor cura-párroco y vicario, el cual bien la conocía [en su postración anterior, y maravillado sobremanera, exclamó: ¿Ud. aquí, señora? ¿No estaba Ud. por muchos años retirada y enferma en su casa? ¿De dónde sacó Ud., tan repentinamente las fuerzas, para venir acá? A lo cual contestó ella: Yo misma no comprendo, como podía ser esto. Sólo sé, que al oír la voz del misionero, me vino el deseo de seguirle, y al querer levantarme de la cama, noté que no tuve dificultad ninguna para eso, y así le seguí, no haciendo caso ni de la humedad, ni del lodo. Pues, de este momento quedé sana y buena, sin vestigio de mi anterior hinchazón de los miembros; así que me parece que ha salido de mi cuerpo una legión de demonios. Así se expresó aquella.

El otro caso sucedió de la siguiente manera. Durante la misión llegaron a la ciudad algunas carretas, donde iban algunos campesinos, de vuelta del Santuario de la Virgen de Itatí. Querían seguir viaje a sus respectivas estancias; pero algunos vecinos de la ciudad pretendían detenerlos, para que se aprovecharan del resto de la misión, y ganasen las indulgencias plenarias. No hicieron caso de la invitación, pero insistieron los primeros en que asistieran a la misión. Entonces contestó uno de los viajeros en nombre de todos, que ya se habían confesado con ocasión de su ocasión de su piadosa peregrinación; y que la misión era sólo para convertir a pecadores, Marcháronse, y a la distancia de unas diez leguas de la ciudad les alcanzó el castigo de Dios; pues fueron asaltados por los indios mocobíes, en un lugar, hasta adonde jamás habían llegado antes, y todos fueron asesinados. Más todavía llamó la atención este caso, porque pasaron de la parte contraria casi al mismo tiempo otras carretas por el mismo lugar del siniestro, para asistir a la misión, separados de los otros por un espacio muy pequeño, y sin embargo, no cayeron en manos de los bárbaros, llegando sanos y salvos a la ciudad, para cumplir su deseo de aprovecharse de la misión. Al saber ellos de la desgracia de los otros, dieron infinitas gracias a Dios, por haber escapado de un tan manifiesto peligro de vida.

Ya en el penúltimo día de la misión, sabiendo yo que las señoras deseaban mucho hacer los Ejercicios de nuestro Santo Padre Ignacio, rogué al Padre misionero, que se detuviese todavía un poco aquí, para dárselos. Y aunque se opusieron dificultades de monta, en especial, faltando una casa apropiada para ese objeto, y cerca de nuestro colegio, adonde se pudiesen retirar aquellas; ni habiendo siquiera suficiente comodidad en nuestra iglesia, donde reunirse pudiesen ellas, sin embargo logróse vencer los obstáculos. Pues, se desalojaron las mansiones de nuestros esclavos, trasladándose ellos a otra parte, y se acomodaron para albergar a ochenta y nueve señoras, de las más distinguidas, las cuales hicieron los Ejercicios de nuestro santo Padre muy edificadamente, guardando exactamente las distribuciones del día, no hablando ellas, ni una sola palabra, invistiendo diez horas diarias en las prácticas espirituales. Sucedió además, que interrumpían con sus sollozos la explicación de los puntos de meditación, no pudiendo ellas tampoco reprimir sus llantos, al acordarse de su anterior ignorancia, atribuyendo las faltas de la vida pasada, a la falta de una ocasión para oír las verdades eternas. Por su gran fervor se excedieron en sus buenos propósitos. Así había algunas, que ya no querían volver a su casa, para pasar en la soledad de las selvas el resto de su vida, sirviendo solo a Dios; otras querían marcharse perpetuamente detrás del misionero; otras querían esconderse para siempre dentro de las paredes de su casa, para no ver hombre alguno, ni ser vista por hombre alguno; otras se propusieron, luego al volver a su casa, hacer trizas de todas las vanidades, de las cuales ellas habían abusado para seducir a otros. Así lo hicieron, rompiendo espejos, renunciando a sus adornos femeniles y superfluos, y despreciando su frágil hermosura. Estas mujeres hacían en su comedor las mismas mortificaciones, como las suelen hacer fervorosos religiosos, y ejercían casi continuamente penitencias secretas, como son cilicios y disciplinas, habiendo habido algunas, que ni de noche se quitaban el cilicio. Todas estas demostraciones de penitencia son manifiesto indicio de la oportunidad, con que a la misión seguían Ejercicios espirituales.

La misericordia de Dios conserve con el rocío de su gracia frutos tan saludables, y no permita, que los destruya la corrupción del pecado, e infiltre a los Padres de este colegio un ferviente celo apostólico, y su divino espíritu, para que encendidos por él se esfuercen en promover el bien comenzado, para que persevere para siempre. Para alcanzar estas gracias, ordené funciones públicas eucarísticas, las cuales pueden servir al mismo tiempo de acción de gracias por el inmenso beneficio, con que la bondad de Dios se ha dignado bendecir esta nuestra tierra, por medio de esta santa misión”

APÊNDICE 2

Carta de Nicolás Neêgirú, alcalde del pueblo de Concepción al Excelentísimo Señor Don José Andonaegui, gobernador de Buenos Aires em 20 de junio de 1753. Em: *Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay. Años 1750 – 1756. Tradução de Carlos Leonhardt, S.J. Buenos Aires, 1928. Trascricao digitada, São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas/Unisinós, 1994, pág. 59 -64.*

“Jesús.

Señor gobernador... Todos nosotros, al oír leer tu carta, hemos quedado sumamente maravillados, y todavía dudamos si tenemos que creer, o no, lo que tu escribes allí. Pues, tal cosa no puede ser la voluntad de nuestro Rey. Al contrario, opinamos, que todo esto procede de los lusitanos, por el odio de aquellos contra nosotros. Pues, nosotros tenemos cartas muy diferentes de parte de nuestro Rey, por las cuales el padre ya difunto del actual Rey nos asegura de su benevolencia y gracia. Allí alaba nuestro templo, levantado por nosotros: allí dice que le ha sido grato lo que hemos realizado en la guerra, y en otras ocasiones, por su mandato. Por la misma carta dijo que había quedado muy satisfecho por todo esto, y que siempre se acordaría de nosotros, y que nos protegería, y que procuraría nuestro mayor bien. Añade también: Mi gobernador, por encargo mío, os defenderá en cualquier emergencia, y os prestará socorro. Por lo tanto, porque esta carta del Rey ya no valdría. Yo de mi parte afirmo: Las palabras del Rey se deben quedar acordes entre sí.

Y ahora, siendo nosotros sus protegidos, que jamás hemos cometido nada de malo, nos queréis expulsar de nuestra tierra, y arruinarlos por completo, y entregar nuestra propiedad a los lusitanos. Señor gobernador, es imposible hacernos creer semejante cosa: jamás es esta la voluntad de nuestro Rey. Si él supiera, y oyera, lo que decimos nosotros, lo sentiría extremadamente, y no permitiría que se nos tratara de esta manera. Pues, jamás nos hemos hecho culpables: y no hemos cometido una falta, ni contra el Rey, no contra ti. Lo sabes muy bien, que nosotros con todo corazón y con ánimo sumiso hemos cumplido sus órdenes y derrochado nuestros bienes, nuestra fortuna y nuestras mismas vidas, por su amor y servicio. Por lo tanto, no creemos, que nuestro rey corresponda a este nuestro buen ánimo con tantos hechos siniestros.

Mientras alegamos estas razones, nuestra gente y nuestros hijos sufren indeciblemente, y nosotros mismos nos afligimos al ver su congoja. Y cuando los queremos consolar con estas razones, nuestra gente y nuestros hijos no quieren escuchar, ni a mí, ni al cabildo. Por eso, ya no nos atrevemos a hablarles de este asunto. ¿Y en estos momentos vienes tú, para anunciarnos a nosotros en nuestra aflicción, que vendrás tú con muchos españoles para expulsarnos de aquí, en nombre del rey, para desterrarnos a tierras lejanas, para quitarnos nuestra propiedad, para condenarnos a la pobreza, y destruirlo todo? ¡Oh! Si tu estuvieses presente a los clamores y a las quejas de estos mis hijos queridos, como yo las tengo que presenciar todos los días, cuando me dicen:

Cuando antiguamente vino acá Roque González de Santa Cruz para enseñarnos la ley de Dios y de los cristianos, no había ningún español entre nosotros, y nos entregamos espontáneamente primero a Diosa, y después a nuestro Rey, para que nos protegiese perpetuamente. Por este motivo siempre hemos sido sus leales vasallos, prefiriéndolo a cualquier otro dueño: él, a su vez, prometió a nuestros abuelos, tratarnos siempre bien, y lo cumplió hasta ahora. ¿Por qué, pues, de repente ya no quieres cumplir sus promesas?

Asimismo dicen mis hijos: Dios nos dio estas tierras. Aquí hemos sido instruidos por el Padre Roque González. Entre nosotros han muerto muchos Padres, los cuales nos han educado, y han cuidado de nosotros con su trabajo. ¿Por qué lo codician tanto los lusitanos? Aquí no tienen que buscar aquellos absolutamente nada. Nosotros cultivamos estos campos con nuestra propia mano. Ningún lusitano, ni español se nos regaló. Este hermoso templo, este lindo pueblo, estas estancias de ganado, estas sementeras, estos yerbales y algodones, que nos sustentan, todo esto existe a fuerza de nuestro trabajo. ¿Por qué, pues, se nos sustrae lo que es nuestro? ¿Quieren ellos burlarse de nosotros? Esto ni permite Dios, ni es conforme a la voluntad de nuestro Rey: no nos hemos hecho culpables de nada, ni nos hemos apropiado de algo de los lusitanos.

También dicen nuestros hijos: Los Padres nos han enseñado jamás a hacer maldades; siempre han procurado nuestro bien; y siempre nos han amado. Sólo se dice ahora: que habían dicho los Padres, que ellos querían echarnos de los pueblos, y despojarnos de nuestros bienes. Yo de mi parte no comprendo, ¿cómo puede ser esto? ¿Han ellos sacado por eso a nuestros mayores de los montes, para juntarlos en pueblos, e instruirlos, sólo para perderlos de nuevo? Y precisamente para esto vino el Padre comisario, tan diferente de los demás Padres: éste fue aquel que instigó a los Padres a hacer el mal, éste, por su llegada, les sugirió semejantes ideas, él mismo, empero, no entiende nada de la administración de nuestras cosas: él no ha hecho absolutamente nada en provecho de nosotros, o en él de nuestros pueblos. Y ahora todavía se pretende hacernos vagar por los montes como liebres, y como caracoles por los campos. Esto es lo que quiere aquél; quiere exponernos de repente al frío, y a la inclemencia del tiempo; reducirnos desea a la pobreza: y esto sólo, para estatuir un castigo ejemplar contra nosotros.

Todo esto es abominable delante de Dios, dice nuestra gente; y es indigno de unos cristiano. También nosotros somos cristianos, e hijos legítimos de nuestra santa Madre Iglesia, contra la cual no hemos faltado en nada, como tampoco contra el Rey. El que faltó, abusando del nombre del Rey, ha sido aquel individuo. Váyase él mismo en persona a los montes y campos, y busque allí lo que precisa, así, al menos, experimentará lo que es trabajar, así comprenderá, cuán pesada es la vida que llevamos, y nos tendrá tal vez

lástima. Nos inspira aquel hombre nada de confianza. No sabe siquiera el guaraní, y así no puede tratar con nosotros, ni entendemos. Así habla nuestra gente, y nuestros hijos añaden: ¿A dónde, pues, nos quieren desterrar, y a qué campos tenemos que marchar? Con semejante precipitación, y en una tierra tan miserable, no se podrán hallar terrenos de cultivo ni para sólo tres pueblos, ¿y dónde pondremos los ganados? Pues, a aquel Padre parece ser suficiente para dos pueblos un rinconcito de tierra, donde tenemos que perecer miserablemente. Y hasta nos negó el tiempo preciso para marcharnos a nuestra perdición.

Señor gobernador. Todas estas razones que aducen nuestra gente, son la pura verdad, y precisamente por eso se lo comunicamos. A nosotros que desempeñamos los cargos públicos, faltan las palabras, para hacerlos callar, como se nos manda; ni nos hallamos capaces, refutarlos. Estando las cosas como están, te suplicamos, con todo respeto, que nos protejas, conforme a lo decretado por el Rey, cuyos clientes somos nosotros. Dele cuenta de nuestra desgracia; envíele esta nuestra carta, para que él mismo la lea, y oiga, como nos molestan. Pues, él es, por la gracia de Dios, nuestro soberano, y nosotros mismos lo hemos escogido por protector de nuestra persona y fortuna. No hemos cometido nada contra él, que de derecho para proceder de tal manera contra nosotros. Por lo tanto, esperamos, que, conforme a su clemencia, tenga lástima de nosotros, realmente se hace conforme a sus órdenes, tan pronto que tengamos seguridad de serlo así, con resignación aguantaremos.

Y, para que veas, que todo eso es verdad, señor gobernador, te suplico, por amor de Dios, que envíes acá a dos hombres sinceros, para que ellos nos pregunten de todo, y para que, a ojos vistos, se den cuenta de nuestra situación angustiosa, para poderlo referir exactamente a tu conocimiento. No deseamos otra cosa, y no se precisa más. Por lo tanto, estamos convencidos, que nos harás ese favor, siguiendo el ejemplo de Dios, el cual oye luego los clamores de los pobres.

Al fin, este nuestro pueblo de la Concepción, está tranquilo, ya que no está situado al otro lado del río Uruguay. Sin embargo, allí se encuentran dos estancias nuestras, y otros tantos yerbales. Si se nos priva de ellos, también a nosotros se nos condenará a la miseria, pues, todavía no hemos encontrado otros terrenos.

Aquel gran cacique indio, Nicolás Neêguru, nuestro abuelo, fue el primero, el cual, aceptando la Palabra de Dios, predicada por el Padre Roque González, admitió al mismo Padre Roque en estas tierras y lo mantuvo allí con cariño. De este mismo pueblo enviaron dos del pueblo al otro lado del río Uruguay. Ahora, en nombre de aquellos, me dirijo a ti, en el miserable estado en que nos hallamos. Cada día nos juntamos todos delante el altar del santísimo Sacramento, pidiendo al Señor con la mayor confianza, que te conceda un corazón clemente, y una larga vida, para poder protegernos, y te dé la eterna recompensa.

En el pueblo de Concepción, 20 de junio de 1753.

Nicolás Neêguru. Alcalde.”